

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARLENE SCHÜSSLER D'ARÓZ

**A VEZ E A VOZ DE MULHERES-MÃES COM FILHOS E OU NETOS
INSTITUCIONALIZADOS**

CURITIBA

2013

MARLENE SCHÜSSLER D'AROZ

**A VEZ E A VOZ DE MULHERES-MÃES COM FILHOS E OU NETOS
INSTITUCIONALIZADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa, Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Professora Doutora **TANIA STOLTZ**

Orientadora do Estágio Científico Avançado: Professora Doutora **PAULA CRISTINA MARQUES MARTINS**

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

D'Aroz, Marlene Schüssler
A vez e a voz de mulheres-mães com filhos e ou netos institucionalizados /
Marlene Schüssler D'Aroz – Curitiba, 2013.
348 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Tania Stoltz
Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do
Paraná.

1. Mães e filhos. 2. Jovens - Assistência em instituições. 3. Famílias com
problemas. 4. I. Título.

CDD 362.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Tese de **MARLENE SCHÜSSLER D'ARAZ** para obtenção do Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO. As abaixo assinadas: DR^a TANIA STOLTZ (Presidenta), DR^a ARACI ASINELLI DA LUZ, DR^a ONILZA BORGES MARTINS (UFRGS), DR^a SILVIA HELENA KOLLER e DR^a PAULA CRISTINA MARQUES MARTINS (Membros Titulares) arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Tese: "**A VEZ E A VOZ DE MULHERES-MÃES COM FILHOS E OU NETOS INSTITUCIONALIZADOS**".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de DOUTORA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR ^a TANIA STOLTZ		APROVADA
DR ^a ARACI ASINELLI DA LUZ		Aprovada
DR ^a ONILZA BORGES MARTINS		Aprovada
DR ^a SILVIA HELENA KOLLER		Aprovada
DR ^a PAULA CRISTINA MARQUES MARTINS		Aprovada

Curitiba, 12 de novembro de 2013.

Profª Drª Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Profª. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750

*Dedico esta tese “A TODAS AS MULHERES”
mães, avós, irmãs, filhas, tias, madrinhas, mestras, doutoras,
amigas e, em especial, àquelas que emprestaram a sua voz nesse
trabalho.*

SER MULHER

*Ser mulher é viver mil vezes em apenas uma vida,
 é lutar por causas perdidas e sempre sair vencedora,
 é estar antes do ontem e depois do amanhã,
 é desconhecer a palavra recompensa apesar dos seus atos.
 Ser mulher é caminhar na dúvida cheia de certezas,
 é correr atrás das nuvens num dia de sol e alcançar o sol num dia de chuva.
 Ser mulher é chorar de alegria e muitas vezes sorrir com tristeza,
 é cancelar sonhos em prol de terceiros, é acreditar quando ninguém mais acredita, é esperar
 quando ninguém mais espera.
 Ser mulher é identificar um sorriso triste e uma lágrima falsa, é ser enganada e sempre dar
 mais uma chance, é cair no fundo do poço e emergir sem ajuda.
 Ser mulher é estar em mil lugares de uma só vez, é fazer mil papéis ao mesmo tempo,
 é ser forte e fingir que é frágil pra ter um carinho.
 Ser mulher é se perder em palavras e depois perceber que se encontrou nelas,
 é distribuir emoções que nem sempre são captadas.
 Ser mulher é comprar, emprestar, alugar, vender sentimentos, mas jamais dever,
 é construir castelos na areia, vê-los desmoronados pelas águas e ainda assim amá-las.
 Ser mulher é saber dar o perdão, é tentar recuperar o irrecuperável,
 é entender o que ninguém mais conseguiu desvendar.
 Ser mulher é estender a mão a quem ainda não pediu,
 é doar o que ainda não foi solicitado.
 Ser mulher é não ter vergonha de chorar por amor,
 é saber a hora certa do fim, é esperar sempre por um recomeço.
 Ser mulher é ter a arrogância de viver apesar dos dissabores,
 das desilusões, das traições e das decepções.
 Ser mulher é ser mãe dos seus filhos e
 dos filhos de outros e amá-los igualmente.
 Ser mulher é ter confiança no amanhã e aceitação pelo ontem,
 é desbravar caminhos difíceis em instantes
 inoportunos e fincar a bandeira da conquista.
 Ser mulher é entender as fases da lua por ter suas próprias fases.
 É ser "nova" quando o coração está à espera do amor,
 ser "crescente" quando o coração está se enchendo de amor,
 ser cheia quando ele já está transbordando de
 tanto amor e minguante quando esse amor vai embora.
 Ser mulher é hospedar dentro de si o sentimento do perdão,
 é voltar no tempo todos os dias e viver por poucos
 instantes coisas que nunca ficaram esquecidas.
 Ser mulher é ser princesa aos 20, rainha aos 30,
 imperatriz aos 40 e especial a vida toda.
 Ser mulher é conseguir encontrar uma flor no deserto,
 água na seca e labaredas no mar.
 Ser mulher é chorar calada as dores do mundo
 e em apenas um segundo já estar sorrindo.
 Ser mulher é subir degraus e se os tiver que descer não precisar de ajuda,
 é tropeçar, cair e voltar a andar.
 Ser mulher é saber ser super-homem quando o sol nasce
 e virar cinderela quando a noite chega.
 Ser mulher é ter sido escolhida por Deus para colocar no mundo os homens.
 Ser mulher é acima de tudo um estado de espírito,
 é uma dádiva, é ter dentro de si um tesouro escondido
 e ainda assim dividi-lo com o mundo" **Silvana Duboc***

AGRADECIMENTOS

Persistir foi o caminho que eu escolhi até aqui e concluir essa tese foi, também, um prêmio. Mas só aqui cheguei porque me deixei tocar por aqueles que cruzaram o meu caminho, vocês. Em diferentes e inesquecíveis momentos cada um em especial, de uma forma ou outra fizeram parte da minha trajetória marcando a minha vida para sempre. A todos, minha gratidão.

A Deus. Pela força renovadora a cada dia.

À Meus pais (in memorium). O ensinamento das virtudes, e o reconhecimento do meu amor eterno. Essa conquista é também de vocês.

À minha família e os meus filhos. O presente mais precioso, que dura para sempre, meu amor. Obrigada por compartilhar da construção desse trabalho, por compreender a minha ausência por seis meses.

À Fernando Francisco de Gois. Pelos exemplos passados diariamente, pela inspiração que eu precisava para seguir em frente, por acreditar em mim primeiro como pessoa, em seguida, como profissional. Minha eterna gratidão.

Aos “Meninos” da “Chácara Meninos de 4 Pinheiros”. Obrigada pelo aprendizado compartilhado, pelo carinho. Com cada um em especial eu entendi que a vida vale a pena ser vivida de mil maneiras. Vocês transformaram minhas limitações em conquistas. E mais, sem vocês eu não teria as “Mulheres-mães” e, sem elas, este estudo não seria concretizado.

À Professora Doutora Tania Stoltz. Amiga e orientadora incansável, generosa e atenciosa o suficiente para deixar ir e concluir com uma tese. Com você ganhei a herança de como ser pesquisadora. Para você a minha eterna gratidão, também, pela afetividade no ensinar a ser, pela paciência e sapiência com que a todos orienta, por acreditar em mim, por me ouvir e me deixar ser eu.

À Professora Doutora Araci Asinelli da Luz. Amiga para todas as horas. Gosto de você não apenas pelo que és, mas pelo que sou quando estou com você. Com quem quer que seja não mede esforços para ouvir e amar, sempre com humildade e ética em tudo o que faz. Sou muito feliz por ter conhecido você.

À Professora Doutora Sílvia Helena Koller. Defino você como uma pessoa que faz tudo brilhar a sua volta. Não tem uma estrela, mas estrelas e uma sabedoria que humildemente compartilha com quem chegar. Uma amizade para recordar e honrar.

À Professora Doutora Clara Brener Mindal. Sem excessos de palavras faz tudo acontecer. Tens o tamanho, a generosidade e a afetividade de um gigante. Obrigada.

À Professora Doutora Onílza Borges Martins. Sábia com as palavras, atenta com as observações e generosa com as reflexões. Difícil é não lembrar de você. Obrigada.

À Professora Doutora Paula Cristina Marques Martins. Atenta a tudo e a todos nem percebe que o dia vira noite e novamente dia. Dizem que tudo o que buscamos também nos busca. Foi assim que eu me senti, mesmo que por um curto período juntas durante o Estágio Científico Avançado, acolhida e cuidada. A minha gratidão.

À Professora Doutora Eliane Cleonice Alves Precoma. Minha amiga irmã. Me reconheci pedagoga e docente ao te conhecer. Você invadiu meu coração para sempre. Tudo o que você faz vem do coração e com o coração a todos acolhe. Gratidão é pouco para expressar o que você representa para mim.

À Professora Doutora Marta Pinheiro. Com você aprendi não ter medo de tentar, com você dei os primeiros passos na pesquisa e foram estes passos que me deram o alicerce para seguir, encontrar outros caminhos e chegar aonde cheguei. Minha eterna gratidão.

À Professora Doutora Evelci Monteiro Machado. A pedagogia social nos apresentou e eu gostei muito de conhecê-las.

À Professora Doutora Valéria Lüders. Pela oportunidade de conhecê-la, de compartilhar meus estudos, conhecimentos e aprendizados. Obrigada.

Aos Professores Doutores do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da UFPR, Tania Stoltz, Araci Asinelli da Luz, Clara Brener Mindal, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Helga Loos Sant'Ana, Tamara Valente, Maria Augusta Bolsanello, Lídia Weber, Susane Lohr, Sandra K. Guimarães e Paulo Vinícius.

Levo cada um em especial no meu coração e na minha formação para toda a minha vida.

Aos Professores Doutores da Graduação e Licenciatura em Pedagogia. Vocês moram no meu coração.

Às Professoras Doutoradas Portuguesas do Instituto de Educação e Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho Anna Serrano e Maria do Céu Taveira, por me acolher em sua disciplina, pelas ricas contribuições principalmente nas temáticas sobre a família. Obrigada.

Aos amigos e às amigas durante essa caminhada Luciano Blásius, Daniele Saeb, Berenice Bellande Romanelli, Ivo Santos, Ana Barby, Ana Priscila, Maurício Wiesnevsky, Josethe Martins, Sandra S. S. Bergonsi, Josafá Cunha, Marcia Cebrulsky, Jarcí Machado, Viviane Do Rocio Barbosa, Neli Narcizo de Souza, Elaine da Silva, Monica Luna, Hamilton Alves, Cristiane Kaminski, Fernanda Piske, Ires Falcade, Luiz Josendes, Liege Gasparin, Janete Azevedo, Monica Condessa Franke, Rosana Agnst, Camila Lima, Karina Paludo, Luciano Victor, Jounilda Taucei, Frangie Iskandar, Waldirene Gabardo, Alexandre, Rosa H. Bueno e Adão A. Xavier.

Às amigas queridas de todas as horas Anna katarina Schmidt, Susana Nunes Rodrigues, Zilma Assad, Thiciane Pieckzarca, Iaré Kooper e Blanca Diaz pelas incansáveis conversas e carinho com que definimos amizade.

Aos Amigos Portugueses Cláudia Miranda Bueso, Jordi Miranda Bueso, Olívia Bueso, Luckinhas Bueso, Sara Raquel Reis Silva, Mila Gonçalves, Fernanda Macedo, Ana Macia, Márcia Lamosa, Paula, Sônia Rodrigues, Sérgio Miranda pelo carinho, pela companhia, por tornar a minha permanência em Braga tranquila, prazerosa e saudosa. Obrigada.

À Eduardo, Marília Bueso e família, minha família Portuguesa, por me acolher e compartilhar momentos lindos e inesquecíveis. Trouxe vocês no coração.

À Conceição. O seu sorriso, a sua energia e afeto com que trata cada um diariamente é a sua marca e será lembrada eternamente. Já estou com saudades.

Aos Educadores sociais e toda a equipe da “Chácara Meninos de 4 Pinheiros”, meus colegas de trabalho e amigos. Vocês são muito importantes para mim.

Denys Dozsa, Dante Luiz Zech, Luiz Panhoca e Acadêmicos Bolsistas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP /UFPR. Pelo carinho e incentivo a cada conquista. Seremos sempre uma equipe.

Ao Professor e Mestre Ivo Pitz pelas contribuições na revisão desta tese. Obrigada.

Programa de Pós-Graduação em Educação representado por Cristiane, Cinthya, Patricia, Irene, Darci, Sandra, Daiane, Amanda, Leandro e Fábio. Pela seriedade com que desempenham a função e pela atenção dada em todos os momentos da minha trajetória nessa universidade. A cada um em especial a minha gratidão.

Aos funcionários de diferentes setores da UFPR, Campus Educação - Reitoria. A minha gratidão.

À Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Braga, Portugal por me acolher no Estágio Científico Avançado, pelo suporte dado durante o período de estudos, obrigada.

Ao “Programa REUNI - UFPR”, pela bolsa de estudos concedida no período de maio/2010 a Janeiro de 2013. Retomando em Agosto/2013 a Novembro/2013.

À CAPES. Quando da concessão de uma bolsa de Estágio Doutoral - Doutorado Sanduíche, processo nº 18726-12-7 realizado na Universidade do Minho, Campus de Gualtar em Braga, Portugal, no período de Fevereiro/2013 a Julho/2013. Obrigada pela oportunidade.

A todos os envolvidos que de uma forma ou outra contribuíram para a elaboração deste estudo.

Juntos, finalizamos um belo trabalho.

Marlene Schüssler D’Aroz

RESUMO

A presente tese enfoca mulheres-mães em situação de vulnerabilidade e com filhos e ou netos institucionalizados. Defende-se que a vulnerabilidade e as constantes situações e formas de violência por elas enfrentadas, presentes em todas as dimensões e ao longo das gerações, se repetem, dificultando emergir do anonimato da vida nos becos e construir outras e novas histórias de vida com seus pares. Visa-se, assim, identificar aspectos incidentes e recorrentes nas histórias de vida de mulheres-mães oriundas de contextos de vulnerabilidade social e pertencentes a famílias multiproblemáticas com filhos e ou netos acolhidos em instituição. Estudos revelam principalmente a pobreza afetiva e econômica dessas famílias e a busca fundamental não de doações, mas de oportunidade de desenvolvimento de vida digna, contando com atividade de geração de renda própria. Trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo, de caráter exploratório, e que se pauta no método de Aguiar e Ozella (2006), baseado em Vygotsky. Realizaram-se observações e entrevistas semi-estruturadas com dez mulheres-mães e ou avós com idades entre 26 e 75 anos com filhos e ou netos em uma instituição de acolhimento localizada na zona rural na região metropolitana de Curitiba, PR. Da análise de dados emergiram quatro núcleos de significação: *a infância roubada; o despreparo para ser mãe; a repetição do ciclo e a possibilidade de novo percurso*, os quais em interação respondem aos aspectos incidentes e recorrentes nas histórias de vida e entre as gerações dessas famílias. A análise e discussão evidenciam a incidência e a reincidência entre gerações de condições sociais e econômicas desfavoráveis, dependência química, violências de diferentes ordens, problemas de saúde, trabalho infantil, maternidade precoce, a falta de atividade estável de geração de renda e a presença de criminalidade. A presença de diversos parceiros, a precocidade e o despreparo para a maternidade frente às adversidades enfrentadas pelas mulheres afetam os filhos e as novas gerações, levando muitas vezes ao abandono ou à ida dos filhos às ruas, reforçando o ciclo de pobreza e de vulnerabilidades e contribuindo para a institucionalização dessas crianças. As mulheres-mães participantes do estudo revelam a existência de motivação para seguir em frente, buscando saber sobre os filhos e netos mesmo em condições desfavoráveis e limitadoras. Como conclusão, observa-se que apesar da existência de políticas públicas voltadas a famílias com vulnerabilidade social, as histórias dessas mulheres-mães se repetem entre gerações e ainda apontam para um agravante, a existência de famílias, além das crianças, vivendo nas ruas na contemporaneidade, situação que é verificada em menor número nas gerações anteriores. Mais do que pensar na criação de novas políticas públicas e educacionais promotoras de bem estar, saúde física, mental/emocional, resiliência, oportunidades de trabalho e qualificação profissional, é fundamental voltar-se à efetiva concretização do que já existe no papel e no discurso voltado para a promoção de famílias multiproblemáticas em situação de vulnerabilidades. Faz-se necessário ir até essas famílias, ouvi-las mais, identificar as suas reais necessidades, integrando-as efetivamente nas políticas públicas existentes. Entendem-se esses como caminhos de intervenção, prevenção e superação assegurando, acima de tudo, a dignidade da mulher e de sua família frente à liberdade de exercer sua própria voz.

Palavras-chave: Mulheres-mães; famílias multiproblemáticas; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This thesis focuses on women-mothers in situations of vulnerability and whose children or grandchildren are institutionalized. We defend that vulnerability and the constant situations and forms of violence faced by them, present in every dimension and also down the generations, repeat themselves, hindering their emergence from the anonymity of life in hardship and hindering them from building other and new life stories with their peers. We therefore aim to identify factors that occur and reoccur in the life stories of women-mothers living in contexts of social vulnerability and belonging to families with multiple problems whose children or grandchildren have been admitted to institutions. Studies reveal above all the affective and economic poverty of these families and the fundamental quest not for charity but rather for opportunities to develop a dignified life and being able to generate their own income. This is a study with a qualitative focus and of an exploratory nature using the method devised by Aguiar and Ozella (2006) based on Vygotsky. Observations and semi-structured interviews were conducted with ten women-mothers or grandmothers aged between 26 and 75 whose children or grandchildren were living in an institution in the rural zone of the metropolitan region of Curitiba-PR. Four significant groups emerged from the analysis of the data: *stolen childhood; being unprepared to be a mother; repetition of the cycle* and *the possibility of a new direction*. In their interaction these groups respond to aspects occurring and reoccurring in the life stories and from generation to generation in these families. The analysis and discussion make evident the occurrence and reoccurrence between generations of unfavourable social and economic conditions, chemical dependency, various kinds of violence, health problems, child labour, early motherhood, lack of a stable income generation activity and the presence of criminality. The presence of several male partners, the earliness of and unpreparedness for motherhood in the light of the adversities faced by these women affect their children and the new generations, often leading to their abandonment or their children taking to the streets, reinforcing the cycle of poverty and vulnerabilities and contributing to the institutionalization of these children. The women-mothers who took part in the study reveal the existence of motivation to carry on, seeking to have information about their children and grandchildren even in unfavourable and limiting conditions. In conclusion, it can be seen that despite the existence of public policies targeting socially vulnerable families, the stories of these women-mothers repeat themselves down the generations and also indicate an aggravating factor, the existence of families, not only children, living in the streets in contemporary society, this being a situation which occurred less in previous generations. More than thinking of creating new public policies and education policies to promote well-being, physical and mental/emotional health, resilience, job opportunities and professional qualification, it is fundamental to work towards truly making effective that which already exists on paper and in the discourse intended to promote families with multiple problems in situations of vulnerability. The need exists to reach out to these families, listen to them more, identify their real needs and to effectively integrate them into existing public policies. These are understood to be ways of intervening, preventing and overcoming, so as to ensure, above all, the dignity of women and their families and their freedom to speak for themselves.

Keywords: women-mothers; families with multiple problems; social vulnerability.

RESUMEN

La presente tesis enfoca mujeres-madres en situación de vulnerabilidad y con hijos y/o nietos institucionalizados. Se defiende que la vulnerabilidad y las constantes situaciones y formas de violencia enfrentadas, presentes en todas las dimensiones y a lo largo de las generaciones, se repiten, dificultando salir del anonimato de la vida en los tugurios y construir otras y nuevas historias de vida con los suyos. Se pretende así, identificar aspectos incidentes y reincidentes en las historias de vida de mujeres-madres oriundas de contextos de vulnerabilidad social y pertenecientes a familias multiproblemáticas con hijos o nietos acogidos por instituciones. Estudios revelan principalmente la pobreza afectiva y económica de esas familias y la búsqueda fundamental no de donaciones, sino de oportunidades de desarrollo de vida digna, contando con actividades que generan renta propia. Se trata de una investigación con enfoque cualitativo, de carácter exploratorio, y que sigue el método de Aguiar y Ozella (2006) basado en Vygotsky. Se realizaron observaciones y entrevistas semiestructuradas con diez mujeres-madres y/o abuelas con edad entre los 26 y 75 años con hijos y/o nietos en una institución de resguardo localizada en la zona rural de la región metropolitana de Curitiba, PR. Del análisis de datos surgieron cuatro grupos de significación: *la infancia robada; la falta de preparación de ser madre; la repetición del ciclo y la posibilidad de nuevo recorrido*, los cuales, en interacción, responden a los aspectos incidentes y reincidentes en las historias de vida y entre las generaciones de esas familias. El análisis y la discusión ponen en evidencia la incidencia y reincidencia entre generaciones de condiciones sociales y económicas desfavorables, dependencia química, violencia de diferentes ordenes, problemas de salud, trabajo infantil, maternidad precoz, la falta de actividad estable de generación de renta y la presencia de criminalidad. La presencia de diversos convivientes, la precocidad y la falta de preparación para la maternidad frente a las adversidades enfrentadas por las mujeres afectan a los hijos y a las nuevas generaciones, llevando muchas veces al abandono o a la huida de los hijos a las calles, reforzando el ciclo de pobreza y de vulnerabilidades y contribuyendo para la reclusión institucional de esos niños. Las mujeres-madres participantes del estudio revelan la existencia de motivación para seguir en frente, buscando saber sobre los hijos y los nietos, inclusive en condiciones desfavorables y limitadoras. Como conclusión, se observa que a pesar de la existencia de políticas públicas dirigidas a familias con vulnerabilidad social, las historias de esas mujeres-madres se repiten entre generaciones y aún apuntan para un agravante, la existencia de familias además de los niños, viviendo en las calles en la contemporaneidad, situación que es verificada en menor número en las generaciones anteriores. Más que pensar en la creación de nuevas políticas públicas y educacionales promotoras de bienestar, de salud física, mental/emocional, resiliencia, oportunidades de trabajo y calificación profesional, es fundamental encaminarse a la efectiva concretización de lo que ya existe en el papel y en el discurso orientado a la promoción de familias multiproblemáticas en situación de vulnerabilidad. Se hace necesario ir hasta esas familias, escucharlas más, identificar sus reales necesidades, integrándolas efectivamente a esas políticas públicas existentes. Se entienden esos lineamientos como caminos de intervención, prevención y superación, asegurando, sobre todo, la dignidad de la mujer y de su familia, frente a la libertad de ejercer su propia voz.

Palabras clave: mujeres-madre; familias multiproblemáticas; vulnerabilidad social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Pirâmide de Hierarquia das Necessidades de Maslow.....	47
FIGURA 2 - Material de Divulgação da FAS.....	57
FIGURA 3 - Modelo Ecológico do desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner.....	169
FIGURA 4 - Modelo Ecológico do desenvolvimento Humano e o Microssistema.....	169
FIGURA 5 - Modelo Ecológico do desenvolvimento Humano, o mesossistema e o exossistema.....	171
FIGURA 6 - Modelo Ecológico do desenvolvimento Humano e o macrossistema.....	172
FIGURA 7 - Modelo Ecológico do desenvolvimento Humano e o cronossistema.....	173
FIGURA 8 - Esquema 1 da Teoria Ecológica de Bronfenbrenner.....	174
FIGURA 9 - Esquema 2 da Teoria Ecológica de Bronfenbrenner.....	177

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - Escore do Grau de Vulnerabilidade em Famílias de.....55**
Curitiba, Paraná – Brasil.
- QUADRO 2 - O cordel dos “Meninos de 4 Pinheiros” sobre o**
trabalho com as famílias.....73
- QUADRO 3 - Resumo dos principais artigos filtrados no estudo da família 136**
pobre e a mulher-mãe com filhos institucionalizados.....136
- QUADRO 4 - Síntese dos resultados do estudo.....197**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPIA	Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência
ABTH	Associação Brasileira "Terra dos Homens"
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AME	Associação das Madrastas e Enteados
APAVV	Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência
CAISM	Centro Integral à Saúde da Mulher
CAPS-AD	Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CIETEP	Centro Integrado de Empregados e Trabalhadores do Paraná
CLADEM	Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COMTIBA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado da Assistência Social
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
EUA	Estados Unidos da América
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAS	Fundação da Ação Social
FCM	Faculdade de Ciências Médicas
HIV	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICRMM	Instituto Cultural Rose Marie Muraro
IDDAH	Instituto de defesa dos Direitos Humanos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Índices de População Economicamente Ativa
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IVSF	Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NDR	Nível de desenvolvimento Real
NDP	Nível de Desenvolvimento Potencial
NOB	Normas Organizacionais Básicas
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OFAP	Observatório das Famílias e das Políticas de Famílias
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Programa de Atendimento à Família e ao Indivíduo
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCT	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SAS	Secretaria de Assistência Social
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGD	Sistema de Garantias de Direito
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
TBDH	Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade federal do Rio Grande do Sul
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – United Nations Development Fund for Women
ZDP	Zona de Desenvolvimento proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
1 FAMÍLIA E VULNERABILIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES.....	31
1.1 FAMÍLIA: DA VULNERABILIDADE AO RISCO PESSOAL E SOCIAL.....	44
1.2 MULHERES QUE FICAM.....	58
1.3 POR ENTRE BAIRROS, VILAS E BECOS: CAMINHOS E DESCAMINHOS... NA VIDA DAS MULHERES IMPLICADAS NA PESQUISA.....	62
1.4 ACOLHENDO OS FILHOS E AS FAMÍLIAS.....	66
1.4.1 As múltiplas faces da violência.....	75
1.4.2 Leis e direitos humanos: uma conquista de mulheres para... Mulheres.....	89 97
2 MULHERES.....	96
2.1 IRENA SENDLER “MÃE DOS MENINOS DO HOLOCAUSTO”.....	96
2.2 ARACY DE CARVALHO GUIMARÃES ROSA.....	99
2.3 MARIA DA PENHA.....	101
2.4 MULHER, FAMÍLIA E SOCIEDADE.....	103
2.4.1 Casamento.....	106
2.4.2 Mãe é mãe, avó é avó. Será?.....	115
2.4.3 (MA) drasta: conceitos e preconceitos.....	121
2.5 DAS FRAGILIDADES ÀS FORTALEZAS: AS MULHERES ESCRIVENDO OUTRA HISTÓRIA.....	124
2.6 FAMÍLIAS E MULHERES POBRES, SOCIALMENTE VULNERÁVEIS E COM FILHOS INSTITUCIONALIZADOS: PROTOCOLO DE PESQUISA E.....	133
SELEÇÃO DE ARTIGOS.....	133
2.6.1 Critérios de inclusão.....	134
2.6.2 Critérios de exclusão.....	134
2.6.3 Estratégia de pesquisa.....	134
2.6.4 Tratamento e apresentação dos resultados.....	135
3 AS CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY NA COMPREENSÃO DA.....	139
CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO SER HUMANO.....	139
3.1 PENSANDO O CONTEXTO E O SUJEITO DE VYGOTSKY.....	141
3.2 A NATUREZA HISTÓRICA-CULTURAL DO HOMEM.....	143
3.3 O PAPEL DOS INSTRUMENTOS CULTURAIS.....	149
3.4 VYGOTSKY E O PLANO GENÉTICO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO...	152
3.5 A MEMÓRIA, A MEDIAÇÃO E A EMOÇÃO.....	156
4 A FAMÍLIA NA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DE URIE.....	163
BRONFENBRENNER.....	163
4.1 A BIOECOLOGIA DOS SISTEMAS E A FAMÍLIA.....	165
4.2 A FAMÍLIA COMO UM SISTEMA DENTRO DE OUTROS SISTEMAS.....	169
4.3 BRONFENBRENNER E VYGOTSKY: APROXIMANDO.....	175
CONTRIBUIÇÕES PARA ANÁLISE.....	175
5 ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS.....	179
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	179
5.2 ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS.....	180
5.2.1 O estudo Piloto.....	182
5.2.2 O Estudo Principal.....	184
5.3 CONTEXTO DO ESTUDO.....	186

5.4 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	187
5.4.1 Apresentando as mulheres da pesquisa: Lorena, Cida, Sílvia.....	188
Marta, Vera, Rose, Amélia, Beatriz, Dora e Lara.....	188
5.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	192
5.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	192
5.6.1 Leitura flutuante e organização do material.....	195
5.6.2 Construção dos núcleos de significação.....	195
6 RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	197
6.1 A INFÂNCIA ROUBADA.....	202
6.2 O DESPREPARO PARA SER MÃE.....	233
6.3 A REPETIÇÃO DO CICLO.....	252
6.4 A POSSIBILIDADE DE NOVO PERCURSO.....	271
7 TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	321
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	322
APÊNDICE B - Modelo de roteiro da entrevista – projeto piloto.....	327
APÊNDICE C - Modelo de roteiro da entrevista – estudo principal.....	329
APÊNDICE D - Procedimentos éticos.....	331
APÊNDICE E - Protocolo das entrevistas.....	333

TRAJETÓRIA

*“(…) Existe a trajetória e a trajetória não é apenas um modo de ir.
A trajetória somos nós mesmos.
Em matéria de viver, nunca se pode chegar antes”.*

Clarice Lispector

Aquilo que uma pessoa se torna ao longo da vida depende fundamentalmente de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. De fato, se pensarmos bem, cada um de nós é fruto das oportunidades que tivemos e das escolhas que fomos fazendo ao longo da vida. Assim, decidi começar pelo começo de tudo, a minha trajetória.

Com os olhos de uma criança feliz aprendi desde muito cedo a lutar pelos meus objetivos. Ser mãe foi a minha melhor escolha. Os filhos, o maior presente que o amor pode possibilitar. Na profissão, a educação. Assim, fui compondo a minha história a qual narro a seguir.

Chegar aonde cheguei tem a ver com a minha breve trajetória de vida junto a minha família biológica. O que sou hoje, o percurso que trilhei, foi porque eu tive uma família. A família que constituí é consequência da família que eu tive. Considero-me uma pessoa abençoada por ter realizado muitos sonhos, vivido para contar os risos da juventude e a pessoa que me tornei.

Minha infância e adolescência, mesmo pobre, com muitas dificuldades, foram especiais. Recordo de coisas simples, mas inesquecíveis como as que vivenciei junto aos meus irmãos: brincar de casinha, subir em árvores, colher uvas, os almoços de domingo com os avós, as cantigas de roda, as brincadeiras e mesmo poucos, os brinquedos feitos de madeira por alguém muito especial, meu avô materno. Estudei em colégio de freiras, vi a prática da palmatória, aprendi culinária, teatro, bordado, tricotar, tocar piano, balé, fiquei de castigo ajoelhada no grão de pipoca, rezava ao pé da cama para o anjo da guarda me levar daquele colégio. O anjo atendeu o meu pedido e me levou para morar com meus padrinhos afetivos, minha segunda família a qual afirmo eterna gratidão por todo apoio recebido. Com os amigos, muitas aventuras. Apesar da pouca altura jogava volleyball e handball, participava no “clubinho” nas reuniões que os pais não podiam participar, a festa de 15 anos, me apaixonei pela primeira vez, fui à discoteca, dancei os sucessos dos anos 70, 80, 90. No cinema assisti a meu

primeiro filme na sessão matinê. Também na sessão matinê desfilei nos blocos de carnaval com a temática “Pierrôs e Columbinas”. Na banda da escola toquei os instrumentos (tarola e escaleta) e fui rainha da bateria. Na escola, gostava de estudar, ganhei uma bolsa de estudos de inglês no Yázigi por ser sempre aluna exemplar com boas notas.

Era tímida, falava pouco, mas prestava atenção em tudo. Dos seis irmãos (quatro meninos e duas meninas) sou a caçula das meninas. Minha segunda irmã, apesar da pouca diferença de idade era meu porto seguro, meu socorro, uma grande amiga, uma das pessoas que eu mais admiro. Minha irmã mais velha, meus irmãos, sobrinhos (as), afilhados, trilharam diferentes percursos, e mesmo distantes uns dos outros, somos grandes amigos.

Meus avôs paternos eu não os conheci, partiram antes de eu nascer. A convivência com os meus avôs maternos foi breve, deixaram de viver quando eu ainda era criança. Lembrar-se do meu avô materno provoca lembranças de uma cadeira de balanço, o rádio de mesa e o cheiro do cachimbo. Da minha avó materna, a sua presença me ensinando como colher uvas, do seu café com bolinho de chuva, pão caseiro e as conversas sobre a família. Eles eram imigrantes italianos e parte da sua história narrada com muitas lágrimas ficara na Itália, mais precisamente, em Monza. Minha avó sempre tinha uma história para contar e depois o seu colo, e, também o seu carinho.

Meus pais já partiram faz algum tempo quebrando meu coração duas vezes. Minha mãe era como minha avó, muitas histórias que deixaram muitas saudades, lembranças eternas de quem não mais está aqui, mas vive no coração, nas lembranças da infância, do medo de crescer, da vida no colégio interno, da pressa de chegar aos 15 anos, o primeiro emprego, do ingresso na faculdade, a profissão, do casamento, a maternidade e, a cada aprendizado saber que tive o ensinamento de muitas virtudes que me permitiram sonhar e tornar sonhos, realidade.

Meu pai. Não aprendemos muito juntos, ele era uma pessoa de poucas palavras, vivia para o trabalho pesado do campo e pouco tempo para os filhos. Doente, ele partiu aos meus nove anos deixando mais seis filhos e as dificuldades de ser pobre.

Sem a presença dos meus pais, a maturidade veio antes do tempo. Quis ter muitas profissões como médica pediatra, aeromoça (não tinha altura mínima permitida). Professora vinha em seguida. Lecionei inglês para crianças por muitos anos. Minha formação básica foi junto a minha irmã em um colégio interno para

meninas fundado e coordenado pelas irmãs religiosas da Ordem Nossa Senhora Imaculada Conceição, recheado de histórias. Meu primeiro emprego, secretária de três médicos pediatras. Até a universidade foi um longo percurso. O curso de Bacharel em Turismo, hoje Turismólogo, foi só o começo. O Rio Grande do Sul, minha casa, minhas raízes. Curitiba, Paraná eu escolhi para viver.

O casamento. Uma pausa para o sonho da maternidade. Três filhos, (uma menina e dois meninos), uma benção, faltam palavras para expressar a grandeza do meu amor incondicional por eles.

Ainda no meu percurso acadêmico, a opção pela área da educação não foi um mero acaso. A educação na área social foi só o passo seguinte para depois, ficar para sempre. A Universidade Federal do Paraná foi a minha segunda casa. Ingressei no ano de 2001 e desde então, fiquei. Fiz amigos, alguns inesquecíveis, a carreira acadêmica, mas ainda não acabou, tenho muito para aprender e dividir com as novas gerações de educadores/pedagogos o prazer de aprender e ensinar.

A Chácara Meninos de 4 Pinheiros, instituição de acolhimento foi mais que um emprego, foi a melhor universidade, o começo de uma longa, inesquecível e eterna história. Mais que uma história, o desafio do exercício da profissão, do contexto de trabalho atuando como pedagoga fez-me olhar e refletir os aspectos sociais do desenvolvimento humano, em especial, as crianças, os adolescentes institucionalizados e a sua família. Estar com eles é estar atenta à dinâmica das interações humanas e aprender a ver por meio dos estudos e das pesquisas o meu papel de educadora/pesquisadora. Com eles, foi, antes de tudo, um importante momento de construção da minha história como pessoa.

A troca de experiências e a convivência com os meninos acolhidos fizeram do meu trabalho o compromisso de promover um ambiente de afeto e responsabilidade muito maior que ensinar. O compromisso de educar deu lugar à ação de amar educar. Com eles amadureci e a maturidade me fez viver a vida de forma mais humana, transmitir a certeza de que por meio de nossos atos podemos ultrapassar barreiras e vencer os obstáculos que surgem em nossos caminhos.

Minha vivência com os meninos¹ e a equipe foi exatamente assim. Vencendo barreiras a cada dia, todos os dias. Eles me emprestaram a sua juventude e o desejo de retomar a vida, sonhar. Eu emprestei a eles, a minha experiência, meu jeito de educar e amar. Juntos, construímos projetos de vida,

¹" Menino" é a referência carinhosa atribuída às crianças e os adolescentes acolhidos na Chácara Meninos de 4 Pinheiros.

vencemos desafios, tornamos alguns sonhos realidade. Compomos uma nova etapa de nossas vidas que ficará registrada para sempre.

Na Instituição de acolhimento, as sementes da afetividade já haviam sido plantadas antes de eu chegar, mas a minha experiência na educação, com os professores da Universidade Federal do Paraná - UFPR e outras universidades, os educadores sociais, os meninos acolhidos, voluntários, escolas, comunidade, esferas públicas e jurídicas causaram efeitos profundos em mim refletidos na presente tese.

No mestrado defendido em 2008 relatei o percurso da minha história com a Instituição de Acolhimento, a “Chácara Meninos de Quatro Pinheiros” e os motivos que me levaram buscar compreender as concepções do cuidado na visão de adolescentes, de suas famílias e de educadores sociais.

Na proposta do projeto para o doutoramento em educação, a preocupação foi mais específica com as mulheres-mães dos meninos acolhidos. O carinho e o respeito pelo trabalho desenvolvido na Instituição, o olhar na questão social e a certeza de que é possível mudar alguns finais e evitar outros começos, levou-me a aproximação com as mulheres e concluiu-se neste trabalho que ora apresento.

Porque o interesse pelas histórias de vida das mães e ou avós dos meninos acolhidos? O tema nasceu de uma rede de conversas com o coordenador, a equipe técnica e de educadores da Instituição, das observações dos familiares dos acolhidos nos encontros/visitas de familiares, da convivência com os meninos acolhidos, dos seminários e palestras sobre o tema, das incansáveis conversas com a minha orientadora, se concretizando em uma tese do curso de doutoramento em educação do programa de Pós-Graduação em Educação na UFPR.

Investigar questões relativas às mulheres-mães não foi apenas interesse de pesquisa, mas representa o esforço para pensar a família ao longo do seu desenvolvimento, possibilitando diferentes olhares pelas diferentes esferas e, aos meninos, a possibilidade de uma vida diferente da dos pais, uma nova história.

As protagonistas das histórias deste trabalho são mulheres-mães, algumas mães e avós. Elas são, ao mesmo tempo, agentes e narradoras de suas narrativas que ao articular biografia e história, o pessoal e o social se apresentam em seu cotidiano transformando-os em espaço de luta, resignação, esperanças e sonhos.

Bronfenbrenner, Vygotsky e os demais autores, com eles, eu aprendi principalmente lendo. Das leituras fui tecendo etapas do trabalho, as quais reúno

em capítulos e os convido para uma reflexão, desejando que toquem o seu coração e encontrem o que há de especial na sua história.

INTRODUÇÃO

“Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”

Hannah Arendt

Este estudo aborda a trajetória de mulheres-mães oriundas de contextos de vulnerabilidade social e pertencentes a famílias multiproblemáticas com filhos acolhidos em instituição. Busca investigar aspectos incidentes e recorrentes nas histórias de vida dessas mulheres-mães.

Ao longo da história, a configuração da pobreza e do pobre mudou e sobre estes mudamos nossa maneira coletiva de pensar. O que antes se entendia como pobreza, agora chamamos desvantagem econômica, desprovidos de necessidades básicas e materiais, ou menos favorecidos. Antes pensávamos nos pobres; agora, nos socialmente excluídos. A partir desses paradigmas temos criado um amplo leque sobre a pobreza e o pobre, com o propósito de dispor do mais normalizado possível para cada novo problema emergente, um deles, a vulnerabilidade.

Assim como a pobreza e os pobres, os debates acerca do paradigma da vulnerabilidade social e as problemáticas como potenciadoras de vulnerabilidades vêm multiplicando-se nos últimos anos. Dentre os principais focos, a família e o contexto. Nesse sentido, têm sido visíveis diferentes reflexões em torno da situação social que envolve famílias que vivem em contextos menos favorecidos e de risco. Por outro lado, não tão visíveis, as reflexões sobre as famílias com filhos em acolhimento, uma vez que, sendo pobres e problemáticas, acolher os filhos vem sendo uma prática constante. Na realidade, as famílias problemáticas podem encontrar-se em todos os estratos sociais, culturais e econômicos, mas são as pobres que configuram mais riscos e têm dado origem a um maior número de investigações, bem como atraem intervenções (CÀSAS, 2005; SOUSA, 2005, 2007; PACKMANN, 2007).

Tomando-se esses pressupostos, torna-se necessário entender essas famílias, considerar todos os níveis sistêmicos englobados, desde os mais abstratos (cultura) aos mais inclusivos (sociedade). Quais riscos emergem da pobreza e, não necessariamente, levam à vulnerabilidade? Entender por que, nas instituições familiares, algumas famílias são mais vulneráveis que outras diante de situações de risco; outras apresentam invulnerabilidade e competência para

manejar situações estressantes. Conhecer por que famílias se encontram vulneráveis, mas não apresentam multiproblemas. Entender o que é contexto de risco e vulnerabilidade, mas antes, entender as dinâmicas desses contextos (GÜNTER; KLASSEN, 2007; BOURDIEU, 2002; GUARESCHI, 2007; SOUSA, 2007).

Conhecer quais famílias estão em risco, passageiramente vulneráveis, ou ainda, quais estão enfrentando alto risco de se tornarem de “risco” é uma tarefa importante e, ao mesmo tempo, difícil, e não surpreende que cada vez mais a literatura esteja se dedicando a esse tema (DE ANTONI; MEDEIROS; SZYMANSKI, 1992; SIMIONATO-TOZO; BIASOLI-ALVES, 1998; HOPPE; KOLLER, 1999; BASTOS, 2001; YUNES, 2001; ABRAMOWAY, 2002; CECCONELLO, 2003; MARTINS, 2004; GOMES, PEREIRA, 2005; PRATI, COUTO, KOLLER, 2009; MESQUITA, 2010). Com as pesquisas, multiplicaram-se os debates, dada a sua complexidade causal. Os estudos nesse campo apontam que na medida em que diferentes situações somadas a um conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, difíceis de lidar, muitas famílias tendem a desencadear níveis baixos de bem-estar (HULME; MCKAY, 2005), levando à exposição a todos os tipos de fatores de risco e vulnerabilidade social.

Considerando a escassa investigação sobre o tema família pobre com filhos acolhidos e a elevada prevalência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento no Brasil e em Curitiba, reforça-se a necessidade de uma maior investigação envolvendo a família representada aqui pela mulher, sobre a sua vida e o acolhimento dos filhos e ou netos. Assim, para este estudo não serão investigados pais, padrastos ou avôs, consideramos apenas a mulher-mãe e ou a avó. Justifica-se pela necessidade de conhecer melhor a realidade dessas famílias, uma vez que a criança acolhida, ao visitar a família, observa a sua dinâmica que, na maioria das vezes, é conflituosa, nada afetiva, tão pouco acolhedora. Ao retornar para a instituição, a criança traz consigo o relato das suas observações, entre elas a de que a família não mudou. Essa criança dá indicativos da realidade que precisa ser conhecida pela instituição para que esta possa intervir e contribuir para a sua transformação. Dessa forma e tomando a teoria histórico-cultural e a Bioecologia do Desenvolvimento Humano como eixos que norteiam o trabalho, pergunta-se: quais aspectos incidem e reincidem nas histórias de vida de mulheres-mães, cujos filhos encontram-se acolhidos em uma Instituição de Acolhimento?

Neste sentido, o presente estudo fundamenta-se em diferentes vertentes da história pessoal e familiar de mulheres-mães com filhos acolhidos e, principalmente, no que se refere aos aspectos e ação social que envolvem essas famílias. Por um lado, valorizou-se a narrativa, dando vez e voz às mulheres, possibilitando espaço à pluralidade de formas de comunicação delas, também quando a sua ausência, através dos silêncios, dos gestos, das atitudes assumem significado. Por outro lado, considera-se relevante o papel da investigadora de escuta ativa e interpretativa, quer das vozes e silêncios, quer das ações que vão pincelando as narrativas das participantes.

Jerome Brunner (2001), para quem a narrativa "...é moeda comum entre o nosso self e o mundo social", observa que explorar a natureza da narrativa considerando a cultura e o contexto em que foi revelada torna-se valioso para a compreensão do raciocínio no sujeito uma vez que este teria origem na cultura em que se insere. Entretanto, Brunner (1997a) chama a atenção quanto às características da narrativa, podendo ser reais ou imaginárias. Para Brunner, uma vez que a narrativa está sempre presente, poderíamos, por aptidão ou predisposição, organizar nossa experiência através dela. Ainda de acordo com Brunner, a narrativa estaria interpretando a vida em ação, e seria, dessa forma, uma das principais ferramentas da Psicologia Popular ou da ciência humana popular de onde deveriam sair as investigações da Psicologia Cultural. Segundo Correia (2003, p.510), a narrativa para Brunner lida com o material da ação e da intencionalidade humanas; ela tem relação com o significado dado às coisas pelo seu autor e envolve a negociação de significados entre os seres humanos.

De forma especial, conhecer as histórias dessas famílias possibilitará atuar e contribuir de forma mais significativa não só na prevenção, mas no desenvolvimento de projetos junto às esferas sociais, públicas e governamentais, possibilitando aprimorar a qualidade do trabalho com as famílias e com as crianças e adolescentes abrigados, concentrando-se nos aspectos presentes, recorrentes nas histórias.

Pretende-se, com esta pesquisa, dar um pequeno contributo para as próximas pesquisas na temática, bem como para a educação nos diferentes contextos. Pretende-se discutir relações que se estabelecem a partir das histórias narradas. Histórias de mulheres, migrantes de diferentes contextos. Mulheres e filhas de famílias pobres, extensas, com histórias de violências, de trabalho infantil, de uso de drogas e da frequente quebra de vínculos familiares nas diferentes

gerações. Histórias reais, diferentes das relatadas nos contos de fadas, histórias que narram a menina/mulher na infância, na escola, nas convivências, com sonhos, medos e incertezas. São histórias tecidas a partir da luta pela sobrevivência.

A discussão em torno das diferentes histórias de vida dessas mulheres reforça a tese de que a vulnerabilidade e as constantes situações e formas de violência por elas enfrentadas, presentes em todas as dimensões e ao longo das gerações, se repetem, dificultando emergir do anonimato da vida nos becos e construir outras e novas histórias de vida com seus pares.

O presente estudo se baseou na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky e na Bioecologia do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. À luz das propostas de Vygotsky destacamos alguns estudos abordados por esse autor e sobre o mesmo (VYGOTSKY, 1929e, 1929f, 1929h, 1929i, 1930q, 1960; JANET, 1929; VYGOTSKY; LÚRIA, 1930d, 1984; COLE, 1981, 1996; BRUNNER, 1984; WERTSCH, 1984; WERTSCH, 1985^a; WERTSCH, 1991; RATNER, 1991; VALSINER, 1991, 2006, 2009; MOLL, 1992; HEDEGAARD, 1992; DANIELS, 1994; VAN DER VEER, 1994; SMAGORINSKY, 1995; ROGOFF, 1984; BERK; WINSLER, 1995; OLIVEIRA, 1995, 1999; PINO, 1996, 1999; VYGOTSKY, 1996; KERR, 1997; VAN DER VEER; GONZALES REY, 2003, 2004; NAMURA, 2004; SMOLKA, 2004; GÓES; CRUZ, 2006; AGUIAR, OZELLA, 2006; ZANELLA, 2007; REGO, 2007; STOLTZ, 2010; entre outros).

Vygotsky foi um dos maiores estudiosos do desenvolvimento humano, do homem cultural e socialmente construído, não em termos de um ambiente onde o sujeito está simplesmente imerso absorvendo informações, mas em um ambiente onde ele se desenvolve a partir do que apreende. Vygotsky percebe o sujeito na posição ativa, um sujeito pleno em cada momento da sua história, que age sobre o ambiente, que dialoga, que partilha significados e impõe sentidos ao seu modo de ver o mundo, sua própria história, no aprendizado que promoverá o desenvolvimento. Tendo em conta a sua contribuição nos campos da psicologia e da educação, vemo-lo como um dos grandes pensadores do século XX.

A partir de uma abordagem histórico-cultural, estudos semelhantes com famílias têm sido realizados, tomando como base teórico-metodológica a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner (HOPPE, 1998; MEYER, 1998; MORRIS, 1998; CECCONELLO, 1999; DE ANTONI, 2000; SZYMANSKI; MARTINS, 2004; NARVAZ, KOLLER, 2004; CECCONELLO; KOLLER, 2009). Bronfenbrenner apresenta uma proposta ecológica de

desenvolvimento humano definido como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida" (BRONFENBRENNER, 1989, p.191).

Pensando a família como microsistema, deparamo-nos com as mulheres-mães. Sobre elas uma crescente preocupação tem promovido o aumento de pesquisas focadas na família pobre e em situação de risco e vulnerabilidade social. Diversos são os motivos que impulsionam a extensão desse fenômeno, dentre eles, a alta incidência de risco dessa população que determina o acolhimento dos filhos na Instituição. O modelo que antes era nuclear (pai, mãe e filhos) sofreu alterações e configura-se hoje, principalmente em famílias geracionais, monoparentais e extensas, chefiadas, na sua maioria, por mulheres (MINUCHIN, 1982; GOMES, 1988; CARVALHO, 1995; KOLLER; DE ANTONI, 1996; PETZOLD, 1996; ALARCÃO, 2002; PETRINI, 2003; OLIVEIRA, 2007; BRITO, 2008; GUARÁ, 2010). Por outro lado, a concepção atual percorre a dialética da continuidade/mudança entre vínculos de pertencimento e necessidade de individuação e, ainda, lugar de transmissão das práticas educativas definidas por:

[...] ações contínuas e habituais, realizadas pelos membros mais velhos da família, nas trocas intersubjetivas, com o sentido de possibilitar a construção e apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais pelos mais jovens, trazendo, em seu interior, uma compreensão e uma proposta de ser-no-mundo com o outro. (SZYMANSKI, 2001, p. 87).

As dinâmicas familiares estão em pleno processo de mudança, movidas por novos valores sociais, novas alternativas configurando diferentes modelos e definições de família (MINUCHIN, 1982; GOMES, 1988; KRYSAN, MOORE, ZILL, 1990; SZYMANSKI, 1992; CARVALHO, 1995; FALCETO, 1997; MACHADO, 1997; WAGNER; FERREIRA; RODRIGUES, 1998; SIMIONATO-TOZO; BIAZOLI-ALVES, 1998, 1999; MARTINS, 1998; FERREIRA; MATELL, 1999; WAGNER; HALPERN; BORNHOLDT, 1999; WAGNER; RIBEIRO; ARTECHE; BORNHOLDT, 1999; DE ANTONI; KOLLER, 2000; VITALE, 2001; DE ANTONI, 2002; WAGNER, 2002; IBGE, 2002; KALOUSTIAN, 2004; ECA, 2010; GUARÁ, 2010).

Dentre as definições de família, a de Szymanski será adotada no presente estudo.

Como um grupo de pessoas que convivem entre si numa relação duradoura, ocupando o mesmo espaço físico e social, com um tipo especial de relações interpessoais, com indivíduos que se respeitam, mantêm vínculos afetivos,

em que mães e pais educam seus filhos conjuntamente, ou com pessoas que mantêm um cuidado com os membros mais jovens ou mais idosos ou, ainda, cuidados mútuos entre si, independentemente de parentescos. (SZYMANSKI, 1992, p.7).

Se refletirmos sobre o desenvolvimento humano como um todo e olharmos para a história hoje, sobretudo para as mulheres, observamos significativas mudanças e avanços que vão desde a formação, a concepção de família, a definição de papéis (ZAGURY, 1991), a inserção no mercado de trabalho, o casamento (ARATANGY, 1998; EDITORIAL, 2000; BAZON, 2000; GOMES, PAIVA, 2003), os filhos. Veremos uma nova mulher. Essa nova mulher tem outros desafios a enfrentar (ABRAMOWICZ, 1997; NEDER, 2004; ZAKABI, 2007; ALMEIDA, 2007; COLLEEN, BUTLER, 2012).

Apresentamos como hipótese que os aspectos presentes nas histórias de vida de mulheres-mães neste estudo apresentam-se como repetição de histórias de vida de gerações anteriores. Tem-se, assim, como objetivo geral: Identificar quais aspectos são incidentes e recorrentes nas histórias de vida de mulheres, cujos filhos encontram-se acolhidos. De forma mais específica, tem-se como objetivos:

- Realizar levantamento bibliográfico sobre famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Realizar observações da dinâmica interativa de mulheres com seus filhos e netos nos encontros de família na instituição.
- Realizar entrevistas com mães e ou avós de crianças e adolescentes com mais de um filho/neto acolhidos.
- Estabelecer relações entre as entrevistas e observações envolvendo mulheres com a responsabilidade por crianças e adolescentes acolhidos, buscando identificar aspectos comuns entre as diferentes histórias.

A presente tese organiza-se em duas partes e estrutura-se em sete capítulos e sub-tópicos que se integram, na tentativa de trazer à reflexão os aspectos incidentes e recorrentes nas histórias de vida de mulheres-mães, cujos filhos encontram-se acolhidos. A primeira parte, eminentemente teórica, insere o leitor no tema, na linha de pesquisa, e pontua a relevância do estudo para o campo da educação.

Na sequência, o primeiro capítulo aborda o que vem a ser família, os múltiplos problemas e o contexto de vulnerabilidade. Como essas famílias agem e reagem frente às adversidades que as vulnerabilizam; causas e consequências da

situação de vulnerabilidade; tipos de violência praticados contra as mulheres; os avanços conquistados e as formas de prevenção. O segundo capítulo é dedicado ao tema “mulheres”. Os sub-tópicos abordam a mulher na contemporaneidade do casamento, no papel de mãe e avó, de madrasta, a formação escolar, a profissão resultantes das fragilidades e fortalezas. Em seguida, o terceiro capítulo aborda a teoria histórico-cultural de Vygotsky e a sua contribuição para o entendimento do desenvolvimento do sujeito como ser social e cultural. Nesse capítulo entende-se como o indivíduo se desenvolve a partir da aprendizagem e ao mesmo tempo se constrói integrado ao meio em que vive. A Abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner compõe o quarto capítulo. Nos seus estudos com famílias, Bronfenbrenner destaca a influência dos ambientes nos diferentes níveis ecológicos.

A segunda parte e quinto capítulo apresenta o estudo empírico nas suas diversas fases: a metodologia que norteia este estudo definindo o tipo de pesquisa, o contexto de estudo, participantes, procedimento de coleta e análise de dados. À luz da perspectiva sociohistórica realiza-se análise buscando formas de explicitar a gênese social do individual. Os resultados e sua discussão são apresentados no sexto capítulo a partir da identificação de núcleos de significação (AGUIAR E OZELLA, 2006). O estudo propõe a apreensão de sentidos enquanto integrando significados partilhados e sua vivência particular. Por fim, no sétimo e último capítulo as considerações conclusivas a partir das análises e discussão responde ao problema da pesquisa e aponta novas direções de estudo.

CAPÍTULO I

FAMÍLIA E VULNERABILIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

*“O importante não é o que fizeram de nós,
mas o que nós próprios faremos
com aquilo que fizeram de nós”.*

Jean Paul Sartre

Este capítulo apresenta o tema família do ponto de vista da pesquisadora, compreende e reflete a razão pela qual se encontram vulnerabilizadas. Busca investigar quais causas levam à fragilização dos vínculos familiares, das relações comunitárias, os multiproblemas, dos fatores estruturais, sociais, econômicos que resultam em riscos e vulnerabilidade.

O ritmo imposto pela vida moderna, as novas tecnologias, a aceleração da economia definem a família alterando a sua estrutura e descrevendo a história atual. A família não é mais uma estrutura formal, permanente e imutável, não é mais um núcleo; ela vai aos poucos se (re)construindo e adaptando aos novos tempos (WAGNER, 2002, 2003; SZIMANSKI, 2004; ARATANGY, 2007; ALARCÃO, 2007; GUARÁ, 2010). Não existe um modelo estático de família em que todos acordam felizes todos os dias. Temos conflitos, dilemas, dificuldades todos os dias. Não há fórmulas que nos orientam definindo ser assim ou de outro jeito, não há um manual que define como educar os filhos, cada um cria a sua fórmula. A capacidade de resolver os problemas é a força que nos faz superar as dificuldades e, devemos usá-la para tal.

A família, mesmo reestruturada constantemente, não deixou de ser a primeira experiência que todo indivíduo vivencia, elo profundamente marcante e, muitas vezes, determinante da trajetória de vida. Para Rodrigo e Palácios (1998) a família define-se como:

Família é a união de pessoas que compartilham um projeto de vida em comum que se espera ser durável, que gere sentimentos fortes, e exista um compromisso pessoal entre os seus membros (RODRIGO; PALÁCIOS, 1998, p. 4).

Rodrigo e Palácios definem a família como espaço onde cada ser humano começa o caminho para o seu desenvolvimento individual, a socialização, os

primeiros testes, a aquisição de valores, sentimentos e ferramentas como semente para a sua vida adulta (1998, p. 4). Nela ocorrem as relações interpessoais mudando e definindo, ao longo dos anos, o ciclo de vida das famílias.

Existem diferentes critérios para conceituar família, como a coabitação, consanguinidade, afinidade afetiva, entre outros. As diversas formas de olhar e pensar sobre a família dão ao estudo sobre ela dimensões com pesos e ênfases diferentes, conforme a análise do contexto em que ela se inclui. A família é reconhecida como o núcleo primário de afetividade, acolhida, convívio, sociabilidade, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento da cidadania. Dessa forma, o Estado tem o dever de prover proteção social às famílias a fim de alçá-las ao exercício de sua função protetiva? (CURITIBA. Palestra Magna da IX Conferência Municipal da Assistência Social, 2011). Entre os conceitos bastante divulgados, o Art. 25 da Lei 8.069/2000 que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece: "Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes". Nas Normas Operacionais Básicas, do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS, 2005), encontramos como conceito de família " (...) Núcleo afetivo, vinculada por laços consaguíneos, de aliança ou afinidade, em que os vínculos circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero".

Na família dá-se a troca intersubjetiva, construída na afetividade, e constitui-se no primeiro referencial para a sua constituição identitária desde o seu nascimento social e existencial, manifestado por ações que constituem as oportunidades de desenvolvimento para as crianças e adolescentes. O conceito de desenvolvimento está cada vez mais assumindo um caráter relacional por levar em conta as influências nos múltiplos níveis de proximidade da criança. Esse caráter relacional está presente na definição de desenvolvimento humano apresentada por Bronfenbrenner (1996, p. 5). "(...) uma mudança duradoura na maneira como uma pessoa percebe e lida com o seu ambiente". Ou seja, o ser em desenvolvimento é ativo no processo de trocas recíprocas com o mundo em que vive, e também em relação com outros ambientes, num contínuo processo de mudança.

O mundo em torno é provocador, desperta disposições têm aspectos atraentes e negativos. Relevante, na sua concepção, é a importância que se atribui ao *significado* que existe para a pessoa em desenvolvimento das *atividades, papéis sociais e relações interpessoais*, experienciados nas interações face a face. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

A família que até tempos atrás se organizava em torno da figura do pai, fechada em sua intimidade e com determinado padrão de educação para os seus filhos (BADINTER, 1985; MELLO, 1995; CARVALHO, 1995), ao longo dos anos vem passando por mudanças significativas na sua estrutura e as ações e atitudes de cada membro passaram a ser vistas como afetando os outros e vice-versa. Para Áries, até o século XV, a família era

(...) uma realidade moral e social, mais do que sentimental. A família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e, quando havia riqueza e ambição, o sentimento se inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linhagem. (ÁRIES, 1975, p. 231).

Com o surgimento da escola, da privacidade, do sentimento de igualdade entre os filhos, a manutenção das crianças junto aos pais, o sentimento de família, no início do século XVIII, começa a delinear-se como família nuclear burguesa.

Se supone que la familia nuclear es una producción de la modernidad que llevó a la creciente disminución de parientes para centrarse en la pareja y sus hijos. Esta familia conyugal vive o trata de hacerlo en forma independiente de la de origen. Pero luego se dio que ambos padres o uno de ellos fueron reemplazados por un padre y su nuevo cónyuge, o por vivir la madre sola de pareja y los hijos etc. (BERENSTEIN, 2002, p. 6)².

No modelo nuclear o pai era o mantenedor da família e seu prestígio era visto mais por sustentar o lar que por outros serviços. Ao levar todo o seu ganho para casa era reconhecido pelos filhos como pai bondoso. Por outro lado, os filhos e a casa eram para ele apenas uma preocupação indireta. Ausente durante o dia todo, cansado depois de exaustivo trabalho, à noite, não tinha grandes oportunidades de se relacionar com os filhos e, dependendo de como encontraria a sua esposa, procurava um botequim para beber com os amigos e justificar a falta de atenção ou a falta de um jantar a seu contento. Assim foi vivendo, durante décadas, satisfeito e seguro de ter cumprido sua parte. Essa imagem do bom pai mantenedor, responsável pelo conforto da família, sobreviveu até os nossos dias (BADINTER, 1985).

² Supõe-se que a família nuclear seja uma produção da modernidade que levou a crescente escassez de parentes para o foco sobre o casal e seus filhos. A família conjugal vive ou trata de viver de forma independente da sua origem. Mas logo ocorreu que ambos os pais ou um deles foram substituídos por um pai e seu novo cônjuge, ou a mãe vive sozinha, com filhos, mas sem o parceiro, e assim por diante. (tradução da pesquisadora).

É preciso admitir, com toda justiça refere Badinter, “que o homem foi despojado de sua paternidade. Reconhecendo-lhe (e a ele, exclusivamente) tão-somente uma função econômica, distanciaram-no progressivamente, no sentido literal e figurado, de seu filho” (p. 212).

Estudos contemporâneos sobre famílias (GREEFF, 2000; WAGNER, 2002; KOLLER, DESSEN; SZYMANSKI; GOMIDE, 2004; COSTA, 2005) apontam múltiplas configurações familiares que se ajustam e desajustam, buscando novas formas de equilíbrio, possibilitando o ajustamento e estruturação de novos arranjos familiares. Começam, então, a emergir novas concepções de família. Baseando-se nesse constante movimento ao qual a vida é submetida, faz-se necessário, antes de conceituar família, analisar situações e circunstâncias de ordem variada enfrentadas pela sociedade do novo milênio.

De acordo com o modelo ecopsicológico (DESEN; LEWIS, 1998), há 196 formas possíveis de família, as quais são o resultado da combinação de 14 variáveis que contribuem para a caracterização da família atual. Por exemplo, casamento legal ou coabitação, rendimentos separados ou compartilhados, relacionamento com pessoas consanguíneas ou por casamento, casais com ou sem criança(s), genitores ou padrasto/madrasta, desempenho de papéis subordinados/dominantes ou igualitários. Tão importantes quanto os conceitos são as definições (LÉVY-STRAUSS, 1976; SZYMANSKI, 1992; LOBO, 1994; COLL, 1999; AMARAL, 2001; SCAVONE, 2001; WAGNER, 2002; BERENSTEIN, 2002; STRATTON, 2003). Por consequência da influência de vários fatores (situação sócio-econômica, vulnerabilidade, morte dos genitores ou familiares próximos, perda do poder familiar, conjuntura política e econômica da sociedade) outros modelos de família emergiram: famílias por pares homoafetivas, família substituta, adotiva, de acolhimento e provisória (CARVALHO, 1995).

Família refere Lévi-Strauss (1976 apud BERENSTEIN, 2002), tem algumas propriedades invariantes como a sua origem no casamento; inclui crianças nascidas dessa união e podem, eventualmente, adicionar outros parentes; seus membros estão unidos por um vínculo legal, direitos e obrigações dos direitos econômicos, religiosos ou outros; uma rede de permissões e proibições associadas à sexualidade, relação com o amor, a ternura, hostilidade, medo, etc. Aqui o caráter invariante sugere que formas de família são modificações ou variações de uma matriz persistente que a família reconhece como pertencente a um de seus próprios parentes, ainda "próprio", que deve ser atribuído como

um pertencente a essa família. Algumas rupturas, segundo o autor, fizeram surgir novas famílias.

Hay situaciones familiares provenientes del mundo social: guerras en determinados países, el Holocausto y las otras formas de exterminio locales como la represión y muerte de opositores de los años 70 en la Argentina y otros países de Latinoamérica, grandes migraciones por problemas de hambre o políticos. Otro orden de situación se da con la desocupación y la pérdida del trabajo, la proliferación de empleos precarios, que trae para la familia una inseguridad laboral relativamente nueva (nueva pobreza y procesos de "descalificación social. (BERENSTEIN, 2002, p. 4)³.

Se observarmos pesquisas disponíveis sobre a família, os diversos arranjos e a dinâmica com que vive os arquétipos e os mitos sociais nem sempre são positivos. Ao lado das imagens da família-refúgio, da família como lugar de intimidade e de afetividade, espaço de autenticidade, arquétipo de solidariedade e de privacidade, juntam-se as imagens "da família como lugar de inautenticidade, de opressão, de obrigação, de egoísmo exclusivo, a família como geradora de monstros, de violência, a família que mata, usa drogas, trafica, que droga os filhos. (SARACENO, 2003).

Atualmente são dois os modelos mais frequentes. Famílias monoparentais e famílias extensas. As famílias *monoparentais*, onde um só progenitor convive com os seus filhos assumindo a chefia do lar, na maioria das vezes o chefe é a mulher (COLL, 1999, p.156). Fatores como a separação ou divórcio, a maternidade ou paternidade sem casamento ou união estável, a adoção por pessoa solteira, a fertilização por acompanhamento médico, dentre outros, são alguns fatores determinantes para se constituir a família monoparental. Por tal forma, as entidades familiares monoparentais possuem os mesmos sinais característicos de uma família (BRITO, 2008), posto que seus componentes cumprem os seus papéis no grupo familiar tal como ocorre em grupamento formado por casamento ou união estável.

Justamente nesse sentido é que se pode afirmar que família não é apenas o conjunto de pessoas em que existe uma dualidade de cônjuges ou de pais

³ Há situações familiares vindas do mundo social: guerras em alguns países, do Holocausto e outras formas de extermínio local como a repressão e morte de opositores dos anos 70 na Argentina e outros países latino-americanos, grandes migrações por problemas de fome ou políticos. Outro tipo de situação se dá com a desocupação e a perda de emprego, a proliferação de empregos precários, que traz para a família uma insegurança em relação ao emprego relativamente novo (nova pobreza e processos de "desqualificação social" (**Tradução da pesquisadora**).

configurada; por outro lado também lhe aproveita qualquer expressão grupal articulada por uma relação de descendência. Mesmo com a presença de apenas um dos cônjuges, busca-se manter as regras e o convívio de uma família em que todos os indivíduos estão presentes.

O modelo monoparental apresenta estrutura interna fragilizada em função dos encargos mais pesados impostos ao indivíduo (pai, mãe, avós) que cuidará, sozinho, do seu descendente, frequentemente, a mulher. Assim, há uma tendência natural à diminuição da renda econômica, ao mesmo tempo em que há maior desgaste físico e psicológico por parte deste, já que ele não tem com quem dividir as obrigações assistenciais dos filhos, o que leva essa família a uma certa fragilidade. Essa realidade está presente na Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios (PNAD), realizada em 2004, em que uma em cada quatro famílias brasileiras era monoparental feminina. No Paraná, censo de 2009 publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, as famílias monoparentais somam 11,6%; esse número vem crescendo significativamente.

Independente de ser a referência familiar feminina ou masculina, pesquisas do IBGE (2005) consideram a pessoa de referência na família aquela indicada pelos moradores da unidade domiciliar, ou seja: "Reconhecimento de seus membros sobre a autoridade moral ou financeira de um deles". (p.173). O Brasil possui 56.039.518 arranjos familiares. Destes, 45,3% são compostos por famílias com filhos de até 15 anos de idade. Outro fator relevante presente nos dados estatísticos refere-se a mudanças significativas no número de famílias chefiadas por mulheres. Esse dado está proporcionalmente relacionado ao ingresso da mulher no mercado de trabalho e ao aumento da expectativa de vida das mulheres, o que, no Brasil, é maior do que o aumento da expectativa de vida dos homens, gerando famílias de viúvas com seus filhos e agregados. Em 2004, em pesquisa do IBGE divulgada em 2005, "27% das mulheres declararam-se como pessoas de referência das famílias brasileiras e dentre essas, 14,8% viviam com o cônjuge, percentual expressivo que pode estar revelando um novo padrão de responsabilidade compartilhada" (IBGE, 2005, p. 173).

Um dado preocupante é que 41,4% das famílias com crianças de 0 a 6 anos possuem rendimento de $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*. Em Curitiba, no Paraná, o censo de 2010 registrou 895 famílias com renda mensal abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Quanto às famílias chefiadas por mulheres sem cônjuges e com filhos,

elas somam 117.898 famílias que vivem com menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (IBGE, 2012) censo de 2010.

Se pensarmos ser essa a idade de maiores necessidades nutricionais que podem afetar o desenvolvimento psicomotor, percebemos a gravidade da situação. Os dados mostram também que nesse grupo o acesso à pré-escola e creches é igualmente prejudicado. Ou seja, o aparato escolar que poderia ser um importante apoio, não está acessível. Apenas 9% das crianças de 0 a 3 anos em famílias com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* frequentam creches (IBGE, 2005, p. 173). Esses dados contrastam com o ranking brasileiro dos municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que coloca Curitiba na 16ª posição com 0,856, considerado um índice alto. Em 2011, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Índice de Pobreza Multidimensional, [...] instituiu forma nova, mais ampla, de verificar quem vive com dificuldades identificadas como privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios.

As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. A referência do Banco Mundial, que considera que está abaixo da linha de pobreza quem ganha menos de US\$ 1,15 por dia, ou seja, o ganho para um brasileiro nessa classe econômica, em reais não passa de R\$ 1,90. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em 2011 é de 0,718 na escala que vai de 0 a 1 (PNUD, 2011).

O outro modelo trata da família extensa ou ampliada, ou ainda, em algumas literaturas portuguesas, famílias alargadas (MARTINS, 2004). Esse modelo, artigo 25, parágrafo único da nova lei nacional de adoção (12.010/2009), conceitua-se:

Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. (BITENCOURT, 2010).

Isto quer dizer que, não bastam apenas laços de sangue; a afinidade e a afetividade são elementos considerados fundamentais para que seja assegurado o direito à convivência familiar de modo pleno. Esse conceito (também dito consanguínea) prevê uma estrutura mais ampla, que consiste na família nuclear, mais os parentes diretos ou colaterais, existindo uma extensão das relações entre pais e filhos, até avós, pais e netos. Com efeito, a natureza jurídica dessa família

extensa é exatamente de família substituta, já que o núcleo familiar legal básico é formado pelos genitores, que recebem as obrigações inerentes ao poder familiar. No momento em que a criança é afastada de seus genitores, é necessário que se defira a alguém sua guarda legal, ainda que provisória. Neste caso, existindo algum parente com quem a criança tenha vínculos de afinidade e afetividade, é o requisito que justifica a aplicação da medida de acolhimento por essa família extensa.

Para Stratton (2003 apud DESSEN; BRAZ, 2005, p.16), embora a família extensa seja comum em muitas culturas, o compartilhamento do mesmo espaço, nas sociedades ocidentais, ocorre mais por razões práticas do que por concepção cultural. Diante das dificuldades financeiras, principalmente de moradia, as famílias dividem espaços muitas vezes minúsculos, sem as mínimas condições físicas e materiais para acomodar até 12 familiares e parentes mais próximos. Em alguns lares moram as mulheres sem os parceiros, com os filhos biológicos e os agregados deixados pelos ex-maridos (WAGNER, 2002; KOLLER; DESSEN; SZYMANSKI; COSTA, 2005). Nesse sentido, para Rizzini (2003), quem mais sofre com o arranjo familiar são as crianças e os adolescentes. O ambiente torna-se estressante, levando os jovens a buscarem outras formas de interação, outros ambientes menos estressantes; entre eles, a rua.

Assim, pode-se afirmar que a família contemporânea não encontra mais um modelo único para se expressar. Pela primeira vez na legislação surge o conceito moderno de família. Antes, perante a lei só era válida a instituição jurídica estabelecida por meio do casamento, da união estável entre um homem e uma mulher, ou ainda, por um grupo familiar formado por qualquer um dos pais e seus filhos. Hoje também estão incluídas as relações entre pessoas que vivam ou não sob o mesmo teto, hetero ou homossexuais.

Em estudos recentes (KRETCHMAR; JACOBVITZ, 2002; WEBER; BERNARDI; SALVADOR, 2006), os autores evidenciam que alguns comportamentos experienciados na relação com os pais e ou cuidadores em uma geração, podem ser recriados na próxima. Tais estudos comprovaram que os “comportamentos” dos pais estão geralmente associados a problemas no desenvolvimento dos filhos. As relações construídas e vividas com os pais na infância, adolescência e no período antecedente ao casamento, podem vir a se repetir com os filhos.

Estudos de Vygotsky (1981, 1984, 1989) apontam que a constituição social do ser humano se dá com base em um complexo desenvolvimento da pessoa em seu meio, argumentando que a consciência individual aparece e se desenvolve na apropriação das relações sociais. Sendo assim, se aos indivíduos desse meio for possibilitado mediar os comportamentos negativos, é possível modificar as relações negativas e possibilitar um desenvolvimento saudável e não reprodutivo dos comportamentos entre as gerações.

Belsky e Cols (2003), ao realizarem uma pesquisa sobre relações de intergeracionalidade, concluíram que ambientes familiares mais encorajadores preveem relações entre pais e filhos, futuramente mais positivas e menos negativas. Em lares com exemplos negativos como uma família na qual um ou os dois genitores fazem uso de álcool ou drogas, a tendência é resultar uma família com filhos usuários das mesmas substâncias, com comportamentos negativos, resultando em uma série de fatores que vão desde a negligência como pais, à permissividade do uso e acesso às drogas e à morte dos pais, um deles ou filhos. Esses autores defendem que o estilo parental influencia tanto no comportamento emocional, quanto social. Ainda nesse sentido:

O entendimento de estilo parental proposto por Darling e Steinberg (1993) vai além do contexto em que os pais influenciam seus filhos através de suas práticas de acordo com suas crenças e valores, indo para a combinação entre exigência e responsividade. Estes autores ressaltaram a importância de se manter clara a diferença entre "estilo" parental e "práticas" parentais, que correspondem a comportamentos definidos por conteúdos específicos e são estratégias usadas para suprimir comportamentos considerados inadequados ou incentivar a ocorrência de comportamentos adequados (ALVARENGA, 2001 apud WEBER; BERNARDI; SALVADOR, 2006).

Para as autoras, as pessoas tendem a repetir, ao serem pais, os modelos aprendidos em sua própria família. Em um estudo semelhante, Bowlby (1990 apud WEBER; BERNARDI; SALVADOR, 2006) diz que as pessoas internalizam as experiências com seus significantes na forma de modelos de relacionamento e que estes, uma vez formados, são resistentes a mudanças. E ainda, quando fora da família relacionamentos são explorados, elas provavelmente escolhem parceiros que validam suas estratégias internas e, quando essas pessoas se tornam pais, geralmente estabelecem com seus filhos um padrão de relacionamento similar (já conhecido). Os mesmos estudos revelam que, baseando-se na sua infância, algumas mães quebram padrões, influenciam e modificam as memórias sobre essa fase da vida, vivenciando com seus filhos, relacionamentos mais equilibrados, mais sensíveis e menos evasivos.

Pesquisas com mães das décadas de 30-40 e 50-60 em Biasoli-Alves; Caldana (1998), Caldana e Silva (1997, p. 51), mostram que essas mães tinham suas atitudes e crenças sobre a educação dos filhos calcadas no sistema em que foram educadas e em conselhos de suas mães e sogras; enquanto as das décadas de 70-80 apresentaram um padrão diferenciado. Mantinham a educação recebida dos pais e avós, porém, buscavam validar isso na orientação cientificista baseada em livros, artigos de revistas ou conselhos de pediatras e psicólogos. Isto não quer dizer que não se abstraem mais os ensinamentos das mães e sogras, mas de forma menos significativa e que além destas referências, livros, revistas, pediatras, orientam as novas mães sobre a gestação, amamentação, cuidados, a escolha da escola, dos esportes, entre outros.

Observa-se, com isso, que a família é uma instituição que está passando por profundas transformações e que as formas como elas se organizam e os princípios e regras que regem suas relações são muito variados (GUARÁ, 2010). Nesse sentido, ressalta-se que as relações familiares não podem ser examinadas como um sistema isolado. Essa afirmação encontra-se nos estudos dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner (1986, 1992); Koller (2009), apontando que o indivíduo deve ser focalizado em relação às circunstâncias de sua vida, tanto físicas como sociais. Deve-se levar em consideração não somente as características individuais e as relações dentro da família, mas as mudanças no ambiente próximo em um determinado tempo histórico.

Sobre tempos históricos, Azevedo (2008, p. 12) descreve a família como “Prato difícil de preparar. São muitos ingredientes. Reunir todos é um problema. Fazer uma família exige coragem, devoção e paciência.” E complementa:

Família é prato que emociona. E a gente chora mesmo. De alegria, de raiva ou de tristeza. temperos exóticos alteram o sabor do parentesco. Família é prato extremamente sensível. Tudo tem de ser muito bem pesado, muito bem medido. Principalmente na hora que se decide meter a colher. Saber meter a colher é verdadeira arte. Uma grande amiga minha desandou a receita de toda a família, só porque meteu a colher na hora errada.

O pior é que ainda tem gente que acredita na receita da família perfeita. Bobagem. É ilusão. Família é afinidade, é "À Moda da Casa". E cada casa gosta de preparar a família a seu jeito. Há famílias doces. Outras, meio amargas. Outras, apimentadíssimas. Há também as que não têm gosto de nada - seriam assim um tipo de "Família Diet", que você suporta só para manter a linha. Seja como for, família é prato que deve ser servido sempre quente, quentíssimo. Uma família fria é insuportável, impossível de se engolir.

Há famílias, por exemplo, que levam muito tempo para serem preparadas. Fica aquela receita cheia de recomendações de se fazer assim ou assado - uma chatice! Outras, ao contrário, se fazem de repente, de uma hora para outra, por atração física incontrolável - quase sempre de noite. Você acorda de manhã, feliz da vida, e quando vai ver já está com a família feita. Por isso é bom saber a hora certa de abaixar o fogo. Já vi famílias inteiras abortadas por causa de fogo alto.

Enfim, receita de família não se copia, se inventa. A gente vai aprendendo aos poucos, improvisando e transmitindo o que sabe no dia-a-dia. A gente cata um registro ali, de alguém que sabe e conta, e outro aqui, que ficou no pedaço de papel. Muita coisa se perde na lembrança. (...) Família é prato que você tem que experimentar e comer. Se puder saborear, saboreie. Aproveite ao máximo. Família é prato que, quando se acaba, nunca mais se repete. (AZEVEDO, 2008, p. 12-14).

Mesmo diante de tantas mudanças, seja nas configurações, seja na situação econômica e social, independente do tempero, a família ainda é entendida como sendo o elo primário de desenvolvimento dos seus pares, nela abrigam-se características que irão repercutir no indivíduo para o resto da vida ou, no mínimo, durante o tempo que permanecer sob o seu cuidado. Entretanto, todas as mudanças, sejam cognitivas, sociais, de personalidade, que caracterizarão esse indivíduo ao longo de seu desenvolvimento não se deverão exclusivamente às experiências vividas no interior do modelo de família onde nasceu, mas das interações dialéticas do homem e seu meio sócio-cultural. Ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo (VYGOTSKY, 1978).

Na teoria sócio-interacionista de Vygotsky (1978), o homem é educado pelo homem que se realiza apenas e somente no meio social, ou seja, na interação do sujeito com o objeto, mas que seja partilhada e socialmente mediada com e pelo outro. Segundo Vygotsky, as características de cada indivíduo vão sendo formadas a partir das inúmeras e constantes interações do dele com o meio, compreendido como contexto físico e social, que inclui as dimensões interpessoal e cultural. Nesse processo dinâmico, ativo e singular, o indivíduo estabelece, desde o seu nascimento e durante toda a sua vida, trocas recíprocas com o meio, já que, ao mesmo tempo em que internaliza as formas culturais, as transforma e intervém no universo que o cerca.

Cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É preciso adquirir o que foi

alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Para Vygotsky, as relações humanas são construídas e sustentadas nos recursos culturais humanos adquiridos ao longo do desenvolvimento. A mediação social representa o meio/modo de nossa relação com o mundo. Assim, toda relação é construída pela interação entre sujeitos e o mundo por meio de instrumentos culturais, *meios artificiais* que são criados e ao mesmo tempo criam as condições dessas interações (ANDRADE, 2008). É da ação partilhada que surge a dinâmica das significações e dos sentidos, possibilitando, assim, que a invenção e o uso de signos como instrumentos psicológicos sustente a atividade mediada como forma de ação transformadora do meio e do próprio homem.

A família é, portanto, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de "sentimento de família" o qual se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo familiar (AMARAL, 2001). Enquanto espaço de desenvolvimento humano, a família se constitui a partir de relações sociais vivenciadas que, através dos meios simbólicos, possibilitam que ocorra a construção de conhecimentos, valores, modos de agir, no curso da individuação.

Nessa perspectiva, para Vygotsky (1991), a linguagem assume função central. É através dela que o homem se comunica e vai se constituindo em suas interações. Ela permite a categorização do mundo, a possibilidade de abstração e a generalização dos objetos, o funcionamento psíquico superior, pois o homem pode agir e pensar sobre os objetos sem que eles estejam presentes e relacionar-se com o mundo através da mediação dos significados construídos pelo grupo social do qual ele faz parte. Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1991) atribui ao signo a função mediadora. O signo é o instrumento psicológico usado pelo homem para comunicar-se, significar as vivências, categorizar e analisar as coisas do mundo. Vygotsky refere-se ao signo como apresentando a função que afeta o comportamento do homem. Essa ideia deixa claro, para o autor, o papel da linguagem, ou seja, o sujeito é necessariamente constituído pela linguagem e o meio social, fator fundamental para o desenvolvimento.

Não dá para prever o desenrolar da história dos indivíduos, pois cada um pode passar por diferentes fases na sua vida em família: o casamento, separação, o celibato, famílias monoparentais, entre outros. Por outro lado, a família pode ser ameaçada na sua segurança e identidade dos seus membros, dificultando a forma

de lidar com os eventos da vida específicos da experiência humana como: tempo de vida, aprendizagem, educação, criação. A família é claramente o primeiro ambiente de aprendizagem não somente das crianças, mas também dos adultos. É ela quem deve proteger as crianças, garantindo a sobrevivência da dignidade (RODRIGO; PALÁCIOS, 1998).

Nesse sentido, regras, valores e estabilidade familiar devem funcionar como marco para as diferentes famílias, dando a elas, sentido de pertença. Mas, como se sentir pertencente a um espaço que, ao mesmo tempo, exclui e viola qualquer possibilidade de expor suas idéias, desejos e necessidades? Uma das formas de habilitar essas mulheres é dando a elas condições e oportunidades de exercitar vez e voz pela voz. Entre os meios, a entrevista, a partir de relatos da história de vida que envolve cada uma das mulheres, neste caso e em especial, as mulheres-mães com filhos acolhidos. São esses os aspectos relacionados aos ideais de vida que irão responder às nossas necessidades como seres humanos. Segundo Bronfenbrenner (1987, 1996), a família mostra aos seus membros o que é esperado deles, considerando o que é visto e valioso na sociedade. Esse pensamento o levou a estudar a família como um sistema embutido dentro de outros sistemas. Um sistema que troca energia e informação com o seu meio ambiente, constituído por múltiplos micro-sistemas o que a define como sistema entre muitos sistemas sendo a interação constituída por elementos ligados entre si, de forma que uma mudança em um elemento será seguida por uma nova mudança nos outros elementos.

A família como sistema tende, cada vez mais, a transformar-se de experiência total e permanente em experiência parcial e transitória da vida individual. Ou será que estamos frente a um novo modelo de família ou simplesmente “famílias”?

O universo familiar é único para cada família, mas circula na sociedade pelas interações com o meio social em que vive. Se esse meio for precário, as famílias se apresentam sem condições de suprir as suas necessidades básicas bem como a dos filhos, tais como moradia, alimentação, saúde e educação. Como consequência desses fatores, a família fica vulnerável a inúmeras situações e, como se não bastasse, sofre o processo de exclusão social que, por sua vez, dificulta o convívio saudável, favorecendo o desequilíbrio das relações e a desagregação familiar. A esse respeito, à medida que a família encontra

dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, são criadas situações de vulnerabilidade.

1.1 Família: da vulnerabilidade ao risco pessoal e social

“O homem não é nada mais do que aquilo que faz a si próprio”.

Jean Paul Sartre

Apesar de a “pobreza” estar presente desde a criação da humanidade como temática quem está ganhando espaço na literatura atual é a “vulnerabilidade social” que, segundo Bourdieu (1997, 2001); Guareschi (2007), é uma nomenclatura moderna da pobreza. Entretanto, observa-se que a vulnerabilidade está fortemente associada à pobreza, enquanto esta está frequentemente associada ao conceito de “risco” e “família problemática”, bem como de “exclusão social”.

Estudos de Sousa (2004), Sousa e Ribeiro (2005, p. 8) sobre a família e seus múltiplos problemas têm procurado aprofundar as características, suas competências e recursos. Para esses autores, costuma-se frequentemente designar as famílias que conjugam uma diversidade de fatores de risco como famílias multiproblemáticas. São assim entendidas pelas características de um conjunto de problemas (PACKMANN, 2007) que têm repercussões num número indeterminado de elementos da família, em diferentes dimensões do seu funcionamento. Nesse sentido vale lembrar que muitas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade e não apresentam multiproblemas.

Para entender quais elementos presentes na dinâmica familiar e comunitária são potenciadores de vulnerabilidade, estudos sobre essa temática e suas múltiplas dimensões vêm ganhando espaço também nas esferas governamentais vinculadas aos programas sociais e políticas públicas. No caso das famílias, foco deste estudo, são muitas as dimensões que caracterizam situações de vulnerabilidade, afetando diretamente seu modo de ser e de viver, além de conferir algumas peculiaridades na organização dos núcleos familiares em que vivem essas famílias.

Por vulnerabilidade entende-se a predisposição individual para desenvolver variadas formas de psicopatologias ou comportamentos não eficazes, ou suscetibilidade para um resultado negativo no desenvolvimento (LUTHAR, 1991; DE ANTONI; KOLLER, 2002). Entender quais fatores promove a vulnerabilidade

levou alguns pesquisadores (RUTTER, 1987; KOLLER, 1996; VIGNOLI, 2001; PETRINI, 2003, entre outros) a discutirem quais fatores desencadeiam a vulnerabilidade, a população atingida e suas consequências.

De acordo com Abramoway, Castro, Pinheiro, Lima, e Martinelli (2002); Rocha, (2011), vulnerabilidade social é o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade (p.12). Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores e está relacionado com o maior ou menor grau de qualidade de vida das pessoas.

Partindo dessa ótica, a vulnerabilidade refere-se a todos os elementos que agravam a situação de risco ou impedem respostas satisfatórias ao estresse. O que difere este conceito da resiliência é que esta diz respeito à dialética risco-proteção, ao polo oposto, ao eixo risco-vulnerabilidade e pode ser compreendida como variações individuais em resposta a situações de risco (RUTTER, 1987). Seria a capacidade de emitir uma ação com um objetivo definido e com uma estratégia de como alcançá-lo.

O termo vulnerabilidade, de acordo com Carneiro (2005), tem sido tratado pela literatura, basicamente, em três sentidos distintos, embora complementares. O primeiro deles relaciona vulnerabilidade à ausência e escassez de renda das famílias ou indivíduos, devido a sua inserção precária ou não-inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, vulnerabilidade denota pobreza em termos monetários. O segundo sentido acrescenta à pobreza, a falta de acesso, ou acesso precário, das famílias e/ou indivíduos aos principais bens e serviços, tais como: moradia, saúde, educação, alimentação etc, em virtude da ausência ou não efetividade das políticas públicas em prover esses bens e serviços a todos os segmentos da população. O terceiro sentido de vulnerabilidade, apontado pela literatura, relaciona-se à pobreza, mas não apenas relativo à renda ou acessibilidade aos bens e serviços sociais, mas principalmente às fragilidades que as envolve. A pobreza, nessa perspectiva.

É definida como privação de capacidades, sendo pobres aqueles que carecem de capacidades básicas para operarem no meio social, que carecem de oportunidades para alcançar níveis minimamente aceitáveis de realizações, o que pode depender da renda que os indivíduos detêm” (CARNEIRO, 2005, p. 71).

Pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se evidencia quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Pobreza tem uma dimensão social e simbólica que define os “pobres”. Para eles os sofrimentos são silenciosos, individuais e conseqüentemente sociais, alguns mais agudos, outros novos, que em geral a miséria impede de exprimir, é que têm a palavra. Por outro lado, as dimensões social e simbólica não excluem a dimensão econômica, mas também não se subordinam a ela.

O Brasil, nas últimas décadas, vem impondo uma enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza que excluem parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. Uma vez excluídos, os indivíduos se constituem em situação de risco pessoal e social dificultando as relações familiares. (GUARESCHI, 2000). Os depoimentos a seguir revelam situações de exclusão enfrentadas não só pelas famílias pesquisadas, mas por grande parte das famílias em Curitiba – PR.

Até os 7 anos eu não estudei. Eu estudei no norte, andava 2 km a pé, no mato, um mato.....ia e voltava naquele solão quente, eu e meu irmão, daí nós chegava e e ficava em casa, era quando a minha mãe tava doente, meu pai já tinha morrido, foi aí que vim morá com meu irmão. (Dora).

Aí, aqui eu não tinha água, não tinha luz, as crianças pequenas, os outros já estavam na ONG, ficava eu com dois pequenos, não tinha água, não tinha luz, fui trabalhar, aí ficava ele por aí. Um dia ele foi no padreiro, ele saiu e desapareceu, não falou nada, ficou 2 anos sumido e eu também não fui atrás dele. Depois de um tempo ele apareceu, mas eu não fiquei com ele, fiquei com medo dele. Cida).

Para Guareschi, pobreza, fome, miséria, violência e exploração são significantes poderosos constituintes da nossa sociedade. Enquanto tais, eles resistem e perpetuam uma ordem social que deve ser radicalmente questionada. Ainda sobre a pobreza, quando passa a ser crônica, combatê-la torna-se um desafio maior. A condição de pobreza crônica é quando um indivíduo permanece por um longo período de tempo na condição de pobreza, situação que pode representar uma situação de comprometimento das capacitações fundamentais e, inclusive, um processo de adaptação/acomodação. Tal condição pode estar relacionada a vários aspectos, como os fatores intergeracionais, que procuram explicar a cronicidade da pobreza a partir de aspectos passados de geração para geração, ou a condição dos pais pode influenciar a condição em que os filhos irão encontrar-se (NAIF, CALDEIRA, PENA, DINIZ, 2007).

Dos diferentes aspectos frequentemente apontados para justificar a pobreza, Lewis (1969 apud LAMONT; SMALL, 2008) cita a cultura e a pobreza. A “cultura da pobreza,” refere Lewis, surgiu quando determinada parte da população foi social e economicamente marginalizada pela sociedade capitalista, pelos padrões de comportamento desenvolvidos para lidar com sua baixa condição de vida. Esse comportamento foi caracterizado por baixas aspirações, apatia política, desamparo, desorganização, provincianismo, a depreciação dos chamados valores da classe média. Uma vez que essa cultura estava presente no contexto, os sujeitos desenvolveram mecanismos que tendem a perpetuá-lo, mesmo se as condições estruturais são alteradas. No caso das famílias participantes deste estudo, a cultura e a pobreza estão fortemente marcadas nas narrativas sobre as incansáveis idas e vindas da família em diferentes contextos, primeiro com a família biológica, perpetuando-se na sua família atual.

Maslow (1943) em seus estudos descreve uma hierarquia de necessidades pelas quais a família pode vir a passar e que tem como consequência a degradação dos vínculos afetivos e sociais que não necessariamente a pobreza, mas a falta de instrumentos emocionais e sociais para enfrentar as diferentes necessidades.

FIGURA 1- PIRÂMIDE DE HIERARQUIA DAS NECESSIDADES DE MASLOW



FONTE: www.googleacademico.com

Com base na pirâmide das necessidades, Maslow buscou compreender o homem dentro de uma percepção multidimensional, considerando a existência de diversas necessidades, desde as mais básicas, às mais complexas. Sendo assim, os seus estudos concluem que, estando a família vulnerável nas necessidades mais básicas, certamente estará vulnerável nas mais complexas. Uma vez vulnerável, a família e seus membros encontram menos motivação para a mudança, sendo a motivação entendida como algo que impulsiona a pessoa a querer ir em direção à ação.

Entre os diferentes fatores, a vulnerabilidade familiar está também aliada à sobrecarga de papéis assumidos pelas mulheres frente às dificuldades sociais, econômicas e de violência experimentadas por elas; isso expõe uma face perversa da condição feminina, sobressaindo, por um lado, a baixa auto-estima, as frustrações, os medos e anseios e, por outro, a coragem e a perseverança na luta pela sobrevivência. A par da vulnerabilidade social a que estão expostas, pode-se constatar que elas também apresentam alto grau de vulnerabilidade emocional, seja pelo sentimento de abandono, seja pela violência e exploração a que foram submetidas, seja pela fragilização a que estão expostas cotidianamente na busca de estratégias para a sobrevivência de seu núcleo familiar.

Devido ao crescente aumento de famílias em situação de vulnerabilidade social, principalmente da pobreza, o conceito de vulnerabilidade social tem sido utilizado por distintas agências, como a da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Nessa agência, seus autores partiram do conceito mais geral de debilidades ou fragilidades, tentando fugir do sentido de passividade que, segundo eles, o conceito sugere. Para definir a vulnerabilidade, recorreram a diversas unidades de análise — indivíduos, domicílios e comunidades —, além de recomendar a identificação de cenários e contextos (VIGNOLI, 2001; ARRIAGADA, 2001; FILGUEIRA, 2001; PESCE; ASSIS; SANTOS; CARVALHAES, 2004). Entretanto, vemos que essa definição conduz o olhar a planos múltiplos e, em particular, a estruturas sociais vulnerabilizantes ou a condicionamentos de vulnerabilidades. A esse respeito, citamos Figueira (2001):

Durante la década de los noventa, el desarrollo del marco "activos-vulnerabilidad" o del a set-vulnerability-framework, para expresarlo em su terminología original, se volvió una de las ideas mas novedosas de la literatura que estudia el fenómeno de la pobreza en las sociedades contemporáneas y en particular, en los países de la periferia. En su concepción inicial, el nuevo marco estuvo orientado por el interés en demostrar las potencialidades de un abordaje acerca de los recursos que

pueden movilizar los hogares o los individuos, sin circunscribir-lo a la noción de capital en terminos exclusivamente economicos o monetarios. Recorre a diversas disciplinas, como la sociología, la antropología y la psicología social... con la preocupación de diseño e instrumentos de políticas sociales (por ejemplo, de combate a pobreza) identifica activos relevantes para el desempeño de los individuos, como el "capital social". (FILGUEIRA, 2001, p. 2)⁴.

Com relação à colocação de Filgueira, antes de entrar no mérito desta questão é preciso pesquisar mais, e também no que se refere a ambientes ou "inseguranças e incertezas", justamente por se entender a vulnerabilidade social como sendo um tema jovem no campo da educação e psicologia social (VIGNOLI, 2001; CEPAL, 2000).

Estudos semelhantes sobre políticas públicas voltadas às famílias brasileiras vêm se destacando a partir do desenho existente de famílias (PEREIRA, 1994; SOUSA; RIZZINI, 2001; PERES, 2001; CARVALHO, 2002; SARTI, 2002; 2004; DESLANDES; ASSIS; SILVA, 2004; RIZZINI, 2008). Eles apontam a família como a centralidade nas diretrizes de políticas públicas, indicam que a família continua sendo um lugar privilegiado de proteção e pertencimento. Indicam, ainda, que embora persista uma tendência à idealização da família, ela aparece também como um espaço passível de conflitos e contradições. Tanto os conflitos quanto as contradições são frequentemente apontados como fatores recorrentes dos espaços vulnerabilizados.

Autores de outras agências de estudo, segundo Filgueira (2001), recorrem ao conceito de vulnerabilidades sociais na tentativa de desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades para acionar resistências e enfrentamentos diante de circunstâncias socialmente negativas. Isso aponta para uma espécie de resiliência positiva a qual se revela quando o vivido resulta em aprendizado de formas de resistência e em formas criativas de lidar com os riscos e obstáculos.

Essa vulnerabilidade positiva mostra-se como conceito subsidiário nos debates de Bourdieu (2001 apud FILGUEIRA, 2001) sobre capital cultural, social e simbólico, ou seja, aquele que se adquire por "relações de comunicação", tomando consciência de violências simbólicas e sinais de arbitrariedade. Para o sociólogo

⁴ Durante os anos noventa, o desenvolvimento do quadro de "vulnerabilidade" ou um cenário de vulnerabilidade estrutural, expressão na terminologia original, tornou-se uma das idéias mais inovadoras da literatura que estuda o fenômeno da pobreza nas sociedades contemporâneas e, em particular, nos países da periferia. Na sua concepção inicial, o novo quadro foi orientado pelo interesse em demonstrar as potencialidades de uma abordagem sobre os recursos que podem mobilizar os pares ou os indivíduos, sem a restringir à noção de capital em termos exclusivamente econômicos ou monetários. Recorre-se a várias disciplinas, tais como a sociologia, antropologia e psicologia social ... com a preocupação de elaborar e implementar políticas sociais (por exemplo, de combate à pobreza) ... identifica os aspectos relevantes para o desempenho dos indivíduos como "capital social". (Tradução da pesquisadora).

francês, o termo “violência simbólica” foi criado com o objetivo de elucidar as relações de dominação que não pressupõe a coerção física ocorridas entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social. Corresponde a um tipo de violência que é exercida, em parte, com o consentimento de quem a sofre. A raiz da violência simbólica estaria desse modo presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Assim, a violência simbólica nem é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para outro. (BOURDIEU, 2001). Exemplos de violência simbólica estão presentes nas famílias e escolas, legitimados de estratégias punitivas em relação aos filhos e alunos (como reprovações e castigos) que não se enquadram nos moldes sociais. Em ambos os contextos, esse tipo de violência é menos percebido porque atualmente a atenção está voltada para a prática do “bullying” esquecendo que esse momento surge quando as vulnerabilidades vividas trazem a semente positiva de "um poder simbólico de subversão" (2001, p.15).

Em tal perspectiva, alguns autores como Moser (1999 apud FILGUEIRA, 2001) entendem o conceito de vulnerabilidade como ferramenta eficaz para analisar a situação dos indivíduos socialmente excluídos na América Latina, pois este contribui para uma ampla compreensão de vicissitudes e idiosincrasias, que vão além dos atributos de renda na realidade dos pobres.

Apesar do uso histórico do termo *vulnerabilidade* em diversos estudos sociais, as aproximações analíticas deste conceito datam apenas dos últimos anos, período de maiores reflexões sobre as limitações dos estudos, sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas a eles associados na América Latina. Assim, os trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram motivados pela preocupação do fenômeno da pobreza e em estender o conceito às diversas modalidades de desvantagem social (VIGNOLI, 2001, p. 30). Para a autora, tais desvantagens são percebidas como produtos de dinâmicas sociais pautadas por desigualdades, segregações, inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho; ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade, cultura da paz e distanciamento em relação aos modelos que vinculam esforços a êxitos.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, está intimamente ligada a questões sociais

envolvendo sujeitos e espaços fragilizados. A fragmentação urbana existente, a crescente segregação residencial, distintos níveis de acesso a serviços públicos como educação, saúde e oferta de bens culturais, são determinantes do processo de manutenção e reprodução da pobreza e da desigualdade social (BUSSO, 2001; GUARESCHI; REIS; HUNING; BERTUZZI, 2007; CARNEIRO, 2005).

No caso da família, ela está em constante mudança; existe, portanto, uma relação entre vulnerabilidade de estar em risco e os fatores de risco que podem ser provenientes das mudanças, de problemas no lar, na escola, no bairro, etc. Estar em situação de risco pessoal e social significa ter os direitos violados, ou estar em situação de contingência (pessoa com deficiência ou idosa necessitando de atendimento especializado). Fatores de risco são aquelas condições ou variáveis que estão associadas com a maior probabilidade de resultados desenvolvimentais negativos ou indesejáveis – morbidade, mortalidade, de acordo com o uso mais clássico, ou, mais recentemente, comportamentos que podem comprometer a saúde, bem estar ou a performance social (COWAN; COWAN; SCHULZ, 1996; JESSOR *at al* 1995 apud MORAIS, 2009).

Mesmo estando presente na história dos serviços sociais, o número de famílias em situação de vulnerabilidade social é bastante significativo. Cabe, nesse sentido, um trabalho de vigilância voltado às famílias, objetivando atender às necessidades básicas da população que se encontra em situação mais vulnerável, colocando-se, assim, como política estratégica no enfrentamento da exclusão social. Essa indicação é do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Nesse espaço, a família ganha uma centralidade importante e deve ser atendida no âmbito da proteção social básica, destinada aos que vivem em situação de vulnerabilidade social, tendo como unidade básica os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e, na proteção social especial, destinada ao atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, tendo como unidade básica os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), (GUARÁ, 2010).

Na ótica de Rizzini (2003), embora o foco das discussões se mantenha na parcela da população pobre, há contadições entre o que se discute e o que é real. A autora quer dizer que os discursos dominantes sobre os direitos humanos, equitatividade, globalização, nas últimas décadas, foram palco de crescente distanciamento entre ricos e pobres, mas o discurso que prevalece é focado no pobre, esquecendo que parte da população considerada rica apresenta problemas

semelhantes aos pobres. A questão é: discutir as condições em que vivem os ricos não gera impacto sobre como discutir a pobreza. (RIZZINI, 2003).

Situações negligentes e demais formas de violência envolvendo as famílias se repetem geração após geração. Supõe-se que a violência esteja presente na condição humana como fenômeno biopsicossocial, mas que não seja inerente à natureza humana, embora se encontre registrada nos diferentes contextos históricos que a retratam (MINAYO, 2004, 2005; SILVA, 2005). Para Faleiros (2005, p. 6), a violência é uma expressão relacional de poder, como forma de exercício de dominação, de imposição como de reação de quem tem seu poder enfraquecido, como revide [...] está situada no contexto de negação da vida. Assim sendo, a violência é um fenômeno multifacetado, realidade complexa que implica em conflitos e relações de poder, constituindo violação aos direitos humanos.

Quando há situações de violência na família, conseqüentemente, tanto os pais quanto os filhos são punidos. Em Miotto (2004), encontramos que é preciso aprofundar o debate sobre as relações entre as famílias e o estado. Para Rizzini (2005), há que se criar outras formas de suporte básico à família para apoiá-la em todos os sentidos, evitando agir somente quando as crises e vulnerabilidades despontam. Para ambos, trabalhar a prevenção é, sem dúvida, o caminho mais indicado também neste caso. Há de se criar formas de prevenção quando observadas situações intrafamiliares, pois diferente do que se pensa ao abordar os fatores de vulnerabilidade, a pobreza ou a miséria, os fatores amplamente pesquisados e apontados como fatores de risco, são apenas um deles. Há outros muito significativos, mas passam despercebidos até mesmo pelos familiares, como pais com baixa- auto-estima, dificuldades com a solução de problemas, desigualdade entre o homem e a mulher, pais com histórico de abuso e maus tratos (CALHEIROS, 2006) ou rejeição na infância, carência de vínculos afetivos na família, violência dentro de casa, castigo físico contra os filhos e falta de apoio da comunidade e comunidade com histórico de violência. Em estudos de Bernardi e César (2004) e dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 2004, observa-se:

Essa família empobrecida, embora conte eventualmente com relações de solidariedade parental ampliada e conterrânea, tem experimentado uma crescente diminuição de sua capacidade de proteger seus membros. Criar e educar os filhos, garantindo-lhes o usufruto de todos os direitos de que são titulares como pessoas em situação peculiar de desenvolvimento, tem sido tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias, sem garantia de alimento, de moradia, de trabalho, de assistência à saúde, escolaridade e todos os serviços que

definem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo (BERNARDI; CESAR, 2004; IBGE, 2004).

Este cenário, consequência da profunda desigualdade social, colabora para que a violência perpasse as relações em todas as esferas humanas e sociais. Para a família marcada por “faltas” e “perdas”, a casa representa um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade. Essa visão é também de Gomes (2003). Para este autor, quando a casa deixa de ser um espaço de proteção para ser um espaço de conflito, ela já está vulnerável ou em risco. Uma vez que esta família não dispõe de redes de apoio para o enfrentamento das adversidades, que seus direitos estão sendo violados ou negados, a superação dessa situação se dá de forma muito fragmentada e, dificilmente, a família consegue mudar a realidade: o que acontece, são sucessivas situações de vulnerabilidade que se repetem por gerações uma vez que as famílias acreditam não haver soluções para suas vidas.

Essa ausência de esperança e crença pode ser atribuída ao que refere a profecia ou efeito auto-realizável, também chamado de efeito pigmalião ou efeito Rosenthal, nomeado pelos renomados psicólogos americanos Robert Rosenthal e Lenore Jacobson (1968). É o nome dado em psicologia ao efeito de nossas expectativas e percepção da realidade sobre a maneira como nos relacionamos com ela, como se realinhássemos a realidade de acordo com as nossas expectativas. A profecia auto-realizável diz que, quanto mais as pessoas acreditam em uma coisa, mais elas podem influenciar no seu acontecimento.

Analisando pela ótica das mulheres-mães deste estudo, o fato de conviverem com a pobreza e a violência cotidiana faz com que acreditem que será sempre assim, que não há jeito. Nesse sentido, referem os autores, quando se esperam coisas positivas desses lugares, elas tendem a vir; quando se esperam coisas negativas, elas provavelmente serão confirmadas. A expectativa de uma mudança na vida dessas mulheres costuma levar um certo tempo para acontecer e muitas vezes não acontece e, por consequência, influencia a maneira como elas se comportam e o comportamento aumenta a possibilidade de que um evento ocorra. Isto acontece em várias esferas da vida.

Em termos práticos, se vemos alguma pessoa como sendo “violenta” e acreditamos que é “perigosa”, tendemos a agir como se ela realmente fosse assim, levando-a a se comportar assim, fechando-se para a mudança, o que a faz reproduzir a imagem criada. Quem tem expectativas ruins sobre os outros, não

acredita neles, não vê suas qualidades, costuma colher o pior dos outros; já quem os vê pelo lado positivo, que foca nas virtudes, que tem expectativas boas sobre eles, tende a obter o melhor de cada um, tornando a convivência mais saudável. Ao longo da vida, quem acredita mais nos outros vai emitindo sinais positivos sutis na fala, no tom de voz, na expressão não-verbal e vai, dessa maneira, criando relações sólidas e saudáveis e com gente admirável. Já aquele que dia a dia olha para os outros com uma expectativa negativa vai emitindo mensagens de descrença e afastamento, contribuindo para que os outros nunca possam mostrar o melhor de si. Com o passar do tempo, os sinais sutis farão uma grande diferença em seus relacionamentos, resultados, trabalho e em toda sua vida (ROSENTHAL; JACOBSON, 1968). Assim, como afetamos os outros com a imagem que fazemos deles, a nossa auto-imagem, nossa maneira de vermos a nós mesmos também afetam nosso comportamento e maneira de encarar a vida.

Não por acaso, a atual Política Nacional de Assistência Social (PNAS), prevê que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, ou seja, a família como o principal “núcleo de apoio” (Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Combate à Fome, Secretaria de Assistência Social (SAS, 2004, p.11). Entretanto, a proposta apresentada não passa de uma discussão que há muito tempo vem se alongando, mas não se efetiva, deixando claro que a vulnerabilidade, seja ela entendida como pobreza, seja entendida como exclusão, é um fenômeno multidimensional e multicausado; não basta discutir, é necessário efetivar as ações.

Na medida em que a vulnerabilidade envolve a família em fatores, tais como a perda de auto-estima e da identidade, enfraquecimento dos laços familiares, sociais e comunitários, converge para a degradação dos vínculos, seguindo para a situação de pobreza, contribuindo para sua manutenção, pois baixa auto-estima, resignação, apatia, ressentimento, subalternidade, baixa expectativa acabam por limitar as possibilidades de as pessoas pobres se apropriarem de sua vida e acharem saídas possíveis para a situação em que se encontram (CARNEIRO, 2005, p. 75).

Em Curitiba – Paraná, ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social vêm ganhando forças nos programas da Fundação da Ação Social (FAS). Para identificar onde essas famílias estão e como vivem foi estabelecida, uma pontuação para verificar esses níveis de vulnerabilidade, a saber:

QUADRO 1- ESCORE DO GRAU DE VULNERABILIDADE EM FAMÍLIAS DE CURITIBA-PARANÁ-BRASIL.

Valor dos Escores	Grau de Vulnerabilidade
0 a 5	Baixo– Nível I
6 a 10	Baixo – Nível II
11 a 15	Baixo – Nível III
16 a 20	Médio
21 a 25	Alto – Nível I
26 a 30	Alto – Nível II
31 a 35	Alto – Nível III

FONTE: Protocolo de Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba- CRAS.

A partir deste delineamento, as ações são desenvolvidas com olhar na família e onde ela mora. No trabalho com a família são desenvolvidos os princípios de protagonismo e conquista de autonomia. O atendimento integral a famílias em situação de vulnerabilidade social é executado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades de atendimento vinculadas e entidades conveniadas, com serviços de proteção sócio-familiar. Como proposta, realiza trabalho de escuta e abordagem social nas ruas, praças e locais mapeados como de incidência de população em situação de rua, mendicância, trabalho infantil, exploração sexual, entre outras situações de violação de direitos; acolhimento de famílias e pessoas, natureza e identificação das violações, condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições. Ainda em Curitiba, serviços realizados nas unidades dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e ao Programa de Atendimento à Família e ao Indivíduo (PAEFI) têm por objetivo apoiar, orientar e acompanhar as famílias em que uma ou mais pessoas estejam diante de situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física, psicológica e sexual e discriminações sociais de qualquer tipo ou violação de direitos.

Tanto no CRAS como na FAS, CREAS e PAEFI, o trabalho voltado às famílias é pautado em abordagem psicossocial e jurídico-social, com foco na superação da violação de direitos, fortalecimento de vínculos e mudança dos fatores que contribuem para as violações. Cada unidade deve garantir atenção imediata, adotando procedimentos necessários para a inclusão da família e seus

membros em serviços sócio-assistenciais ou da rede de proteção social. Nas unidades dos CRAS são executados os serviços de proteção social básica, destinados à população em situação de vulnerabilidade social, em articulação com a rede sócio-assistencial destinados à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos; os serviços e as atividades visam prevenir as situações de risco, reforçar o principal papel da família como referência para cada um de seus integrantes e fortalecer seus vínculos internos e externos.

Outra proposta atende a saúde da mulher em Curitiba. Extensivo ao estado do Paraná o Projeto Família Curitibana integra o Programa Promoção e Assistência Social. O projeto compõe o eixo “Cuidar em Curitiba” e tem como proposta, a intervenção integrada de proteção, promovendo as condições de vida das 7.000 famílias para níveis de emancipação e sustentabilidade. Essas famílias foram identificadas pela análise de dados do Cadastro Único e do Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias (IVSF) e consideradas com maiores índices de vulnerabilidade sócio-econômica. O modelo de atuação se baseia na diretriz de investimento no capital social das famílias, de forma que elas recuperem ou ampliem sua capacidade funcional e resolutiva para a superação de suas dificuldades (COMTIBA/FAS, 2011).

FIGURA 2 - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA FAS



FONTE: <http://www.fgv.br/cps/vulnerabilidade/> Acesso em: 08/02/2012

Os índices de vulnerabilidade divulgados pelo Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente (COMTIBA) revelam que, entre os fatores de risco, a situação de pobreza ou miséria pode tornar mais difícil enfrentar os eventos naturais da vida e os prejuízos físicos ou sócio-emocionais em ocorrências de

abandono, negligência, discriminação ou violência dentro ou fora do lar. Diante desse quadro, a situação de vulnerabilidade é visível e dificilmente a família consegue mudá-la. À luz dessa idéia, pensar a família significa pensar para além do que se vê e, ao culpabilizá-la pela situação em que se encontram seus membros, tentar valorizar as suas “fortalezas e potencialidades”, possibilitando a proteção com desenvolvimento e emancipação no processo de autonomia e a busca pelos serviços e programas sociais públicos, para que ela possa desempenhar o seu papel de proteção dos seus pares.

Vale ressaltar que os sintomas da vulnerabilidade não afetam apenas as famílias brasileiras e curitubanas; refletem-se na maioria dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, dentre eles, Portugal.

As desigualdades, a pobreza, e a vulnerabilidade social são as três questões que mais contribuíram para fragilizar a estrutura familiar portuguesa estável, levando-a a situações extremas de desestruturação pessoal ou mesmo à destruição da própria família. Nos últimos anos viver e trabalhar em Portugal têm sido um desafio diário, principalmente para as famílias com filhos e idosos. A situação econômica do país, segundo o Observatório das Famílias e das Políticas de Famílias (OFAP), gerou desemprego e milhares de desempregados, instaurando medo, insegurança entre as famílias e uma crescente e alarmante situação de pobreza, bem como de novos arranjos familiares (OFAP, 2011). O relatório da OFAP concluiu que o fato de existir uma pobreza instalada no seio da família, só por si origina uma série de problemas que algumas famílias vão conseguindo adiar, na expectativa e esperança de dias melhores, enquanto em outras as consequências são devastadoras. A demora por soluções é um dos indicadores que nos alertam para o risco familiar seguido, em muitos casos pelo aparecimento de comportamentos desviantes como suicídio, violência doméstica, elevado número de depressões, acolhimento institucional dos filhos e dos idosos, questões graves de saúde, cujo resultado final é a pobreza instalada. A problemática do risco familiar e social coloca em evidência um conjunto de rupturas sociais, familiares e individuais. (OFAP, 2011).

Falar de “vulnerabilidades” é fácil, mas só após conhecer profundamente a situação vivida pelas pessoas implicadas nesse contexto social, podemos dizer o quanto aquela ameaça é real. Se observarmos o panorama dos múltiplos arranjos familiares atuais, uma das causas dessa transição é o aumento dos fatores de risco consequentes da vulnerabilidade, principalmente de violência intra-familiar,

violência sexual, uso de álcool e drogas, aumento de famílias compostas por mulheres-mães, sem parceiros e responsáveis pelo cuidado dos filhos e manutenção do lar. A figura da mulher como provedora de renda e cuidado dos filhos tem sido referência entre as famílias mais pobres. Para Sarti (1994, 1996, p.118), “dentre as múltiplas características da vulnerabilidade destacam-se a extrema pobreza, a condição de migrante e a desagregação familiar – geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família”.

1. 2 Mulheres que ficam

Se retomarmos a história da família nos séculos XVIII até meados do século XX, a mulher-mãe já assumia os cuidados da casa e sua manutenção, mas sem título de “chefe” porque esse título era do homem. Embora se observasse o pai mais ausente que presente nas dinâmicas familiares, a sua presença é considerada importante para o desenvolvimento dos filhos. A presença do pai na educação e cuidados deles e da casa é recente. Na ótica de Badinter (1985), até o século XIX e muito superficialmente no século XX, o pai não se envolvia com a criança. A criança não era percebida como membro da família e os cuidados, quando existiam, eram recebidos da ama de leite, uma pessoa comum, desconhecida, insignificante, camponesa que geralmente vivia em contextos empobrecidos e distantes da família, em aldeias, vilarejos; ou por amas de leite contratadas por um valor baixo em que a criança permanecia por até cinco anos e raramente ou nunca via os pais biológicos ou ainda, após os cinco anos de idade, passava aos cuidados de preceptores e governantas. Cada um resistiu à sua maneira a uma importância fundamental da figura de pai, que era visto como tendo uma função simbólica. Já na contemporaneidade, em certos casos, observa-se que muitos maridos são melhores mães do que as suas mulheres.

Vale ressaltar a importância da presença paterna não somente para a instituição familiar, mas para a criança mesmo. Muitas mães enfatizam tanto a figura do pai que por vezes acabam esquecendo que na realidade são de carne e osso e determinam o filho como sujeito social. Outras criam um mito para esconder dos filhos a existência de um pai ou o caráter deste, ou ainda, o fato de que cada filho tem um pai diferente, preferindo não explicar a causa dessa composição familiar.(BADINTER, 1985). A mesma autora lembra que não se pode conferir à ausência da figura paterna os insucessos na família, como no caso das

participantes deste estudo, a situação de vulnerabilidade social. A falta de um ou ambos favorecem o desenvolvimento de riscos, mas não necessariamente, determinam riscos ou proteção.

Independente de quem fica, seja o pai ou a mãe, ambos são importantes na vida da criança. Mesmo que muito raramente quem fica é o pai, é mais comum o pai constituir uma nova família, ficando a mãe com a autoridade da casa, e o fato de ser, não raro, mãe ainda bastante jovem, torna-lhe difícil o gerenciamento de todos os problemas e dificuldades decorrentes de ser pobre, ter muitos filhos e precisar mantê-los e, ao mesmo tempo, garantir a manutenção da casa (SARTI, 1994). O mecanismo de controle encontrado por essas mães no cumprimento de sua função doméstica é a imposição da violência; elas precisam "manter as rédeas", pois temem que, na ausência de um "pai", as filhas e os filhos não venham a respeitá-las e conhecer as noções de limites necessárias.

Nesse sentido, a ausência da figura paterna acaba construindo uma relação diferente no conjunto da vida familiar, o que leva a mãe a ser mais "durona" na intenção de preencher o vazio deixado pelo pai na relação com os filhos. Dessa forma, entende-se que o fato de a mãe assumir sozinha a manutenção da família a sobrecarrega muito, o que a deixa mais vulnerável, frágil, e reduz o tempo destinado a si e aos filhos, trazendo-lhe mais preocupações e angústias, situação que, sem dúvida, se reflete em sua relação com os filhos (NAIF, CALDEIRA, PENA, DINIZ, 2007; NAIF, 2010). A fragilidade da mulher-mãe consequente da sobrecarga de responsabilidades com a família e os filhos, além de interferir nas relações interpessoais pode gerar diferentes comportamentos e a infelicidade dos filhos, pois para os filhos os pais são o modelo para tudo, tanto pelo que dizem como pelo que não dizem, e principalmente pelo que fazem, acrescenta Briggs (1986).

O primeiro espelho no qual se olham é o olhar da mãe, o rosto do pai, as emoções que sua mera existência provoca neles. Os pais são um espelho psicológico no qual os filhos se vêem, vão se construindo por dentro em função do que observam de si mesmos no espelho que são os pais e as pessoas próximas. O amor e a atenção geram um círculo virtuoso, às vezes em ambas as direções. Em geral, diz Briggs (1986), se a auto-estima dos pais está bem, a da criança também costuma estar. Mas o que costumamos observar nas famílias monoparentais deste estudo, é mostrado pelo espelho psicológico não como bons exemplos de pais, mas de exemplos de rupturas, de abandono, vulnerabilidades e violências.

Essa tendência é acentuada particularmente nessas famílias e nas famílias pobres, atingidas pela desvantagem e pela vulnerabilidade econômica, associadas a outros fatores, como a predominância de um número significativo de filhos pequenos nos domicílios. Muitas vezes é a mulher o único membro adulto. Tal fato contribui para a entrada precoce de crianças e adolescentes em atividades remuneradas. Outro aspecto de vulnerabilidade pode ser atribuído às atividades domésticas e ao fato de o cuidado com os filhos ser assumido, principalmente, pelas mulheres. Essas variáveis — associadas à baixa escolaridade, à vinculação a ocupações com pouca qualificação, à inferioridade dos salários em relação aos homens, à presença de crianças menores de 14 anos na maioria das famílias — produzem alguns desdobramentos em âmbito social, a exemplo da feminização da pobreza, e podem indicar uma situação de privação social, contribuindo especialmente para a reprodução (BARREIRA; MAKHOUL; COHN, 2011). É possível observar situações em que a família migra de um lugar para outro em busca de mudanças de vida, mas a realidade se apresenta mais complicada do que se imagina, como mostram os relatos de Marta e Vera.

Trabalhando.....e sofrendo, na época nós passávamos bastante dificuldades, que no campo tinha serviço e ai nós fomos para cidade e na cidade tinha pouco serviço. Eu trabalhava na lavoura, teve época que nós passamos fome, dificuldades, na verdade eu não tenho vergonha de mentir. Roubar, graças a Deus nunca roubei, nem eu...minha mãe nunca ensinou nós fazer isso, mas chegar e pedir para nós não passar fome, a gente pediu muito. (...)

Todas as 4 e as outras, já cheguei até a correr o mundo com ele, achando um lugar bom para morar, um lugar seguro, com serviço. Andando e procurando, cheguei a passar fome com as crianças, chegamos a dormir na rua, no frio, no relento. Lá, onde que nós andávamos. Aqui em Curitiba também, quando viemos para cá, chegamos a ficar 4 dias dentro da rodoviária, debaixo da escada eu dormia com as crianças, no albergue nós chegamos a posar com as crianças, ai, até que nós conseguimos arrumar um lugar para morar,..depois que nós arrumamos um lugar para morar, foi aparecendo serviço. Cada cidade que chegávamos iam na prefeitura, na assistente social e pedindo passagem, tinha até uns irmãos dele, tia, que mora aqui em Curitiba. Dai a gente falava que vinha para cá, ficar perto da família dele, diziam que os parentes dele moravam aqui, estava bem e tinha serviço, assim, pegava passagem até chegar aqui. (...)

Nós moramos um pouco no campo e um pouco na cidade. Nós moramos em vários lugares. Minha mãe morou em Umuarama, morou em Assis Chatobrian, a cidade que ele está morando agora é Moreira Sales. Tem bastante parente que mora entre Assis e Toledo, naquela linha ali é que moram os meus parentes. (Marta).

Eu continuei trabalhando para ajudar ela até que ela arrumou um servicinho bom aqui em Curitiba, porque no interior não tinha serviço, era só a roça, ela começou a trabalhar em um posto de gasolina, comigo, lá trabalhou vários anos, de frentista. Era só eu que trabalhava dos irmãos. (Vera).

À situação dessas famílias, expressão da vulnerabilidade e da miséria soma-se padrões negativos de comportamento da família de origem, que permearam a vida de ambos e podem se repetir nas novas gerações de filhos e netos.

Esses padrões negativos de comportamento da família de origem constituem-se nas causas mais citadas por drogaditos para justificar seu comportamento autodestrutivo e, principalmente, pelo ingresso no mundo das drogas e que são percebidos como formas de responder às suas buscas, angústias e frustrações impostas, quer seja pela sociedade capitalista, quer seja pela família e mídia. Para Costa (2006, p. 56), um dos tipos de exclusão social é causado por comportamentos autodestrutivos, quando:

Algumas pessoas encontram-se em situação de exclusão social ou de auto-exclusão, em consequência do comportamento auto-destrutivo. Trata-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc. Também aqui, não raro, estas causas imediatas têm por detrás problemas de pobreza. Alguns destes comportamentos também aparecem associados à situação de „sem-abrigo“, e tanto podem ser causas como consequências dessa situação.

A soma desses fatores e as características atribuídas a essas famílias têm levado a investigar a “multiproblemática”⁵ que as define. Conceito bastante recente na história das ciências humanas (ABREU, 2011), a família multiproblemática tem suscitado estudos em torno da questão da família que, além do nível socioeconômico baixo, tem características específicas na estrutura e na dinâmica das relações interpessoais, sociais e familiares que envolvem risco, saúde, profissão, ocupação, escolarização, dentre outros fatores. O conceito de família multiproblemática, quando ressaltou as características familiares com base nas

⁵ Voiland, Alarcão (2000) utilizam o termo Famílias Associais, centrando os seus estudos no desenvolvimento de comportamentos sociais desviantes nas famílias; Minuchin, Montalvo, Guerney, Rosman, Schumer (1967 apud Sousa, Ribeiro, Rodrigues, 2007), por seu lado, utilizam a designação Famílias Desmembradas; Powell e Monahan (1969, apud Sousa et al., 2007; Sousa, 2005a) referem-se a Famílias Isoladas, sublinhando o seu isolamento social; Thierney (1976, apud Sousa et al., 2007; Alarcão, 2000; Martínez, 2003) usa o termo Famílias Excluídas; Aponte (1976, 1981, apud Sousa et al., 2007; Sousa, Pires, Matos, Cerqueira e Figueiredo, 2004), finalmente, designa as Famílias Suborganizadas; (Sousa, Ribeiro, & Rodrigues, 2007; Sousa et al. 2007). Colapinto (1995), por exemplo, destaca as Famílias Diluídas; de forma similar, Linares (1997), Minuchin, Colapinto e Minuchin (1998) e Imber-Black (1988) utilizam o termo Famílias Multiassistidas, uma vez que recebem apoio de diversos serviços. Por último, Madsen (1999, apud Sousa et al. 2007) utiliza, pela primeira vez, o termo Famílias Multistressadas, no sentido em que vivem permanentemente e, de forma sucessiva, situações de stress. Similarmente, Minuchin (1995, apud Sousa et al. 2007) fala de Famílias Multicrise, em função da ocorrência persistente de crises normativas no seio familiar, assim como Kagan e Schlosberg (1989, apud Sousa et al. 2007), utilizam a designação Famílias em permanente crise, enfatizando o fato de se tratar de famílias em constante crise (apud ABREU, 2011, p. 9-10).

suas fragilidades e patologias, ou seja, no seu funcionamento deficitário, chamou a atenção de diferentes pesquisadores que se voltaram a novas definições de família.

Observa-se que diferentes estudos investigaram a família multiproblemática descrevendo como resultados novos modelos familiares, mas com problemas, dificuldades, modos de funcionamento, disfuncionamento e desorganização familiar similares e, raramente mencionados aspectos positivos, competências e recursos, não porque não existam, deixando, assim, possibilidades para novas pesquisas.

Dentre as inúmeras definições de família encontram-se as famílias das crianças e adolescentes acolhidos na instituição citada neste estudo. Para estas, família e pobreza têm andado lado a lado por gerações, o que nos leva a refletir para além das causas e consequências, sobre o enquadramento histórico-social das necessidades e problemas, a direção psicossocial das famílias, mas definir como intervir por diferentes áreas do conhecimento. Entender as reais necessidades a partir da visão da família, o que é prioridade, o que é urgente e defender a necessidade de envolvimento estratégico por diferentes esferas sociais voltadas à proteção de famílias menos favorecidas e em risco. Sobre pobreza, situação de vulnerabilidade e risco social, consequência de diversos fatores que contribuíram para a situação atual na qual se encontram, restam questionamentos a serem feitos. Dentre estes, o que diz respeito à segurança e o contexto de moradia. Na sua maioria, vivem em bairros e favelas de Curitiba e da região metropolitana, expressados pela extrema pobreza e miséria que denuncia a falta do mínimo de dignidade humana, levando a vulnerabilidades.

1. 3 Por entre bairros, vilas e becos: Caminhos e descaminhos na vida das mulheres implicadas na pesquisa

“ Se tratarmos as pessoas como elas devem ser, nós as ajudamos a se tornarem o que elas são capazes de ser”.

Goethe

Para este estudo e especialmente neste subtópico, refiro-me a “Vilas” e “Becos” para contextualizar algumas famílias pesquisadas, porque é assim que muitas se referem ao endereço onde vivem. Cenário frequente de desigualdade social, violência, rota de tráfico e uso de drogas, esconderijos para diversos delitos, pobreza, miséria e vulnerabilidade misturados com indignação e desesperança.

Comuns no Rio de Janeiro e Bahia, becos eram ruas estreitas, curtas, sem saída, sem calçamento ou com calçadas irregulares, pouco iluminadas, sem árvores, mal cheirosos, cenários tristes com muitas personagens e muito traçado irregular com casario baixo e sobrados entremeados. Em 1880 era uma tendência direcionar os pobres para as habitações do centro e os ricos, em direção às partes mais nobres e históricas. O espaço urbano era caracterizado por suas ruas estreitas e os bairros se localizavam mais ao sul e a oeste. A população mais pobre vivia pelas avenidas e em cortiços, que eram os antigos casarões deixados pela burguesia que abandonara o centro para as novas áreas de expansão da cidade. (MALMANN, 2010, p. 108).

Um pouco diferente deste cenário, as vielas. No séc XIX, as vielas eram frequentadas à procura dos famosos cafés, cenário dos casarões, casas azulejadas, ruas mais limpas, pouco trânsito de pessoas, com cancelas que abriam durante o dia e fechavam à noite.

Comuns também eram os guetos, onde viviam diferentes grupos e etnias consequentes das desigualdades sociais e econômicas da época. O caráter dos guetos variou ao longo do tempo. Em alguns casos, o gueto era um quarteirão com uma população relativamente rica, por exemplo, o gueto judeu em Veneza. Em outros casos, os guetos eram contextos pobres, com inúmeras famílias e relativamente pobres.

Embora comuns até o séc XIX e início do sec XX, guetos, becos e vielas foram, aos poucos, dando espaço para o que chamamos hoje de rua. Rua é um espaço ou via pública, ladeada de prédios, sobrados, casas ou barracos. Rua, para os adultos, é só um espaço criado para deslocar-se a fim de se chegar a algum lugar a pé ou com algum tipo de veículo. Para as crianças, a mesma rua pode ser entendida como um espaço de encontro de amigos ou até mesmo, um palco para muitas brincadeiras. As vilas, mesmo que pouco referidas, cederam a nomenclatura para bairro. Por bairro definimos “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade”. (CUNHA, 2010, p. 76). Dependendo do bairro ou vila, o que observamos é a mudança do nome, mas não algumas das características dos antigos becos, guetos e vielas. Nesses contextos vivem a maioria das famílias em situação de vulnerabilidade social, como as referidas neste estudo e contextualizadas nos fragmentos dos relatos a seguir.

Eu morava aqui na vila mesmo. Depois nós fomos morar na Vila das Oficinas, Dai eu vim para a Vila Capanema. Hoje não moro mais lá, meu filho morava no

Umbará, eu moro na Vila da Torres, é meu filho quem mora para lá. Mas o Hermes meu outro filho não quer vir, disse que tem medo da Vila das Torres, que é um beco e não quer vir, fala que se um dia eu mudar de vila ele vem na minha casa, que aqui ele não vem, (...) ele tem medo de andar por ai, ele ve tanta morte que acontece aqui e ai ele não vem. (Rose).

(...) A cada esquina que vc vira tem um com arma na mão, com drogas, fumando, eles não querem estudar, não querem trabalhar, dão dor de cabeça para a família, acabam morrendo ai oh, que nem um monte morre aqui na vila, por causa disso. Aqui na Vila de manhã não tem nada para fazer ai eles vão para a rua. (Vera).

Hoje eu moro aqui na vila Osternack, mas eu morei em vários lugares, no Bairro Novo, na Fazendinha, mas aqui já vai fazer 15, 16 anos. Aqui não dá mais, eles ficam ali na frente no campo onde se junta tudo de ruim e fica na frente da casa, não tem como prender eles, eu trabalho e durante o dia mão sei se estão na escola ou com as más companhias, eu falo para eles não irem, mas não adianta. Sim, estão ameaçados de morte. Acho que aqui não dá. Se eles voltarem, vão voltar com os mesmos colegas, escola, campinho, amigos, vai rolar tudo de novo.. Agora eu mudei, estou perto da Fazenda Rio Grande, É minha só que é invasão, não tem valor muito alto, eu pensei em vender, mas não vale muito e aí não compro outra e para onde eu vou?. (Amélia).

(...) Queria sair deste beco fedorento. Mais conhecido como a vila do canal no Parolín, aqui acontece tudo de ruim, não dá para criar um filho aqui, da medo, mas eu não tenho para onde ir e não posso sustentar meus irmãos em outro bairro, meu marido não ganha o suficiente nem para nós. (Beatriz).

Vila Lindóia. Era um beco sem saída de cara para a valeta. Agora posso chamar de Vila. Não, eu morei em outros lugares, aqui faz 10 anos que moro aqui. (Lorena).

Vila, beco ou bairro, como se referem as mulheres deste estudo, são, além do contexto de moradia, um lugar em que não gostariam de ficar e criar os filhos. Referenciam o contexto onde vivem como cenário de perigos reais, miséria, pobreza, desocupados, de troca e venda de objetos e, entre estes, de armas e drogas. Em seus relatos, migram de um lugar para o outro denunciando a falta de infraestrutura, segurança, condições básicas para uma vida tranquila com a família. Para elas, mudar de contexto nem sempre significa mudar de vida e, independente do lugar, encontram os mesmos problemas que acabam dificultando mudanças na vida. Enquanto algumas famílias lutam por mudanças, outras, cansadas de lutar, passam a fazer parte dos problemas, aumentando as estatísticas dos índices de vulnerabilidade e riscos sociais nos bairros e municípios.

Se olharmos para a história, encontramos sinais positivos de mudanças, mas nem sempre foi assim. O distanciamento físico/geográfico entre os grandes centros e os bairros das cidades foi diminuindo com o passar dos tempos. O que

chamamos de urbano encurtou a distância entre a cidade e os demais territórios, as chamadas regiões metropolitanas. O que se percebe hoje é uma dicotomia bastante presente entre o centro e a periferia. Bairros de classe média/alta se misturam com a periferia, definindo o jeito de ser e agir de quem o habita. Assim é Curitiba. Grande parte dos bairros de Curitiba nasceu de núcleos coloniais formados por famílias de imigrantes europeus na segunda metade do século 19 e que hoje somam 75 bairros com diferenças e semelhanças, se comparados um ao outro.

Curitiba de vilas e favelas, onde a pobreza, a miséria e o descaso são visíveis como em tantas outras capitais brasileiras. Curitiba e região metropolitana juntas somam 254 favelas, moradia de mais de 200 mil pessoas. Bairros e vilas contracenando com realidades completamente diferentes, em alguns casos, separadas apenas por uma avenida, mostrando, de um lado, a pobreza, e, do outro, a riqueza. Um dos exemplos é o bairro do Baixo Parolin, onde mais de 12 mil moradores representam o abismo social brasileiro em que a desigualdade e os problemas sociais crescem a cada dia. O Bairro Parolin é um dos bairros pobre-rico de Curitiba porque no mesmo quarteirão podem se encontrar mansões extraordinárias e favelas absurdamente decadentes, cenário de guerra entre o tráfico, traficantes e os usuários de drogas. Recorre-se para isso a dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em que a expectativa de vida neste bairro é de 21 anos. Como o Bairro Parolin, outros bairros têm índices semelhantes de violência e desigualdade social (CURITIBA. IPPUC, 2010).

Dentre os bairros onde vivem as famílias implicadas neste estudo, estão o Tatuquara, com alto índice de violência; a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com fábricas, favelas e mata fechada, pólo de invasões, concentração de indústrias e empresas. É também o bairro de maior população em Curitiba. Na Vila Torres, com seus carrinhos de coleta de papel, misturam-se crianças casas e barracos. A Vila Lindóia ganhou cor e ruas asfaltadas. Na Vila São Pedro, no bairro Xaxim, Osternak, Alto Boqueirão e o Bairro Afonso Pena, em São José dos Pinhais, as mulheres seguem, buscando sobreviver sem ou com um companheiro, com alguns ou nenhum dos filhos ou netos.

A Vila Torres ou Vila das Torres, contexto da maioria das famílias implicadas neste estudo, já foi chamada de Vila Pinto e, anteriormente, de Vila Capanema. A “Vila” como é chamada por algumas famílias pesquisadas, já foi um dos contextos

mais violentos de Curitiba. Muitos pais perderam seus filhos para as drogas, o tráfico e a criminalidade, bem como muitos filhos perderam seus pais pelos mesmos motivos. A população é, na sua maioria, muito pobre, trabalhadores do mercado informal, catadores de lixo, com baixa escolarização, vivendo de forma precária, um emaranhado de barracos invadidos ou construídos desordenadamente convivendo lado a lado com os carrinhos usados para a coleta de papel e lixo. Esses carrinhos, além da ferramenta usada para ganhar o sustento da família, servem também de moradia para famílias de até 4 pessoas. Nesse bairro, a população é composta de diversas etnias migratórias de diversos lugares do Paraná e do Brasil que chegam em busca de oportunidades no mercado de trabalho. A Vila Torres contracena com o Centro Integrado de Empregados e Trabalhadores do Paraná (CIETEP), com o Campus Jardim Botânico da Universidade Federal do Paraná, com o colégio Boa Esperança e Medianeira, além da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

Entre uma e outra história, esses contextos são narrados e, aos poucos, as características são descritas como cenário de inúmeras lutas, perdas e conquistas, com um pouco de paz e esperança de ali permanecer. Contextos que não escolheram para viver, mas (sobre)viver. É uma luta árdua, uma longa espera que só tem um final menos triste porque podem contar com a ajuda de outras pessoas. Como ajuda concreta, algumas famílias contam com uma das instituições de acolhimento que acolhem seus filhos e/ou netos.

1. 4 Acolhendo os filhos e as famílias

*“Sonho que se sonha só, é só um sonho,
mas quando se sonha junto, se torna realidade”.*

Raul Seixas

Apesar de esta tese não trabalhar especificamente com a temática da criança acolhida e instituição de acolhimento, é impossível não mencioná-los, considerando o trabalho realizado com as famílias das crianças afastadas da convivência familiar. Portanto, serão apresentados aqui alguns aspectos relevantes sobre o trabalho desenvolvido por uma instituição de acolhimento com as famílias”, os quais além da relevância, dialogam com a temática do estudo proposto.

As diferentes realidades vividas por muitas famílias ocorrem, de um lado, por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e

econômicas e de outro, por terem sido ao longo da história, expressão dessas desigualdades (MOSCOVICI, 2003). Como consequência dos diversos eventos aos quais a família está exposta, os pais e, depois os filhos, abandonam o lar. Com a fragilidade estrutural da família, quem mais sofre são os filhos. Quando eles não podem ser atendidos pela sua família de origem, outras medidas devem ser tomadas; uma delas, o acolhimento (ECA, 2000). Uma vez acolhida, receberá influências mesossistêmicas, que provêm da rede de apoio social, definida como o conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõem as ligações sociais e afetivas de relacionamentos recebidos e percebidos pelas crianças (BRITO, KOLLER, 1999).

Para Bronfenbrenner (1996 apud VASCONCELOS, YUNES E GARCIA, 2009) o exossistema da criança institucionalizada vai se constituir pelos ambientes dos quais ela não participa diretamente, mas mesmo assim recebe importantes influências, tais como: o Conselho Tutelar, o Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude, os Conselhos Municipais, as diretorias de escolas e das instituições.

Atualmente o acolhimento institucional, vem sendo uma alternativa dentro da política de atendimento a crianças e adolescentes em situações de risco, seja nos casos de instituições que prestam atendimento em regime de acolhimento ou nos casos de família provisória. Na tentativa de proteger e preservar a individualidade desses indivíduos, de apoiar a construção de um novo projeto de vida, uma Instituição de Acolhimento tem sido, além de um lar temporário, uma esperança para muitas crianças e adolescentes.

Criada oficialmente em 1991 por um grupo de voluntários, a instituição, entidade não governamental e sem fins lucrativos, entrou em funcionamento em 1986, com o objetivo de oferecer assistência e educação integral às crianças e adolescentes das classes menos favorecidas, principalmente de rua de Curitiba e Região Metropolitana, tornando-os agentes de sua própria promoção. Estruturou-se em espaço junto à natureza em 1993 e, possui, atualmente, 03 casas-lar onde acolhe 47 crianças e adolescentes, de 07 a 18 anos, em sistema de acolhimento. Os meninos são acompanhados por uma equipe multidisciplinar composta por dois coordenadores, uma assistente social, uma pedagoga, um psicólogo, uma estagiária de psicologia e uma de serviço social, vinte e dois educadores sociais e oito auxiliares. Da equipe de educadores, cinco foram meninos acolhidos e hoje se transformaram em educadores dos meninos. Respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (2000), a educação formal é a principal exigência para

permanecer na instituição, seguida da participação em atividades pedagógicas e formação profissional. Na instituição, regras e limites de convivência são decididos pelos meninos e educadores.

Para muitas das crianças e adolescentes acolhidos, a rua era casa, escola, ambiente de lazer e de convívio, onde trabalhavam, brincavam, perambulavam, esmolavam, comiam, dormiam e se expunham a inúmeras situações de risco (drogas, abusos, violências, roubo, exploração sexual). Em menor número, havia meninos em total desamparo, devido à inexistência ou desestruturação familiar, relatando casos de ausência, desconhecimento, morte ou abandono de genitores (especialmente o pai). A experiência familiar de alguns ocorrera com figuras substitutas: tios, avós, conhecidos, empregadores, irmãos adultos, padrastos, madrastas e consideravam a violência enfrentada em casa maior que a das ruas. Por isso, rompiam gradativamente com as famílias, a ponto de não saber onde localizá-las.

A despeito das imagens negativas, porém, nunca se referiam a elas com indiferença; entre amor e ódio, ressentimento e saudade, não ocultavam o vazio e a dor causados pela ruptura do vínculo, enquanto escolhiam entre a violência das ruas e os maus tratos sofridos em instituições sociais, onde buscaram condições para sobreviver física, psíquica e socialmente.

A luta pela sobrevivência dava-se primeiro em casa ou na casa de outras pessoas principalmente para as meninas. Nessas casas desenvolvem atividades domésticas como limpeza da casa, jardinagem, lavar e passar roupas, caracterizadas como trabalho infantil. Essa modalidade de trabalho define-se como todas as atividades realizadas por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, com fins econômicos ou de sobrevivência, remuneradas ou que visem a lucro, e mesmo sem remuneração/lucro. Não se consideram nesse contexto as atividades de trabalho na condição de aprendiz, que são permitidas a partir dos 14 anos, independente da sua condição ocupacional. (FAS, 2012). Perante as leis, aqui como em outros países, o trabalho infantil é proibido para crianças e adolescentes. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90 preveem que a criança e o adolescente tenham seus direitos garantidos e que sejam protegidos de todas as situações que interfiram em seu bem estar.

Em Curitiba-PR, ações da FAS ocorrem por meio dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que visam desenvolver no

esporte, cultura, cidadania, artes e lazer, em período complementar à escola, o incentivo às trocas culturais e participação social. As ações da FAS também proporcionam apoio e orientação familiar, além de encaminhamento a cursos de qualificação profissional ofertados nos Liceus de Ofícios. As famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) têm responsabilidade de incluir e manter os filhos na escola, garantir sua participação nos SCFV em contraturno escolar, afastá-los de toda forma de trabalho infantil e manter as vacinações em dia. (CURITIBA. FAS, 2012). Trabalho semelhante aos das esferas sociais citados é realizado pela Associação Brasileira "Terra dos Homens"⁶ (ABTH) com sede no Rio de Janeiro e pelo Programa Primeira Infância Melhor – PIM do Governo do Rio Grande do Sul iniciado na gestão de 2003.

Depois da casa, sobreviver nas ruas, portanto, exigia estratégias singulares para alimentar-se, abrigar-se, agrupar-se e defender-se das situações de risco. Ainda nas ruas, desenvolviam atividades como a venda de pequenos objetos. Assim, o acolhimento foi inevitável.

As 47 entre crianças e adolescentes acolhidas atualmente foram encaminhadas pelos Conselhos Tutelares e Vara da Infância e da Juventude de Curitiba-PR e Região Metropolitana. Todo o trabalho está calcado numa proposta pedagógica avançada de acordo com os quatro pilares da Unesco: aprender a ser; aprender a conviver; aprender a aprender; aprender a fazer (DELORS, 2005). Procurando compreender o projeto de vida dos meninos e a base para a sua construção, Asinelli-Luz (2007 apud DÜRING, *et al*, 2007) sugeriu para a proposta pedagógica da Instituição o acréscimo de um quinto pilar, aprender a sonhar. Sonhar permite aos meninos reforçar as possibilidades de virem a realizar os desejos mais distantes.

Possibilitar sonhar tem sido a ferramenta mais usada pelos educadores sociais junto aos adolescentes acolhidos na instituição. Sonhar, ter uma família

⁶ A Associação Brasileira "Terra dos Homens" (ABTH) é uma organização sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos com crianças afastadas de suas famílias, vivendo em abrigos. Promove a reintegração familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de risco, pessoal ou social. No início do trabalho em 1982 filiou-se à Fondation Terre des Hommes de Lausanne, Suíça. Desde 1996 até 2010 o trabalho realizado pela Terra dos Homens já beneficiou mais de 12 mil crianças e adolescentes e 3.986 famílias. Desde 2001, o Centro de Formação e Incentivo à Convivência Familiar e Comunitária capacitou mais de 5 mil profissionais, beneficiando indiretamente mais de 7 mil crianças e adolescentes (TERRA DOS HOMENS - www.terradoshomens.org.br).

independente do arranjo e da situação familiar em que se encontram é um dos maiores desejos desses adolescentes. Dentre as famílias que mais sofreram com as profundas mudanças na economia e os avanços de novas tecnologias levando muitas delas a perderem seus empregos e a enfrentarem eventos como a violência e todos os tipos de abandono, estão as famílias desses adolescentes.

Das situações apresentadas como consequências, a situação mais delicada é percebida nas classes menos favorecidas, rejeitadas e colocadas à margem da sociedade de costumes e valores, sem as mínimas condições de sobrevivência, num contexto tradicional e explorador. Esses, entre outros fatores, foram determinantes no acolhimento dos adolescentes. Um dos passos foi acolher as crianças e os adolescentes; mas, e as famílias?

Acolher os adolescentes sem integrar a sua família nesse acolhimento, é negar a sua existência. Para o coordenador da instituição, não era possível pensar nas crianças e adolescentes acolhidos sem pensar nas suas famílias, pois parte das dificuldades vivenciadas pelos jovens está relacionada à família. “Nós precisamos trabalhar com dois elos, a educação desses adolescentes e também a sua família”. “Reaproximar pais e filhos era o nosso objetivo” (DÜRING, *et al*, 2007 p. 29-31). Foram essas observações que deram início ao trabalho com as famílias. O primeiro passo deu-se a partir do diálogo com os educadores que deveriam observar as famílias de forma cuidadosa.

Quando se observa uma família, disse o coordenador, não se deve ir com o modelo pronto do que ela deve ou não fazer, ou tirarmos do bolso uma explicação precipitada para aquilo que observamos e nos afastarmos do que está realmente acontecendo. Nosso compromisso é com a família e não com as teorias (DÜRING, *et al*, 2007 p. 30-31).

Com o objetivo de possibilitar o restabelecimento do vínculo familiar dos adolescentes, o projeto inclui um trabalho com essas famílias⁷ por meio de visitas domiciliares, visitas das famílias na instituição e realização do Encontro de Formação das Famílias. Determinados a realizar a tarefa, a equipe da instituição percorreu vilas e bairros na tentativa de encontrar as famílias. Nem todas as famílias foram encontradas, mesmo assim, os encontros começaram a ganhar

⁷ O trabalho com as famílias é realizado por uma equipe multidisciplinar que conta com pedagoga, assistente social, psicóloga, terapeuta familiar e filósofo. Este trabalho foi iniciado na fundação pelas voluntárias Evanir Turra, Hilda Romanowski Tratch e Jandira Vieira. Atualmente é desenvolvido, além da equipe multidisciplinar, coordenador e educadores da instituição, pelas colaboradoras Profas. Doutoras Araci Asinelli-Luz (UFPR), Eliane Cleonice Alves Precoma (UFPR), Mestra Marlene Schüssler D’Aroz, Luciane dos Anjos, Movimento de Irmãos da Paróquia do Cabral, Professores do Instituto Federal Tecnológico do Paraná, Doutora Sílvia Lopes Prado, Mestra Berenice Romanelli e demais colaboradores.

forma e a cada ano mais famílias participavam. Atualmente são cinco encontros anuais. Parte dos encontros envolve a equipe, voluntários e familiares. A outra parte, as famílias e os filhos ou netos. Concomitantemente, equipes de formadores envolvem a família, os filhos e netos em atividades que abordam a família, trabalho, responsabilidades, drogas, escola e sonhos. Realizar esse trabalho com as famílias, diz o coordenador, não é tarefa fácil.

(...) exige compreensão, dedicação, escuta, muito amor. Verificamos que a família necessita de um toque especial: estar com ela, ser presença de esperança e otimismo, amizade, confiança que nos lança para o novo e nos impulsiona para lutar por uma sociedade emancipada e democrática. Passo a passo, o caminho se faz. (DÜRING, *et al* 2007, p. 31).

A cada visita da equipe às famílias, novos problemas eram observados. Na sua maioria estavam relacionados à falta de orientação, formação e esclarecimento. A equipe da instituição se mobilizava organizando encontros para discutir formas de ajudar a família, refletindo a partir das questões: como resolver os problemas de violência, alcoolismo e as brigas entre casais? Como a família pode ajudar na instituição e esta pode ajudar as famílias? A família está preparada para receber os filhos? O que falta para receber os filhos de volta na família?

O trabalho com as famílias dos adolescentes iniciou-se em 1995. Passo a passo, o caminho foi sendo trilhado. Os encontros sucederam-se nos anos seguintes e os laços entre pais e filhos foram-se ampliando pelas visitas domiciliares, formação e presença dos pais na instituição. Acompanhei parte desse trabalho com as famílias e, ao longo desses seis últimos anos como pedagoga da instituição, coordenando o trabalho pedagógico e escolar de todas as crianças e adolescentes acolhidos, pude observar que, com o trabalho, além de melhorar a auto-estima dos adolescentes na escola e na convivência, ocorreram grandes mudanças de comportamento e crescimento quanto à responsabilidade e ao compromisso da família com os filhos na instituição e fora dela. Famílias diferentes criam laços de amizade entre si, trocam experiências, se confortam, interagem, uma apoia a outra, e isso as fortalece. Outro fator importante e resultado desse trabalho, foi o retorno de muitos adolescentes ao lar, fazendo com que as famílias passassem a entender melhor os filhos e acolhê-los (D'ARÓZ, 2008). Essas histórias só podem ser contadas e só tiveram um outro final porque existem pessoas engajadas em transformar essa triste realidade.

Os resultados vêm mostrando que valeu e vale cada esforço, cada momento (CÁSAS, 2005). Avanços significativos também foram observados nas famílias como a motivação para os encontros, a relação com os filhos, a presença na instituição e, em alguns casos, a busca e aceitação no tratamento da dependência química. Tais contribuições estão presentes nos textos narrados a seguir.

Pedi socorro para o coordenador e ele já mandou ir para instituição, e ele deu a vaga para ele. Ele está bem, graças a Deus. Aprendeu, o coordenador deu boa educação para eles, ensinou as coisas boas e agora o que ele aprendeu na instituição ele está ensinando para os irmãos em casa.... Está passando para os outros. Até o Ari que faz pouco tempo que foi para a instituição, (...) fazia o papel do coordenador, a mãe não pode ser o coordenador, Graças a Deus está tudo bem, e nenhum perdido na rua, dentro da minha casa não falta o que comer. Os outros estão na instituição graças a Deus. Está tudo bem graças a Deus, vou lá fazer visita, quando eu vou, vou para ficar dois ou três dias, ich.... vou fazer visitas para eles e vou também como ajudante, dar carinho para os meninos, assim, como ajudante na cozinha, na limpeza, faço um pouco de tudo, sou um pouco mãe dos meninos lá. (Marta)

Aí a instituição começou a me procurar para me dizer que os meninos queriam ver eu. Acho que toda a mãe quer o filho junto com ela, mas quando não dá, não tem outra saída, não tem jeito, procurar o melhor. No meu caso eu achei melhor deixar lá, porque como eu ia trazer os dois de lá, mais as 2 meninas, mais o Andi, tinha 3 meninos e 2 meninas para eu cuidar sozinha. Até hoje eu falo, se não fosse meus filhos estarem lá, não saberia como seriam na idade em que estão agora, um com 22 e o outro com 24. Lá não, lá tem alguma coisa para fazerem, ficam ocupados o dia inteiro, porque o coordenador falou para mim uma vez, aqui eles fazem um monte de atividades durante o dia, a cabeça deles é ocupada, ficam aqui, fazem o dever da escola e de tarde vão estudar na escola. (Vera).

Bem, é uma benção de Deus, a instituição, nossa eu.....todo mundo pensa que é ruim deixar os filhos lá, mas olha, acho que foi a melhor coisa que inventaram foi a instituição. Porque eu sei que é triste para os meninos e a maioria lá não tem contato com a família, é para os meninos que não tem a família sabe...os meus têm...só que a partir da hora que eles vem para cá dá desespero de ver eles a toa na rua, eu trabalho o dia todo, não posso estar perto, pegar pela mão e levar na escola, então daí eles tem que ficar sozinhos mesmo nas férias deles. (Amélia).

Nossa, muito, aqui (ONG) eles estão cuidados, podem fazer cursos, vão para a escola, não usam drogas e a rua como o pai, pena que eles não entendem e preferem sofrer como o que está lá em casa, que não quer fazer as coisas certas e seguir o caminho dos pais, o caminho das drogas. Eu acho que eles têm a oportunidade, a oportunidade de estar fazendo um curso, de estar ajudando, de estar fazendo um curso e poder ter uma vida melhor bem lá para a frente, porque é tudo mais fácil com a ajuda da instituição. (Beatriz).

Pra mim, foi uma benção, a instituição, o coordenador aceitar, até pro John o tempo que ele ficou lá foi bom, o Jin ficou lá, veio pra cá não quis voltar, eu levava e ele voltava, falava vamos lá, é melhor, está seguro, não fica aqui, depois o Roni também, a mesma coisa, falando, pedindo para ficar lá não voltar aqui, nossa. Foi bom, melhorou muito, visch....nem dá para pensar.(Dora).

Hoje agradeço ao Coordenador (Instituição) e Deus. (Cida).

Para essas famílias, a instituição foi a referência encontrada para poder seguir em frente, foi a possibilidade de reencontrar os filhos, amenizar as dificuldades, dividir responsabilidades e conviver com os riscos, uma vez que os filhos estavam protegidos.

Para os adolescentes acolhidos, o trabalho com a família deve ser assim como descrito na homenagem feita por eles em forma de cordel. O cordel foi composto de frases resgatadas no diálogo e nas atividades cotidianas entre os educadores e os acolhidos, reorganizadas por alguns adolescentes com o apoio do ex-educador, hoje colaborador da instituição, Luiz Martins.

QUADRO 2 - O CORDEL DOS "MENINOS DE 4 PINHEIROS" SOBRE O TRABALHO COM AS FAMÍLIAS.

<p><i>O trabalho com as famílias é uma prioridade Para promover a aproximação Dos meninos e os pais de verdade Visando um futuro retorno Dos mesmos à sociedade</i></p> <p><i>Os trabalhos com as famílias São sempre fundamentais Para devolver o menino Aos âmbitos sociais Repassando a responsabilidade Aos seus verdadeiros pais</i></p> <p><i>É um trabalho voluntário Do serviço social Que ajuda a fundação De maneira sem igual Com a ajuda dos casais Da Paróquia do Cabral</i></p> <p><i>Padre Clóvis coordenava O trabalho dos casais Junto a outros voluntários Que ajudavam bem demais Todo o trabalho desenvolvido Pelas assistentes sociais</i></p>	<p><i>Duas vezes por ano Tem um encontro de formação Para as famílias dos meninos Visando uma fortificação Dos laços familiares É uma reaproximação</i></p> <p><i>Também duas vezes por ano Tem o encontro de convivência Que acontece na Chácara Com troca de experiência Pais e filhos brincam juntos Conversam com mais frequência</i></p> <p><i>Nos encontros tem muita música Bate papo e brincadeira Com a ajuda de voluntários Ninguém fica de bobeira Além de alimento pra alma Tem um rango de primeira</i></p> <p><i>Nos encontros são discutidos Temas da atualidade Convivência, educação Drogas e sexualidade Violência e alcoolismo Uma triste realidade</i></p>
---	--

Como descrito no cordel, todo o trabalho exige da equipe de educadores e demais colaboradores muita dedicação, compreensão, amor e escuta. Assim como o trabalho sonhado e idealizado pela fundação, a alegria de ensinar de Rubem Alves (2006).

O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isso os educadores e educadoras, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deviam ser especialistas em amor: Intérpretes de sonhos.

Como intérpretes de sonhos, cada envolvido foi, aos poucos, fazendo dos sonhos, realidade. Assim, o crescimento aconteceu de várias formas, não só pela presença, mas pelo empenho em aprender mais para melhor atender e acolher esses adolescentes. Estar com as famílias, ser presença educativa (COSTA, 1991), nos lança para o novo e nos impulsiona para lutar por uma sociedade emancipada e democrática.

O trabalho da instituição se encaixa na idéia primordial de que a família que acolhe uma criança, de certa forma, também acolhe a família de origem, apoiando-a, principalmente, nos momentos de crise (RIZZINI, 2006), porém, relata a autora, é preciso estar atento e ter a clareza de que família de apoio (acolhedora) não é substituta, apesar de desempenhar papel de maternagem. A família de apoio é provisória, devem-se buscar todos os meios para que essa criança acolhida retorne para a sua família de origem (AZÔR, 2008).

Uma das grandes virtudes da instituição é o eterno recomeçar. Esse recomeçar a cada dia, como se fosse o primeiro, significa para a equipe de educadores e coordenadores, para as crianças e para os adolescentes, que o trabalho desenvolvido por todos deve ser permanente e dinâmico. Os resultados vêm mostrando, a cada ano, que mudar é possível, crescer é preciso, planejar é fundamental. Com a participação de todos, engajados nas virtudes que norteiam a missão da instituição, é possível proporcionar às crianças e aos adolescentes uma nova oportunidade na vida. Essa nova oportunidade, muitas vezes, envolve também a família. Acredita-se que, diminuindo as dificuldades por elas enfrentadas, e a exposição a todos os tipos de riscos e violências às quais se expõem e expõem também os filhos, é possível amenizar as violências, possibilitando uma nova realidade. Nessas famílias, as modalidades intrafamiliares de violência são múltiplas e marcadamente complexas com violência física, psicológica, sexual ou negligência/abandono.

1. 4.1 As múltiplas faces da violência

“Os primeiros anos de vida são como uma partida de xadrez. Enquanto não vem o xeque-mate, ainda há belas jogadas a serem feitas.”

Anna Freud

A palavra violência tem expressado ao longo da história diferentes significados, e vem resistindo à passagem do tempo. Em sentido denotativo, violento era quem agia com força exagerada. Posteriormente, a palavra apresentou significados cada vez mais diversos, como a violência das paixões, violência verbal, violência física, entre outras. Baseado na expressão primitiva, o termo passou a significar qualquer emprego de meios para impor uma legitimidade. Violento é sempre o outro indivíduo “[...] em qualquer circunstância ela é um ato que viola a integridade do indivíduo, transformando-o em objeto”. (MARRA, 2004, p. 80). Mas o que leva à prática das mais variadas formas de violência? O que dizer sobre Direitos Humanos se não fazer valer o direito à vida? Muitas das respostas podem ser observadas textualmente a seguir por quem viveu a violência cotidianamente.

Só bebendo, daí as crianças se cansavam, contavam para os outros. Ele chegava em casa, pegava um fio grosso, esses ai de luz, dobrava, mandava tirar a roupa, levava para o banheiro e ai cortava toda a pele das crianças, pelados, depois mandava tomar banho, nas noites geladas, ele, o pai, judiou muito das crianças. Só bêbado fazia isso, são (sóbrio) não, mas ele nunca estava são (sóbrio). (Cida).

(...) Me separei, ele já foi até preso também pela... assim, maus tratos que ele estava dando para mim e para os filhos né, e... saiu da cadeia também, e está morando num bar. Bar é o lugar que ele pediu a Deus. A distância que ele tem entre eu e ele, a juíza já deu para ele, a distância para ele é de 100 metros, longe de mim, longe de casa. Não tem medo. Sempre tem feito eu sofrer bastante, tem feito os meninos sofrerem.... só que ele não obedece a lei, disse que cadeia para ele é hotel, que lá ele vai comer, beber e dormir por conta do governo né... (Marta)

Eu sempre fui evangélica, gostava de levar... fazer as coisas certas, ir para a igreja, fazer o que prestasse, o pai não foi, sempre fazia tudo virado, a gente puxava para o lado de cá e ele fazia virado. (...) Uma vez ele tentou, mas ele é que apanhou (risos), não deixei ele bater, me agarrei e não deixei, ai ele não tentou mais. Fugi. Agora to pagando o que eu fiz, fugindo. Hoje estou dançando miudinho com ele. Ai fui obrigada a fugir com um cara que eu não gostava. Não aguentava mais nem um dia, sai das mãos do capeta e cai nos braços do satanás (risos). (...) ele me jogou lá de cima com ela com 3 anos, quebrei 3 costelas para não deixar ela se machucar, ficou agarradinha pelo braço, não bati ela no chão, quebrou minhas costelas, mas não deixei ela bater. (Vera).

Ele bebia, virou um alcoólatra. Ele não batia em mim, quebrava as coisas dentro de casa, jogava, chegou a jogar coisas em mim e ainda, arrumou uma amante, pegou a mulher de um amigo dele, e daí como que eu ia perdoar uma coisa dessas. Não, ele não batia neles, mas ensinava coisas erradas. Dava bebida para eles ficarem quietos, em casa e acho que cigarro também. Quando ele ficava 3 dias fora sem aparecer é porque ele estava lá na vila das Oficinas, me largava no Boqueirão com 3 crianças, ficava lá no bar bebendo e jogando sinuca, ele ia na casa desse amigo dele porque ele estava cantando a mulher desse amigo. (...) me contaram a história que eles fugiram do pai, que o pai batia na mulher, a mulher bebia, o pai bebia. Aí quando a assistente social chegou na casa dele, estava cheio de copos de pinga (cachaça), cinzeiro no chão, que os dois bebiam daí ele batia na mulher e a mulher batia nele e as crianças saíram para a rua. (Rose).

Embora existam múltiplas formas de conceituar família em nossa sociedade, como “laços de consangüinidade não asseguram o amor” (SAFFIOTI, 1989), assim, frequentemente o convívio familiar é marcado pela violência intrafamiliar e doméstica cujas principais vítimas são crianças, adolescentes e mulheres.

Durante as duas últimas décadas, as mulheres se organizaram contra a violência que, para muitas, virou rotina que molda as suas vidas. A violência que muitas mulheres experimentam, por vezes é moldada por outras dimensões das suas identidades, como raça (etnia) e classe. Uma vez exposta, a "mulher" ou "pessoa de cor" são frequentemente marginalizadas nas múltiplas dimensões (emprego, formação, política, cinema, oportunidades, dentre outros) (CRENSHAW, 1989). Uma vez marginalizadas, ficam mais propensas a sofrer violência e, quando acontece, frequentemente está fortemente associada à mulher desempregada ou subempregada, e um bom número delas é pobre. Segundo Crenshaw, as mulheres de cor, por exemplo, são mais esmagadas pela pobreza, consequência, também, da falta de habilidades de trabalho, insucesso na formação, agravada pela discriminação racial e habitação e, ainda, a mulher de cor quando agredida é menos capaz de depender do apoio de amigos e parentes e acolhimento temporário. Essas observações revelam como a interseccionalidade molda as experiências de muitas mulheres de cor e pobres (SAAVEDRA, 2001).

Collins (2000) argumenta que quando as mulheres são pobres e negras apresentam dois sistemas poderosos e predominantes de opressão: raça e gênero. Para entender essa posição, pontua a "interseccionalidade", processo que cria diferentes tipos de experiências vividas e realidades sociais. Em seus estudos, Collins preocupa-se sobre como a interseccionalidade cria diferentes tipos de desigualdades e como essas influências transversais afetam a mudança social. Ressalta que a mudança nesse domínio começa com a intrapessoal, ou seja, como

um indivíduo vê e entende a si próprio a partir das experiências. Quando as experiências são ruins e persistem por tempos, refere Collins, a mulher oprimida se torna opressora. Para Collins, as questões mais sociais, fatores e processos têm múltiplas faces. Compreender como as diferentes facetas da desigualdade atuam em conjunto é fundamental para a compreensão de qualquer parte desta.

As desigualdades e dominações são complexas e dinâmicas. Ser mulher-mãe e pobre já é complicado, quando essa mulher é pobre e negra, o processo de exclusão é mais complexo. Em tais casos, uma mudança social torna-se menos provável. Dentre os fatores entendidos como complexos, Crenshaw (1989) cita a etnia e a cultura como contributos para a supressão de um tipo de violência, a violência doméstica. Em seus estudos sobre mulheres de cor, quando a violência doméstica acontece, essas mulheres muitas vezes relutam em chamar a polícia, porque a força policial é para com estes casos frequentemente hostil. Mesmo vivendo em contexto de risco e opressão, preferem não denunciar e tendem a permanecer na casa, mesmo não sendo um refúgio seguro para se proteger.

Embora os estudos de Crenshaw (1989) e Collins (2000) se refiram à mulher de “cor,” chamam a atenção para a intersecção de racismo e sexismo na vida das mulheres negras. Ambos os fatores não podem ser capturados totalmente ao olhar para as dimensões dessas experiências separadamente (p. 139). O autor não quer, com isso, culpabilizar a etnia e o gênero como os únicos responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pelas mulheres de cor, mas como ele percebe a forma como o mundo social é constituído e que visivelmente e historicamente é qualitativamente diferente das mulheres brancas. Ao finalizar, tanto Collins quanto Crenshaw salientam que maus-tratos em homens, crianças e mulheres também ocorrem em população branca e em comunidades de elite.

Violência, segundo Minayo (1990, 2005), é mais que fator social, é uma problemática de Saúde Pública, sendo que para preveni-la e combatê-la, precisamos de recursos, podemos dizer que dois deles são a família e a escola, pois, é nesses locais que acontece a formação cognitiva da criança para a vida adulta. O fenômeno da violência é um problema sócio-histórico considerado na atualidade como um grave problema de saúde pública, constituindo-se na principal causa de morbimortalidade na adolescência (ABRAMOVAY *et al*, 2002; WAISELFISZ, 2004; ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005). Segundo o Ministério da Saúde, morbimortalidade é o impacto das doenças e dos óbitos que incidem em uma população; nesse caso, na população de adolescentes. Os diversos tipos de

violência costumam se expressar de forma associada, conformando uma rede em que aquelas que expressam os conflitos do sistema social se articulam nos níveis interpessoais (BRASIL, 2006; MINAYO, 2005).

A violência, portanto, apresenta-se possuindo uma dimensão social com raízes macroestruturais. Apresenta várias formas e faces e encontra-se diluída na sociedade sob a forma das diversas manifestações que se interligam, interagem, alimentam e fortalecem e, dessa forma, permanece presente historicamente na sociedade (MINAYO, 2005).

O estudo sobre violência intrafamiliar tem destacado o fenômeno da multigeracionalidade (ARAUJO, 1996, 2002; BANYARD, 1997; CAMINHA, 2000; DIXON; BROWNE; HAMILTON-GIACHRISTISIS, 2005; LEIFERL; KILBANE; KALICK, 2004). A violência intrafamiliar difere da violência doméstica, da violência contra a mulher e da violência contra crianças e adolescentes. Neste último caso, é caracterizada pelo abuso do poder disciplinar e coercitivo de pais ou responsáveis, que muitas vezes se prolonga ao longo de meses e anos, sendo uma violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente em sua condição de humanidade (RIZZINI, 2006).

A violência doméstica difere da violência intrafamiliar por incluir pessoas que convivem no espaço doméstico sem função parental. É todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças, adolescentes, idosos, pessoa com deficiência, ou por um cônjuge contra o outro, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. A violência contra a mulher se configura quando há lesões corporais, ameaças, estupros, sedução, rapto, são crimes mencionados no Código Penal Brasileiro. A violência intrafamiliar se dá de várias formas: violência física, psicológica, sexual, negligência/abandono. Rizzini e Barcker descrevem violência intrafamiliar:

É toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Ela pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade. A violência intrafamiliar geralmente é sustentada através das relações de subordinação e dominação entre, por exemplo, homem e mulher, pais e filhos (RIZZINI; BARCKER, 2003, p. 65).

Contra a mulher ou o homem não é diferente. Ambos sofrem violências praticadas um contra o outro e pela sociedade nas diversas esferas. Quando a

violência é contra a criança, alguns familiares acreditam que, na falta de outras alternativas na hora de estabelecer limites, fazer uso de “violências” é a melhor forma de educar e disciplinar a criança. Em alguns casos, os pais utilizam violência física contra as crianças no intuito de protegê-las. Segundo Rizzini e Barcker (2003), essa prática é muito comum nas famílias, principalmente as de baixa renda. São atitudes tomadas quando a mãe precisa sair de casa e não quer que o filho saia, entendendo como forma de proteção, fazer ameaças, trancar a porta, castigar. Outros fatores significativos que envolvem “violências” estão amplamente relacionados ao uso de drogas, escassez de serviços públicos (como creches, serviços de saúde, atividades extra-escolares, recreação, dentre outros); também pela exclusão social, pela violência na comunidade e pela falta de segurança pública para essas violências. A violência nas comunidades pode isolar as famílias e levar ao estresse, dois fatores que possibilitam o aumento da violência dentro de casa. Em suma, a violência vivida e experimentada pelas famílias de baixa renda claramente contribui para a violência dentro de casa. Como violência citamos os seguintes tipos:

Violência contra a mulher - é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

Violência de gênero - violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

Violência doméstica/familiar/intrafamiliar - quando ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa). As fases da situação de violência doméstica compõem um ciclo que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos. Primeiro, vem a fase da tensão, que vai se acumulando e se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. Em seguida, vem a fase da agressão, com a descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor atinge a vítima com empurrões, socos e pontapés, ou às vezes usa objetos, como garrafa,

pau, ferro e outros. Depois, é a vez da fase da reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais voltar a acontecer.

Ah..para ele não tinha porque, batia podia ser de vara, pau, sinta, o que tinha...várias vezes deixava marca Nos... Nos dois. Até em mim ele me deixou marcas várias vezes também. (Marta).

Violência física - a violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano a outrem, utilizando força física, algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas (hemorragias, fraturas etc), externas (cortes, hematomas, feridas etc) ou ambas. Mais recentemente, o castigo repetido, não-severo, também passou a ser considerado violência física. Essa violência pode causar consequências físicas ou psicológicas, deixando ou não marcas aparentes. Dependendo da gravidade, a agressão pode causar danos temporários, permanentes ou mesmo a morte (RIZZINI; BARCKER, 2003, p. 66).

Violência institucional - tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

Violência moral - ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher.

Violência patrimonial - ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

Violência psicológica - é toda ação ou omissão que causa dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças; humilhações; agressões; chantagem; cobranças de comportamento; discriminação; exploração; crítica pelo desempenho sexual e/ou ameaça de isolamento, afastando a pessoa do convívio social, interferindo no desenvolvimento pessoal. A violência psicológica é mais difícil de ser identificada, apesar de ocorrer com bastante frequência. Ela pode levar uma pessoa a se sentir desvalorizada, ansiosa e a ficar propensa a adoecer com facilidade. Em situações mais graves, a violência psicológica pode levar ao suicídio (RIZZINI; BARCKER, 2003, p. 66).

Ele começava me maltratar com palavras, querendo me bater porque eu não queria deixar ele fazer o que queria com as crianças, tinha vez que eu ficava com medo de ir trabalhar, catar papel ou fazer um serviço na casa de uma pessoa, ela

me chamava e aí era o horário que ele aproveitava. Ele chamava as crianças de vagabundas, que elas só prestavam para comer, para dar trabalho e já que as crianças não podiam trabalhar, então que fossem pedir coisas para trazer para dentro de casa. (Marta).

Negligência/abandono - é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação ao outro, sobretudo com aqueles que precisam de ajuda por alguma condição específica, permanente ou temporária. É o caso de crianças, mulheres que estão no período do puerpério, pessoas portadoras de deficiência ou doenças graves, acidentados, entre outros. É negligência: deixar vacinas em atraso; não buscar atendimento médico; não fazer os tratamentos necessários por falta de interesse; perder documentos, deixar crianças ou adolescentes fora da escola, etc.

(...) O pai não cuidava, se alguém vinha, via que ficavam abandonados na rua, ele só ia pegando o dinheirinho e ia beber e daí quando ele chegava, as crianças tinham dinheiro faltando, às vezes, não dava comida para as crianças, deixava por conta, sem comer. (Marta).

É também considerada negligência quando uma pessoa testemunha alguém sofrendo violência e não busca ajuda imediata. A negligência pode causar atraso ou prejuízos no desenvolvimento pessoal ou profissional; ou mesmo graves problemas de saúde.

Violência sexual - faz parte da violência intrafamiliar, mas não é exclusiva do âmbito doméstico, pode ocorrer em outros locais e em diferentes tipos de relacionamentos, como no ambiente de trabalho ou na rua, por exemplo. A violência sexual é toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais contra a vontade por meio de força física, de influência psicológica (intimidação, aliciamento, sedução) ou do uso de armas ou drogas. É violência sexual fazer sexo com crianças menores de 14 anos mesmo com consentimento, impedir a mulher ou a adolescente de fazer uso de anticoncepcionais, obrigá-las a engravidar, a não usar preservativo, entre muitas outras situações. Consta ainda do Código Penal Brasileiro: a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno.

Homens e violência contra a mulher - a violência é muitas vezes considerada como uma manifestação tipicamente masculina, uma espécie de "instrumento para a resolução de conflitos". Os papéis ensinados desde a infância fazem com que meninos e meninas aprendam a lidar com a emoção de maneira diversa. Os

meninos são ensinados a reprimir as manifestações de algumas formas de emoção, como amor, afeto e amizade, e estimulados a exprimir outras, como raiva, agressividade e ciúmes. Essas manifestações são tão aceitas que muitas vezes acabam representando uma licença para atos violentos (RIZZINI; BARCKER, 2003, p. 66).

Existem pesquisas (ZALUAR, 2004) que procuram explicar a relação entre masculinidade e violência através da biologia e da genética. Tais pesquisas apontam que, além da constituição física mais forte que a das mulheres, atribui-se a uma mutação genética a capacidade de manifestar extremos de brutalidade e até sadismo. Outros estudos mostraram que, para alguns homens, ser cruel é sinônimo de virilidade, força, poder e status. “Para alguns, a prática de atos cruéis é a única forma de se impor como homem”, afirma Zaluar.

Pesquisas sobre estilos parentais (WEBER, 2006; KOLLER, 2009), mostram que alguns pais tendem a repetir o modelo parental aprendido, enquanto, outros tendem a quebrar esses padrões, educando seus filhos seguindo padrões completamente diferentes dos aprendidos. Padrões disfuncionais como negligência, indulgência, agressividade e abuso, segundo Ehrensaft e Cohen (2003), são transmitidos intergeracionalmente. Estudos seguiram durante vinte anos uma geração de crianças, e concluíram que quem está exposto à violência entre os pais durante a própria infância têm mais chance de se tornar um adulto agressivo. (WEBER, 2006). Quando adultos, o homem tem sido o maior agressor, a mulher tem sido constantemente vítima de uma ou mais formas de violência interna à família por entre as gerações.

Violência intergeracional é permeada por relações de poder na família, nas quais as mulheres, como também as crianças, obedecem ao homem, tido como autoridade máxima no núcleo familiar. Assim sendo, o poder do homem é socialmente legitimado, seja no papel de esposo, seja no papel de pai. Nessa relação de poder, a do pai, quando violada, pode desencadear conflitos e, na medida em que há a necessidade de punição disciplinar aos filhos, este pai pode entender que a violência é a forma apropriada de resolver seus conflitos (GOMES, *et al*, 2007). Muitas mulheres, porém com menos frequência, segundo o autor, também apresentam comportamentos agressivos e violentos com seus pares, apreendidos ao longo dos anos por entre as gerações.

Pode-se falar, portanto, da violência intergeracional, uma vez que, como não foram aprendidos outros modelos de relações familiares, homens e mulheres

tendem a reproduzir história de violência vivenciada ainda quando crianças ou adolescentes. Embora, as relações interpessoais de violência estejam presentes no cotidiano da relação familiar, podem estar socialmente invisíveis por conta da autoridade outorgada ao masculino e cristalizada na estrutura familiar. Nesse sentido, enquanto instituição social básica que determina o desenvolvimento do indivíduo, a família, a depender da forma como estrutura o processo de socialização e educação, pode ao mesmo tempo ser fator protetor ou de risco.

De acordo com a Teoria de Aprendizagem social de Bandura (1986), a maior parte dos comportamentos humanos aprendidos é adquirida através da instrução direta e da observação dos comportamentos de outras pessoas. Na família, ambiente primário de socialização, a criança apreende os papéis desempenhados pelos modelos dos adultos e, quando houver episódios de violência, a criança absorve e modela como comportamento. Tais modelos são facilmente replicados pelos adolescentes nas suas relações intrafamiliares, tornando-se, assim, transmissores culturais dessa conduta com possibilidade de perpetuar a violência intergeracional (GOMES *et al*, 2007).

Dos tipos de violência, o que ocorre com maior frequência, é a violência contra a mulher. Em distintas partes do mundo, entre 16% e 52% das mulheres experimentam violência física por parte de seus parceiros. Apesar disso – ou exatamente por esse motivo – a violência de gênero é ainda marcada pela “invisibilidade social”. Essa violência diz respeito a “sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres” (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999, p. 36). Uma vez que metade dos adolescentes é pertencente ao sexo feminino, é estarrecedor o impacto estatístico e social das discriminações, abusos físicos, psicológicos e sexuais por elas sofrido. Nesse caso, o abuso sexual pode ser com ou sem contato físico, segundo pesquisas da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA, 2002), (RIZZINI; BARCKER, 2003, p. 69). Embora o tema seja de extrema relevância, a presente abordagem é apenas introdutória a uma temática mais ampla da violência sexual contra crianças. Dados atuais sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser encontrados nos sites da Fundação da Ação Social (FAS) e da Organização Não Governamental - ONG Childhood no Brasil⁸.

⁸ A ONG Childhood Brasil é uma organização brasileira e faz parte da World Childhood Foundation (Childhood) criada por sua Majestade a Rainha Sílvia da Suécia, em 1999, para proteger a infância e deixar as crianças serem crianças. <http://www.childhood.org.br/quem-somos>

Ainda sobre violência contra as mulheres, no ano de 2009, o Instituto AVON – The company for women replicou no Brasil uma pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos sobre violência contra mulheres. A Avon do Brasil é uma empresa internacional com sedes em todo o Brasil; atua especificamente nas causas relacionadas ao fortalecimento e auto-realização da mulher. Desde 2003 desenvolve ações voltadas a investimentos sociais. A campanha sobre o olhar para a violência contra as mulheres chegou ao Brasil com o nome “Fale sem Medo – não à violência doméstica”⁹ objetivou levantar dados relacionados à percepção da sociedade sobre esse tema, e utilizar tais dados para estimular o debate sobre o assunto e reforçar políticas públicas capazes de transformar o inaceitável cenário atual em que uma mulher é agredida a cada 15 segundos. Quanto mais a sociedade entender a complexidade do problema, menos se calará diante dele. (AVON, 2009).

Projeto semelhante é desenvolvido no Centro Integral à Saúde da Mulher - CAISM. A partir dos atendimentos no Ambulatório de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), por Oshitaka (2011), médico ginecologista e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) obtiveram-se dados significativos sobre a violência sexual urbana contra mulheres naquela região. Os números da sua pesquisa chamam a atenção de diversos fatores: o agressor, a impunidade, o medo de denunciar e a baixa procura pelos serviços de atendimento. Para Oshitaka, o agressor não particulariza a vítima.

Qualquer mulher é vítima em potencial – bonita, feia, idosa ou jovem. Se tem a chance, ele age pela oportunidade, agredindo aquelas de dois, três, dez, 50 ou 70 anos. Os agressores têm um perfil hostil às mulheres e não necessariamente uma vontade sexual; ao agredi-las e violentá-las, eles querem demonstrar o poder de gênero e expressam seus sentimentos de raiva e vingança contra elas (OSHITAKA, 2011, p. 2).

O primeiro cuidado que as mulheres devem ter, aconselha Oshitaka, é com a exposição. Mas alerta para o tipo de agressor que não usa a oportunidade e sim uma situação para conseguir benefício sexual. Emprega bebidas alcoólicas e entorpecentes e, quando a mulher acorda, já foi violentada. Os estudos, segundo Oshitaka (2011), mostram que jovens, usuárias de drogas e álcool e mulheres com múltiplos relacionamentos são as principais vítimas.

⁹ A pesquisa na íntegra encontra-se no site www.institutoavon.org.br.

O ambulatório do CAISM já atendeu mais de 20 mil mulheres, atende de 15 a 20 novos casos por mês. O médico chama a atenção para a educação sobre a violência sexual já nas escolas. É necessário investir em políticas públicas, aumentando as pesquisas. Não deixar acontecer para depois educar. A mulher violentada passa em média dois anos com problemas psicológicos, sendo os *flashes*, os mais comuns, lembrando o cheiro, a voz e o agressor. Os números podem ser maiores que os apresentados nas pesquisas, pois sabe-se que, mesmo crescendo as denúncias, infelizmente 80% das mulheres ainda não a formalizam e nem pedem ajuda mais sob o aspecto preventivo. (OSHITAKA, 2011, p. 03).

Estudos de Linhares (2004, apud SOUZA, 2011) revelam que mulheres que sofrem violência conjugal são multiplamente vitimizadas. Nesse sentido, refere-se a ocorrência de diferentes experiências de vitimação na vida conjugal.

A violência está fortemente presente em todos os estados e regiões, em todos os países, no planeta. A violência contra as mulheres coloca o Estado do Rio Grande do Sul como o segundo colocado na Região Sul do País e a terceira região colocada no ranking nacional da central 180, central de atendimento de denúncias de prática de violências ficando atrás de São Paulo. O Paraná é a sexta unidade da federação que mais registrou queixas de violência doméstica contra a mulher, entre janeiro a julho de 2010, em comparação ao mesmo período do ano de 2009. Dados divulgados em 2010 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República revelam que as paranaenses denunciaram 15.436 casos por meio da central 180, criada especificamente para apurar casos de violência contra mulheres. Em termos relativos, no entanto, o Paraná fica em 15º lugar no ranking. De acordo com os números, 141 mulheres a cada 50 mil usam o telefone 180 para denunciar os casos de violência sofridos. Das pessoas que entraram em contato com o serviço, 14,7% disseram que a violência sofrida era exercida por ex-namorado ou ex-companheiro e 57,9% estão casadas ou em união estável. Em 72,1% dos casos, as mulheres relatam que vivem junto com o agressor. Cerca de 39,6% das mulheres agredidas declararam que sofrem violência desde o início da relação e 57% afirmam sofrer violência diariamente. Em 50,3% dos casos, as mulheres dizem correr risco de morte (<http://www.gazetadopovo.com.br> – acessado em 23/11/2011).

A violência é um fenômeno complexo e existem inúmeros fatores que podem ser apontados como desencadeadores do fenômeno: fatores culturais (briga de marido e mulher), fatores sociais (educação, renda familiar), fatores familiares

(promiscuidade, dinâmicas e normas familiares), comunitários, etc. Ocorre em todos os níveis sociais, ficando mais evidente nas classes menos favorecidas economicamente (ROQUE; FERRIANI, 2002). O não enfrentamento desse problema tem como risco, entre outros tantos, o ciclo de violência (Marido/pai agressor = filhos agressores). As crianças que se desenvolvem nesses ambientes tendem a reproduzir essa agressividade – ciclo de violência e sofrimento.

Apesar dos avanços no sentido de inibir a violência, muitas mulheres, ao serem agredidas, não denunciam por receio dos agressores, medo de represálias, receio de passar privações, de serem julgadas. Os agressores geralmente são os cônjuges, parentes ou pessoas próximas. O perfil dessas famílias mantém regras muito rígidas, seguindo modelos tradicionais de família com comportamentos e sentimentos contraditórios (momentos de violência aliados ou não ao uso de álcool e drogas x sedução, afeto, carinho, presentes, arrependimentos, desemprego, pobreza, baixa auto-estima, entre outros). Já o perfil dos agressores aponta o uso de álcool e drogas, pobreza, baixa auto-estima, desemprego, entre outros, a sensualidade e a sedução presentes nas esposas/companheiras como motivo de suas explosões. Não admitem que são agressores. No caso das vítimas, o perfil é de pessoas menos capazes de se proteger, demonstram inseguranças, têm baixa auto-estima, são mais propensas a aceitar a vitimização como parte da sua condição, submissão. As mulheres vítimas de violência apresentam depressão e ansiedade, perturbação do sono, transtornos alimentares (anorexia, bulimia, obesidade, fobias, dificuldade de relacionarem-se, manifestações psicossomáticas (taquicardia, dores no peito, colites) maior pré-disposição para infecções, uso de álcool e drogas, tabaco e calmantes (ROQUE; FERRIANI, 2002).

No caso das famílias pesquisadas para este estudo, além dos diversos fatores desencadeadores de violência intra e extrafamiliar citados acima, outros problemas graves e presentes na maioria das famílias são o uso de álcool, drogas e o envolvimento com o tráfico de drogas. O conhecimento sobre esses fatores está presente nos relatos das histórias de vida, bem como das constantes conversas com as famílias, consequência da relação da pesquisadora com essas famílias. Dessa leitura, foi possível descrever que a maioria das famílias tem histórico de violência intrafamiliar por causa da vulnerabilidade na qual se encontram, resultante também do uso de álcool, uso e tráfico de drogas. De forma combinada, o alcoolismo e os outros tipos de drogas têm uma influência destrutiva no funcionamento familiar e essa disfunção desempenha um papel mediador na

transmissão intergeracional de comportamentos. A relação que os indivíduos estabelecem com ela influencia e é influenciada fortemente pelo universo de interações dentro e fora da família (KODJO; KLEIN, 2002).

Assim, é possível afirmar que a relação com a pobreza, a vulnerabilidade, as drogas, a ausência e ineficiência das políticas públicas são marcas presentes nas famílias deste estudo e as demais gerações dessas famílias. Esses e outros fenômenos têm repercussão nas histórias familiares, provocando reações e formas singulares de enfrentamento das dificuldades. Nessas circunstâncias podem acontecer as primeiras experiências de violência que levam a outras, marcando a vida das famílias e dos filhos. Em muitos casos, a violência chega a um nível que foge do controle dos pais podendo resultar em morte de um dos genitores e dos filhos, a perda do poder familiar e acolhimento dos filhos. A história se repete com os netos. É uma cadeia de fatores que envolve a família em todos os tipos de riscos físicos, levando a outros riscos consequentes dos aspectos econômicos, sociais e psicológicos. (SZYMANSKI, 1992; BIASOLI-ALVES, 1998; DE ANTONI; MEDEIROS; HOPPE; KOLLER, 1999; SIMIONATO-TOZO; YUNES, 2001; ABRAMOVAY, 2002; CECCONELLO, 2003; WAGNER, 2005; RIZZINI, 2005; PASIONATO, 2007; PCKMANN, 2007).

A poucos meses de completar seis anos de vigência da Lei Maria da Penha, o Paraná tem registrado 388 homicídios femininos em 2010. Nesse mesmo ano o Estado teve uma taxa de 6,3 assassinadas para cada 100 mil mulheres. O Paraná tem, ainda, cinco municípios com mais de 26 mil habitantes entre os 50 com maior número de casos de assassinatos de mulheres em relação à própria população feminina. Entre eles, Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, ocupa o segundo lugar no ranking, com 11 mulheres vítimas de homicídio e taxa de 24,4 casos por 100 mil habitantes do sexo feminino. Curitiba aparece em 59º lugar no rol. De acordo com o estudo, a capital paranaense teve taxa de 4,7 mulheres assassinadas por 100 mil (95 homicídios). Apesar de ser superior ao índice nacional, a cidade (está em 21º lugar no ranking das capitais com mais casos de violência contra a mulher). Na maioria esmagadora dos casos, o assassino está dentro de casa: em 27,1% dos assassinatos, o autor do crime é o próprio cônjuge da vítima; em 8,3% é o ex-companheiro quem comete o crime. (CURITIBA. JORNAL GAZETA DO POVO, 2012).

Os dados citados acima são preocupantes, uma vez que Curitiba é conhecida como a capital social. Por outro lado, ações como as desenvolvidas em

Curitiba-Paraná pela Fundação de Ação Social (FAS) servem de modelo para outros estados. As referidas ações oferecem acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco de morte ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesões, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. Um dos espaços, a Unidade Abrigo Mulher Vítima de Violência - Pousada de Maria atende 24 horas oferecendo serviço especializado. O endereço deste e de outros espaços é mantido em sigilo e durante o período de acolhimento, as pessoas encaminhadas devem receber atendimento jurídico e psicológico tanto para o acolhido como para os filhos e dependentes, enquanto estiver sob a responsabilidade da FAS (CURITIBA. FAS, 2012).

Ainda em Curitiba, dentre as ações que atendem diferentes violências, as mulheres podem contar com a rede de proteção desenvolvida pelo CREAS nas regionais de Curitiba no Bairro Cristo Rei e Boqueirão. Atualmente Curitiba conta com 9 unidades do CREAS e 45 unidades do CRAS. O CREAS Cristo Rei, unidade de abrangência municipal, realiza o atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. São disponibilizadas ações de acompanhamento familiar, com objetivo de oferecer proteção a crianças e adolescentes vitimadas pela violência sexual. Essa regional oferece atendimento psicossocial individual ou em grupo para a vítima de violência sexual e sua família; atendimento jurídico social para a família; ações de capacitação e prevenção, abordando temas relacionados à violência sexual e abordagens de busca ativa nas ruas da cidade, em pontos mapeados como de exploração sexual, visando a identificação, sensibilização e atendimento de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Os serviços podem ser usufruídos tanto pelas famílias quanto pelas crianças e adolescentes, por encaminhamentos realizados por Conselhos Tutelares, Poder Judiciário, Instituições de Acolhimento Integral, Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência, outros CREAS e demais serviços da FAS. Realiza também ações de prevenção na comunidade e, em parceria com o sistema de garantia de direitos, na temática da violência sexual, visando à centralidade na família. As mulheres podem contar, também, com o Programa "Mulher de Direito" criado em 2011 para atuar no enfrentamento da violência contra a mulher. O Projeto "Mulher de Direito" – "Liderança e Poder na Política" tem a proposta de promover uma maior participação das mulheres nos espaços de poder político. É executado pelo

Instituto de Defesa dos Direitos Humanos - IDDEHA por meio de convênio com a Secretaria de Políticas para Mulheres. (<http://www.iddeha.org.br/mulherdedireito/>).

Além das ações voltadas ao atendimento e prevenção das violências (CURITIBA, 2008), a regional do CREAS Cristo Rei, em parceria com a Secretaria Antidrogas Municipal, Fundação de Ação Social (FAS), desenvolve programa de prevenção às drogas atendendo famílias, crianças e adolescentes. Desde a implementação da rede de proteção nessas regionais, as conselheiras tutelares observaram queda do índice de violência, interrupção desse ciclo, a partir do mapeamento das famílias de risco, onde vivem, como vivem e através de um plano de ação se organizaram para atender cada caso.

Projetos e ações como o CRAS, CREAS, AVON, CAISM, FAS e tantos outros pelo país, têm registrado, ao longo dos anos, resultados positivos no controle e combate à violência praticada contra mulheres. Pode-se dizer, com isso, que a mulher, ao longo da sua história, conquistou mais que perdeu ou deixou de ganhar. Tristes são as marcas deixadas pelos diferentes tipos de violência, marcas que desqualificam, despersonalizam e incapacitam muitas pessoas de seguir em frente. Marcas gravadas na memória que não só testemunham a sua existência, como também relacionam suas marcas com outras situações parecidas ou acontecidas simultaneamente, revivendo diariamente e, a vida toda, registros que gostariam de esquecer. Das diferentes ações, algumas resultaram em leis e incisos que atendem jurídica e politicamente a proposta de atendimento à mulher vítima de violências.

1.4.2 Leis e direitos humanos: uma conquista de mulheres para mulheres

*“Há aqueles que lutam um dia,
e por isso são muito bons.
Há aqueles que lutam muitos dias,
e por isso são muito bons.
Há aqueles que lutam anos,
e são melhores ainda,
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses
são os imprescindíveis”.*

Bertold Brecht

A luta por um país mais justo e humano principalmente para as mulheres, não é só das brasileiras, tão pouco é recente. No caso da violência e discriminação contra a mulher no Brasil, a luta ganhou força com o caso Maria da Penha ou Maria Fernandes que expôs as entranhas do lento processo judicial brasileiro ao mundo. Como consequência, a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o

Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. A partir de então, com as falhas do judiciário à amostra, houve finalmente uma proposta concreta e condizente no Congresso Nacional para que fosse feita uma lei dura e eficaz para a prevenção e repressão da violência doméstica e familiar. Assim, no dia 07 de agosto de 2006, foi sancionada pelo, na época, Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, a Lei n. 11.340, que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º. do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p. 1)¹⁰.

Em setembro de 2006, a Lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. Tornou o Brasil o 18º país da América Latina e do Caribe a contar com uma legislação desse tipo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de englobar a violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. Homenageada com o nome de Maria da Penha em homenagem à mulher que denunciou a lentidão do sistema judiciário nacional, por ter sofrido, em 29 de maio de 1983, dois atentados do seu marido e ficado com seqüela permanente da paraplegia nos seus membros inferiores. Felizmente, Maria da Penha conseguiu sobreviver, mas seu marido ficou impune durante longos 19 (dezenove) anos e 6 (seis) meses, quando, finalmente, veio a ser condenado e preso. A nova lei seguiu as recomendações internacionais e programou medidas de proteção, prevenção e punição, tais como: o afastamento do lar, a prisão preventiva, a suspensão de proclamações e a proibição de realização de negócios com os bens familiares.

Na vida real, no que concerne à proteção da mulher, todas, sem distinção de raça, credo, classe social e orientação sexual (lésbicas, travestis, transexuais e transgêneros que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de

¹⁰ Todas as informações sobre a lei Nº. 11.340 encontram-se no Portal da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, bem como as demais leis discutidas neste trabalho. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm - Acesso em 26/06/2011.

convívio) usufruirão dos benefícios da Lei Maria da Penha. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

A Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, lei Maria da Penha, provocou, além de mudanças na legislação jurídica brasileira, movimentos em defesa dos direitos das mulheres, resultando em novas leis e espaços de discussão. Em 2006 foi registrada a maior presença das mulheres no âmbito da população mundial - 52%, a sua expressiva participação nos Índices População Economicamente Ativa (IPEA) e, ainda, a imensa rede de movimentos e organizações feministas, de vários campos (saúde, educação, violência, trabalho etc.). Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça. Mais recentemente, a Constituição de 1988 estipulou vários dispositivos que amparam os direitos das mulheres, entre outros. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

No primeiro dia de janeiro de 2003 o então Presidente do Brasil criou a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres*, no âmbito do Governo Federal, com status de ministério.

Para desenvolver ações conjuntas com todos os Ministérios e Secretarias Especiais, tendo como desafio a incorporação das especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania. (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA).

Nos estados e municípios, foram criados setores institucionais correspondentes, encarregados de políticas para mulheres. Em 2005, o Governo Federal elaborou o *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, publicado em 2006. Em março de 2008 foi lançado o *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, atualizando o anterior e introduzindo novas áreas estratégicas de políticas públicas para as mulheres. Além disso, foram criados vários centros de referência ou atendimento a mulheres em situação de violência, como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Defensorias Públicas da Mulher, Casas-Abrigos.

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) foi criado em 1976, como resposta às demandas das organizações de mulheres presentes na Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, que se realizou na Cidade do México, em 1975. O UNIFEM trabalha para a redução da feminização da pobreza e da exclusão, promoção do fim da violência

contra a mulher, detenção e inversão das taxas de propagação da Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida (HIV/AIDS) entre as mulheres e o alcance da equidade de gênero na gestão pública democrática em tempos de paz e em situações de pós-guerra. Recentemente, no dia 05/08/2011 as vésperas dos cinco anos de criação da Lei Maria da Penha 11.340/06, as Nações Unidas, no âmbito da Equipe Conjunta sobre AIDS, o Instituto Maria da Penha e parceiros, lançaram, no Rio de Janeiro, a campanha “Mulheres e Direitos” referenciado acima enfocando os seguintes públicos: homens, mulheres em situação de violência e populações do Norte e Nordeste (BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011).

Além da UNIFEM, outros órgãos de defesa da mulher desenvolvem ações neste sentido, entre eles, citamos: o Instituto Patrícia Galvão - criado em 2001, tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa para que o tema esteja sempre presente na mídia. O Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), criado em 1997, é uma rede feminina formada por organizações de mulheres da América Latina e do Caribe que atuam no sentido de conquistar uma efetiva defesa dos direitos das mulheres da região por meio da elaboração de propostas legislativas, capacitação, difusão de informação entre outros.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) fundado em 1989 por um grupo de feministas de Brasília, trabalha pela cidadania das mulheres e pela igualdade de gênero. A Fundação Perseu Abramo, implantado em 1996, pelo Partido dos Trabalhadores, é um espaço para o desenvolvimento de atividades de reflexão político-ideológica, estudos e pesquisas. Outra fundação voltada à Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação (CEPIA) desenvolve, desde 1990, trabalho relacionado às esferas da saúde, dos direitos reprodutivos e sexuais, da violência e do acesso à justiça, da pobreza e do trabalho. Para Estudos de Gênero o espaço foi fundado em 1983, com a missão de ampliar as condições de acesso das mulheres à justiça, através da construção de novos mecanismos de defesa e promoção de seus direitos. (MEDEIROS; SCAVONE, 2009, p. 22-23).

Dentre as leis, o artigo 16¹¹ da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher nada mais fez do que especificar, com o

¹¹ O artigo 16 da Convenção declara que os Estados-partes “adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares, com base na igualdade entre homens e mulheres”. Dentre os direitos assegurados pela Convenção, em 1979, e não reconhecidos pelo Código Civil Brasileiro até esta data estão, por exemplo, “os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião de sua dissolução; os mesmos direitos pessoais como marido e mulher, inclusive o direito de escolher sobrenome(...)”, dentre outros.

olhar de gênero, a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹², de 1948, e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos¹³, de 1966, dentre outros documentos internacionais. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos declara em seu artigo 26 que:

Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, a igual proteção da lei. A esse respeito, a lei deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.

Atendendo o Estado do Paraná, com sede em Curitiba, o Conselho Municipal da Condição Feminina, órgão vinculado à Secretaria do Governo Municipal tem como função propor políticas públicas que visem garantir os direitos da Mulher. Foi o primeiro Conselho Municipal do Brasil, pelo Decreto 393 de 10/12/84. Entre outros, o conselho objetiva propor medidas e atividades que visem à garantia dos direitos da mulher, à eliminação das discriminações que a atingem, a sua plena inserção na vida econômica, política, social e cultural. O conselho vem desenvolvendo, em parceria com as Administrações Regionais, a Fundação de Ação Social (FAS), a Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Antidrogas Municipal, um projeto intitulado “Gestão de Informação da Mulher Curitibana” que visa ao mapeamento da violência contra a mulher na cidade, identificando o perfil sócio-econômico da vítima e do agressor. A meta é contribuir para a definição de políticas públicas que auxiliem a mulher vítima de violência e promovam a reeducação do agressor. Segundo a presidente do conselho, é meta também, atingir um universo de 5.929 pessoas, através de busca ativa. Até o início de 2012, já foram contabilizadas 4.050 entrevistas com mulheres que sofreram algum tipo de violência¹⁴. O projeto Gestão de Informação da Mulher Curitibana foi pensado como forma de mudar a mentalidade da sociedade em relação à violência contra a mulher. Para o projeto, é importante que se denuncie, pois a partir dos dados, conhecendo a realidade atual, é possível planejar ações efetivas.

O artigo 5º, § 2º da Constituição brasileira de 1988 reconhece a vigência dos direitos e garantias expressos em Tratados e convenções internacionais firmados pelo governo do Brasil.

¹² A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 dezembro de 1948, foi assinada pelo Brasil nesse mesmo dia.

¹³ Esse Pacto somente foi ratificado pelo Brasil em 24 de janeiro de 1992.

¹⁴ No site, (<http://www.mulheres.curitiba.org.br>) a mulher/vítima pode denunciar o agressor tendo seus dados preservados.

Também em Curitiba, a presidente da Associação dos Médicos Legistas do Paraná, Maria Letícia Fagundes, lançou a campanha “Mais Marias Contra a Violência” pela conscientização da violência contra a mulher. A ideia da campanha é levar à população informações sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das mulheres vítimas de violência, por meio de palestras gratuitas, que serão ministradas por ela. (<http://www.parana-online.com.br>. acesso em 11/2012). Ação semelhante levou a Secretaria da Saúde, as secretarias da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em Curitiba a discutir a violência contra a mulher entendendo que é preciso, além de discutir apenas, acompanhar o agressor para que a violência não se repita. É preciso promover políticas preventivas na área de saúde mental, e não somente medidas repressivas. É preciso estar atento, pois a violência contra a mulher não ocorre somente no âmbito doméstico. Atualmente, 1,5 mil mulheres estão presas provisoriamente em delegacias do Paraná. Já existe a primeira vara de execução penal feminina que dará agilidade ao julgamento dessas mulheres, para que possam cumprir a pena com dignidade. Uma atitude inédita no Brasil (CURITIBA. SECRETARIA DA SAÚDE, 2011).

Mas se há ainda muito a fazer, é inegável ressaltar os avanços conquistados após a implementação das fundações citadas acima. De acordo com dados fornecidos pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), entre agosto de 2006 e setembro de 2007, foram criados 15 juizados e adaptadas 32 varas para atender o problema relacionado ao número reduzido frente às reais necessidades, mas que demonstra relação importante nas pesadas estruturas do Poder Judiciário. (MEDEIROS; SCAVONE, 2009). Isso nos mostra que a mulher está conquistando cada vez mais os seus direitos e espaço na sociedade da qual faz parte.

O vídeo “O Caminho” foi lançado em Fortaleza na véspera do aniversário da Lei Maria da Penha. É o primeiro material produzido pelo Instituto Maria da Penha, com apoio do Instituto Avon. Desde o lançamento, o vídeo vem sendo usado em oficinas educativas em todo o Brasil. O vídeo tem 17 minutos e traz o depoimento de quatro mulheres vitimizadas – entre elas, Maria da Penha.

Além do vídeo, um documentário que inspirou mais tarde o filme “Indomáveis, uma história de Mulheres Livres”, produzido na Espanha pelo grupo Zerikusia, relata a história de mulheres que enfrentaram a cruel servidão da ignorância. Esquecidas até por seus próprios companheiros, o documentário “Mujeres Libres” mostra a força da mulher disposta a viver e a lutar pela liberdade, por uma vida livre de violências.

Outro filme intitulado “Vidas Cruzadas”¹⁵, título inglês “Help”, drama dirigido por Tate Taylor e um elenco de peso conta a história de tres mulheres extraordinárias no Mississipi, nos anos 60. Elas constroem uma improvável amizade devido a um projeto literário secreto de uma futura escritora em início de carreira que abala as regras da sociedade. Frente às adversidades impostas no trabalho de cada uma dessas mulheres, elas criam coragem para transcender os limites fazendo com que a sociedade local e as pessoas que vivem nela encarem novos tempos.

As mulheres têm se mobilizado seja pelos exemplos protagonizados nos diferentes filmes (Chocolate, Erin Brockovich – Uma Mulher de Talento, Conduzindo Miss Daisy, A Troca, 28 Dias, dentre outros) seja na vida real e têm mostrado que, apesar dos inúmeros avanços, a luta está longe de acabar.

Das diferentes lutas por diversas famílias, a mulher, mãe e avó destes contextos é mais fragilizada. Mesmo frágeis, são as que enfrentam inúmeras tempestades, são as que ficam, e, por mais que tentem, precisam resistir sendo as últimas a abandonar o barco. Esse é o caso das mulheres deste estudo.

CAPÍTULO II

MULHERES

*Para Descrever uma Mulher não é do jeito que quiser
Primeiro tem que ser sensível, se não é impossível.
Quem vê por fora não vai ver por dentro o que ela é.*

¹⁵ Jackson, pequena cidade no estado do Mississipi, anos 60. Skeeter (Emma Stone) é uma garota da sociedade que retorna, determinada a se tornar escritora. Ela começa a entrevistar as mulheres negras da cidade, que deixaram suas vidas para trabalhar na criação dos filhos da elite branca, da qual a própria Skeeter faz parte. Aibileen Clark (Viola Davis), a empregada da melhor amiga de Skeeter, é a primeira a conceder uma entrevista, o que desagrada a sociedade como um todo. Fonte disponível (WWW.euamocinema.com) . Acesso em 3/06/2013.

*É um risco tentar resumir
Mulher.*

*De um lado é corpo e sedução, do outro força e coração.
É fera e sabe machucar, mas é primeira a te curar.
Sempre faz o que bem quer, ninguém pode impedir.
E assim começo a definir
Mulher...*

Elba Ramalho

Refiro-me neste capítulo às mulheres extraordinárias, excepcionais, heroínas desconhecidas, espalhadas pelos mais diversos lugares no planeta. Mulheres-mães, avós, tias, educadoras, madrinhas, madrastas, mas mulheres. Muitas fizeram história, outras, como as heroínas da minha história neste trabalho, foram deixadas de fora dos livros de História. Não há intenção de, neste trabalho, resgatar a história, crenças, mitos e terminologias relacionadas à mulher. Permito-me apenas analisar a trajetória da mulher justificando a sua presença na esfera familiar, discutindo o seu lugar no lar, no trabalho/profissão, casamento e na sociedade. As mulheres excepcionais com as quais abro este capítulo, eu as escolhi pelas lições de vida deixadas a partir das suas histórias, que merecem ser ouvidas e referenciadas.

2.1 Irena Sendler “Mãe dos Meninos do Holocausto”¹⁶

*“Não se planta sementes de comida.
Plantam-se sementes de bondade.
Tratem de fazer um círculo de bondade, estes os rodearão e farão crescer mais e mais.
Cada criança salva com a minha ajuda é a justificativa da minha existência na terra e não um título
de glória”.*

Irena Sendler

Ao contrário de Schindler, cuja história recebeu atenção internacional, Irena Sendler, polonesa, era uma heroína desconhecida. Fora da Polônia, foi reconhecida pouco antes de morrer, como “*A mãe dos meninos do holocausto*”. Em seu país foi reconhecida apenas por alguns historiadores, já que os anos de obscurantismo comunista haviam apagado a sua façanha dos livros de história oficiais. Ela nunca contou a ninguém algo sobre a sua vida durante aqueles anos. Apenas em 1999 a sua história começou a ser conhecida graças a um grupo de

¹⁶ Irena's Children – “Irena Sendler is a 97-year-old Polish woman who saved 2.500 Jewish children during the Holocaust”. By [Gavriel Horan](#). Matéria publicada na revista People e Holocaust Studies Magazine, e na Revista hebraica Mishpacha. Sua história de vida foi contada no filme “*The Courageous Heart of Irena Sendler*.” Do Escritor e Diretor John Kent Harrison lançado em DVD em março de 2009.

alunos de um Instituto em Kansas que, ao fazerem seu trabalho final de curso de história sobre heróis do holocausto, a descobriram. Na investigação, encontraram poucas referências sobre Irena, mas um dado era surpreendente: tinha salvado a vida de 2.500 meninos. A história que os alunos descobriram foi representada em uma peça de teatro intitulada *“Life in a Jar”*. A peça foi apresentada centenas de vezes nos Estados Unidos (EUA), Canadá e Polônia, transmitida por rádio e televisão, divulgando a heroína silenciosa para o mundo. Como uma pessoa assim, permaneceu por tantos anos desconhecida? Não sabemos. A maior surpresa veio quando, após buscar o lugar de sua tumba, descobriram que ela não existia porque ela ainda vivia, e, de fato, ela viveu até o ano de 2008. Morreu anciã, com 98 anos, em um asilo no centro de Varsóvia, em um quarto onde nunca faltaram flores e cartões de agradecimento do mundo inteiro.

Quando a Alemanha invadiu a Polônia em 1939, Irena era Assistente Social no Departamento de Bem-estar social de Varsóvia, cuidava das salas de jantar comunitárias da cidade. Em 1942, em Varsóvia, os nazistas criaram um “Ghetto” e Irena, horrorizada pelas condições como se vivia naquele lugar, uniu-se ao conselho para ajudar os judeus. Conseguiu identificações da oficina sanitária, espaço usado para a luta contra as doenças contagiosas. Como os alemães tinham medo de que se desencadeasse uma epidemia de tifo, aceitavam que os poloneses controlassem o lugar. Logo, entrou em contato com famílias, as quais propunha levar os filhos para fora do Ghetto. Mas não podia dar garantias de sucesso. Era um momento difícil, precisava convencer os pais para que lhe entregassem os filhos. Eles perguntavam: pode prometer que meu filho viverá? O que poderia prometer, quando nem se podia saber se poderiam sair do Ghetto?

A única coisa certa era que as crianças morreriam se permanecessem ali. As mães e as avós não queriam separar-se dos filhos e netos. Irena as entendia perfeitamente e naquele momento, ela era mãe. De todo o processo que ela levava a cabo com as crianças, o mais duro era o momento da separação. Algumas vezes, quando Irena ou as suas companheiras tornavam a visitar as famílias para tentar convencê-las a mudar de opinião, ficavam sabendo que haviam morrido ou tinham sido levadas aos trens que os conduziam aos campos de extermínio para morrer. Cada vez que isso acontecia, ela lutava com mais força para salvar as crianças. Começou a tirá-los em ambulâncias como vítimas de tifo, mas logo se valeu de tudo o que estivesse ao seu alcance para escondê-las e tirá-las dali. Com as crianças sedadas, usou desde cestas de lixo, caixas de ferramentas, aproveitou

carregamentos de mercadorias, sacos de batata, ataúdes, esgotos para afastá-los dali. Em suas mãos qualquer coisa se transformava numa via de escape. Com a ajuda de uma pessoa dos dez centros do departamento do Bem-Estar Social, elaborou centros de documentos falsos, com assinaturas falsificadas, dando identidade temporária aos meninos/crianças judeus.

Irena vivia os tempos de guerra pensando nos tempos de paz. Por isso, não se cansava de manter com vida os meninos como os chamava. Queria que um dia eles pudessem recuperar seus verdadeiros nomes, sua identidade, suas histórias pessoais, suas famílias. Foi quando inventou um arquivo que registrava os nomes dos meninos e as suas novas identidades. Anotava os dados em um pedaço de papel e os enterrava dentro de um vidro de conservava debaixo de uma macieira no jardim do seu vizinho. Guardou, sem que ninguém suspeitasse, o passado de 2.500 meninos. Um dia, os nazistas decobriram as suas atividades. Em 20 de outubro de 1943, Irena foi detida pela Gestapo e levada à prisão de Pawiak onde foi brutalmente torturada. Na cela, em um colchão de palha, encontrou uma figura de Jesus Cristo. Ficou o tempo todo com ela, como resultado de uma casualidade miraculosa, naqueles duros momentos da sua vida. Desfez-se da gravura no ano de 1979, dando-a de presente ao papa João Paulo II que a abençoou.

Irena era a única que sabia os nomes e onde se encontravam as famílias que acolheram os meninos judeus. Suportou a tortura e recusou-se a trair seus colaboradores ou a qualquer dos meninos ocultos. Quebraram-lhe os pés e as pernas, além de sofrer inúmeras torturas. Mas ninguém conseguiu romper a sua vontade. Foi sentenciada à morte, uma sentença que nunca chegou a ser cumprida, porque a caminho do lugar da execução, o soldado que a conduzia a deixou fugir. A resistência o havia subornado, pois não queria que Irena morresse com o segredo da localização dos meninos. Oficialmente ela constava na lista de executados. A partir de então, de forma clandestina, com documentos falsos e as autoridades de olho nela, continuou trabalhando no subsolo de um porão. Por consequência da clandestinidade, não pôde ir ao funeral de sua própria mãe.

No final da guerra, ela mesma desenterrou os vidros com as anotações e se dedicou a encontrar os 2.500 meninos que colocara em orfanatos e monastérios para encaminhar para adoção. Encaminhou para famílias adotivas e parentes espalhados por toda a Europa. A maioria tinha perdido suas famílias nos campos de concentração nazistas. Os meninos só a conheciam pelo apelido de “Jolanta”. Anos mais tarde quando a sua história saiu no jornal, junto com fotos suas,

diversas pessoas escreviam e diziam a ela: lembro-me do seu rosto, sou um daqueles meninos, devo-lhe a vida, o futuro e gostaria de vê-la. Irena tinha em seu quarto fotos com alguns daqueles meninos sobreviventes ou com filhos desses sobreviventes. Desde menina, seu pai, médico respeitado, a ensinou a amar e a respeitar as pessoas, independentemente da sua etnia ou condição social. Muitos de seus pacientes eram judeus pobres. Foi o único médico que atendeu os doentes com tifo, contraindo a doença. Irena tinha sete anos de idade quando ouviu do pai as últimas palavras. *“Se você vir alguém se afogando, você deve entrar e tentar salvá-lo mesmo que você não saiba nadar. Ajudar cada dia alguém tem de ser uma necessidade que saia do coração”*.

Irena viveu parte da sua vida em uma cadeira de rodas por causa das lesões causadas pelas torturas sofridas pela Gestapo. Não se considera uma heroína, nunca reivindicou crédito algum por suas ações. Foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz, mas perdeu para o ex-presidente americano Al Gore. Recebeu do Museu Yad Vashem em Israel, no ano de 1965, a medalha dos *“Justos entre as Nações”* e, permitiu apenas a permanência de uma árvore plantada em sua honra na entrada do jardim dos *“Justos entre Nações”*. *“Poderia ter feito mais”* respondia sempre que alguém lhe perguntava sobre o tema. *“Este lamento me acompanhará até o dia de minha morte”*. (HORAN, 2007, p. 48).

Assim como Irena, os exemplos brasileiros Aracy e Maria da Penha.

2.2 Aracy de Carvalho Guimarães Rosa

*“Deus nos dá pessoas e coisas,
para aprendermos a alegria...
Depois, retoma coisas e pessoas
para ver se já somos capazes da alegria
sozinhos.”*

João Guimarães Rosa

Ela era paranaense de Rio Negro (1908-1967) e foi morar com uma tia na Alemanha, após a sua separação matrimonial. Por dominar o idioma alemão, o inglês e o francês, fácil lhe foi conseguir uma nomeação para o consulado brasileiro em Hamburgo. Acabou sendo encarregada da seção de vistos. Ela passou a ajudar os judeus depois do terrível *“Pogrom”* na noite de 9 de novembro de 1938 que ficou conhecida como *Kristalnacht* – Noite dos Cristais que se estendeu por várias cidades da Alemanha e Áustria. Milhares de nazistas enfurecidos atacaram

sinagogas e queimaram objetos do ritual litúrgico judaico. Invadiram residências e violentaram mulheres e crianças.

No Brasil, nesse mesmo ano, entrou em vigor a célebre circular secreta 1.127, que restringia a entrada de judeus no país. É aí que se revela o coração humanitário de Aracy. Ela resolveu ignorar a circular que proibia a concessão de vistos a judeus. Por sua conta e risco, à revelia das ordens do Itamaraty, continuou a preparar os processos de vistos a judeus. Como despachava com o cônsul geral, ela colocava os vistos entre a papelada para as assinaturas. Quantas vidas terá salvo das garras nazistas? Quantos descendentes de judeus andarão pelo nosso país, na atualidade, desconhecedores de que devem sua vida a essa extraordinária mulher? Cônsul adjunto à época, seu futuro segundo marido, João Guimarães Rosa, não era responsável pelos vistos. Mas sabia o que ela fazia e a apoiava.

Segundo o seu filho Eduardo de Carvalho Tess, sua mãe arriscou a sua vida, muitas vezes, ao transportar judeus no porta-malas de seu carro apesar da vigilância da Gestapo. Até onde se sabe, 80 judeus foram salvos por essa corajosa mulher, aos quais se deve acrescentar muitos outros não-judeus perseguidos pelo nazismo (LEWIN, 2011).

Em Israel, no Museu do Holocausto e também no Museu do Holocausto em Washington há uma placa em homenagem a essa excepcional brasileira. Em Israel o Museu fica no bosque que tem o nome de “Jardim dos Justos entre as Nações”. O termo “Justo entre as Nações” tem a sua origem na tradição judaica – da literatura dos sábios em que se costumava descrever os não-judeus que vinham em auxílio dos judeus em tempos de necessidade, ou não-judeus que respeitavam os requisitos básicos da Bíblia. A lei de Yad Vashem introduz um novo significado ao termo, ao caracterizar os “Justos entre as ações” como aqueles que não somente salvaram judeus, mas que arriscaram as suas vidas para fazê-lo. O nome dela consta da relação de 18 diplomatas que ajudaram a salvar judeus, durante a Segunda Guerra. Aracy de Carvalho Guimarães Rosa é a única mulher nessa lista. Em Hamburgo, era carinhosamente chamada de “O Anjo de Hamburgo” por todos aqueles a quem havia salvado. Viveram em Hamburgo, regressando ao Brasil, em 1942, quando as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil foram rompidas (LEWIN, 2011).

Mas seu denodo, sua coragem não pararam aí. Na vigência do infausto *AI 5*, já no Brasil, numa reunião de intelectuais e artistas, ela soube que um compositor era procurado pela ditadura militar. Dispôs-se a ajudá-lo, dando abrigo,

além dele, a outros perseguidos pela ditadura. Com muita coragem, diga-se de passagem. Reservada, Aracy enviuvou em 1967 e jamais voltou a se casar. Recusou-se a viver da glória de ter sido a mulher de um dos maiores escritores brasileiros. Em verdade, ela tem suas próprias realizações para celebrar. Mas pouco se recorda desse passado, cheio de coragem, aventura, determinação, romance, literatura e solidariedade. A sua história, os seus feitos merecem ser lidos por todos, ensinados nas escolas.

Aracy desafiou o nazismo, o Estado Novo de Getúlio Vargas e a Ditadura Militar dos anos 60. Uma mulher que merece homenagens. Uma brasileira de valor. Uma verdadeira cidadã do mundo. Uma mulher fascinante, corajosa, moderna, humanista, que lutou contra tudo o que é de mais perverso e castrador, o Nazismo na Alemanha, a Ditadura no Brasil. É uma das mulheres que deveria ter seu nome entre os "heróis" dos nossos livros de História. Mas essa mulher, quando lembrada, é citada apenas como a esposa do grande escritor Guimarães Rosa. Aracy sofria do mal de Alzheimer e nos deixou aos 102 anos.

2.3 Maria da Penha

*“Há mais esperança nos meus passos
do que tristeza nos meus ombros”.*

Cora Coralina

Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica cearense, hoje com 61 anos, fez da sua tragédia pessoal uma bandeira de luta pelos direitos da mulher e batalhou durante 20 anos para que fosse feita justiça. O seu agressor, o professor universitário de economia Marco Antonio Herredia Viveros, era também o seu marido e pai de suas três filhas. Na época ela tinha 38 anos e suas filhas idades entre 6 e 2 anos. Na primeira tentativa de assassinato, em 1983, seu marido atirou em suas costas enquanto ainda dormia, alegando que tinha sido um assalto. Depois do disparo, foi encontrado na cozinha, gritando por socorro, dizendo que os ladrões haviam escapado pela janela. Maria da Penha foi hospitalizada e ficou internada durante quatro meses. Voltou ao lar paraplégica e mantida em regime de isolamento completo. Foi nessa época que aconteceu a segunda tentativa de homicídio: o marido a empurrou da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la embaixo do chuveiro. Ele foi a júri duas vezes: a primeira, em 1991, quando os advogados

do réu anularam o julgamento. Já na segunda, em 1996, o réu foi condenado a dez anos e seis meses, mas recorreu.

Em parceria com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL - e o Comitê Latino Americano e do Caribe – CLADEM para a defesa dos direitos da mulher, ela denunciou o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos pela negligência do Estado Brasileiro em tratar os casos de violência doméstica no Brasil. Após as tentativas de homicídio, Maria da Penha começou a atuar em movimentos sociais contra violência e impunidade e hoje é coordenadora de Estudos, Pesquisas e Publicações da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência (APAVV) no Ceará. Hoje ela atua junto à Coordenação de Políticas para as Mulheres da prefeitura de Fortaleza e é considerada símbolo contra a violência doméstica.

Histórias de mulheres como Irena Sendler, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, Maria da Penha e tantas outras, nos levam a refletir sobre os desafios, avanços, conquistas, sobre a incessante busca de coragem, e sobre a determinação que permitiu à mulher chegar aonde chegou.

Primeiro a família de origem, depois a sua e as outras, em cada uma, elas desempenham funções fundamentais de cuidado e sustentação da vida. Essa trajetória, voltada fundamentalmente para os outros, deixa marcas: a maioria delas acaba perdendo a noção de sua identidade e de suas necessidades pessoais, confundindo seu projeto de vida com o projeto de vida de outros. Numa sociedade de herança patriarcal, constituída nos moldes de dominação masculina, a figura feminina, por muito tempo, teve dificuldade de definir seus anseios (FLECK; WAGNER, 2003). A esposa, mãe e avó ainda permanecem, mas a mulher, com a eclosão dos movimentos sociais ao longo dos anos, passa a ressignificar-se diante da sociedade. É, também, sobre essa outra e atual mulher que iremos discutir neste trabalho.

2. 4 Mulher, família e sociedade

"Maria, Maria, é um dom, é a cor, é o suor, e a dose mais forte e lenta de uma gente que ri, quando deve chorar e não vive apenas agüenta, mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana, sempre quem traz no corpo esta marca, possui esta estranha mania de ter fé na vida".

Milton Nascimento

Falar das conquistas da mulher hoje é preciso, pois é entretecer, mesmo que brevemente, os fios da história. Fios estes, extraídos dentre outros, dos estudos de Badinter (1985) no decorrer dos séculos XV ao século XIX e início do século XX, bem como, os fios retirados do incidente de 08 de março¹⁷ de 1857 que resultou na morte de 130 mulheres carbonizadas, acontecimento que provocou conferências, debates e reuniões cujo objetivo é discutir o papel da mulher na sociedade atual.

Até então, a história da mulher era vista pela sociedade como pessoa submissa às leis impostas pela religião e pela sociedade dos costumes. A mulher deveria seguir padrões de vida e de valores vividos de forma diferente quando da elite burguesa ou dona de casa e camponesa, e esta última, trabalhadora rural e ama de leite. (BADINTER, 1985). É, portanto, um modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Próximo ao século XX observa-se a família voltada para "o interior", a "intimidade," que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares. A família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais teve.

Ainda por entre os fios da história, os caminhos percorridos pela mulher podem ser conhecidos nos filmes e nas tramas retratadas nas novelas brasileiras como a recente novela global "Lado a lado"¹⁸, ambientada em 1904 (Sec XX), no Rio de Janeiro. A história representada mostra uma reflexão afirmativa de como evoluímos, como pensavam e se comportavam as mulheres da elite conservadora, o modelo nuclear de família, o sonho da profissão, a mulher pobre e escrava subordinada à vida dura do trabalho doméstico, como lavadeiras, a vida nos cortiços e morros, submissa ao marido e à sociedade. Um tempo em que a abolição da escravidão era recente e o preconceito e a marginalização eram enormes; mesmo assim, havia mulheres fortes e à frente de seu tempo. A

¹⁷ Nesta data, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para dez horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho. A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

¹⁸ [Lado a Lado](#) é uma novela de João Ximenes Braga e Cláudia Lage, exibida pela rede Globo no horário das 18 horas, com direção de núcleo de Dennis Carvalho e direção geral de Vinícius Coimbra. A novela é retratada em 2 ambientes..

*As classes menos favorecidas são representadas pela roda de samba, capoeira e futebol, pela destruição dos cortiços e pelo nascimento da primeira favela carioca.

*As mais abastadas, simbolizadas por uma mulher borrifando perfume no colo, tomando uma xícara de chá, escrevendo uma carta e por uma empregada vestindo um corselet para modelar o corpo da patroa. Os dados estão disponíveis no site da rede Globo: www.redeglobo.com.br

conquista foi a passos longos como a descrita no folhetim, tempo para a mulher ganhar forças e permitir aparecer a determinação e a delicadeza.

Quando se fala da mulher, a imagem primeira está essencialmente associada à sensibilidade, passividade, subordinação e obediência. Isso se deve a sua condição biológica de engravidar? Além disso, a sociedade delegou também à mulher, o cuidado com os filhos, o marido e o lar. Foi sempre assim?

Se olharmos para as gerações anteriores, da época como a retratada na novela acima citada, sim. A mulher era subjugada primeiro à vontade do pai e depois à vontade do marido que limitava seu acesso ao lazer, à formação e ao mercado de trabalho. Com o passar dos anos, com a chegada da industrialização e a urbanização, a mulher passou a lutar pela liberdade sexual e sua progressiva e necessária entrada no mercado de trabalho, reduzindo o número de filhos e o tempo dedicado a eles e à casa.

Não há mais como se ignorar que várias são hoje as formas de se viver e realizar em família, tanto que a nova codificação civil em vigor desde janeiro de 2003, com base nos novos valores constitucionais, prescreve o reconhecimento jurídico da pluralidade e liberdade quanto à organização familiar, assegurando tutela à família matrimonializada, à união estável com ou sem filhos e às famílias monoparentais, formadas estas por um ascendente e filhos. (GIRARDI, 2005, p.31).

A partir do momento em que a mulher passou a dividir seu tempo entre os cuidados da casa e dos filhos e a ocupar lugar no mercado de trabalho, ajudar no sustento do lar e dividir com o homem as decisões relativas ao destino da família, a convivência social e a geração de filhos deixaram de ser um dever e passaram a ser um novo curso na sua vida (RIZZO, 1994; BIAZOLI-ALVES, CALDANHA, 1987).

Para Vygotsky (1981, 1984, 1989), a capacidade que cada pessoa tem de significar (dar sentido a, interpretar e fazer-se entender), dá-se a partir dos significados atribuídos pelos outros às suas ações. O “significar do outro” está na gênese do comportamento “significativo” do “eu”, na gênese do pensamento de cada ser humano, que vai se constituindo inserido em um mundo simbólico/linguístico, no qual a linguagem possibilita a constituição/organização do pensamento. A linguagem na maternagem, a preocupação em cuidar do outro e do bem estar da família faz parte da socialização da mulher. Paralelamente, Berenstein (2002), ressalta:

La familia propiamente dicha fue pensada como incondicional porque el criterio predominante era dar origen a los descendientes, de allí que su

función se centrara en el bebé biológica y psíquicamente desamparado requiriendo de padres amparadores. (BERENSTEIN, 2002, p. 9)¹⁹.

Não existe uma figura única de mãe (assim como de mulher). Essas mulheres vão, pouco a pouco, construindo uma memória comum, uma comunidade de interesses que se articula num grupo que hoje se relaciona com grupos do mundo inteiro, formando uma rede de interesses comuns a todos os movimentos sociais. Pelos filhos, muitas mulheres-mães se modificaram e o mundo à sua volta, tornando-o, talvez, um pouco melhor. Acredita-se que a construção de uma nova identidade de gênero se dá a partir de uma vivência política, social e coletiva. É da experiência vivida que pode surgir a possibilidade de transformação, que inclui uma visão diferenciada da maternidade, mas para uma maternidade social. O fato de participar de movimentos pode levar as mulheres a re-definições e transformações em suas identidades de gênero. Nós vivemos uma divisão de tarefas que determina para as mulheres a responsabilidade de cuidar de seus filhos. Assim, a noção de uma maternidade social incorpora os elementos de cuidado para com o outro, que faz parte da maternidade tradicional de forma mais ampla. (FREITAS, 2002).

Deixou-se de pensar como os antigos. Com o advento da atual ordem jurídica não há mais a necessidade de se referir às conquistas da mulher, vinculadas às tradições patriarcais. Vejamos o que ensina Filho (1989 apud BRASIL, 2011) a respeito do artigo 226 da Constituição Federal/88:

A Constituição ainda vê na família a base da sociedade. No direito anterior, esta família era a constituída pelo casamento, e, até a Emenda n. 9/77, de vínculo indissolúvel. No direito vigente, não só se apagou a indissolubilidade do vínculo como se equiparou a ela a união estável entre homem e mulher e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (p. 314).

Na medida em que a lei sofreu mudanças e acréscimos, a sociedade se ajustou e modernizou-se. Surgem conglomerados multinacionais e industriais, a produção se automatiza, explode a sociedade, os bens de consumo e os meios de comunicação, há um grande avanço nas indústrias, no setor eletrônico, engenharia, robótica, dentre outros. A estrutura da família tradicional veio se modificando; a década de 80 veio com força para a nova mulher; a pílula anticoncepcional diminuiu o número de filhos e liberou a sexualidade. A mulher estabelece uma

¹⁹ A família propriamente dita foi pensada como incondicional, porque a visão dominante era dar à luz os descendentes e focar o seu papel no bebê, por ser um indivíduo biológico e mental indefeso que precisa do pai.

relação mais simétrica com seu parceiro, o pátrio poder ficou abalado. O número de separações e divórcios vem aumentando e as famílias vão se organizando mais de acordo com os desejos antes reprimidos. Aumenta o número de mulheres sozinhas com os filhos, e a gravidez não programada dos adolescentes faz avós mulheres jovens que cuidam de filhas e netos. As distâncias intergeracionais diminuem. O vazio deixado pela mulher-mãe é preenchido por outras mulheres cuidadoras e pela escola. O homem-pai, antes tão distante, se aproxima afetivamente dos filhos, participando ativamente do cuidar, facilitando as identificações e os diálogos. Neste novo cenário, os mais jovens se beneficiam e os mais velhos se modernizam. A mulher se auto-avalia e passa a rever conceitos e seu espaço na sociedade moderna. Dessa sociedade, a que mais sofreu mudanças foi o casamento. É pelo casamento/aliança de dois grupos que nasce a família.

2. 4.1 Casamento

"O casamento é como uma longa viagem em um pequeno barco a remo: se um passageiro começar a balançar o barco, o outro terá que estabilizá-lo, caso contrário os dois afundarão juntos".

David Ruben

Não foi certamente por acaso que as mulheres mudaram o seu discurso sobre o casamento e a maternidade. Tornava-se, em conseqüência, o eixo da família. Responsável pela casa, por seus bens e suas almas, a mãe é sagrada, a "rainha do lar". A maternidade torna-se um papel gratificante, pois está agora impregnado de ideal. Tais observações, no entanto, são recentes. Até então, o que conhecemos sobre a mulher e o casamento não tinha nada de ideal.

Dentre os diferentes desenhos sobre o casamento, Balzac (apud BADINTER, 1985) retrata-o como tempos em que a mulher, ao se casar, deveria dedicar-se ao marido e não à função materna. A filha era desaconselhada pela mãe a não se ocupar da maternagem, mas do casamento.

A mulher nasce para ser uma mulher da moda, uma encantadora dona-de-casa. Tua vocação é agradar. Tu não és feita nem para ser mãe de família, nem para se tornar um intendente. Espero que não venham de modo a estragar-te as formas logo após o teu casamento; nada é mais burguês do que engravidar um mês após a cerimônia. Se, portanto, tiveres filhos dois ou três anos depois de teu casamento, bem, as governantas e os preceptores

os educarão. Tu deves ser a grande dama que representa o luxo e o prazer da família (BADINTER, 1985 p. 158).

Vivendo o casamento para o marido e a sociedade, foram-se anos. Apesar dos desenhos e dos anos, casamento em conformidade com a lei, designa união formal (cartorial e ou religiosa) entre duas pessoas e a separação, seu oposto, a dissolução formal (cartorial e ou religiosa) da sociedade conjugal. É uma solenidade privilegiada para que os seres humanos se complementem e se completem. Deveria ser assim, mas não é bem assim.

Antes havia um maior controle do ingresso no matrimônio. Parte dos casamentos era "arranjados" pelos pais, constituindo-se muito mais em vínculos contratuais do que afetivos. A filha mulher era criada para o casamento, para ser esposa, mãe, dona de casa. Casava aos 15 anos e em seguida já era mãe. Para ela o casamento deveria ser para a vida toda, uma vida dedicada aos cuidados do marido, dos filhos e da casa.

A partir do Século XIX, o casamento torna-se uma união de indivíduos em vez de apenas uma união de duas linhagens. As famílias exercem menor papel na escolha dos pretendentes. O casamento funcionava como um rito de passagem para a independência, autonomia e constituição da própria família. E hoje?

Os filhos já não dependem ou precisam dos pais para casar. O que antes era pensado como independência da família, hoje dá lugar a outras formas de relacionamentos que não exigem o desligamento da família de origem, retardando a saída da casa dos pais. Ser solteiro oferece oportunidades imediatas no mercado de trabalho, diferente de ser jovem, casado e, em alguns casos, com filhos. Muitos jovens, ao atingirem a maioridade, estão prontos para casar, os namoros são breves, não há exclusividade, compromisso, assumem a cultura do ficar que dura pouco tempo e muitos casamentos também (JUSTO, 2005). Em outros casos, são os pais que dificultam a saída dos filhos de casa e deixar que vivenciem, desde cedo, responsabilidades e frustrações para o desenvolvimento da independência afetiva e financeira, o que possibilita o ingresso na vida adulta. Esse vínculo, a dependência um do outro pode levar mais de 40 anos. Se os pais não deixam claro que o filho precisa crescer, ele sempre acreditará que tem responsabilidades com eles, mesmo que sejam casados (ARATANGY, 2007).

Ao casarem, muitos homens hoje querem uma mulher acolhedora e disponível, mas ao mesmo tempo uma guerreira que divida as responsabilidades, cuide dos filhos e da casa e compartilhe a conta bancária, diz Aratangy (2007),

“uma mistura de gueixa com samurai”. Homens e mulheres têm aspirações diversas em relação ao casamento. As mulheres querem que o casamento seja tudo, que preencha todas as coisas. O homem, quando casa, quer uma família, filhos. Eles procuram coisas realmente diferentes. Então, fica difícil dar certo (DEL PRIORE, 2010).

Casar não deixou de representar uma relação de significação intensa na vida dos sujeitos, na medida em que envolve alto grau de intimidade e de envolvimento afetivo. Por outro lado, hoje, alguns comportamentos são mais presentes, vinculando o casamento com vistas apenas à própria relação, que se mantém enquanto for vantajosa e prazerosa para ambos os cônjuges (GIDDENS, 2002). Tanto as mulheres quanto os homens, estão cada vez mais atrasando a idade para o casamento e a chegada do primeiro filho. Situação diferente da vivida pelas mulheres do século XVIII até o início do século XX.

Para muitas jovens mulheres, ter filhos passou a representar ao mesmo tempo motivo de preocupação e fonte de seu frágil equilíbrio afetivo. Costuma-se questionar o ter filhos quando a vida já é difícil o bastante, mas para algumas mulheres, segundo Badinter (1985), em uma vida conjugal difícil, muitas vezes cruel, a maternidade é a grande ocupação de sua vida. Recusam qualquer contracepção, porque o filho preenche uma carência afetiva e social e compensa, por algum tempo, diversas frustrações. Para retardar o momento fatal da solidão, para ter mais tarde um número de ajudantes no trabalho rural, as mães deixam agir a natureza e produzem tantos filhos quanto seu corpo o permite. Mesmo que deles se queixem abertamente, nada querem tentar para mudar o curso das coisas. (p.162).

Ao se referir à maternidade, Badinter observou os comportamentos das mulheres-mães e concluiu que os recursos econômicos, mas também as ambições das mulheres condicionam amplamente seu comportamento de mãe. Problema e necessidade para umas, imposição ou opção para outras, a chegada do filho à família é diferentemente vivida pelas mulheres.

Retomando os estudos de Giddens, o autor pontua mudanças nas tarefas domésticas e a responsabilidade com as despesas são compartilhadas. As mudanças e a fragmentação que o amor romântico vem sofrendo em função da emancipação e da autonomia feminina. Deveria ser o “amor”, o meio pelo qual os parceiros se sentem atraídos e se unem levando ao desenvolvimento de um relacionamento em que a continuidade depende da maturidade desse amor e da

intimidade entre ambos. O amor pode ser o elo mais forte, mas não tão forte a ponto de manter um casamento quando outros elos se enfraquecem. Prova disso, a presença de qualquer sintoma entre o casal, sinal de que algo não está bem, o primeiro a ser questionado é a intensidade do amor.

Como dizia Carlos Drummond de Andrade, *“a cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que damos, nas forças que não tiramos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, esquivando-nos do sofrimento, perdemos também a felicidade”*.

Esquivar-se das dificuldades permitiu a muitas pessoas seguirem em frente; é assim que as mulheres participantes deste estudo justificam a convivência de anos junto ao seu companheiro, sem se separar, sem denunciar as violências praticadas por eles.

Seguindo, entre outras causas, a situação financeira tem sido tanto o sucesso como o fracasso de muitos relacionamentos. Os problemas financeiros do casal geralmente começam antes do casamento e tem influência direta na qualidade do relacionamento. Este fator é mais frequente nas famílias de baixa renda, lembrando que não é só o financeiro; outros fatores também influenciam a qualidade do relacionamento. Quando o casal é de origem pobre, principalmente a mulher, o casamento, quando formalizado, costuma ser precoce. Alguns pais, diante da situação de extrema pobreza, acreditam que suas filhas podem ser melhor mantidas por um marido, e casá-las cedo é uma forma de conservar seus limitados recursos. Que uma mulher dificilmente poderá ser assegurada fora de uma família, mas casada, mesmo que por sobrevivência, era mais fácil. Outros pais, diante da urgência por uma solução, vendem ou trocam a filha por alimentos, por uma quantia insignificante, pela prostituição. Muitas jovens e adolescentes oriundas de famílias carentes iniciam a sua vida sem perspectivas, sem projeto de vida e, além das dificuldades próprias da adolescência, precisam buscar ajuda, outros meios de sobrevivência. O casamento passa a ser uma fuga da situação de pobreza, das dificuldades dos pais. Esses jovens muitas vezes, estão reproduzindo as dificuldades vividas pelos pais, pelos avós e têm como consequência, a reprodução do ciclo da pobreza (UNICEF, 2010).

Os matrimônios precoces são ainda muito frequentes nos países em desenvolvimento e nas comunidades economicamente desfavorecidas dos países desenvolvidos; são dificilmente quantificáveis, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef (2010). Milhões de crianças, especialmente

meninas, sofrem as consequências negativas desses casamentos. As razões dos matrimônios precoces têm como principal fator, a pobreza, e suas consequências, como a marginalização social ou a semi-escravidão, sexual ou não, das meninas e em alguns casos, dos meninos. Essas práticas são contrárias a uma série de textos legais de proteção dos direitos humanos, particularmente aos ligados à criação das Nações Unidas e à Convenção de Direitos da Criança (SARTI, 2003). Os casamentos precoces têm profundos efeitos no plano físico, intelectual, psicológico e emocional, e põem fim às possibilidades de educação e de crescimento individual. Além disso, quase sempre, para as meninas, são sinônimo de gravidez e de partos prematuros, assim como de uma existência de servidão doméstica e sexual, na qual não têm poder algum. Na visão de Sarti, casamento não é escravidão, é o começo do que chamamos de família.

É o projeto inicial através do qual começa a se constituir família. É por intermédio do casamento que é formulado o projeto de melhoria de vida, nunca concebidos individualmente, mas em termos de complementaridade entre o homem e a mulher. (SARTI, 2003, p. 83).

Na contemporaneidade, Goldenberg (2001 apud FERÉS-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2001, p. 122) ressalta que, apesar das inúmeras e profundas mudanças pelas quais passaram os homens e as mulheres, muitos estereótipos sobre os sexos ainda permanecem. Todos os homens têm muitas parceiras sexuais ao longo da vida e aproveitam todas as oportunidades para ter novas aventuras. Todavia, estudos recentes mostram que a realidade não é bem essa. Do mesmo modo, a mulher, na sua fragilidade, apresenta comportamento semelhante. Para a autora, hoje, homens e mulheres são quase iguais, escolhem-se com mais liberdade e separam-se com mais facilidade.

Ambos conquistaram mais liberdade, mas a conquista da liberdade tanto dos homens quanto das mulheres, segundo Jablonski (1994, 1995, 1996, 2001, 2003), levou “à crise do casamento contemporâneo”. Para o autor, a causa dessa crise dá-se pelo movimento de modernização da sociedade, pelo processo de secularização, a expansão do individualismo, o aumento da longevidade e a forma como a cultura valoriza o amor e a sexualidade. Os relacionamentos estão cada vez mais breves, uma cultura do descarte, as pessoas ficam juntas até o ponto de deixarem de ser objeto de desejo um do outro, ou até aparecer alguém que seja uma outra opção, tornando-se assim, mero produto de consumo.

Entretanto, nesse turbilhão de certezas e incertezas acredita-se que para tudo há jeito. Que o casamento como refere Aratangy (2007), não é uma instituição falida porque está em constante mutação. Aquele casamento de duas gerações atrás é que pode estar fadado ao fracasso, mas o projeto de vida de duas pessoas que pretendem envelhecer juntas não faliu. O que existe, é a famosa queixa de que o amor acabou. Há também queixas sobre os maridos não dedicarem um tempo maior a elas e aos filhos, alguns por serem insensíveis. Para a autora, não é bem assim, tanto homens como mulheres mudaram e estão se tornando pessoas mais inteiras. As mulheres puderam assumir um lado mais racional, e eles, um lado mais sensível. As mulheres costumam querer tudo, que o casamento seja um porto seguro e dê a sensação de velas ao vento. É importante, diz Aratangy (2007), saber que o casamento vai ter ambos os momentos, mas não vai ser tudo o tempo todo.

Dados da última pesquisa (PNAD) de 2009 indicam que a taxa de nupcialidade legal atingiu seu maior índice nos últimos dez anos, apresentando uma reversão na tendência de redução de 1999 para 2008. De acordo com a pesquisa, em 2008, a taxa chegou a 6,7 por mil. O total de casamentos registrados foi de 959.901, cerca de 5% superior ao número observado em 2007. A taxa de nupcialidade é obtida pela divisão do número de casamentos pelo de habitantes e multiplicando-se o resultado por mil.

No período de 1999 a 2002, foi registrada queda no número de casamentos e as taxas variaram de 6,6 por mil para 5,6 por mil. Em 2008, a maior taxa de casamentos entre as mulheres foi verificada entre as de 20 a 24 anos (29,7 por mil); nos homens os dados são semelhantes, porém o índice mais elevado está entre os de 25 a 29 anos (28,4 por mil). A grande diferença está entre os homens e as mulheres com mais de 60 anos. As taxas obtidas para as pessoas do sexo masculino são mais que o dobro das do feminino. Em 2008, casamentos de mulheres de 60 a 64 anos representavam 1,6% dos casos, já entre os homens foram de 4,0%. O IBGE (2009) atribui esse aumento à melhoria do acesso aos serviços de Justiça, particularmente ao registro civil de casamento e a iniciativas que facilitaram o acesso da população nos aspectos burocráticos e econômicos.

Na última década, aumentou também o número de brasileiros que resolveram se casar novamente. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, os recasamentos representaram, em 2008, 17,1% do total das uniões formalizadas, enquanto em 1999 esse tipo de união totalizava apenas 10,6%. A taxa de

casamentos entre cônjuges solteiros, apesar de estar em queda, permanece majoritária. Em 1999 representavam 89,4%; já em 2008 houve uma pequena redução, passando para 82,9%. Na comparação entre os sexos, existem diferenças marcantes. Os homens recasaram em 2008 mais com mulheres solteiras (7,4% do casos), já as mulheres divorciadas casaram menos com homens solteiros (apenas 4,1% das uniões formalizadas). Casamentos entre dois divorciados ocorreram em apenas 2,7% dos casos. Quanto às dissoluções formais dos casamentos, a pesquisa revela a elevação do número de divórcios em relação ao de separações. Segundo dados do IBGE (2009), isto demonstra que a sociedade brasileira ampliou sua aceitação ao divórcio e utilizou mais amplamente os serviços de Justiça que formalizam as dissoluções.

As separações judiciais concedidas no Brasil foram, em sua maioria, consensuais (76,2%). Entre as não consensuais, a maior parte dos casos foi requerida pela mulher (71,7% em 2008), enquanto os homens representaram 28,3% dos pedidos. De acordo com o Censo 2010, são as chamadas famílias reconstituídas, que representam 16% dos casais com filhos. A pesquisa mostra também que há mais divorciados, solteiros e uniões sem casamento no civil ou no religioso. O Censo também mostra que 36,4% dos relacionamentos no país não são formalizados. Em 2000, esse percentual era de 28,6%. Nesse período, o número de divorciados quase dobrou e os solteiros continuam sendo mais da metade da população. O número de solteiros que já viveram uma união conjugal aumentou 20% - hoje eles são quase 15% dos brasileiros, com maior concentração no Rio de Janeiro.

A pesquisa constatou também um aumento na proporção de famílias sob responsabilidade exclusiva da mulher. Pela primeira vez, o IBGE mediu a responsabilidade compartilhada, quando as despesas são divididas pelos responsáveis da casa. Esse é o caso de 15,8 milhões de famílias.

A mudança do padrão entre gerações é refletida na redução da taxa de fecundidade da mulher brasileira ao longo dos anos. Em 2000, a taxa média nacional era de 2,39 filhos por mulher. Hoje é de 1,94. (IBGE, 2009).

A taxa de fecundidade declinante dos últimos anos aponta como responsável em especial a população pobre. Esta queda é consequência também dos fatores sócio-econômicos insuficientes para atender às necessidades básicas dos filhos. As instituições como a Igreja e a mídia contribuíram para o padrão de reprodução. Falar de sexo e sexualidade que antes era um tabu é orientado para

se falar abertamente. Os primeiros manuais de educação sexual eram feitos para homens e datam da época da ditadura do Getúlio Vargas, nos anos 40. Os primeiros dirigidos para as mulheres só tinham umas 15 páginas e explicavam que as mulheres precisavam se preparar para o rito eterno. E só eram indicados para mulheres com mais de 18 anos, que estivessem comprometidas (DEL PRIORE, 2010).

Falar sobre sexo com os filhos ou entre amigos era tabu, manter a virgindade até o casamento era uma regra entre as famílias tradicionais, mas há muito tempo, já perdeu a força e as jovens iniciam a vida sexual cada vez mais cedo e cada vez mais cedo aprendem tudo sobre sexo e sexualidade. Mesmo assim, com muitas mães adolescentes, a fecundidade, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maternidade entre jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos caiu, respectivamente de 18,8% e 29,3% em 2000, para 17,7% e 27%. Já a fecundidade entre mulheres acima de 30 anos subiu de 27,6% para 31,3%. Neste último caso, elas adiam a maternidade em prol da carreira. Isso aproxima o Brasil dos padrões reprodutivos dos países desenvolvidos. As jovens mulheres brasileiras, ao contrário das mulheres da geração anterior, já não almejam muitos filhos; com poucos filhos, um ou dois, elas têm mais oportunidades de realizarem outros projetos de vida.

Um dos fatores que merece observação nos casamentos atuais são os “ciclos de vulnerabilidade” socialmente causados às mulheres e, em grande parte, pelo casamento: Em quase todos os casamentos atuais elas são primeiramente expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) de que serão as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, e que, para preencher esse papel, elas precisarão atrair e manter o suporte econômico de um homem, para cuja vida profissional se espera que elas deem prioridade.

O trabalho é outro campo em que as mulheres têm desvantagens pelo fato de que o mundo do trabalho pago, incluído o profissionalizado, é ainda amplamente estruturado em torno da presunção de que “trabalhadores” têm esposas em casa e, portanto, eles precisam trabalhar. Elas se tornam ainda mais vulneráveis se são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, e sua vulnerabilidade atinge um pico se seus casamentos terminam e elas se tornam mães solteiras reforçando o preconceito, combatido pelo feminismo (OKIN, 1999, p. 139).

As expectativas convencionais sobre o papel da mulher, especialmente aquelas que definem seu valor a partir da capacidade de cuidar dos outros e de renunciar a seus interesses, podem permanecer mesmo em meio a transformações na atuação e auto-percepção das mulheres, assim como na multiplicação dos tipos de arranjo nos casamentos. As brigas conjugais são comuns a todos os casamentos, mas saber trabalhar com as diferenças e expressar abertamente os sentimentos delas oriundos e controlar as emoções ajudarão muito às crianças, pois alguns conflitos conjugais e familiares acabam repercutindo no comportamento delas. Trabalhar essas emoções são formas de proteger as crianças dos efeitos negativos dos conflitos conjugais ao usá-los como uma arma para mediar os conflitos conjugais. Os filhos precisam ficar em segurança e ser amados por ambos, mesmo que para isso tenham que abrir mão em favor do outro. A vida da criança continua, mesmo com a agonia de uma relação conjugal se acabando. Casais mais conscientes sobre o casamento e a paternidade podem prevenir conflitos conjugais mais severos (SARTI, 2003).

A Constituição Federal de 1988 trouxe grandes inovações ao ordenamento jurídico nacional, passando a considerar a união estável como unidade familiar entre homem e mulher ou entre qualquer um dos pais e seus descendentes. Com isso, fora dado o ponta pé inicial para a implantação do novo conceito de Família, ou seja, o casamento deixou de ser sua única fonte, dividindo esse status com outros institutos. A sociedade nem sempre viu e acompanhou a mudança com bons olhos, entretanto, para apreender a nova realidade em que vive, teve de ampliar seus conceitos para, ao final, acolher as diferenças.

Para Clarissa Estes (1999), a mulher evoluiu muito em alguns aspectos sim, mas não deixou de ser selvagem, combinação de bom senso com senso da alma. Mesmo que tenha trabalhado, feito sexo, descansado ou brincado fora de casa, diz ela, “isso não mata a mulher selvagem, nos deixa exaustas” (1999, p. 222). Para dar conta dessa mulher selvagem, refere Estes

O homem deveria usar o seu conhecimento para captar e compreender a substância luminosa de que ela é feita, para deixar que ela o inunde, o surpreenda, o espante e até mesmo o assuste. Também para ficar com ela. Para entoar seus nomes para ela. Com isso os olhos dela brilharão (1999, p. 222).

E os dele também.

2. 4. 2 Mãe é mãe, avó é avó. Será?

“A afeição dos avós pelos netos é a última etapa das paixões puras do homem. É a maior delícia de viver a velhice”.

Bittencourt

Formar uma família e ter filhos são opções. Como cuidar, ser mãe ou pai é também uma escolha. Ter filhos e ser cuidador são escolhas culturais, com normas, expectativas e valores já agregados no âmbito da significação. Pode-se cuidar dos filhos pacientemente, com medo, como um fardo, meramente repetindo a tradição ou ousando mudar, de forma autoritária, inculcando-lhe medos, ameaçando-o ou enfatizando a autonomia, o amor, a reflexão. Paralelamente, as crianças se apropriam de um modelo de homem e mulher e os laços que se desenvolvem entre os parceiros. Através do subsistema e das relações parentais, os filhos aprendem o que é permitido e o que é proibido, apropriando-se de valores com os quais vão viver e levar para a vida toda.

Nesse atual contexto, a família foi se ajustando e, o que era um projeto de vida em comum soma-se a um projeto de vida compartilhado com forte compromisso emocional e educacional, um contexto de desenvolvimento para as crianças, pais e avós, um cenário de encontros entre as gerações, uma rede de apoio às transições e crises (GARCÍA; DOLORES; RODRIGUEZ; ZAMORA, 1998). Em geral, podemos observar a instituição familiar atual em três aspectos: o tempo de incorporação, que abrange questões que envolvem a escolha do parceiro, o casamento, a chegada dos filhos, a vida com as crianças, a idade pré-escolar e escolar, a emancipação dos filhos, restando ao casal viver sozinho novamente. A mãe não deixa de ser mãe, mas também é avó. Como lidar com esses papéis?

Badinter (1985) pontua que a maternidade, apesar dos avanços, ainda é um tema sagrado, a mãe continua sendo identificada como símbolo do indefectível amor oblativo. Por outro lado, Badinter observa o amor de mãe como uma experiência complexa, que inspira sentimentos contraditórios sobre a existência ou a inexistência desse sentimento. Isso não quer dizer que “é proibido inferir a ausência de amor materno em tal ou qual caso; em compensação, não é proibido postular-se implicitamente a existência e a constância desse mesmo amor”. (p. 8). Uma mãe pode, ao mesmo tempo, estar feliz e insatisfeita; neste caso, sua vida oscila entre a satisfação e a frustração. Esforça-se para imitar a boa mãe, mas não encontrando nisso a própria satisfação, estraga a sua vida e a de seus filhos.

A imensa responsabilidade que pesa sobre uma mãe tem dupla consequência, a exaltação e a condenação. A mãe que cuida, amamenta, educa, instrui é entendida como uma boa mãe. Na falta desses cuidados, cai sobre elas a condenação. Julgar ser ou não uma boa mãe não é tarefa difícil, é comum ouvirmos tal afirmação. Dizer que mãe é de todo bondade e compaixão, segundo Badinter, precisa ser revisto.

A partir da observação de Badinter, poderíamos inferir aqui muitas perguntas sobre amor de mãe e, com certeza, em algum momento, cometeríamos erros ao questionar ou afirmar esse amor; erros apontados pelos defensores do amor materno que só deixa de existir, se a mãe apresentar motivos patológicos, ou seja, não existe uma mãe que não ame seu filho; essa mãe é um desafio à natureza, uma pessoa a-normal por excelência. Nesse sentido, Badinter (1985) pontua os mitos do amor materno e conclui que o amor de mãe existe desde os primórdios dos tempos, mas não necessariamente em todas as mulheres. Para Badinter, não é só o amor que leva uma mãe a cumprir seus deveres maternais. “A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe”. (p. 11). Amor de mãe para filho não é inato, é conquistado. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional. O papel de esposa guardiã, da mãe tranquilizadora, fonte de doçura e amor, tudo depende da mãe, da sua história e da história.

Foi observando primeiro a mãe e depois a sua história que me fez mudar o modo de olhar e interpretar os comportamentos sobre as mães das crianças e adolescentes acolhidos. Até então as culpava pelo acolhimento dos filhos e tudo o que antecedeu ao acolhimento. Para mim, uma vez sendo mãe, não poderiam fazer determinadas coisas como abandonar afetivamente os filhos, esquecer que tinham filhos ou negá-los. E ainda, independente das dificuldades enfrentadas pela família, amor de pai e mãe deveriam prevalecer; mas, lembrando Badinter, tudo depende da mãe, da sua história e da história. Aliás, a criança não se deixa enganar pelos falsos sentimentos da mãe, pois o amor não se imita. Badinter vai além, ao apontar que outras mães não se dão esse trabalho e deixam aparecer brutalmente sua indiferença, sua crueldade ou seu ódio.

Esses sentimentos negativos associados às diferentes dificuldades, a presença das drogas, álcool, pobreza, riscos, fazem com que muitas mulheres-mães neguem seus filhos, abandonando-os à sorte de quem chegar primeiro. Aparentemente, poucos casos condenam a mãe, pois a maioria dos textos justifica

totalmente a responsabilidade dessa situação: o primado da mãe e o recuo do pai; a pobreza e a moradia e, assim por diante. Mas e a criança? Se a criança tiver sorte, muitas vezes, quem assume o cuidado e a sua educação, são os avós.

Estudos de Falcão e Salomão (2005), revelam que a ajuda dos avós no cuidado e desenvolvimento de seus netos e na execução de tarefas domésticas, bem como sua participação nas interações familiares, principalmente em momentos de transição, tem sido cada vez mais frequentes. Os avós assumem não somente a responsabilidade de cuidar de seus netos, sendo um dos recursos utilizados pelas famílias em que pais e mães trabalham fora, como também auxiliam na educação das crianças, transmitindo experiências, valores e crenças acerca do desenvolvimento humano. Nesse caso, compreender o sistema familiar requer estudar uma série de questões no que diz respeito ao papel dos avós no desenvolvimento dos netos. Apesar disso, os pesquisadores Biasoli-Alves (1997); Simionato-Tozo e Biasoli-Alves (1998, p. 138), Tinsley e Parke (1988); Shore (1991) concordam com a importante influência que as diferentes gerações exercem umas sobre as outras, estabelecendo formas e limites para as relações e interações entre as gerações mais velhas e mais novas.

É consenso que os avós representam experiências, sabedoria e afeto. Mas quando os netos entram em cena, acontecem atritos. Nada mais natural. Algumas famílias valorizam muito o papel dos avós e atribuem a eles a função de cuidar dos filhos na ausência dos pais. Esses avós dificilmente deixam de atender a esse tipo de pedido. Para os pais, o tempo passou e reservou muitas histórias e sentimentos compartilhados de várias formas, além de os avós serem os únicos adultos que têm tempo para os nossos filhos. Avós são lembrados por muitos como aquelas pessoas carinhosas, que amam de uma forma mais serena, com doçura, fazem aos netos muitas coisas que não fizeram aos seus filhos. Revelam que quando se tornaram pais, eram jovens, inexperientes, estavam preocupados em sustentar a família, em educar bem os filhos, em tantas coisas que não lhes sobrava tempo para o que hoje fazem com seus netos. Para alguns pais, os avós deseducam os netos, podendo, com essa atitude, exercer uma influência favorável ou desfavorável na vida dos membros familiares, reveladas muitas vezes por violências praticadas contra os netos (PAIVA, 1998). Mas esses avós se defendem dizendo que é porque a educação deles está sob a responsabilidade dos pais, eles não têm que se preocupar com esse detalhe. A responsabilidade da educação é dos pais, e esse é um dos motivos pelos quais os avós e netos se entendem tão

bem, refere Tessari (2008). Vale lembrar que educação e instrução soa diferentes. A verdadeira educação são os pais que devem dar aos filhos. Educação tem um sentido mais amplo do que a instrução. É antes de tudo transmissão dos valores morais, enquanto a instrução visa à formação intelectual.

A educação dos filhos nos séculos XIX e XX, depois da ama de leite, preceptores e governantas, era por excelência missão providencial da mãe, não se mencionava tal função ao pai.

A educação moral é "a tarefa mais elevada" da mãe, "sua missão providencial", "sua obra-prima absoluta". Faz dela a criadora por excelência, "ao lado de quem o artista mais consumado não passa de um aprendiz". Melhor ainda, governando a criança, a mãe governa o mundo. Sua influência estende-se da família à sociedade, e todos repetem que os homens são o que as mulheres fazem deles. (BADINTER, 1985 p. 184).

Além da educação, era dever da mãe ensinar-lhes também, autonomia. Nenhuma mãe poderia candidatar-se ao título de boa mãe se não encarnasse, ao mesmo tempo, a virtude, a bondade, a coragem e a doçura. A mãe deveria dar a todo o momento o bom exemplo, aprimorar-se, ter boa influência, crescer em bondade, ser vigilante absoluta (BADINTER, 1985).

Os anos redefiniram alguns papéis, e um dos fatores observados para com o cuidado e educação dos filhos é a falta de responsabilidade dos pais para com eles, acarretando aos avós a educação e os cuidados básicos dos filhos, estendidos aos netos. Nesse caso, o segredo é, para Tessari (2008), muita conversa. Os avós precisam entender que, apesar de participarem da educação da criança, o papel deles está em segundo plano. Eles não podem interferir quando o pai está dando uma bronca no filho. Apesar de não ser fácil, é preciso estabelecer um limite entre autoridade dos pais e dos avós para que a própria criança não confunda os papéis.

Os avós têm, sim, um papel muito importante que vai além da extensão do cuidado, está na formação da identidade. São os avós que carregam essa herança e, ao repassá-la, ajudam na construção das raízes, o que é muito importante para o desenvolvimento da criança. Com o tempo descobrimos que as avós, aquela figura, inicialmente, parecia tão implicante ou dona da razão, é quase uma enciclopédia de dicas sobre a maternidade, não dá para desprezar tanta sabedoria (TESSARI, 2008). O papel das avós na criação dos netos muitas vezes é confundido pelos filhos, atribuindo a eles papel de guardiães dos netos. Essas crianças passam

longos períodos sob os cuidados dos avós, identificando-os e chamando-os de pais. Quando isso acontece, os pais se dão conta do tempo perdido na educação dos filhos e questionam os avós sobre a educação dada aos netos. Essa situação é mais comum em famílias de baixa renda e está relacionada a significados sócio-culturais como gravidez na adolescência, pobreza, falta de oportunidades, baixa escolarização, prostituição infanto-juvenil, entre outras. Em alguns casos, avós também foram mães adolescentes e passaram pelas mesmas situações, repetindo as histórias.

Sobre os saberes de avós e pais para filhos e netos, apesar das mudanças e arranjos familiares, permanecem em muitas famílias, transmitidos no cotidiano: receitas de bolos, canções infantis, um jeito de estar à mesa, de estender os lençóis, de se comportar com os moços ou com as moças. Ao mesmo tempo, conversas interrompidas deixam no ar perguntas não formuladas. Esses avós aparecem como figuras peculiares ao expressarem, através de suas histórias, o desenrolar das mudanças e reformulações da vida em família. Quando avós e netos estão lado a lado não se furtam a boas conversas. As histórias dos avós e as informações trazidas e narradas pelas crianças aproximam oralidade e conhecimento. Eles têm sempre muito a dizer uns aos outros, os avós fazendo recomendações aos netos, com regularidade ou contando histórias. Já a conversa das crianças é mais no sentido de trazer as novidades do que acontece na escola, no bairro ou então de ensinar os avós, atualizando as histórias para o seu tempo. Com os avós aprendemos a diferença e a emoção da história-feita para a história vivida. A mesma pessoa que diz não contar histórias, dali a pouco surpreende com a narrativa viva de certas passagens de sua existência.

Os conselhos ainda ocupam lugar expressivo nas conversas entre avós e netos. São momentos únicos consagrados para toda a vida. Os diálogos que até então se davam no contar histórias, nos ensinamentos da religião, das distâncias a serem mantidas entre os sexos, entre primos e irmãos, atualmente não passam de conversas breves. Os avós, sempre presentes, muitas vezes mediavam os conflitos entre pais e filhos. As filhas ficavam perto das mães, os filhos dos pais. Tudo arrumado, embora a rede de identificação de afetos e preferências estivesse sempre presente. As mães eram auxiliadas na educação dos filhos, mas eram fortes figuras identificatórias. Atualmente, os avós são diferentes?

Certas recomendações dos avós podem mesmo se aproximar dessa dimensão fantasiada; nem todas, porém, nela se esgotam. Algumas há que são

formuladas com um sentido mais amplo, comportando várias possibilidades de interlocução. Esta segunda vertente de compreensão dos conselhos caminha rente à perspectiva proposta por Walter Benjamin. Diz ele que *dar-se conselhos*

Parece hoje algo de antiquado é porque as experiências estão deixando de ser "comunicáveis", acrescentando logo a seguir que "aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada." (BENJAMIN, 1987, p. 200).

Podemos dizer que a figura dos avós, como aqueles que atrapalham a educação dos netos com mimos exagerados, está ultrapassada. Principalmente nos dias de hoje, quando os pais têm uma rotina atribulada, a proximidade é ainda mais benéfica - e necessária. O diálogo franco seja com a mãe, pai, avó, sogra ainda é a melhor forma quando se trata da educação dos netos. Quando o diálogo fica complicado, manter a calma, sem ofender, mas muito amor, ajuda a resolver. Outra estratégia é filtrar o que diz a avó, fazer o que popularmente se chama de "ouvido de mercador" (TESSARI, 2008). Na presença dos avós, as crianças crescem mais felizes e os idosos ganham maior longevidade, e isso possibilita uma participação maior dos idosos na sociedade, refletindo na organização familiar. Os avós estão atentos às transformações e são considerados um ponto de referência familiar.

Para Aratanga e Posternak (2010, p. 60), "a velhice não é apenas um evento cronológico é, sobretudo, social". Lado a lado, os avós e netos desenvolvem atividades que exigem forma física saudável e resistente, como artes marciais ou rali de bicicleta. Em universidades abertas ou cursos não acadêmicos, alguns avós e netos adolescentes estudam juntos, dividindo o interesse por diversos temas como artes, enologia e culinária, entre outros. Em pleno "século dos avós", pesquisas mundiais comprovam as claras mudanças sociais oriundas do aumento da expectativa de vida. Entre os americanos, mais da metade se tornou avô ou avó entre os 49 e 53 anos, passando de 30 a 40 anos nessa função; na França, cerca de 80% das pessoas com mais de 65 anos têm netos e quase metade desse total chegará a ser bisavô ou bisavó. Na Inglaterra, existem hoje 16,5 milhões de avós – metade da população britânica tem netos por volta dos 54 anos e é responsável por cuidar deles. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de maiores de 60 anos passou de 14,8 milhões, em 1999, para 21,7 milhões em 2009 (<http://www.segs.com.br/avos-contemporaneos>, acessado em 12/2011). Mas, qual é o real papel dos avós contemporâneos?

Os novos avós são de uma geração em que um homem e uma mulher, quando se casavam, o casamento era indissolúvel e quem cuidava dos filhos e da casa, era a mulher. Hoje, ambos os avós dedicam parte considerável do tempo ao cuidado dos netos, diz Aratangy (2010). A ajuda da avó à nora ou filha que concilia a maternidade com a vida profissional representa apoio e uma nova solidariedade feminina transgeracional. As avós de hoje, que tanto lutaram por mudanças na condição da mulher, esforçam-se agora em dar uma contribuição para o sucesso profissional das jovens da nova geração, apoiando, assim, a caminhada em direção à simetria entre os sexos. Essa postura revela uma mudança concreta na educação das meninas e uma cumplicidade nova entre mães e filhas.

Quando falamos de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, nem sempre há cumplicidade entre mãe e filhos, mas a necessidade de assumir a família, assumir os filhos sem pai, de pais ausentes, negligentes ou falecidos. Nesse triste cenário, muitas vezes, quem entra em cena é a avó. A figura da avó pode ser observada nas histórias de vida das mães/avós presentes neste estudo.

Além dos avós, outros personagens são representados nas histórias reais, as madrastas e os padrastos.

2. 4. 3 (MÁ)drasta: conceitos e preconceitos

*“Como mulher,
aprendi com as primaveras
a me deixar cortar para poder voltar inteira”.*

Cecília Meirelles

A imagem da rainha mal retratada nos contos da Branca de Neve²⁰, João e Maria²¹, dentre outros, é figura do passado? Anos e anos, gerações e gerações ouvindo histórias como essas, criaram no imaginário a figura perversa, malvada, aquela que casa com o pai, geralmente viúvo de uma pessoa insubstituível – a mãe. Madrasta virou um arquétipo tão forte que até os dicionários registram a

²⁰ Branca de Neve (em alemão Schneewittchen) é um conto de fadas originário da tradição oral alemã, que foi compilado pelos Irmãos Grimm e publicado entre os anos de 1812 e 1822. Com a morte da mãe Branca de Neve fora criada pela madrasta que repudiava a sua beleza. Inconformada, a madrasta ordenou que um caçador contratado matasse Branca de Neve e lhe trouxesse seu coração como prova, na esperança de voltar a ser a mais bela. Pesquisa (WWW.google.com.br). Acesso em 22/11/2012.

²¹ João e Maria é um conto de fadas de tradição oral e que foi coletado pelos irmãos Grimm, uma versão estilizada para a classe média do século XIX, mas a original era uma admoestação da dureza da vida na Idade Média. Este conto relata a aventura dos irmãos **Hänsel und Gretel** em Portugal e (João e Maria na literatura brasileira), filhos de um pobre lenhador que, em acordo com a mulher/madrasta, decide largá-los na floresta porque a família não tem condições para os alimentar. Pesquisa (www.google.com.br). Acesso em 22/11/2012.

palavra como substantivo e adjetivo, este com significado de “pessoa pouco carinhosa, ingrata, má”. Mas, toda a madrasta é má?

Como na literatura infantil, a personagem madrasta e má, é bastante presente também na realidade vivida por muitas crianças e adolescentes. Contos de fadas descrevem pais que perderam a mulher e, em seu lugar, uma outra mulher assumia não só o papel de esposa, mas dos cuidados da casa e da criação dos filhos, quando houvesse. Mas essa outra pessoa geralmente não era bem-vinda. E, por não ser bem-vinda, fazia de tudo para ser má, perversa, para afastar do pai de quem a atrapalhasse. Ou ainda, como sugere Gonçalves (1998), o quanto os contos estabelecem relações irreais (abstratas) para permitir a adaptação do homem à realidade. É interessante verificarmos que nos contos infantis não é habitual aparecer a figura do padrasto. A crueldade paterna não é expressa por essa personagem, mas “são os próprios pais, reis, lenhadores, artesãos que impõem aos filhos as dificuldades da vida” (p. 53).

A palavra madrasta, deriva do latim “Matrastra”, mulher do pai, de “Mater”, mãe. É uma mulher casada com um homem já com filhos, e mantém relação com os filhos deste. Diz-se que quando um homem se divorcia da mãe de seus filhos ou se torna viúvo, a mulher com quem ele se casa ou convive passa a ser a madrasta de seus filhos. Os filhos, neste caso, são, em relação à madrasta, denominados enteados. Madrasta, ou padrasto, deve ser usado quando o cônjuge com quem se casou é viúvo, ou viúva. Não existe madrasta, ou padrasto, de filhos não órfãos.

Se, por um lado, o imaginário popular propagou a fama de má da madastra, por outro mais realista, essa mulher costuma ter que enfrentar a rejeição que sofre por parte dos enteados. Nenhuma mulher foi educada para ser madrasta. Em geral, ela assume os mesmos hábitos da mãe das crianças, que a fazem ser desaprovada por estar competindo com a ex-mulher do marido ou por tornar-se a melhor amiga das crianças, colocando-se no mesmo patamar delas. São muitos os fatores enfrentados tanto pelas madrastas e padrastos quanto pelos enteados. Baseadas no amor incondicional dos pais, as crianças sofrem ao ter que dividir este amor com outra pessoa, situação que leva a inúmeros conflitos. Não quero dizer com isso que conflitos entre pais e filhos sejam exclusivos em famílias com pais separados. Tais conflitos não são diferentes dos vividos pelas famílias biológicas, e um deles é a rejeição. A mulher, ao se separar do marido, muitas

vezes culpa os filhos pela separação e vice versa. Nessa história, quem sofre são os filhos (FALCKE, 1998).

Entre os motivos que influenciam a relação com os filhos do marido estão a raiva e o ciúme da ex-mulher, falta de vínculos afetivos com a criança, medo de não conseguir conquistar o amor dos enteados, dificuldade em impor sua autoridade e receio de se tornar chata e perder o marido. A participação da madrasta deve ser cuidadosa, mas intensa e independente na criação dos enteados. A madrasta não deve ser a sombra do pai e deve estar ciente de que não irá substituir qualquer um dos dois. Pai e mãe biológicos terão sempre o espaço deles na vida da criança. A rejeição à namorada do pai ou ao namorado da mãe geralmente acontece porque ambos não sabem como lidar com a nova situação. Precisam explicar para o filho que tanto o pai quanto a mãe podem e devem refazer suas vidas social e afetiva. Os homens são menos atentos ao ambiente emocional doméstico, um dos grandes diferenciais das mulheres. A nova situação deve envolver todos e o respeito deve ser mútuo ao se tratar do espaço de cada um. À medida que a convivência entre eles avança, tende a acontecer a adaptação e, muitas vezes, passam a amar uns aos outros.

O número de mulheres que precisa enfrentar o desafio de ser aceita pelos filhos do parceiro só tende a crescer. As estatísticas mostram que as madrastas estão cada vez mais presentes nos lares brasileiros. Segundo o IBGE (2010), o número de mulheres solteiras que se casou com homens divorciados cresceu cerca de 60%, o que demonstra que esse é um dos novos perfis da família brasileira.

Palermo (2007) aconselha a atuação presente das madrastas na vida dos enteados; porém, de comum acordo com o pai das crianças, porque se as coisas não vão bem, ficam ainda piores quando o pai desautoriza a madrasta na frente das crianças. Segundo as experiências expostas na Associação das Madrastas e Enteados-AME, da qual Palermo é fundadora, o grande dilema da nova madrasta é educar o filho da ex-esposa sem poder repreender ou questionar atitudes erradas em função da superproteção dos maridos, que se sentem culpados e as desautorizam. Por isso, é importante construir, aos poucos, uma relação de confiança, jamais de violência, participar da vida da criança em casa, na escola, com os amigos, mas sem interferir, sem comparar suas atitudes com as da mãe biológica, combinar tudo, desde a hora de dormir e a das refeições até se pode ou não colocar o pé no sofá (PALERMO, 2007).

Para a autora, uma vez assumida a responsabilidade de cuidar das crianças e adolescentes envolvidos, pai, mãe, madrasta ou padrasto têm a responsabilidade, acima de tudo, de conduzir essa nova etapa, tomando cuidados em todas as dimensões, oferecendo um lar seguro e afetivo.

Das histórias infantis à realidade, muito já mudou. Muitas mulheres têm seus enteados, antes mesmo de ter seus próprios filhos. Muitas madrastas e padrastos têm se relacionado e cuidado melhor dos enteados do que os pais biológicos. É importante observar que os tempos modernos criaram situações que mudam um pouco esse estereótipo. Antigamente, a madrasta substituía a mãe que morreu. Hoje, não apenas isso, ela entra na nova família com as separações e divórcios. Ou seja, a mãe verdadeira existe, e cada vez mais não tem se deixado abater pelas incertezas da vida.

Também antigamente, a madrasta ou padrasto não tinha qualquer direito sobre os enteados após nova separação. Tal situação vem ganhando espaço entre os juristas nas varas de família, como mostra a pesquisa divulgada pelo IBGE (Censo de 2012). A referida pesquisa traça o perfil de casais que se separam casando novamente e formando novas famílias. Nessa mesma pesquisa retoma-se o papel da madrasta e padrasto. Esse novo modelo familiar leva a novas questões para a análise da Justiça. Há até casos de pedido de pensão para a madrasta ou o padrasto de uma criança após a separação de um casal. Vai-se levar em conta a necessidade dessa criança, se realmente, sem o auxílio do padrasto ou madrasta, houver modificação da vida de uma forma muito agressiva. Em contrapartida, padrastos e madrastas também podem ter direito a conviver com enteados após um divórcio.

É novamente a presença da mulher sendo valorizada e aceita mesmo em tempos em que, para a sociedade conservadora, ainda a figura da mulher é vinculada ao papel de cuidado dos filhos, da casa e do casamento. Mesmo assim, nada pode impedi-la de tentar.

2.5 Das fragilidades às fortalezas: as mulheres escrevendo outra história

“Uma Simples mulher existe que, pela imensidão de seu amor, tem um pouco de Deus; e pela constância de sua dedicação, tem muito de anjo; que, sendo moça pensa como uma anciã e, sendo velha, age com as forças todas da juventude; quando ignorante, melhor que qualquer sábio desvenda os segredos da vida e, quando sábia, assume a simplicidade das crianças; pobre, sabe enriquecer-se com a felicidade dos que ama, e, rica, empobrecer-se para que seu coração não sangre ferido pelos ingratos; forte, entretanto estremece ao choro de uma criancinha, e, fraca, entretanto se alteia com a bravura dos leões; viva, não lhe sabemos dar valor porque à sua sombra todas as dores se apagam, e, morta tudo o que somos e tudo o que temos daríamos para vê-la de novo, e dela receber um aperto de seus braços, uma palavra de seus lábios. Não exijam de mim que diga o nome desta mulher se não quiserem que ensope de lágrimas este álbum: porque eu a vi passar no meu caminho, minha mãe”.

Don Ramon Angel Jara

A história percorreu distantes caminhos, mostrou a teia social que se exerce sobre os mais fragilizados, sobre os fatores de desagregação, preconceitos, um verdadeiro laboratório pessoal e social. Mas pouco importa saber qual foi o ponto de partida, se o desemprego, a violência doméstica, o divórcio ou a maternidade precoce, o abandono, a vontade de viver ou morrer. A mulher buscou acima, de tudo, *sobreviver*; é protagonista nas mais diversas formas das adversidades de encarar a vida.

Ser uma nova mulher em uma sociedade que ainda preserva valores e conceitos patriarcais tem sido uma luta incessante, sem tempo para acabar. Se pensarmos na história, muito já mudou; a mulher conquistou espaços, até então, só dos homens. Mudou a configuração familiar, passando a atuar em todas as esferas. A nova mulher controla a sua fertilidade de forma nunca pensada nos anos 70 e avançou pelo menos 10 anos de escolaridade obrigatória. Até então, o único ofício que a mulher podia exercer sem desdouro, era o de mãe e professora, conquistado ambos a duras críticas. Ser professora era função que fazia dela “mãe espiritual”, sem esquecer que no início da profissão, só poderia ser professora de turmas de meninas, além da necessidade de muita competência para exercê-la. Passou a ter mais liberdades formais e cívicas (para viajar, votar, ter propriedades, dentre outros). Antes ela não tinha o direito de votar, hoje é tão importante quanto os homens na hora de tomar decisões, opinar, votar. Os direitos acabaram, igualando-se; e as mulheres não mais foram criadas para serem do lar. Elas buscam sua independência, seu espaço e, muitas vezes, o respeito e o reconhecimento profissional; continuam, no entanto, a ter sob a sua responsabilidade o cuidado dos filhos, com a família e marido. Mesmo dois séculos depois, a mulher deixou de ficar na obscuridade e passou a iluminar, pela primeira vez na história, pai e mãe, lado a lado.

Nós, mulheres, deixamos de ser a Sophie de Rousseau destinada a ser a mulher perfeita, ideal a seu Émile.

Complemento do homem, a mulher é uma criatura essencialmente relativa. Ela é o que o homem não é, para formar com ele, e sob suas ordens, o todo da humanidade. Émile é forte e imperioso, Sophie será fraca, tímida e submissa. Émile tem uma inteligência abstrata, Sophie terá uma inteligência prática; Émile não poderia suportar a injustiça, Sophie a suportará. E assim por diante. (BADINTER, 1985 p. 172).

Assim sendo, se Émile tem o melhor papel, Sophie deverá contentar-se com o mais modesto. Esperamos que não mais. A Sophie de hoje pode lançar mão de sua criatividade e aventurar-se. Já a Émile, não se constitui em fim absoluto e não é mais a finalidade absoluta da mulher como definiu Rousseau (apud BADINTER, 1985, p. 172).

A natureza feminina é, propriamente falando, "alienada" pelo e para o homem. Sua essência, sua finalidade, sua função são relativas ao homem. A mulher é feita não para si mesma, mas "para agradar ao homem.. para ser subjugada por ele... para lhe ser agradável para ceder e para suportar até mesmo a sua injustiça. Logo, essa mulher será uma mãe, pronta a viver pelo e para o filho.

Como condição para a maternidade, a Sophie de Rousseau assim deveria ser:

Um caráter doce num corpo robusto. A futura mãe não poderia ser voluntariosa, orgulhosa, enérgica ou egoísta. Em nenhum caso ela deve se aborrecer ou mostrar a menor impaciência, pois a mãe rousseauniana ignora o princípio do prazer e a agressividade. É preciso, portanto, preparar a jovem para ser essa doce mãe de sonho, que amamenta e educa os filhos com paciência e doçura, um zelo, uma afeição que nada desencoraja. É preciso, portanto, ensinar-lhe desde muito jovem a "ser vigilante e laboriosa", habituá-la desde cedo à contenção, a fim de que esta nunca lhe custe esforço algum, e a domar todas as suas fantasias para submetê-las às vontades de outrem. (p. 174).

Para Rousseau, os bons hábitos resultarão na docilidade que a mulher necessitará para a vida toda, pois não deixa jamais de estar sujeita aos homens. Os critérios para ser mulher, para Rousseau, não param por aí. Foi se impondo que a mulher venceu muitas condições e reclusões a elas impostas, chegando até aos dias de hoje ao desenho de uma nova versão de mulher em que a maternidade e o lar não são mais as suas prioridades. Passaram a dedicar parte do tempo à sua realização acadêmica, valorizando a construção de uma carreira profissional, vislumbrando nessa atividade uma condição necessária ao sucesso da sua vida. (BADINTER, 1985; AMAZONAS; COLS, 2003; FLECK; WAGNER, 2003).

Além disso, o trabalho feminino conquistou novos cargos passando a garantir, inúmeras vezes, a subsistência das famílias como as principais colaboradoras para a renda familiar (SOUZA, 2001; WAGNER, 2001). Tais mudanças ocorridas nas últimas décadas também contribuíram para que a ideia de

uma mulher-indivíduo começasse a se impor frente à idéia da mulher-natureza destinada a ser mãe e dona-de-casa (TORRES, 2000).

As mulheres de Estes (1999) têm em seu perfil a fragilidade, a força nata de uma guerreira, a solidariedade, a garra de uma leoa, o carinho, a sabedoria, a vontade, o amor e a história de quem dia a dia se supera, vence obstáculos e cria um novo meio de se sobressair e obter o sucesso. A mulher será sempre uma loba com infinita ternura.

Ela é a força da vida-morte-vida; é a incubadora. É a intuição, a vidência, é a que escuta com atenção e tem o coração leal. Ela estimula os humanos a continuarem a ser multilíngües: fluentes no linguajar dos sonhos, da paixão, da poesia. Ela sussurra em sonhos noturnos; ela deixa em seu rastro no terreno da alma da mulher um pêlo grosseiro e pegadas lamacentas. Esses sinais enchem as mulheres de vontade de encontrá-la, libertá-la e amá-la.

Ela é idéias, sentimentos, impulsos e recordações. Ela ficou perdida e esquecida por muito, muito tempo. Ela é a fonte, a luz, a noite, a treva e o amanhecer. Ela é o cheiro da lama boa e a perna traseira da raposa. Os pássaros que nos contam segredos pertencem a ela. Ela é a voz que diz, "Por aqui, por aqui".

Ela é quem se enfurece diante da injustiça. Ela é a que gira como uma roda enorme. É a criadora dos ciclos. É à procura dela que saímos de casa. É à procura dela que voltamos para casa. Ela é a raiz estrumada de todas as mulheres. Ela é tudo que nos mantém vivas quando achamos que chegamos ao fim. Ela é a geradora de acordos e idéias pequenas e incipientes. "Ela é a mente que nos concebe; nós somos os seus pensamentos." (ESTES, 1999, p. 242).

Qual mulher não deseja ser uma loba como a descrita pela autora? Se o mundo está mudado hoje, pode-se dizer que, em parcela, ou até mesmo em boa parte, apesar dos esforços masculinos, foi obra da mulher. Lutou pelos seus direitos e direitos das outras mulheres. Lutou pelo seu espaço no mercado de trabalho; muitas chegaram ao topo e ocupam cargos de chefia em grandes empresas e cargos que anteriormente eram destinados aos homens.

Muitas ainda estão buscando o topo como as mulheres pobres/vulneráveis e negras. Nesse sentido, sem a intenção de retomar a história, mas observar uma sociedade mesmo que contemporânea, continua reproduzindo, de maneira velada, o preconceito, a discriminação e o racismo contra as mulheres pobres e negras, esquecendo a importância dessas mulheres para a construção que hoje chamamos de país.

A História oficial relegou aos negros um papel secundário, dificultando o caminho em direção à sua inclusão social e criando um estado de desigualdade difícil de ser alterado. Como se não bastasse a herança escrava, as mulheres

negras se veem duplamente discriminadas por serem do sexo feminino e afro-descendentes. A discriminação das mulheres negras perpassa planos não conhecidos pelos homens do mesmo grupo racial, tais como os reportados aos direitos reprodutivos, violência doméstica, violência sexual, dupla jornada de trabalho e demais seqüelas geradas por uma sociedade machista, como a brasileira. Esse contingente também se vê comumente impactado pelo seu rebaixamento à condição de objeto de prazer sexual dos homens (especialmente simbolizado na figura da mulata) e pela constante violação de sua auto-estima nos planos profissional e estético, e à marginalização do mercado matrimonial. (CARVALHO, 1992).

Deixando na história os percursos da vida, a mulher, independente da etnia, condição econômica, idade e formação, foi desafiada; embora ainda existam certos preconceitos, ela ganha força, se supera, quer chegar à perfeição, tem se cuidado mais, está mais saudável, mais competente, mais vibrante. O trabalho veio para muitas, completar a sua vida; para outras, trabalhar era a forma para sobreviver. As filhas dessas mulheres encontraram um mundo parcialmente diferente. Hoje, sentimos falta de nós mesma, de um engajamento em causas sociais, de cuidarmos da saúde, da beleza exterior, do afetivo. Muitos espaços já estavam abertos, apesar de haver ainda um longo trajeto a ser percorrido. Como decorrência, a nova geração teve uma educação diferente: encontrou as mães inseridas no mercado profissional e desfrutando de uma vida fora de casa, o que veio fornecer a elas, então crianças, os modelos para sua trajetória familiar.

Alguns passos decisivos, entretanto foram alcançados e algumas novidades surgiram. Deixamos de ser apenas mães, esposas, para sermos amigas, companheiras, doutoras, autoras de nossa própria história. Chegamos até aqui, fomos reconhecidas mundialmente com mérito, devendo agradecer não somente a nós mesmos e nossas próprias conquistas, mas sim a todas aquelas mulheres que, antes mesmo de termos nascido, fizeram história e mudaram a história da mulher atual. Essas mudanças atingiram todas as mulheres?

Estudos (SILVA, 2011) apontam que apesar de a mulher ter evoluído nos últimos tempos, ter conquistado mais independência tanto financeira quanto profissional, essas mudanças não se atribuem a todas as mulheres. Bem como, apesar de terem avançado economicamente, a muitas mulheres, não se atribui a autonomia afetiva, social e sexual.

Essa nova mulher participativa do mercado de trabalho, economicamente ativa, que ocupa cargos importantes em grandes empresas e setores públicos e políticos, frequentou a universidade e se profissionalizou; isso varia muito de região para região, de setor para setor e de país para país. Segundo Aratangy,

Hoje em dia, as coisas mudaram e todo mundo está um pouco sem bússola – o que é ótimo. Perder a bússola faz a gente achar uma nova orientação. Assim, se cada um olhar com curiosidade para seu parceiro ou parceira, vai achar coisas verdadeiras e interessantes. (2007, pg. 27).

As mulheres, para Muraro (2001), já estão entrando nos sistemas simbólicos masculinos: ajudando a desconstruir a ordem universal de poder não só nas empresas e partidos, mas nas lutas populares, ecológicas, pela paz, e em grande maioria. Elas estão construindo uma nova ordem simbólica na qual o “grande outro” é a vida (viver e deixar viver). Para a autora, se não trabalharmos nessa profundidade e substituirmos a função estruturante do falo pela função da vida, não teremos nem falo, nem vida.

Sedução sempre será uma das armas da mulher brasileira diz Del Priore (2010); por isso não vai virar um homem de saias. Poder de sedução para ter poder está na história do Brasil, na feminilidade da mulher brasileira, do corpo como modelo e como forma de renda. Isso, refere Del Priore, é característica de um país que ainda é muito miserável, vai mudar quando o país tiver mais educação.

No passado, a velhice era respeitada, era sinal de sabedoria. Por outro lado, passou por momentos de esquecimento e era vista como um peso a ser carregado e com custos altos para as famílias e a sociedade. Esse período de dificuldades cedeu espaço à reflexão e, como consequência, uma geração que lida melhor com o envelhecimento, que está buscando formas de envelhecer com mais saúde, menos escravas do espelho, apesar de desejar as curvas da juventude. As mulheres têm lidado melhor com o envelhecimento, entendendo que não há fórmulas milagrosas de rejuvenescimento, que envelhecer é inevitável e todos têm perdas. O bom de envelhecer, refere Del Priore, é ver o que você ainda quer fazer e encarar o envelhecimento com serenidade.

As atuais mulheres passaram a acompanhar as novas tendências da moda, da profissão, do lazer, deixando de lado tabus passados de geração em geração. Falam de sexo e sexualidade, aborto, medos, discutem política, atuam na política. Optam pela liberdade do casamento, pela maternidade, número de filhos, das amarras do trabalho indesejado, se qualificam, buscam a independência financeira,

novos amores, amantes, dizem não à solidão, gostam de ter seu espaço para refletir, estar entre amigos, viver a vida mais intensamente (DEL PRIORE, 2010).

Intensa é também a vida das mulheres com menos acessibilidade aos meios que possibilitam viver mais e com qualidade com as escolhas. A intensidade está presente no medo, nas incertezas e dificuldades da vida nos bicos, vilas e bairros, no trabalho informal e mal remunerado. Escolher muitas vezes só permite uma opção e, esta opção é ficar e enfrentar hoje sem pensar no amanhã e, se sobreviver, retomar e fazer do dia a dia uma vitória.

Podemos observar que, na sua maioria, muitas coisas aconteceram, sim, mas mantendo as condições de desigualdade. Isso se relaciona com a divisão social, sexual e do trabalho, etnia, com a manutenção das responsabilidades domésticas para as mulheres. A mulher atual é provedora e cuidadora. A tensão provocada pela necessidade de conciliar as tarefas domésticas com as crescentes exigências de sua manutenção vem trazendo mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres, como o adiamento da maternidade, a opção de não ter filhos e a diminuição do número de filhos. O cuidado e as responsabilidades domésticas, ao serem atribuídas exclusivamente às mulheres, prejudicam-nas e tem conseqüências no desenvolvimento de sua cidadania (OLIVEIRA, 2003).

No desenvolvimento da cidadania, no que se refere ao trabalho, mesmo sendo informal, mais da metade das mulheres trabalhadoras não tem direito à proteção social, em especial a aposentadoria por tempo de serviço. Têm dupla jornada e a soma das horas trabalhadas pelas mulheres entre a sua jornada semanal e o trabalho em casa é bem superior à dos homens. A média masculina ocupada em tarefas domésticas chega a 4,3 horas semanais, a das mulheres é de 18,3 horas semanais (ARAÚJO, 2001).

Pesquisas recentes (BRASIL, 2011), apontam que as mulheres da chamada classe “C” são as principais responsáveis pelo orçamento familiar, respondendo por 37% da renda total da classe média. Foram essas mulheres que fizeram circular em 2010 cerca de 158 bilhões de reais. O recente estudo “Classe Média em Números”, divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, aponta que, de 1999 a 2009, 31 milhões de pessoas ingressaram na classe média e que desse total 51% são mulheres entre 25 e 64 anos.

Nesses dez anos, resultados do Censo Demográfico e Contagem da População e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios apontam um aumento de famílias tendo a mulher como responsável (de 22,2% para 37,3%), inclusive em

presença de cônjuge (de 19,5% para 46,4%), contra o decréscimo de 77,8% para 62,7% no caso de homem responsável. Também houve queda no percentual de homens responsáveis em domicílios com presença de cônjuge, de 95,3% para 92,2%. Os motivos podem ser creditados a uma mudança de valores relativos ao papel da mulher na sociedade e a fatores como o ingresso maciço no mercado de trabalho e ao aumento da escolaridade em nível superior, combinados com a redução da fecundidade. (PNAD, 2012; IBGE, 2012).

Os direitos das mulheres são hoje bandeira de distintas perspectivas. Combinam reivindicações de caráter universal como, por exemplo, trabalho decente, educação e saúde de qualidade, segurança social, em marco de desenvolvimento sustentável, ou seja com preocupação com o meio ambiente, qualidade de vida e com as gerações futuras, e os chamados direitos específicos do prazer, da redução da mulher a objeto do homem como sujeito de desejos. Poder que se instaura inclusive por mecanismos de violências simbólicas que induzem as vitimas a serem cúmplices de sua vitimização por manipulação da sedução, da culpabilização e da ética do cuidar, assim como por apelos à afetividade e cultura consumista que objetifica o corpo da mulher.

Se pensarmos no aqui e agora, todas as mulheres querem ser protagonistas dando corpo e voz à utopia de construir a emancipação humana, mas ainda, há muito que fazer e com muita sorte, concretizar. Estão mais sensíveis à dualidade dos papéis maternos em casa (centrados no interior) e feminino (voltado para o exterior), conciliando cada vez mais as tarefas domésticas e maternas, diferente do que já foi um dia. Pela primeira vez, muitas mulheres puderam escolher deixar a casa e os filhos para trabalhar fora, experimentando o prazer de viver que antes não ousavam reivindicar.

As sucessivas mudanças ao longo dos tempos, na vida, nos papéis, na sociedade foram fundamentais para desenhar a mulher atual, mas para muitas mulheres, bem como para Marta, o desenho não é o mesmo.

(...) Eu não podia pegar serviço registrado por causa da bagunça dele dentro de casa e ele sempre falava que eu não ia trabalhar, que eu ia caçar homem na rua, falava que meu lugar era rodando bolcinha na rua. Falei para ele que eu nunca fiz isso e graças a deus nem vou precisar fazer isso. Falei para ele, graças a Deus, vou arrumar um serviço honestamente, vou ganhar meu dinheiro, você vai ver que eu não sou estas mulheres que você anda falando. Graças a Deus nunca precisei vender meu corpo na rua para trazer comida para dentro de casa. Olhando para trás agora foi a maior escolha que eu fiz né, meu companheiro...(resolver a situação de violência vivida com ele). Parecia bom, mas era sempre no começo, esses um que são muito santinho no começo, é porque vão

aprontar né? (risos). Só, agradeço a Deus por tudo e estas outras mães que estão sofrendo, estão passando pela mesma vida que eu passei para não deixar ficar muito tempo, não deixar passar, sair e procurar a justiça né... (Marta)

Para mulheres como Marta, mudam as armas, mas a luta precisa continuar, principalmente para a mulher que se encontra vulnerabilizada, vivendo em áreas extremamente pobres com todas as dificuldades e violências, não restam muitas alternativas senão permanecer lutando pela sobrevivência sua e de sua família.

Para muitas mulheres, a vida tornou-se tão materialmente embrutecedora que já não querem mais pensar em uma vida melhor. A vida é tão sacrificada que só resta agarrar-se a sua existência com as armas que a natureza dotou a mulher. Dentre todas as dificuldades, a maternidade. A maternidade, segundo Badinter (1985), “é um dom e não um instinto como nos tentam fazer crer. Convém deixar em paz aquelas que não são dotadas para serem mães, pois, ao se obrigar as mulheres a serem mães contra o seu desejo, corre-se o risco de engendrar crianças infelizes e adultos doentes.” (p. 261).

Mesmo nas adversidades, podemos dizer que somos vencedoras. Entretanto, vale ressaltar que a vitória é também da sociedade, dos homens. A mulher não está só. As mudanças alteraram a visão masculina. O novo pai está mais presente na dinâmica da família, participa da gravidez de sua mulher, do nascimento do filho e das tarefas diárias da maternagem, outrora reservadas à mãe. Dentre os avanços, os casos de divórcio. Na separação, quem ficava com a guarda dos filhos menores era a mãe. Recentemente, em caso de divórcio, é comum o pai pedir e ganhar a guarda dos filhos de tenra idade. Depois de séculos de autoridade e de ausência do pai, diz Badinter (1985), parece surgir um novo conceito, o "amor paterno", semelhante em tudo e por tudo ao amor materno.

A prova de que a trajetória de mudanças conjugais dessa nova era implicou, entre outros, em um novo papel masculino; estudos de Wall, Aboim e Cunha (2010) pontuam que há diferentes formas de ser pai, chefe de família, profissional e marido. Os homens, assim como as mulheres contemporâneas, estão cada vez mais assumindo tarefas em áreas tradicionalmente femininas. A entrada no universo da vida cotidiana dos homens na família se deu a partir de uma perspectiva feminina e aquele homem que antes representava o modelo de chefe da família, passou a compor um modelo de homem envolvido na paternidade, nos cuidados da casa, na educação dos filhos e nas relações conjugais. Para muitas famílias, a entrada da mulher no mundo do trabalho externo foi compensada pela

entrada do homem no universo doméstico. Segundo Wall, Aboim e Cunha, os homens mudaram a forma de pensar, idealizar e gerir meios de administrar a vida familiar e a profissional. O homem foi gradativamente se incluindo na dinâmica familiar, no cuidado, educação e atenção com os filhos, sendo mais companheiro, cooperante e afetivo. Assim, concluem as autoras, conjugalização de uma vida familiar veio desafiar os homens a construir uma masculinidade mais familiarizada, mais inclusiva nas dinâmicas da vida privada. É o homem que toda a mulher gostaria de ter e vice versa. Mas, como mostram os estudos, sobre esse novo modelo masculino, embora crescente, ainda é cedo para comemorarmos o seu efetivo estabelecimento.

Enquanto isso, comemoramos a vida. "Dizem que tudo o que buscamos também nos busca e, se ficamos quietos, o que buscamos nos encontrará. É algo que leva muito tempo esperando por nós. Enquanto não chega, nada faça. Descansa. Tu verás o que acontece enquanto isto." (ESTES, 1999, p. 243).

A história das mulheres como refere Del Priore (2011), não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. A história das mulheres é também a história dos filhos, dos netos, bisnetos, é a história da vida contada e vivida sem tempo para acabar.

2.6 Famílias e mulheres pobres, socialmente vulneráveis e com filhos institucionalizados: Protocolo de pesquisa e seleção de artigos

"Nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas".

Cora Coralina

No sentido de referenciar os principais estudos sobre a família pobre, as famílias multiproblemáticas e a vulnerabilidade levaram-se a efeito um trabalho escrito com base metodológica na identificação de núcleos de significação na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica ou Histórico-cultural de Vygotsky (AGUIAR, OZELLA, 2006). Nesse sentido, realizou-se revisão de literatura sobre família e nesta, sobre a figura da mulher-mãe com filhos ou netos institucionalizados.

Assim, foram definidos critérios para inclusão/exclusão de estudos primários na revisão de literatura.

2.6.1 Critérios de inclusão

1) estudos centralizados na temática da concepção de família em desvantagem sócio-econômica e em situação de vulnerabilidade.

2) estudos cujos participantes são mulheres-mães com filhos e ou netos em acolhimento institucional.

3) estudos com evidência científica, quantitativos ou qualitativos e recentes;

4) estudos com resultados acerca das famílias multiproblemáticas e suas conseqüências.

5) estudos sobre a construção histórica e social do homem e a bioecologia do desenvolvimento humano.

2.6.2 Critérios de exclusão

1) estudos em outras línguas que não o inglês, português, português de Portugal ou castelhano para facilitar a compreensão do investigador ao traduzir outras línguas.

2) estudos cujos participantes são mulheres-mães, mas não de famílias com desvantagem sócio-econômica.

3) estudos cujos participantes não são mulheres e mães.

4) estudos sobre família pobre, considerando a mulher-mãe, cujos filhos não se encontram institucionalizados.

2.6.3 Estratégia de Pesquisa

Para a identificação e seleção dos estudos relevantes incluídos na revisão, buscou-se definir um conjunto de palavras-chave, sinônimos e de termos relacionados que, por interseção, levariam à obtenção da expressão de pesquisa estabilizada.

Partiu-se do indexador Scielo (<http://scielo.org.com> nacional e internacional) e usando palavras-chave como família, mãe, criança e adolescente institucionalizado, filhos, institucionalização, abrigo, abrigamento, acolhimento institucional, pobreza, risco, perigo, vulnerabilidade social, familiar, mulher pobre, mulher e mãe, famílias multiproblemáticas e resiliência. Realizou-se uma pesquisa no período compreendido entre setembro e novembro de 2010, na plataforma de

pesquisa Scielo, Eric, Bibliotecas digitais (AB-ON) de diferentes Universidades no Brasil e no exterior, envolvendo as bases de dados End Note Web, HTML, UK PUB-MED, Autors, objects with Full Text, Abstracts of Reviews of Effects, Database of Systematic Reviews, Repositóriuns, Catálogos, Revistas Científicas da Educação, da Psicologia, Sociologia, Journals, entre outros.

Foram pesquisados artigos científicos publicados em texto integral, no período compreendido em diferentes datas, mas preferencialmente nos últimos 8 anos a contar de 2005 e a data de pesquisa (06/09/2010 estendida até julho/2013). Como resultado das interseções das palavras-chave obteve-se 1.426 artigos, demonstrando relevância da temática família em risco e em desvantagem sócio-econômica para vários centros de pesquisa nacionais e alguns internacionais. Após leitura dos títulos desses artigos, foram seleccionados 27, de acordo com os critérios de inclusão e de exclusão. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos dos 27 artigos, seleccionando-se os 12 principais estudos. Nesse sentido, após leitura integral deles, tendo por base o critério de inclusão 3), seleccionaram-se 10 artigos que apresentavam maior evidência científica e reflexiva nas temáticas desenvolvidas para esse estudo.

2.6.4 Tratamento e apresentação dos resultados

No que diz respeito aos 10 artigos filtrados, tendo como objetivo a análise final e extração dos dados, realizou-se um quadro simples descrevendo cada estudo referenciado principalmente (título, autor, ano de publicação e país), método, participantes, temática relacionada e breves considerações encontradas. No mesmo quadro a numeração atribuída aos artigos diz respeito a uma ordenação decrescente da data de publicação deles.

A seguir, o quadro 3 apresenta uma síntese das principais conclusões dos 10 artigos revisados.

QUADRO 3 - RESUMO DOS PRINCIPAIS ARTIGOS FILTRADOS NO ESTUDO DA FAMÍLIA POBRE E A MULHER MÃE COM FILHOS INSTITUCIONALIZADOS.

Título/Artigos	Autor (Es)	Ano/País	Método	Tema	Conclusão
1.A significação das medidas socioeducativas para as famílias de adolescentes privados de liberdade	SOUZA, L. A.; COSTA, L. F.	2013 Bragança Paulista	Qualitativo	Adolescentes privados de liberdade e a família	A internação, apesar de restringir a liberdade dos adolescentes, é significada pelas famílias como a única medida socioeducativa que consegue garantir a proteção de seus filhos, em contraponto às demais medidas socioeducativas.
2.Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização	NASCIMENTO, M. L. do	2012 Niterói Rio de Janeiro	Estudo de caso	Negligência parental, pobreza e abrigo	Abrigo por pobreza como justificativa da judicialização da vida.
3.Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas	DIAS, A. C. G.; ARPINI, D. M. SIMON, B. R.	2011 Santa Maria RGS	Entrevista Semi-estruturada	As relações do adolescente infrator com sua família e o cumprimento de uma medida socioeducativa	O período da internação para cumprimento da medida socioeducativa é relatado como um momento de sofrimento; contudo, considerado proveitoso. A aplicação da medida parece ter oferecido algum suporte ao jovem e à família
4.Redes Sociais Pessoais e Percepção da Qualidade de Vida das Crianças e Jovens Institucionalizados – O papel das Famílias Amigas	MENDES, E. A. S.	2011 Braga Portugal	O IARSP-R Kidscreen-52 e entrevista semi-estruturada	A rede social pessoal de crianças e jovens em regime de acolhimento residencial, a relação com a qualidade de vida e o papel das famílias amigas	A percepção de qualidade de vida das crianças/jovens é globalmente positiva. As famílias amigas são caracterizadas pelos técnicos como um recurso de elevada importância no desenvolvimento.
5.Crianças e Adolescentes (Des)acolhidos - A perda da filiação no Processo de Institucionalização	OLIVEIRA, R. C. S.	2010 São Paulo	Qualitativo e Exploratório	A criança e o processo de institucionalização	As dificuldades das famílias levou ao processo de acolhimento, desacolhimento e desfiliação dos filhos.
6.Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo	VASCONCELOS, Q. A.; YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.	2009 Rio Grande do Norte Brasil	A Inserção Ecológica (Ceconello & Koller, 2003)	Interações entre famílias e as instituições de abrigo	Família e instituição revelaram interações que evidenciam desconfiança entre os dois contextos, o que dificulta e prorroga o retorno das crianças ao ambiente familiar.

7.Crianças, Adolescentes e Transições Ecológicas: Instituições de Abrigo e Família como Contextos de Desenvolvimento.	SIQUEIRA, A. C.	2009 Porto Alegre RGS Brasil	Entrevista Estruturada Teste de Desempenho Escolar, Escala Multidimensional de Satisfação de Vida e Mapa dos Cinco Campos	Institucionalização de Crianças e Adolescentes, características familiares, parentalidade e reinserção familiar.	Faltou preparar os jovens para a reinserção familiar, aplicação do ECA e políticas públicas para as famílias.
8.Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ONG.	D'ARoz, M. S	2008 Curitiba Brasil	Qualitativo e exploratório	Concepções de cuidado na visão de adolescentes, família e educadores sociais	Os adolescentes apontam o cuidado na orientação do que é certo e errado, de novos caminhos e limites. A família e a instituição precisam retomar discussões sobre o cuidado dos filhos e o acolhimento.
9.Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção.	POLETO, M. ; KOLLER, S. H.	2008 Campinas, SP Brasil	Modelo ecológico de Bronfenbrenner	Integração de aspectos protetivos e de risco para o desenvolvimento humano em contextos ecológicos como a família, a instituição e a escola	A qualidade das interações dependerá da qualidade e existência de relações emocionais e sociais, da presença de afetividade e da reciprocidade que tais ambientes propiciarem.
10.Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida	BAZON, M. R.	2000 Ribeirão Preto-SP	Entrevista semi-estruturada	História de vida de 3 famílias com filhos abrigados	A degradação familiar e material resultou no acolhimento dos filhos.

FONTE: a autora

Os 10 estudos selecionados são produzidos por diferentes investigadores provenientes do Brasil e apenas um é de outro país. Os estudos têm produzido evidência científica acerca da família, sua estrutura, cuidados dos filhos, situação econômica e cultural a partir de textos descritivos e de resultados de pesquisas, estudos de literatura e programas de intervenção com esse público. Nesse sentido, focalizados na mesma problemática, os estudos selecionados apresentam uma complementaridade reflexiva entre si, atribuindo uma consistência científica aos resultados encontrados. O material bibliográfico revelou que os diversos termos são complementares e se referem, em geral, a famílias em vulnerabilidade social, mas com filhos e situações envolvendo riscos, mas não sobre o acolhimento dos filhos. O maior número de pesquisas realizadas sobre a família em situação de vulnerabilidade social encontram-se produzidos pelo Centro de Estudos CEP-RUA/ na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

CAPÍTULO III

AS CONTRIBUIÇÕES DE VYGOTSKY NA COMPREENSÃO DA CONSTRUÇÃO SOCIAL E CULTURAL DO SER HUMANO

“O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa por outra pessoa”.

Vygotsky

Como bem observou Vygotsky²², o homem não só se desenvolve; ele também se constrói. Esse é o ponto de partida deste capítulo; encontrar na teoria histórico-cultural vygotskyana o humano como resultado do processo de interação social e desenvolvimento. Buscam-se na teoria não apenas respostas para a narrativa da história que permite entender o passado do sujeito, neste caso, a família na figura da mulher. Mais do que isso, compreender a história resultante das interações estabelecidas no contexto social e cultural, mediada por diferentes ramos de conhecimento. Mas para saber como esse teórico criou e atuou é importante conhecer, mesmo que de forma breve, como ele viveu a sua curta, mas intensa trajetória de vida.

Vygotsky nasceu em 1886 em Orsha, Bielo-Rússia. De pais judeus, era o segundo de uma família de oito irmãos. Da sua infância e juventude na cidade de Gomel, sabe-se pouco. Pessoa de formação ampla, de grande versatilidade de conhecimentos (literatura, filosofia, direito, medicina, psicologia, educação), de uma dedicação incansável à investigação, apaixonou-se por literatura e artes.

Com Leontiev (1904,1979) e Lúria (1902,1977) formou um grupo de jovens intelectuais da Rússia Pós-Revolução que buscavam uma nova psicologia. Casou-se com Rosa Smechova e foi pai de duas meninas, Asya e Guita. Contraiu tuberculose, doença comum entre a classe burguesa da época. Do diagnóstico até o seu falecimento, seguiu produzindo artigos, proferiu palestras e escreveu cartas aos seus alunos e colegas do instituto. A doença viria a atormentá-lo pelo resto da vida, causando sua morte em 1934, aos 37 anos (VIGODSKAIA; LIFANOVA, 1996).

²² Neste trabalho será adotado a grafia “Vygotsky” por ser a mais usada nos textos em português.

Guita, a filha de Vygotsky descreve o pai como um cientista extraordinário.

I want to tell you about Lev Semenovich Vygotsky. Sixty years have passed since the day, or more precisely, the night he died. It was June 2nd 1934. Sixty years is a long span; almost a lifetime. During these years, many of those close to him - among them relatives, friends, colleagues, students - passed away. There is almost no one left who knew him well, or talked to him, and who could now honestly describe him, the way he was, and how he lived and worked. Of all those left alive, I perhaps, am the only one who knew him well. This is not only due to him being my father, and me living with him during his last years, but also due to the nature of our relationship. We not only loved each other very much, but were also close friends. Because of this, everything that has to do with him is very dear to me. My memory has kept everything that happened, back then, when he was alive [...] (VIGODSKAIA, 1996)²³.

Dois anos após a sua morte, Joseph Stalin proíbe os seus trabalhos, considerando serem de caráter “idealista”. Após a sua morte, mais precisamente, vinte anos depois, algumas de suas obras começam a ser estudadas e publicadas na Rússia. Escreveu aproximadamente 200 trabalhos científicos, os quais abordavam desde temas relacionados à neuropsicologia até a crítica literária, passando por deficiência, linguagem, psicologia, educação e questões teóricas e metodológicas das ciências humanas. Devido a sua enfermidade, muitos dos seus textos foram ditados oralmente a outra pessoa que os copiava, ou anotados taquigraficamente durante suas aulas ou conferências.

Cercado de enigmas e informações desconstruídas, a relevância dada ao pensamento de Vygotsky influenciou os estudiosos brasileiros na segunda metade da década de 70, mas foi a partir da década de 80 que começa a crescer e, desde então, estudos nessa linha teórica têm contribuído com a educação por meio de dissertações, teses, muitas delas publicadas na forma de livros. Mais do que um simples psicólogo ou educador, é considerado um grande pensador e humanista.

Mesmo com a brevidade da sua existência escreveu a sua história e nos deixou como legado os primórdios da sua vida intelectual extremamente intensa e

²³ Eu quero falar sobre Lev Semenovich Vygotsky. Sessenta anos se passaram desde o dia, ou mais precisamente, da noite em que morreu. Era 02 de junho de 1934. Sessenta anos é um período longo, quase uma vida. Durante estes anos, muitas das pessoas próximas a ele - entre eles parentes, amigos, colegas, alunos - faleceram. Ninguém melhor que eu o conhecia tão bem, ou falou com ele, e que poderia agora honestamente descrevê-lo, a maneira como ele foi, e como ele viveu e trabalhou. De todos os vivos, eu talvez, sou a única que o conhecia bem. Isto não é apenas devido a ele ser meu pai, e viver com ele durante seus últimos anos, mas também devido à natureza de nosso relacionamento. Nós não só nos amávamos muito, mas também éramos amigos íntimos. Devido a isso, tudo o que tem a ver com ele é muito querido, especial para mim. Minha memória guardou tudo o que aconteceu naquela época, quando ele estava vivo. (Tradução da pesquisadora).

relevante, com estilo próprio que aponta novos caminhos na aventura de desvendar os mistérios da existência humana, hoje, a psicologia histórico-cultural.

Pelos caminhos da psicologia histórico-cultural deste teórico, busca-se neste capítulo, contextualizar o processo de construção e transformação que o homem opera com o meio, na natureza e nele mesmo como parte dessa natureza.

3.1 Pensando o contexto e o sujeito de Vygotsky

**"Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha,
é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra.
Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha, e não nos deixa só,
porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós.
Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova
de que as pessoas não se encontram por acaso."**

Charles Chaplin

Desde o princípio da vida, o desenvolvimento humano dá-se pela interação com o meio. Nesse processo de relação sujeito e meio, de desenvolvimento histórico, se evidencia a emergência de uma ideia de sujeito. Ciência e Psicologia Social entendem que cada indivíduo aprende a ser um homem; o que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.

Para Vygotsky (1989), somos diferentes um do outro, com características próprias nas dimensões cognitivas, afetivas, motora e social. O sujeito não é apenas ativo, mas interativo porque constitui conhecimento e se constitui a partir de relações intra e interpessoais. Na troca com outros sujeitos e consigo mesmo vai internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a constituição de conhecimentos da própria consciência (o processo caminha do plano social – relações interpessoais – para o plano individual).

Ao nascer, a criança se integra a uma história e uma cultura: a de seus antepassados próximos e distantes, que se caracterizam em peças importantes na construção do seu desenvolvimento. Durante esse percurso estão presentes os valores, experiências, hábitos, costumes e a própria linguagem usada para interagir com o seu grupo familiar. Estão presentes, também, a história e a cultura de outros sujeitos com quem a criança interage, como a escola e a vizinhança.

Uma vez parte desse processo, a criança participa ativamente da construção da sua própria cultura e história, modificando-se e provocando transformações nos sujeitos com os quais interage.

A cultura na qual o sujeito está inserido, caracterizada por formas de relações sociais, faz com que o homem produza sentidos e saia do âmbito da simples satisfação de necessidades para a esfera das construções (GONZALES REY, 2003).

Para se apropriar dos objetos ou fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver, em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto. Isso se dá pela aquisição do instrumento. Instrumento é o produto da cultura material que leva em si, da maneira mais evidente e mais material, os traços característicos essencialmente humanos que possibilitam maior domínio do meio e o desenvolvimento de habilidades específicas para utilizá-lo. Não é apenas um objeto de uma forma determinada e possuindo dadas propriedades. O Instrumento é, ao mesmo tempo, um objeto social, no qual estão incorporadas e fixadas as operações de trabalho historicamente elaboradas. A aquisição dos instrumentos, portanto, consiste em o homem se apropriar das operações motoras que nele estão incorporados. É ao mesmo tempo um processo de formação ativa, de aptidões novas de funções superiores, psicomotoras, a sua esfera motriz (LEONTIEV, 1978).

Entre os instrumentos, os signos. Estes, elaborados pela cultura servem como instrumentos intelectuais que possibilitam uma diferenciação do pensamento humano em relação aos animais. Um dos pontos cruciais do desenvolvimento humano, que altera o curso de seu pensamento, é a conquista da fala.

Assim, analiticamente falando, comportamento e conhecimento são, primeiramente, externos ao sujeito para tornarem-se internos. A língua, a moral, as regras, os costumes, enquanto constructos sociais encontram-se inicialmente externas ao indivíduo:

A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana (VYGOTSKY, 1989, p. 65).

O desenvolvimento humano, contudo, não se dá só de fora para dentro, mas também de dentro para fora, em um movimento dialético intimamente ligado ao fator cultural e social.

O fato de aprender é que vai nortear o rumo do desenvolvimento humano e o principal caminho de acesso é a escola. É nela que o saber elaborado, aquele que foi socialmente construído e historicamente acumulado é trabalhado para ser apropriado pelas gerações mais novas. É por meio dos saberes que desenvolvemos a criticidade com que vemos a realidade do mundo e construímos a nossa cidadania. No lugar de perguntar como a criança se comporta no meio social, diz Vygotsky, devemos perguntar como o meio social age na criança para criar nela as funções superiores de origem histórica e de natureza sociais.

3. 2 A natureza histórico-cultural do homem

“ Somos, pelo menos parcialmente, constituídos pelas histórias que contamos aos outros e a nós mesmos acerca das experiências que vamos tendo.”

Camões

Vygotsky, como nenhum outro psicólogo nos últimos séculos, descreveu tão bem os mecanismos sociais e culturais essenciais de socialização e desenvolvimento do ser humano. Ele estudou os elos de ligação entre os processos sócio-culturais que ocorrem na sociedade, e os processos mentais que ocorrem no indivíduo (BRUNNER, 1987).

Ele pretendia uma abordagem que buscasse a síntese do homem como ser biológico, histórico e social. Ele sempre considerou o homem inserido na sociedade e, sendo assim, sua abordagem sempre foi orientada para os processos de desenvolvimento do ser humano com ênfase da dimensão sócio-histórica e na interação do homem com o outro no espaço social. Sua abordagem sócio-interacionista buscava caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como as características humanas se formam ao longo da história do indivíduo (VYGOTSKY, 1996).

O ser humano é constituído por uma dupla série de funções: as *naturais*, biológicas e as *culturais*, históricas. As duas funções fundem-se dialeticamente constituindo uma síntese complexa. As funções biológicas transformam-se sob a

ação das culturais, sendo as culturais o suporte necessário das biológicas. O fator biológico determina a base e o fundamento das reações inatas para um sistema de reações adquiridas. Quem determina o sistema das reações é o meio onde se desenvolve o organismo. Esse meio não é algo absolutamente estagnado, rígido, imutável, mas o instrumento mais flexível da educação. Assim, o meio determina, querendo ou não, que toda a educação é de natureza social (VYGOTSKY, 2010).

Em 1930, Vygotsky escreveu que, para transformar a sociedade, era necessário mudar as condições materiais (produção, padrão de vida, oportunidades econômicas), as relações sociais, oportunidades educacionais e cognitivas e outras capacidades psicológicas. Ele acreditava que a mudança social nas relações de classe, instituições e meios de produção podem melhorar o funcionamento cognitivo e reduzir a alienação, conflitos e agressões; em seguida, processos psicológicos devem ter uma natureza social (VAN DER VEER; VALSINER, 1994; RATNER, 1985). Vygotsky define cultura como um produto, ao mesmo tempo, da vida social e da atividade social do homem.

O conceito de “social” é entendido por Pino (1995), como um conceito que qualifica formas de sociabilidade existentes no mundo natural, não permite por si só explicar tais formas na sociabilidade humana. Assim como o “social”, o histórico é quem, até os dias de hoje, diferencia a concepção de desenvolvimento humano das outras concepções psicológicas. História é entendida por Vygotsky de duas maneiras: a) em termos genéricos, significa “uma abordagem dialética geral das coisas”; b) em sentido restrito, significa “a história humana”. Distinção que ele completa com uma afirmação lapidar: “a primeira história é dialética; a segunda é materialismo histórico”. Podemos afirmar então, que o materialismo histórico e dialético é a matriz que lhe serve de referência nas suas análises.

Ao oferecer uma teoria da história do homem e do mundo no homem, instrumentaliza-nos para analisar o problema da relação natureza/cultura. Afirmar que o desenvolvimento humano é cultural equivale, portanto, a dizer que é histórico, ou seja, traduz o longo processo de transformação que o homem opera na natureza e nele mesmo como parte dessa natureza. Isso faz do homem o artífice de si mesmo (VYGOTSKY, 2010).

Anterior à cultura, o social adquire dentro dela formas novas de existência. Sob a ação criadora do homem, a sociabilidade biológica adquire formas humanas, tornando-se modos de organização das relações sociais dos homens.

Nesse sentido, o social é, ao mesmo tempo, condição e resultado do aparecimento da cultura. É condição, porque sem essa sociabilidade natural a sociabilidade humana seria historicamente impossível e a emergência da cultura seria impensável. É resultado, porque as formas humanas de sociabilidade são produções do homem; obras culturais, portanto. A existência no mundo animal de formas variadas de organização social, em certos casos é muito próxima das criadas pelos homens.

Por outro lado, Vygotsky estabelece a relação entre o social e o cultural e num sentido mais amplo “tudo o que é cultural é social”. Significa que faz do social um gênero e do cultural uma espécie. Em outras palavras, o campo social é mais vasto que o cultural e nem tudo o que é social é cultural, mas tudo o que é cultural é social. O desenvolvimento cultural não cria nada demais e acima do que potencialmente existe no desenvolvimento natural no comportamento do ser humano. Cultura, em geral, não produz nada de novo além daquilo que é dado pela natureza. Mas transforma a natureza para atender os fins do homem. Essa mesma transformação ocorre no desenvolvimento cultural de comportamentos.

Quando nos referimos ao desenvolvimento cultural das crianças, diz Vygotsky, cada função aparece em cena duas vezes: no plano social e no plano pessoal, isto é, aparece primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois aparece no interior da criança (intrapsicológica). As funções culturais ou funções superiores surgem com a inserção nas práticas culturais e sociais pela mediação do outro (família e o entorno da criança).

O homem se constitui ser humano pelas relações intra e interpessoais que estabelece com outros sujeitos. Em outras palavras, é na troca com outros sujeitos e consigo próprio que vão se internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimento e da própria consciência. A representação da realidade se dá pelo sistema simbólico fornecido pela cultura, resultando em um universo de significação que permite construir a interpretação do mundo real.

A abordagem sócio-histórica nomeia para Vygotsky o trabalho de toda uma vida, ressaltando-se de forma produtiva na vida e na obra a importância acerca dos instrumentos da linguagem, do desenvolvimento humano, do signo e da mediação social. A teoria, assim como qualquer fenômeno humano complexo, para a sua compreensão precisa reconstruir suas formas mais primitivas e

acompanhar seu desenvolvimento até os dias atuais. Assim, para explicar a imagem do homem como um ser racional que assume o controle do próprio destino e se emancipa sem retringir-se à natureza; a teoria histórico-cultural de Vygotsky apoiou-se nos diferentes campos do desenvolvimento por meio dos estudos de Lévy-Bruhl, (1910, 1922); Bühler (1918); Werner (1925); Koffka (1925); Darwin; Engels e Stern, (1927); Durkheim e Kretschmer (*apud* Van Der Veer e Valsiner, 2009). Ainda buscando respostas, Vygotsky estudou outros autores e seu interesse pelo tema o levou a compreender a função social de comunicação, que os signos eram usados tanto para o ser humano em si, como para atingir metas sociais.

Todo inventor, até mesmo um gênio, sempre é consequência de seu tempo e ambiente. Sua criatividade deriva das necessidades que foram criadas antes dele e baseia-se nas possibilidades que, uma vez mais, existem fora dele. (VYGOTSKY, 1997^a, p. 37).

Os fundamentos da construção da teoria histórico-cultural, segundo Valsiner e Van Der Veer (2009), começam a ser elaborados no final da década de 1920 e no começo da década de 1930, mais precisamente, por volta de 1928, poucos anos antes da morte de Vygotsky. Ligado às teorias de pensadores europeus da época, emprestou conceitos da escola de psicologia da Gestalt, dialogou sobre a formação de conceitos com Ach e Piaget. Com Lúria, apesar das diferenças de opinião entre os dois, foi co-autor de alguns trabalhos.

Associado a essas ideias, Vygotsky (1925d, p. 188) cita Baldwin, referindo-o frequentemente em seus estudos sobre o pensamento evolutivo e fazendo uso de suas ideias na fundamentação do pensamento produtivo para a ciência do desenvolvimento.

Ancorado em uma concepção materialista da história e armado de um modo de pensar dialético (OLIVEIRA, 1997; VAN DER VEER; VALSINER, 1999; MOLL, 2004), Vygotsky descobre no *Homo* um ser concreto e o apresenta nos seus escritos como um ser que, criando suas próprias condições de existência, faz-se na história ao mesmo tempo em que faz essa história. Para conhecer essa teoria, deve-se conhecer primeiro a visão de Vygotsky sobre a origem do homem contemporâneo: o *Homo Sapiens* e a sua comparação aos animais. A essa passagem, dizemos que o homem transforma a natureza e, ao transformá-la, modifica-se. Essa transformação fez com que Vygotsky se interessasse em

compreender como a estrutura ambiental se relaciona com a organização psicológica do indivíduo em desenvolvimento e não com a forma como o ambiente existe entre si.

Nesse sentido, Moll (2004) refere-se às práticas sociais e às regras internas desenvolvidas historicamente por seus membros para responder às necessidades que os ambientes físicos e sociais impõem para a evolução da sua própria dinâmica. Essas regras ajudam a organizar a vida social e, ao mesmo tempo, são interiorizadas pelos seus membros de modo a governar o comportamento de cada um nas diversas situações do cotidiano. Nelas o homem é objetivado de inúmeros modos e, formando o mundo, o seu ambiente imediato, o homem forma a si mesmo. Para Heller.

Na vida cotidiana se expressa não somente o modo pelo qual eu tenho aprendido do meu pai certas regras de vida fundamentais, senão também o modo em que eu as transmito aos meus filhos. Eu sou representante daquele “mundo” em que outros nascem”. (HELLER, 1991, p. 24).

Este é também, segundo a autora, o papel da escola. Possibilitar à criança ir além da reprodução das atividades cotidianas, e, ao final, ser capaz de reproduzi-la, analisá-la visando a sua superação. Reforça-se aqui o papel do adulto. Assim, o impulso para a mudança histórica pode ser encontrado nas necessidades ambientais tal como são entendidas por indivíduos ou pela sociedade em um dado momento histórico. Segundo Moll.

O homem teria uma natureza histórica e que a psicologia necessitaria da história para entender o homem, enquanto a história precisaria da psicologia para explicar as ações humanas que produzem as mudanças. Assim, a história possui um papel central em seu sistema psicológico, já que para ele os processos mentais superiores são o resultado da interiorização dos meios culturais reguladores do comportamento humano. (MOLL, 2004, p. 59).

Para entender as diferentes influências das idéias evolutivas, Vygotsky encontrou em Marx e Engels, a base que solidifica os seus argumentos sobre o comportamento humano. Neste caso, Vygotsky destacou o uso dos *instrumentos* (fala, palavra, mediação, mediação simbólica, linguagem), enquanto Engels defendeu o *trabalho*; acima de tudo, no entanto, ambos os estudos levaram à compreensão de que a natureza que transforma o mundo transforma-se a si

mesma – o que marca a construção teórica vygotskyana. Apesar de o homem fazer parte da natureza, para sobreviver, ele se organiza em torno do trabalho, estabelecendo relações entre si e com a natureza. É um ser natural, criado pela natureza e submetido às suas leis, diferenciando-se dela e, na medida em se faz presente as suas necessidades, é capaz de transformá-la. Através do trabalho, da prática consciente do trabalho, o homem atua sobre a natureza. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material.

Se as relações entre pessoas sofrem uma mudança, então junto com elas as idéias, padrões de comportamento, exigências e gostos também são obrigados a mudar. Como foi averiguada por pesquisa psicológica a personalidade humana é formada basicamente pela influência das relações sociais, ou seja, o sistema que é uma parte, a partir da mais tenra infância. (VYGOTSKY, 1996).

É a educação que deve desempenhar o papel central na transformação do homem nessa estrada de formação social consciente de gerações novas, a forma básica para alterar o tipo humano histórico. As novas gerações e suas novas formas de educação representam a rota principal que a história seguirá enquanto criação do novo tipo de homem. O que supõe ser o homem, um ser ativo no processo contínuo e infinito de construção de si mesmo, da natureza e da história que levou Marx e Engels a propor o estudo do método dialético-materialista.

Quanto ao comportamento animal, Vygotsky dialoga com Darwin, elogiando-o repetidamente por sua teoria da evolução, embora não aceitasse a afirmação de Darwin de que “as faculdades mentais do homem e dos animais inferiores não diferem em tipo, embora difiram imensamente em grau (DARWIN, 1871, 1981, p. 186 apud VAN DER VEER; VALSINER, 2009).

Dialogar com esses teóricos foi para Vygotsky fundamental para pensar a origem do homem, mas ainda faltavam-lhe respostas. Mesmo tendo dialogado a respeito do tema com Descartes, Engels, Marx e Darwin, dois pontos de vista opostos foram concluídos por Vygotsky. Um deles refere-se à ideia de que os animais são totalmente diferentes dos seres humanos. A outra, de que os animais não são basicamente diferentes dos seres humanos. Já Marx apontou uma diferença básica entre animais e homens: animais usam a natureza, enquanto seres humanos controlam a natureza (VAN DER VEER; VALSINER, 2009, p.

218). Tanto para o uso da natureza quanto para o seu controle, são necessários instrumentos.

3.3 O papel dos instrumentos culturais

Os seres humanos inventam, desde os tempos primordiais da história humana, um conjunto de instrumentos culturais que podem ser considerados como estímulos-meio, ou signos. Signos se combinam formando palavras que representam algo que é de natureza simbólica, exclusivamente humana. Para Vygotsky, o homem produz instrumentos com objetivos específicos, os homens guardam os instrumentos para uso futuro, preservam sua função como conquista a ser transmitida a outros membros do grupo social. São capazes de transformar o ambiente num momento específico, mas não desenvolvem sua relação com o meio num processo histórico-cultural.

As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana (VYGOTSKY, 1993, p.132). Palavras, por outro lado, são produtos sociais e culturais que as pessoas herdam das gerações passadas - junto com as técnicas e meios de produção, as leis e os mitos – e *uso*, em primeiro lugar para as tarefas mais imediatas e básicas de sobrevivência, e mais tarde para realizar novos talentos. Ou seja, para que a criança desenvolva a autoconsciência e comece a tomar consciência da relação entre eles mesmos e o mundo objetivo, entre suas ações e suas percepções, o uso das palavras, além de importante, é inteiramente *instrumental* principalmente no momento da conexão com esta ou aquela *atividade* da criança. A palavra não é tanto o *nome* de uma coisa, mas o *identificador* pelo qual ela se agarra.

O ser humano recebe informação e age no mundo mediado pelo outro, ou seja, as ações cotidianas são construídas culturalmente e o principal lugar onde isso acontece é na fala, o que levou Vygotsky a focar o estudo da língua como projeto primordial (VYGOTSKY, 1928p. p. 64; 1930a, 1982, p. 103). Na sua teoria, a cultura é transmitida através da interiorização dos sinais sociais, sendo a principal a língua, e que o desenvolvimento cognitivo humano não segue um caminho reto; ocorre através da mediação por ferramentas psicológicas e quem o

desenvolve é o processo que acontece em etapas e não o produto (WERTSCH, 2001). Tais ferramentas, para Lock (2005), são moldadas por meios culturais ou mediacionais. A mediação é a chave para entender o funcionamento mental humano e a sua ligação com os contextos culturais, institucionais e históricos, uma vez que ela fornece as ferramentas culturais que são dominadas pelos indivíduos. Nessa abordagem, os meios de mediação passam a ser os portadores de padrões sócio-culturais e do conhecimento. É por isso que Vygotsky (1984) se preocupa em pesquisar o desenvolvimento da inteligência prática da criança na fase em que começa a falar. Para ele, a verdadeira essência do comportamento humano complexo se dá a partir da unidade dialética (fala) e da atividade prática.

O momento de maior significado no curso de desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem. (VYGOTSKY, 1984, p. 27 apud REGO, 2007, p. 62).

Tanto nas crianças como nos adultos, a formação primordial da fala é o contato social, a comunicação. O estudo das relações entre o pensamento e a linguagem é para a psicologia de Vygotsky um dos temas mais complexos. Para ele, a conquista da linguagem representa um marco no desenvolvimento do homem. A linguagem é a ferramenta psicológica que medeia os processos psicológicos de um indivíduo com a natureza. É através da linguagem que iniciamos os filhos em nossa cultura até que tenham autoconsciência e autocontrole para monitorar as suas próprias ações. Para Vygotsky (1962), a linguagem é a ferramenta que habilita as pessoas a organizar seus pensamentos. Ela carrega os conceitos da nossa cultura. A comunicação é a função primária da fala e da linguagem que tem como finalidade se comunicar e realizar relações sociais com outras pessoas.

Para o teórico, a fala passa por várias mudanças ao longo da vida do indivíduo. Da mesma forma, a língua foi pensada para desenvolver a comunicação. Ao longo do desenvolvimento foi modificando as funções mais básicas de adaptação e treinamento, adquiriu habilidades, passou de um processo natural para um processo cultural, constituindo-se uma nova forma de comportamento (JANET, 1929, 1936; VAN DER VEER; VALSINER, 1999; PINO, 2000; STOLTZ, 2010). A relação que antes era imediata para satisfazer as

necessidades do homem tornou-se mediada e ampliada pela intervenção de um elemento na relação homem mundo. Para que ele pudesse atuar sobre a natureza e garantir a sua sobrevivência, fez-se necessário aprimorar essa relação.

Na aprendizagem e na interação com o outro, a primeira manifestação da linguagem no sujeito é a linguagem externa ou a fala social. A fala na criança é a ferramenta essencial para a aprendizagem, pois é através da fala que ela passa a tomar a sua própria ação como objeto, o que evidencia a interdependência dos cursos de evolução da fala e da ação inteligente. Na medida em que a fala for evoluindo, as funções comunicativas diferenciar-se-ão da individual. No final do processo, a fala egocêntrica internaliza-se, não se dissipa, mas dará lugar a um discurso interno que, por sua vez, se refinará em um novo plano. Somente após o processo de internalização da fala, o discurso passa a ser interno, possibilitando ao sujeito utilizar o discurso para organizar e expressar o seu pensamento.

Leontiev (1978) diz que as ações humanas são consideradas como formas de relação do homem com o mundo, dirigidas por motivos, por fins a serem alcançados. Como exemplo, “o machado permite que o homem derrube árvores e possa construir casas para ele. Da mesma forma, a linguagem permitiu incrementar as relações entre os homens e a própria evolução humana”. (STOLTZ, 2010, p. 39).

Uma das principais idéias de Vygotsky é como a relação homem-mundo é mediada. Para isso, a educação é fundamental. Ela vai iniciar a criança nos conhecimentos já existentes e, destes, possibilitar-lhe ir além e criar novos conhecimentos, apropriar-se de diferentes instrumentos, fundamentais para o viver em sociedade. A mediação vai significar o mundo para a criança. As relações culturais vão determinar a passagem do homem biológico para o homem sócio-histórico. Para Vygotsky (1996), a base biológica responsável por tornar próprias essas transformações é o cérebro. Isso é possível porque esse órgão do corpo humano é suficientemente plástico e, por isso, adapta-se facilmente a mudanças. O cérebro conserva as experiências vividas e facilita sua reiteração; mas esse órgão não se limita a *conservar*, senão o homem seria capaz apenas de ajustar-se às condições estabelecidas pelo meio em que se insere. O cérebro possui outra função não menos básica: a atividade que combina e cria. Rever onde está citado

O cérebro [...] é também um órgão combinador, criador, capaz de reelaborar e criar com elementos de experiências passadas novas normas e posições. Se a atividade do homem se reduzisse a repetir o passado, o homem seria um ser voltado exclusivamente para o fazer e incapaz de se adaptar ao amanhã diferente. É precisamente a atividade criadora do homem a que faz dele um ser projetado para o futuro, um ser que contribui para criar e que modifica seu presente. (VYGOTSKY, 1998, p. 9).

Vygotsky descreve o sujeito como quem não só age sobre a realidade, mas interage com ela, construindo seus conhecimentos a partir das relações intra e interpessoais. Ele nasce inserido num meio social que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações e interações com os outros. É na troca com outros sujeitos e consigo próprio que ele internaliza conhecimentos, papéis e funções sociais. As trocas relacionais da criança com os outros são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa. Sua compreensão das coisas dependerá dos outros, que darão às suas ações e movimentos formatos e expressão.

Nesse sentido, os estudos de Vygotsky ganham vida se levarmos em conta as quatro entradas de desenvolvimento (filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese) que, juntas, caracterizam o funcionamento psicológico do ser humano (OLIVEIRA, 1997).

3. 4 Vygotsky e o plano genético de desenvolvimento humano

Ao tomar como pressupostos os trabalhos de Vygotsky, para entender o homem era preciso entender a gênese humana. Nesse sentido, Vygotsky refere-se à filogênese, a história da espécie humana; à ontogênese, história do indivíduo de determinada espécie; à sociogênese, história cultural, do meio cultural no qual o sujeito está inserido; e à microgênese, que é o aspecto mais microscópico do desenvolvimento (OLIVEIRA, 1999).

A filogênese refere-se à história de uma espécie animal. Cada história e cada espécie definem limites e possibilidades de funcionamento psicológico. Em outras palavras, há coisas que somos capazes de fazer e outras que não somos capazes de fazer; por exemplo, andamos, mas não voamos. Essas habilidades são atribuídas à plasticidade do cérebro. Por ser flexível, o cérebro adapta-se a muitas circunstâncias diferentes e o fato de sermos a espécie menos pronta ao

nascer, permite termos um desenvolvimento em aberto e dependendo do que o ambiente fornecer, o cérebro vai se adaptando e funcionando de um determinado jeito. A plasticidade cerebral permite-nos mudar as coisas, aprender outras, no lugar das coisas, colocar coisas boas, repetir isso o tempo todo, formar novas conexões.

O segundo plano genético de Vygotsky, a ontogênese, significa o desenvolvimento do ser, de um indivíduo de uma determinada espécie. Este ser nasce, se desenvolve, se reproduz e morre, num ritmo determinado e sequencial de desenvolvimento. Neste caso, um dos exemplos citados por Oliveira (1999) é a criança que, ao nascer, fica deitada, depois ela aprende a sentar, engatinhar, andar. Nesta sequência ela vai de um ponto ao outro ao mesmo tempo em que se desenvolve, explica Vygotsky e Lúria (1996).

O processo de transformação do homem primitivo em homem cultural e o processo da sua evolução biológica não coincidem. "Aquele não apresenta a continuação deste; ao invés disso, cada um dos processos está sujeito as suas próprias leis específicas" (p. 106).

Para Lúria (1928, p. 493), "O homem difere dos animais, porque ele pode construir e usar mediações". Isso não só alteraria radicalmente as condições de sua existência, mesmo agindo sobre ele, transformando-o em sua condição mental. O resultado da criação e utilização dos instrumentos na estrutura básica do comportamento é que "em vez de aplicar diretamente a sua função natural para resolver uma determinada tarefa, a criança coloca entre essa função uma tarefa auxiliar através da qual ela pode realizar a tarefa". (LÚRIA, 1928, p. 495).

Vygotsky chamou o terceiro plano de sociogênese, ou história cultural, mas história não no sentido de acontecimentos que fizeram história no mundo, mas as formas de funcionamento cultural que interferem no funcionamento psicológico a partir de dois aspectos. Um dos aspectos já foi dito, o homem anda, mas não voa, agora voa porque criou o avião. O outro aspecto refere-se às diferentes formas com que cada cultura organiza o desenvolvimento. Como exemplo, temos a Terceira Idade, categoria que nasceu recentemente da cultura, mas sempre tivemos velhos, idosos que envelhecem. Para essa classe há mercado especial, atividades especiais, instituições que cuidam dela, portanto, o que é consumido

nesse plano é a Terceira Idade enquanto categoria claramente cultural. Ela não diz respeito ao envelhecimento do corpo, mas como a cultura olha o idoso. (OLIVEIRA, 1999).

Por último e não menos importante, a microgênese. Neste caso, cada fenômeno psicológico tem sua própria história. Por isso, é micro, não necessariamente pequeno, mas por ter seu foco bem definido. Entre o não saber fazer e o saber fazer, um tempo passou. Para entendermos esse desenvolvimento, precisamos olhar de uma forma micro para a história desse fenômeno. Como aprendemos a pentear o cabelo, é a microgênese do aprender a pentear o cabelo. É interessante ressaltar a respeito da microgênese, que ela é a porta aberta dentro da teoria para o não determinismo, diferente dos demais planos. A microgênese faz com que olhemos como cada fenômeno tem sua história, e como ninguém tem uma história igual à do outro. Podemos dizer que é assim que aparece a construção da singularidade de cada pessoa e daí a heterogeneidade entre os seres humanos. Aqui se inclui a família como grupo primeiro responsável pelo desenvolvimento humano e o ambiente familiar como contexto. No caso das famílias, não encontramos duas famílias iguais, mesmo que possam aparentar-se tão parecidas.

Para entendermos melhor, damos como exemplo uma família morando na casa com filhos gêmeos, classe média baixa; os gêmeos dormem no mesmo quarto, comem da mesma comida e recebem os mesmos cuidados, tudo tão parecido, mas as crianças não são iguais. Por quê? Porque elas têm experiências diferentes ao longo do seu desenvolvimento, uma assiste muito à TV, a outra não assiste, uma pratica esportes, a outra não. Quer dizer, há fatos na história de cada uma que vão definir a singularidade e cada momento da vida do sujeito. E ainda, podemos receber a mediação pelos mesmos instrumentos e nos desenvolvermos de formas diferentes, pois, o que vai qualificar o desenvolvimento individual é a aprendizagem que ocorre, acima de tudo, pela interação social. A aprendizagem, portanto, se dá pela interação dos indivíduos no processo.

A psicologia sócio-histórica traz em seu bojo a concepção de que todo Homem se constitui como ser humano pelas relações que estabelece com os outros. Desde o nosso nascimento somos socialmente dependentes dos outros e entramos em um processo histórico que, de um lado, nos oferece os dados sobre o mundo e visões sobre ele e, de outro lado,

permite a construção de uma visão pessoal sobre este mesmo mundo (VYGOSTKY, 1996, p. 118).

A aprendizagem e o desenvolvimento têm lugar na sociedade em contextos culturalmente moldados e, como as condições históricas mudam constantemente, mudam também os contextos e as oportunidades de aprendizagem. Vygotsky acreditava que quando uma pessoa consegue contextualizar a aprendizagem que ocorreu através de meios mediados, então, o potencial semiótico foi realizado (WERTSCH, 1991). A atividade semiótica é definida aqui como a atividade de relacionar um sinal e seu significado, incluindo o uso de sinais, a atividade de investigar a relação entre signo e significado, bem como melhorar a relação existente entre o signo (ou sistema de signos) e significado (ou sistema de significados).

Vygotsky acredita que o desenvolvimento humano e a educação são dois fenômenos inseparáveis e a cultura que incorpora o meio social é o componente que torna as relações possíveis desde o seu nascimento. Essa relação entre as pessoas e o mundo externo se dá pela mediação. Em outras palavras, é através do *outro*, das *significações* culturais que a criança (homem) torna-se um ser *humano* à semelhança dos outros homens. Mas ressalta-se que essa semelhança não é mera reprodução das características humanas, mas da (re) transformação da subjetividade.

Sobre o papel do outro na constituição do homem, estudos de Courtney (1990), Pino (2000) e de Namura (2004), buscaram problematizar o sentido do social e do cultural na obra de Vygotsky, tomando por base a mediação do outro como condição para o desenvolvimento. Vygotsky afirma que “o desenvolvimento cultural passa por três estágios ou momentos: o desenvolvimento em si, para os outros e para si” (2000, p. 65). Isso quer dizer que o primeiro momento constitui-se pela realidade natural ou biológica da criança. Num segundo momento, o que era natural, está dado, adquire significação para os outros. O terceiro e último momento, a significação que os outros atribuem ao dado natural, torna-se significativa para si. É nesse estágio que o indivíduo, através do outro, internaliza a significação do mundo transformado pela atividade produtiva que compõe a vida cultural. Ou seja, para Vygotsky, o sujeito deve ser amplamente entendido e não de forma fragmentada, em partes.

Sobre o *sentido na vida* do sujeito, Namura observa:

(...) os homens têm necessidade de dar sentido aos acontecimentos circundantes, compreender alguma coisa da ordem da vida e agir segundo formas razoavelmente relacionadas com sua compreensão (...) o alcance das doutrinas psicológicas atuais convertem o processo de valer-se de experiência (...) em formação mecânica (...) e não deixa lugar para a participação do indivíduo na vida coletiva, para a alegria de viver, para a necessidade de agir e encontrar algum sentido de finalidade e dignidade, para a capacidade de planejamento, empreendimento, de saber e criação (ASCH, 1997 apud NAMURA, 2004, p. 102).

Vygotsky, no decorrer dos estudos, em nenhum momento deixou de enfatizar a educação e a significação cultural e social que medeiam a relação do indivíduo com o mundo, os mecanismos e as formas de agir nesse mundo. Para ele, o aprendizado é considerado, assim, um aspecto necessário e fundamental no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Podemos então afirmar que é na relação com o outro, ou seja, nas experiências de aprendizagem que o desenvolvimento se processa. Para Vygotsky (1989 apud GÓES, 2000, p. 56), “Nos tornamos nós mesmos através dos outros e que eu sou uma relação social de mim mesmo”.

As culturas diversas optam por práticas diversas e estas se tornam as necessidades socialmente constituídas do indivíduo. Assim como o indivíduo se relaciona mudando o contexto, este último relaciona-se com outros contextos modificando-se. Segundo Cole e Scribner (2000), os contextos sociais peculiares fazem parte da estrutura da prática social. No entanto, os contextos são estudados e, na maioria das vezes, um de cada vez, de forma isolada, como uma ilha. Um contexto social só pode ser compreendido através de suas interconexões e separações com outros contextos na estrutura da prática social.

3. 5 A memória, a mediação e a emoção

O homem que Vygotsky nos apresenta é um ser concreto que, criando as suas próprias condições de existência, faz-se na história ao mesmo tempo em que faz essa história (1998).

Como argumento, Vygotsky usou a memória como exemplo para demonstrar a existência separada de duas linhas de desenvolvimento infantil. A linha natural de desenvolvimento da memória estava ligada a vários processos de

crescimento e de amadurecimento. O substrato material desse processo havia sido descrito por Semon (1920 apud VAN DEER VEER; VALSINER, 2009) como mneme. Ao passo que a linha cultural de desenvolvimento estava ligada ao domínio de vários instrumentos culturais. Semon pesquisou sobre esse tema inspirado nos estudos de Binet (1894) sobre os gênios aritméticos e mestres de xadrez, pessoas que ganhavam a vida fazendo cálculos aritméticos. Além de Binet, suas idéias de "mneme" (baseada na deusa grega Mnemosine, a musa da memória) foram desenvolvidas no início do século XX. A mneme representaria a memória de uma experiência de fora para dentro (exterior-para-o-interior). O princípio mnêmico de Semon foi baseado em como os estímulos produzem uma "gravação permanente (...) escrita ou gravada em substância sensível", sobre um material celular energeticamente prediposto àquela inscrição (SEMON, 1921, p. 24).

A confirmação experimental da existência de duas linhas de desenvolvimento da memória foi dada por Leontiev e Luria, após realização de atividades com crianças fazendo uso de cartões coloridos compondo o "jogo das cores proibidas"²⁴, apresentado em uma conferência sobre educação comunista realizada na Academia Krupskaja.

Estudos de Blanck (1996) tratam a memória como acúmulo de experiências individuais que deixam marcas no sistema nervoso. Neste, nenhum sentimento que entra se vai, todos são mantidos e, em determinadas circunstâncias e condições, podem ser reproduzidos na memória, o qual é chamado de momento de reconhecimento, que ocorre quando nos tornamos conscientes da reação como ocorreu, reproduzido. A última coisa que leva à memória é o tom emocional do que é lembrado. Certas palavras podem levar-nos a lembrar, a reviver experiências pessoais com muito mais frequência do que outras, porque emocionalmente indiferentes. Mas há aqui o cuidado para não confundir realidade com fantasia e pela seguinte razão:

Não há lembrança exata da experiência passada, não há memórias completamente precisas, lembrando que sempre implica alguma elaboração do que é percebido e, portanto, alguma deformação da realidade. (BLANCK, 1996, p. 236).

²⁴ A conferência e o teste com o "jogo das cores proibidas" encontra-se registrada nas literaturas de (Leontiev, 1931; Luria, 1979, p. 85-6; Vygotsky, 1931n/ 1983, p. 239-54).

Na mesma linha de raciocínio, a fantasia. A fantasia é um dos meios que o adolescente encontra para expressar a sua rica vida emocional interna e seus impulsos bem como para direcioná-los e modulá-los. Além de servir à esfera emocional, a fantasia também opera em um canal de criatividade objetiva.

Onde a criação de algum tipo novo de estrutura concreta, um novo quadro da realidade, de uma corporificação criativa de algum tipo de idéia, torna-se indispensável para o processo de compreensão ou para o processo da atividade prática, lá encontramos a fantasia adiantando-se como uma função básica. [...] Fantasia é uma das manifestações criativas do homem, e isto é especialmente verdadeiro na adolescência, quando a união com o pensamento em conceitos ocorre e passa por desenvolvimentos significativos neste aspecto objetivo. Ambos os canais se encontram em estado complexo de entrelaçamento e ambos cooperam e influenciam no desenvolvimento da imaginação. (VYGOTSKI, 1994, p. 285)

Vygotsky ainda faz questão de explicar que a memória e a fantasia ou imaginação são funções psicológicas complexas e dialeticamente interrelacionadas: “A fantasia não está contraposta à memória, mas se apoia nela e dispõe de seus dados em novas e novas combinações” (1982, p.18). Portanto, do mesmo modo que a imaginação se apoia na experiência, a experiência pode ser construída exclusivamente a partir da mobilização do imaginário do sujeito. As imagens da fantasia, embora sejam complexas, sempre incluem elementos tomados da realidade. Qualquer erro na memória é um fenômeno sem justa causa ou é fortuita, mas é sempre motivada por algum impulso interior extremamente importante. Então, devemos prestar atenção às diferentes memórias, aquelas que são distorcidas da fantasia que servem como cobertura.

A história de vida não diz respeito apenas ao passado. Ela garante a direção e a coerência necessárias para cada um agir no presente e pensar o futuro. Retornar à memória nos alerta que “[...] diferentemente do saudosismo, de um projeto gratuito do passado, esse resgate se faz projeto de um futuro diferente” (VASCONCELOS, 2000, p. 11). Por sua vez, resgatar a memória ganha novo significado, ressignifica o presente, revestindo-se ainda de um sentido particular em cada indivíduo. Memória é tudo aquilo de que uma pessoa se lembra como também sua capacidade de lembrar. Halbwachs (1990), ao definir a memória, afirma

[...] Não é certo então, que para lembrar-se, seja necessário se transportar em pensamento para fora do espaço, pois pelo contrário é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente; mas é assim que podemos definir a memória; e o espaço só é suficientemente estável para poder durar sem envelhecer, nem perder nenhuma de suas partes. (HALBWACHS, 1990, p. 160).

Para Halbwachs, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a comunidade, a sociedade, e é no contexto dessas relações que construímos as nossas lembranças. Se a memória traz à tona imagens do passado, fisicamente, ela é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação. Memória não é história. A história é a narrativa que montamos a partir de nossa memória, a (re)construção do que lembramos. Memória tampouco representa um depósito de tudo o que nos aconteceu. A memória é seletiva, pois guardamos aquilo que, por um motivo ou por outro, tem ou teve algum sentido em nossas vidas. A capacidade de lembrar, assim como a capacidade de observar é altamente variável, de pessoa para pessoa e em diferentes culturas e grupos etários. Verbalizamos a nossa memória através da memória oral. A memória oral representa a forma mais antiga e mais humana de transmissão e consolidação dessa narrativa (KESSEL, 2000 apud NOVOA, 1992).

A memória, segundo Novoa (1992), é algo vivo que, ao ser contada embaralha o passado no presente. A memória vai sendo revirada e emerge do passado e, nessa imersão, o que vem à tona é o que é relevante para o narrador. Nesse processo em que a memória é vasculhada [...] os sentidos vão resgatando do passado as emoções, as sensações, as experiências vividas em algum momento e que ficaram impressas nos corpos, nas mentes. Mas os antigos pensamentos novos, escritos na memória, são reescritos também em pausas, silêncios, vazios cheios de significado. É preciso aguçar os sentidos para tentar captar os sentidos trazidos pela palavra (repleta de tantas outras vozes que fizeram e fazem o que o (a) narrador (a) é no momento da narrativa) (JESUS, 2000, p. 23).

A imaginação flui através da memória, possibilitando misturar o vivido com o esperado, lançando luzes e nuances na memória, trazendo o que se imaginou ter vivenciado e sentido, iluminando, também, o futuro, que muito pode ter das expectativas, sensações e anseios do presente. Contudo, é a narrativa que

permite que venha à tona uma nítida manifestação dessa experiência, permitindo que o tempo vivido, mesmo que não possa ser plenamente ilustrado, venha a se revitalizar.

Em geral pode-se dizer que a memória está intimamente relacionada a experiências da infância e da vida presente como o evidenciado pela teoria psicanalítica; são formas de semifantasia, semimemória (BLANCK, 2000). A fantasia pode ser definida como uma experiência, por oposição à realidade; na verdade, é totalmente enraizada na experiência real do homem. Nesse sentido, se usarmos todo o potencial da nossa imaginação, não podemos inventar algo que não vivemos, experienciamos. Entretanto, a outra função da imaginação é emocional. A emoção não se expressa apenas externamente, mas também internamente; a fantasia é, portanto, o dispositivo que diretamente realiza o trabalho de nossas emoções.

Apesar de Vygotsky não ter desenvolvido estudos sistemáticos sobre as emoções, elas aparecem como sua primeira inquietação na obra “Psicologia da Arte” (1925,1928). Em momentos posteriores, ele também as aborda ao discutir os processos motivacionais e o próprio pensamento. Segundo Vygotsky (1931), pensamento e emoção não podem ser compreendidos de forma dicotomizada, uma vez que o processo cognitivo não existe descolado da emoção. Independentemente de o pensamento ser lógico ou emocional, ele sempre será um fenômeno que tem como base a emoção.

Discutindo a inexistência de dicotomia entre pensamento e emoção, Vygotsky afirma que o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo volitiva, que traz em si a resposta ao último porque de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem, para Vygotsky, só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (LANE; CAMARGO, 1994, p.118). Dessa forma, para as autoras Lane e Camargo, o atuar, pensar, sentir, perceber constituem um processo único, cujas partes só se diferenciam funcionalmente para, em um outro processo paralelo, novamente virem a se integrar.

As emoções, para Vygotsky, têm uma natureza social e um caráter comunicativo; elas se constituem em uma linguagem, cujas mensagens podem tanto desencadear o desenvolvimento da consciência como fragmentá-la. Assim,

o pensamento deve ser concebido como emocional e a linguagem como algo sempre emocionado, ou seja, ambos terão como elemento constitutivo a dimensão afetiva, expressando uma avaliação do sujeito (SMOLKA, 1998).

Sobre a dimensão afetiva nos estudos de Vygotsky pouco sabemos, pois os estudos que conhecemos nos levam a crer que ele tenha se dedicado exclusivamente ao aspecto do intelecto do indivíduo. Mas mesmo que implicitamente, estudos envolvendo o sentimento e a razão aparece na psicologia da sua época. Nela observa-se uma preocupação em integrar e analisar de modo dialético os aspectos cognitivos e afetivos do funcionamento psicológico humano. Seus estudos nos mostram um sistema dinâmico de significados em que o afetivo e o intelectual se unem, não se separam, buscam entender o sujeito na sua totalidade. Segundo Vygotsky (1998), são os desejos, necessidades, emoções, motivações, interesses, impulsos, inclinações do indivíduo que dão origem ao pensamento e este, por sua vez, exerce influência sobre o aspecto afetivo-volitivo (REGO, 2007, p. 122).

Tudo está interligado, segundo Vygotsky. Para ele não podia ser diferente quanto à estrutura ambiental e a maneira como ela se relaciona com o desenvolvimento. Sobre a estrutura ambiental, Vygotsky (1935) ressalta, a partir de exemplos da interação de membros da família, que as diferentes relações de crianças de idades diferentes dentro da mesma estrutura sócio-ambiental dependem dos papéis que as crianças têm que desempenhar nela. Assim, a criança em desenvolvimento tem uma relação mútua e relevante com a interação do ambiente; e a qualidade da interação que envolve a construção de significados prepara a criança para confrontações futuras com diferentes ambientes. O ambiente define um ou outro desenvolvimento, dependendo do nível de significado que a criança reuniu para esse determinado ambiente (VYGOTSKY, 1935g apud VAN DER VEER; VALSINER, 1991, p. 343).

Embora Vygotsky tenha sido um pesquisador inquieto e interdisciplinar que ultrapassou o estado de conhecimento do seu tempo, seu postulado permite um novo paradigma que possibilita um modo diferente de olhar a escola, o conhecimento, a criança e a sociedade. Consideram-se, portanto, as suas reflexões importantes e fundamentais para todos os meios educacionais. A educação precisa de um novo olhar, olhar renovado que não somente relacione, classifique e categorize, mas que busque o desenvolvimento de uma

racionalidade sensível, aberta à revisão constante dos modos de ver e entender a realidade, e comprometida com a emancipação do humano. (OLIVEIRA, 1999).

Vygotsky buscou, ao longo de sua vida, muitas respostas e nos deixou como legado de seus achados, muitas sínteses que procurou persistentemente orientar por meio da síntese dialética. A sua contribuição para este estudo foi fundamental na compreensão do homem enquanto ser social e cultural, que tem nas formas de mediação a possibilidade concreta de sua emancipação. Assim como a contribuição de Vygotsky, a Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner oferece um importante referencial para a construção de uma psicologia do desenvolvimento atual e ecologicamente baseada.

CAPÍTULO IV

A FAMÍLIA NA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA DE URIE BRONFENBRENNER

“Fazer seres humanos, humanos”.

Bronfenbrenner

Este capítulo tem como objetivo abordar a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano e os Modelos Bioecológicos para a compreensão dos pressupostos, fundamentos e contribuições acerca dos estudos com famílias, permitindo entender como o indivíduo se desenvolve dentro do ambiente natural e o que interfere em seu desenvolvimento nos diferentes contextos.

Estudioso do desenvolvimento humano, Urie Bronfenbrenner buscava incansavelmente, em seus estudos, entender o ser humano a partir de seu ambiente na tentativa de que ambos não se extinguissem mutuamente. Preocupou-se em fazer pesquisas e desenvolver a ciência a respeito do desenvolvimento humano. Primeiramente, apresenta-se um breve histórico da vida e obra desse teórico.

Bronfenbrenner nasceu em Moscou em 29 de abril de 1917. A morte de um irmão e as privações no seu país de nascimento, o levaram para os Estados Unidos aos seis anos de idade. Viveu toda sua vida nesse país, mas sempre manteve suas raízes russas, marcadas pelo cultivo da cultura e da língua-mãe. Acentuando seu contato com diferentes modos de viver e pensar, Bronfenbrenner morava com os pais em uma instituição rural para o tratamento de pessoas com retardo mental, com idade variando entre três e oitenta anos.

Formado em Psicologia e Música pela Universidade de Cornell, Bronfenbrenner finalizou o seu doutorado em 1942; posteriormente, em sua vida acadêmica, estiveram presentes autores como Kurt Lewin, Ted Newcomb e David Levy, entre outros. Casou-se com Liese, com quem teve seis filhos, 13 netos e uma bisneta. O desejo de mudar o mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas marcou suas obras. Estas têm como característica a forma de ver o mundo descrito na sua teoria sobre a ecologia do desenvolvimento humano desde 1979. O fato de ser aberto ao diálogo e à revisão de seu próprio pensamento manteve suas idéias em constante discussão e revisão, apropriando-

se dos fatos do cotidiano e da evolução da ciência em várias disciplinas. Soube como poucos acolher e responder aos seus críticos fez questão de romper com os padrões, para buscar sempre novas e mais eficazes formas de produzir e aplicar seu conhecimento.

Bronfenbrenner passou a maior parte da sua vida trabalhando no *Programa Head Start*²⁵, destinado a crianças e famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade. Bronfenbrenner e Ceci (1994) observaram em seus estudos que se falava muito sobre o comportamento das crianças em um contexto específico e não em outros contextos. Suas idéias iluminaram modelos teóricos e metodológicos de pesquisa e também fundamentalmente políticas sociais. Foi um lutador pelos direitos humanos e especialmente pelos direitos das crianças, enfatizando a necessidade de se atentar para a gravidade das condições ecológicas de vida atual e para a preparação em superar problemas no futuro próximo, com ações efetivas e imediatas em favor de crianças e famílias. Editou como autor principal ou em co-autoria mais de 300 artigos científicos e capítulos e catorze livros, sendo o mais marcante: “Ecologia do Desenvolvimento Humano (The Ecology of Human Development)”, editado em 1979 (traduzido para o Português em 1996). Bronfenbrenner sempre foi um exemplo de pesquisador e profissional. Faleceu em Ithaca, New York em 2005, aos 88 anos (KOLLER, 2004, p. 20,1, 2).

4.1 A Bioecologia dos sistemas e a família

“Nós, para os outros, apenas criamos pontos de partida”.

Simone de Beauvoir

Entender a família do ponto de vista do desenvolvimento, é, sem dúvida, entendê-la como sistêmica. Um dos teóricos que mais contribuiu para a compreensão das interações sistêmicas e relações familiares foi Urie Bronfenbrenner nos meados da década de 1980. Na investigação ecológica as propriedades do sujeito e do meio, as estruturas ambientais e os processos que ocorrem nelas e entre elas, devem ser vistos como interdependentes e analisados

²⁵ Ver pesquisa na obra “TWO WORLDS OF CHILDHOOD: US AND USSR” (1980). Simon e Schuster, 1972. New York, Russell Sage Foundation, 1970. Ed.: Reprint. Paperback.

em termos sistêmicos. Apenas desse modo podemos identificar o processo de interação mútua entre o sujeito em desenvolvimento e o mundo em transformação (KOLLER, 2004, p. 50).

Falar sobre a Ecologia do Desenvolvimento Humano em Urie Bronfenbrenner é, entre outras coisas, compreender as múltiplas influências dos diversos contextos em que os sujeitos vivem e interagem. Um primeiro passo é entender o modelo bioecológico ao qual Bronfenbrenner se refere em seus estudos. A Teoria Bioecológica de Desenvolvimento Humano (TBDH) foi constantemente reformulada e (re)estruturada devido ao olhar crítico de seu principal teórico, Bronfenbrenner, bem como dos seus colaboradores. Ela destaca a importância e a influência dos ambientes ecológicos no desenvolvimento humano (POLETTTO; KOLLER, 2007). Devido à evolução da teoria e a sua importância, fez-se necessário revisar constantemente os principais conceitos sobre o desenvolvimento humano, bem como a realização de novas pesquisas em diferentes contextos.

Bronfenbrenner (1979, 1996), delineou o ambiente como primeiro modelo teórico. Para ele, o contexto em que o sujeito está inserido e nele percebe e interage era fundamental para compreender o desenvolvimento. Em 1992 Bronfenbrenner ampliou o entendimento da teoria do desenvolvimento de forma a considerar quatro aspectos interrelacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, (Modelo PPCT). As alterações desse modelo levaram ao Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, atualmente, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (POLETTTO; KOLLER, 2007).

No Brasil, novas pesquisas e novos grupos de pesquisadores foram surgindo a partir da abordagem metodológica do modelo PPCT. Na mesma velocidade em que surgiam novos pesquisadores, surgiam novas propostas visando ao melhor acesso aos sistemas de desenvolvimento humano. Como teoria e método se entrelaçam, uma nova sistematização em estudos de Cecconello e Koller (2003) originou uma proposta metodológica denominada Inserção Ecológica e, mais tarde, outros estudos (DE ANTONI, 2005; MORAIS, 2005; NEIVA-SILVA, 2003; ALVES, 2004) utilizaram esse método de investigação.

No caso do estudo com famílias e, especificamente, com as mulheres, foco deste trabalho, a partir do Modelo PPCT é possível sistematizar e avaliar os

processos de interação das pessoas com o contexto no qual estão inseridas. As famílias, como as pessoas, passam por diferentes etapas, passando por um ciclo evolutivo. Para Bronfenbrenner (1987, 1996), a família é entendida como um sistema encaixado dentro de outros sistemas. A palavra sistema enfatiza a família como um conjunto de elementos em constante interação. Na interação cada elemento afeta o outro e, portanto, é afetado por eles numa espécie circular de equilíbrio que uma vez estabelecido, tende a persistir.

O ambiente, nesse tipo de investigação, orienta como os processos proximais acontecem (entre pessoas, objetos e símbolos).

Os padrões de interação, conforme persistem e progridem por meio do tempo, constituem os veículos de mudança comportamental e de desenvolvimento pessoal, igual importância é atribuída às conexões entre as pessoas presentes no ambiente, à natureza desses vínculos e à sua influência direta e indireta sobre a pessoa em desenvolvimento. (HADDAD, 1997, p 36-37).

O autor aponta que processos proximais são como máquinas ou motores do desenvolvimento. No modelo bioecológico, dos quatro núcleos relacionados (PPCT), o processo é destacado como principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento. No processo, segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), o desenvolvimento acontece quando se estabelece uma relação estável e recíproca entre o sujeito e o ambiente. Na família a reciprocidade pode acontecer na relação mãe-filho, resolvendo problemas e ou executando tarefas complexas.

O núcleo “Pessoa”, para Bronfenbrenner e Morris (1998), refere-se ao ser humano como um ser biológico e psicológico que interage constantemente com seu contexto e é produto do processo de interação. Aponta, porém, cuidados para a forma como a pessoa experiencia o contexto, tanto quanto os tipos de contextos nos quais se insere. No modelo bioecológico, as características da pessoa são vistas tanto como produtoras como produtos do desenvolvimento, pois constituem um dos elementos que influenciam a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais e, ao mesmo tempo, é resultado da interação conjunta desses elementos - processo, pessoa, contexto e tempo (BRONFENBRENNER, 1999 apud CECCONELLO; KOLLER, 2007).

Paralelamente, Martins e Szymanski (2004) observaram características do tipo pessoais, como gênero ou cor da pele, que podem influenciar na maneira

pela qual outros lidam com a pessoa em desenvolvimento e como valores e expectativas que se têm na relação social devem ser considerados. Qualidades pessoais como estas podem nutrir ou romper a operação de processos de crescimento psicológico. Assim, no modelo bioecológico, o desenvolvimento está relacionado com estabilidade e mudança nas características biopsicológicas da pessoa durante o seu ciclo de vida.

As características biopsicológicas pessoais atuantes no desenvolvimento, em Bronfenbrenner e Morris (1998), têm papel importante, podendo ser generativas ou inibidoras durante o ciclo da vida. Quando generativas, elas envolvem orientações ativas, como curiosidade, tendência para engajar-se em atividades individuais ou com terceiros, resposta à iniciativa de outros e auto-eficácia.

Bronfenbrenner e Morris (1998 apud CECCONELLO; KOLLER, 2007) destacam três formas dinâmicas de orientação ativa no ciclo de vida: a primeira, e mais precoce manifestação dessas forças dinâmicas, está relacionada à responsividade seletiva e aos aspectos do ambiente físico e social; a segunda está relacionada à tendência para engajar-se em atividades progressivamente mais complexas, como elaborar, reestruturar e, até mesmo, criar novas feições para o seu ambiente; e a terceira está relacionada à capacidade da criança de conceitualizar suas experiências quando se torna mais velha, ou seja, elaborar crenças de controle sobre si mesmo e sobre o ambiente.

As inibidoras, segundo Bronfenbrenner e Morris (1998), representam a dificuldade da pessoa em manter o controle sobre suas emoções e comportamentos. Elas incluem características como impulsividade, explosividade, apatia, desatenção, irresponsabilidade, insegurança e timidez excessiva.

No segundo grupo, as características referem-se aos recursos bioecológicos. Estes envolvem disposições seletivas para a ação, mas também constituem deficiências que limitam ou inibem a integridade funcional do organismo, tais como defeitos genéticos, baixo peso no nascimento, deficiência física ou mental. As características de demanda são atributos pessoais capazes de requerer ou impedir reações do ambiente social, inibindo ou favorecendo a operação dos processos proximais no crescimento psicológico (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). Essas características incluem aspectos

como aparência física atrativa *versus* não atrativa e hiperatividade *versus* passividade (CECCONELLO; KOLLER, 2007).

Quanto ao “Tempo”, entende-se como o desenvolvimento no sentido histórico. Para Bronfenbrenner e Morris (1998), eventos históricos podem alterar o curso de desenvolvimento humano, em qualquer direção, não só para indivíduos, mas para segmentos grandes da população. Episódios da vida familiar, como a entrada da criança na escola, o nascimento de um irmão ou a mudança de trabalho dos pais, podem ter significativa influência no desenvolvimento das pessoas da família num dado momento de suas vidas. Outro exemplo de como o tempo influencia o desenvolvimento da pessoa, é a diferença na maneira de os pais criarem seus filhos, na década de 40, na década de 80, ou na atualidade.

Sobre o “Contexto”, quando Bronfenbrenner e Morris (1998) se referem ao desenvolvimento, referem-se ao ambiente global onde o sujeito vive e se desenvolve tanto o mais imediato, aquele em que permanece o tempo todo, quanto o mais remoto, em que nunca esteve, mas que ao mesmo tempo interferem. No curso do desenvolvimento humano, esses ambientes são denominados micro, meso, exo e macro sistemas. Em outras palavras, pressupõem os autores, toda experiência individual se dá no ambiente ecológico, o qual é concebido como uma série de estruturas. As estruturas desse conjunto parecem para Bronfenbrenner (1996, p. 5) lembrar “um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, interferem mutuamente entre si e afetam conjuntamente o desenvolvimento da pessoa.

Um aspecto marcante da concepção das estruturas, é que o importante para o desenvolvimento é o meio ambiente na maneira como é percebido pelo indivíduo, e não como ele existe na realidade objetiva. Portanto, conforme Bronfenbrenner (1996, p. 9), “os aspectos do meio ambiente mais importante no curso do crescimento psicológico são, de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação”.

Quando faz a crítica aos modelos de pesquisa no qual o ambiente é descrito como estrutura estática e limitado a um único local imediato onde se encontra o indivíduo em desenvolvimento, Bronfenbrenner (1996, p.18) refere-se ao “microssistema” que é definido como um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicos. A família é um

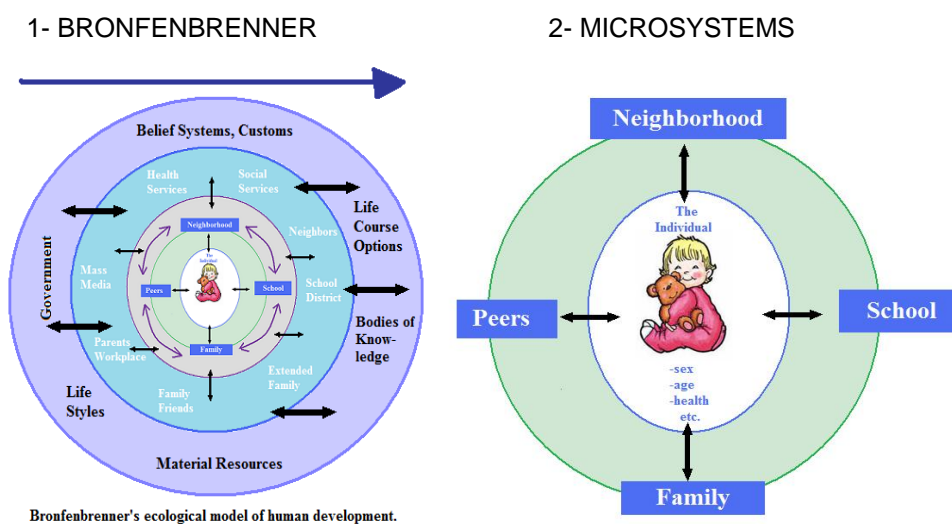
exemplo de *microsistema*, que é definido como sendo o ambiente onde a pessoa em desenvolvimento, focalizada, estabelece face-a-face relações estáveis e significativas.

4. 2 A família como um sistema dentro de outros sistemas

É na família, o primeiro *microsistema*, que o indivíduo em desenvolvimento interage. Para Bronfenbrenner (1979,1996), o microsistema família é considerado um sistema dinâmico, próximo e imediato da pessoa em desenvolvimento que envolve a complexidade dos papéis e de relações pessoais.

FIGURA 3 - MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DE BRONFENBRENNER.

FIGURA 4 – MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E O MICROSSISTEMA.



FONTE: www.google.com.br – acesso em 05/08/2011.

Na visão de Darling (2011), o amor incondicional, a generosidade, o cuidado, o amor pelos próprios pais e a qualidade final das interações trocadas entre os indivíduos e expressada por esses fatores são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento da pessoa. Para Darling, bons pais não são tudo, mas pais felizes que amam aos outros e a si mesmos, foram amados e se sentem amados, partilham a sua felicidade e alegria com os outros, incluindo seus filhos. “Paternidade não é só trabalho, é uma habilidade ou uma ferramenta para otimizar

o desenvolvimento da criança. É uma expressão do que você é” (DARLING, STEINBERG, 1993; DARLING, 2011). Sobre isso, Bronfenbrenner (1996) aponta que “o desenvolvimento, ao que parece, ocorre através do processo de troca progressivamente mais complexa entre uma criança e outra pessoa, especialmente alguém que está louco por aquela criança”. Nesse sistema, e segundo Martins e Szymanski (2004) é fundamental destacar algumas características como:

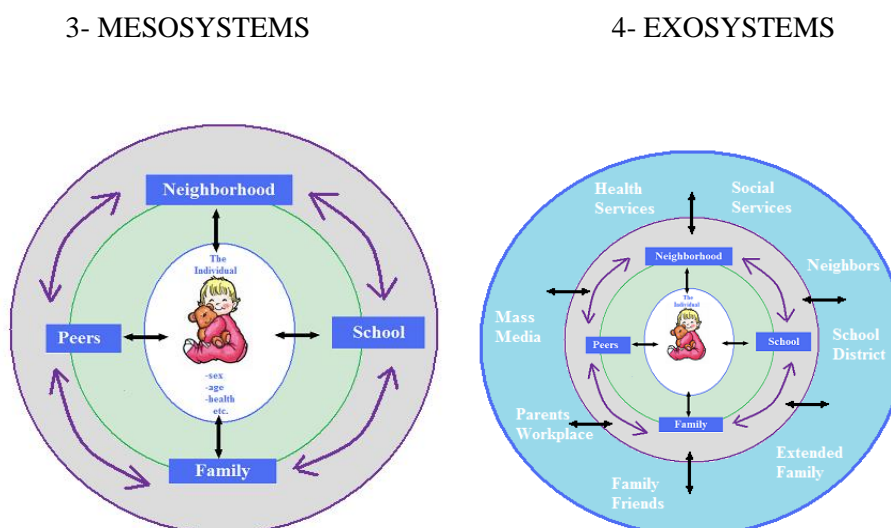
A reciprocidade (o que um indivíduo faz dentro do contexto de relação influencia o outro, e vice-versa), equilíbrio de poder (onde quem tem o domínio da relação passa gradualmente este poder para a pessoa em desenvolvimento, dentro de suas capacidades e necessidades) e afeto (que pontua o estabelecimento e perpetuação de sentimentos - de preferência positivos - no decorrer do processo), permitindo em conjunto vivências efetivas destas relações também em um sentido fenomenológico (internalizado) (MARTINS; SZYMANSKI, 2004, p. 2).

Como exemplo desses ambientes interativos, temos a casa, a creche ou a escola, o abrigo, entre outros. Ainda nessa visão, o “mesossistema” diz respeito às inter-relações entre dois ou mais ambientes dos quais uma pessoa participa ativamente, podendo ser formado ou ampliado sempre que ela passe a fazer parte de novos ambientes. Em alguns casos, por exemplo, esse sistema inclui as relações que uma criança mantém em casa, na escola, na rua, no clube e com amigos da vizinhança. Em outros, apenas as relações exclusivamente familiares e com os membros da igreja da qual sua família faz parte.

Já num “exossistema”, ao contrário do que ocorre no mesossistema, a criança ou pessoa em desenvolvimento não é participante ativa. Ainda assim, nesses contextos, podem ocorrer eventos que a afetem ou sejam afetados por acontecimentos do ambiente imediato onde a criança se encontra. Os ambientes que consistem em exossistemas podem ser, por exemplo, o local de trabalho dos pais, a escola do irmão ou a rede de amigos dos pais.

As figuras abaixo representam a criança nos contextos de desenvolvimento, a relação com os acontecimentos na família, escola, creche, comunidade, vizinhos, amigos, trabalho dos pais, contextos de atendimento à saúde, lazer e as dimensões coparticipantes nos cinco sistemas ecológicos de desenvolvimento humano desenvolvidos por Bronfenbrenner.

FIGURAS 5 - MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, O MESOSSISTEMA E O EXOSSISTEMA

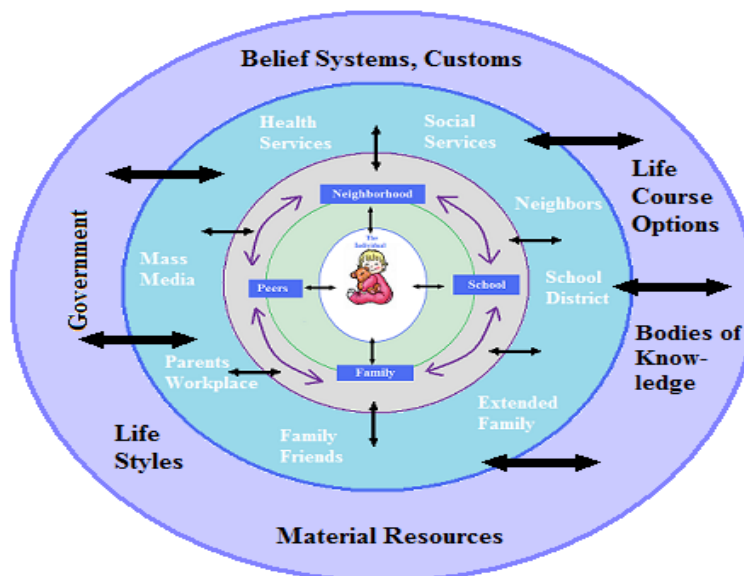


FONTE: Disponível em: www.google.com.br – acesso em 05/08/2011.

O “macrossistema” trata do sistema mais amplo, que abrange os demais, estabelece dinâmicas entre si, sendo composto pelo padrão global de ideologias, culturas, valores, crenças que vão sendo vivenciados e assimilados no decorrer do desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1996). Os princípios definidos pelo macrossistema podem influenciar, em forma de cascata, a interação de todas as outras camadas. Como exemplo citamos a cultura dos pais. Se é a crença da cultura que define os pais como os únicos responsáveis pela criação dos filhos, é menos provável que a cultura forneça recursos para ajudar esses pais. Por sua vez, a capacidade ou incapacidade dos pais de realizar responsabilidades para com seu filho, dentro do contexto do microsistema, a criança é igualmente afetada (BERK, 2000). Se as relações no microsistema se romperem entre a criança e os pais, ela por sua vez, não terá os instrumentos para explorar as outras partes do ambiente. A presença ou ausência de valorização da família, de políticas sociais para o combate à violência e a promoção da educação e saúde, de políticas econômicas para melhorar a qualidade de vida da população também são exemplos de macrossistema que têm reflexo direto no desenvolvimento do sistema familiar que, por sua vez, faz parte do desenvolvimento humano.

FIGURA 6 - MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E O MACROSSISTEMA

5- MACROSYSTEMS



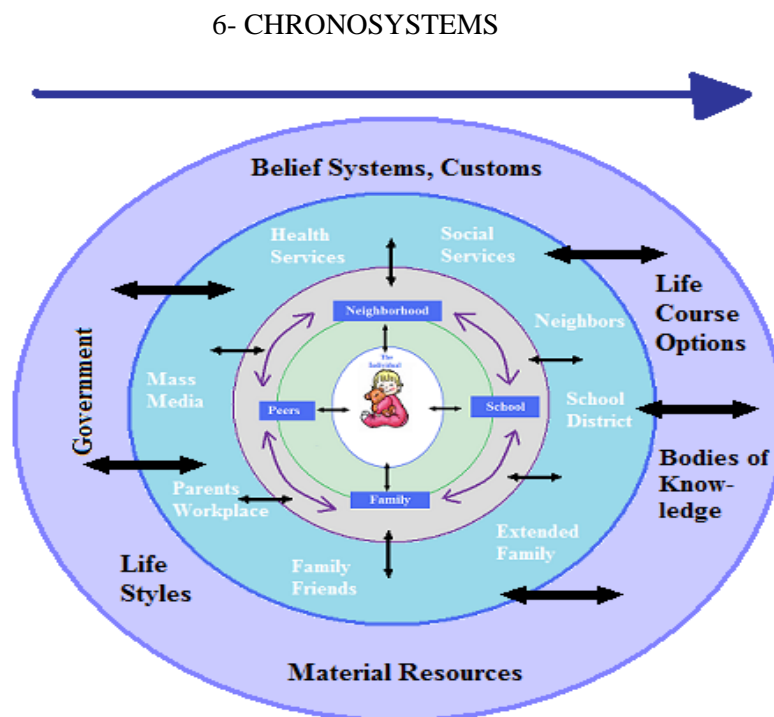
FONTE: Disponível em www.google.com.br. Acessado em: 05/08/2011

Por último, Bronfenbrenner (1998) desenvolveu o “*cronossistema*”. Esse sistema se desenvolveu a partir do resultado de uma experiência sobre a vida de pessoas. A experiência incluiu eventos ambientais, de vida e as transições na vida de um indivíduo nos diversos contextos e na família. O sistema fornece maneiras de compreender as diferenças de tempo vividas por indivíduos e família. Vidas estão ligadas e as famílias constituídas por interdependência social, mas as escolhas pessoais, oportunidades, afetam o contexto e os membros ao longo do tempo (ELDER, 1995, 1996). O tempo compartilhado com os amigos na faculdade, no time de futebol pode unir os indivíduos possibilitando formas e significados únicos na sua identidade. Por outro lado, os indivíduos circulam de lugar para lugar, compartilham eventos, mas a distinção desses fenômenos é experimentada de forma diferente. O cronossistema funciona como um calendário de eventos que acontecem em um determinado momento, com períodos de tempo, eventos e percepções de tempo ao longo do tempo.

O cronossistema no ambiente da criança aponta elementos que podem ser externos (momento da morte de um dos genitores) ou internos (dimensão fisiológica, maturidade da criança) (BERK, 2000). Para o autor, a criança, ao

amadurecer, passa a reagir de forma diferente influenciando o ambiente, sendo também influenciada por ele. O desenvolvimento dos processos proximais de uma criança é determinado por aquilo que ela experimenta nos ambientes onde passa o tempo, onde ela aprende como deve se comportar e o que fazer é tão importante quanto as pessoas que fornecem as ferramentas, na maioria das vezes, a família. As experiências que a criança tem com essas pessoas e objetos, são os motores principais do desenvolvimento humano. Da mesma forma, o número e a qualidade das conexões entre os contextos em que a criança passa o seu tempo (família, pré-escola, escola) (BERK, 1995; BRONFENBRENNER, 1998).

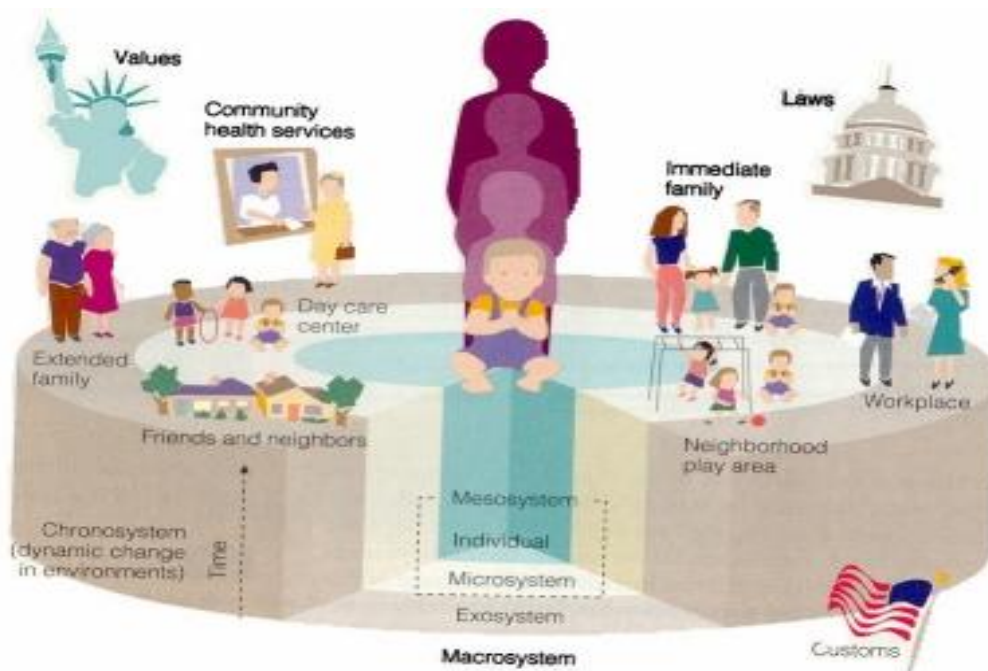
FIGURA 7- MODELO ECOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E O CRONOSSISTEMA



FONTE: Disponível em www.google.com.br. Acesso em 5/08/2011.

Vale lembrar que os contextos onde a criança não passa tanto tempo, outros implicadores podem afetar os processos proximais e influenciar o seu desenvolvimento. Ainda, nesse sistema, Elder (1995, 1996, cap. 6) aponta estudos referentes à saúde do indivíduo que influenciam o curso da vida, representando-os nas figuras abaixo.

FIGURA 8 - ESQUEMA 1 DA TEORIA ECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER



FONTE: Disponívem em: <http://professorapatriciaraujo.blogspot.coM/teoria-ecologica-de-urie-bronfenbrenner>. Acesso em 22/06/2011.

Neste sentido, o autor conceitua desenvolvimento como sendo:

(...) o desenvolvimento humano é um produto da interação entre o organismo humano em crescimento e seu meio ambiente. (...) A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive, conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18).

Considerando a maneira como a natureza do material psicológico pode ser alterada em função da exposição e interação do ser humano em desenvolvimento com o seu meio ambiente, Bronfenbrenner diz que o desenvolvimento consiste em:

(...) é o processo através do qual a pessoa desenvolve uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou restituíram aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 5).

Bronfenbrenner e Morris (1998, p. 95) revisaram e complementaram o conceito, definindo como desenvolvimento “o processo que se refere à estabilidade e mudanças nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de suas vidas e através de gerações”.

É por isso que a capacidade de uma díade funcionar como favorecedora de um contexto de desenvolvimento dependerá da existência e natureza de outras formações diádicas com terceiros. Pensando na importância dessas relações nos momentos de interação promovidos pelas atividades lúdicas dentro da família, pode-se antecipar que tais atividades contribuem para que as práticas educativas da família resultem em elementos que podem favorecer o desenvolvimento de todos os envolvidos nesse espaço natural.

O espaço natural referenciado é a família. Mas vale lembrar, que são as experiências reais que contam. A proteção, a prevenção, os cuidados físicos e psicológicos, os danos ambientais e sociais atribuídos a essa criança e à sua família. Dessa forma se faz necessária a criação de ambientes favoráveis para o desenvolvimento da criança. O espaço interior e exterior da casa são os primeiros ambientes que propiciam à criança aquisições de experiências e interações com os membros da família; e nesses espaços estão a disponibilidade e a qualidade dos recursos (brinquedos, objetos, etc.). A ausência desses recursos pode determinar ou dificultar as probabilidades de a criança obter as experiências de que precisa para se desenvolver. Assim, as relações e a qualidade das interações familiares são o motor para o desenvolvimento. A casa torna-se o ambiente que mais favorece e estimula o desenvolvimento da criança dos primeiros anos de vida e ao longo da vida.

4.3 Bronfenbrenner e Vygotsky: aproximando contribuições para análise

Aos que já partiram, aos que aqui estamos e aos que ainda chegarão. Família somos todos.

Azevedo

Este sub-tópico discute brevemente as contribuições das teorias bioecológico-sistêmicas de Bronfenbrenner e a teoria socio-histórica de Vygotsky. Ambas as teorias estudaram o contexto sócio-cultural de desenvolvimento,

centrando-se nos contextos em que ocorrem o desenvolvimento e as interações entre eles e os indivíduos.

O estudo da família como sistema bioecológico dinâmico de relações interpessoais requer, para Bronfenbrenner (1996), entender a família como um dos mais importantes contextos em que se produz o desenvolvimento humano e significados (p.225). Na ótica de Bronfenbrenner, na medida em que mudanças ocorrem na família, elas influenciam o contexto, estabelecendo um processo contínuo de adaptação e de novos padrões familiares. Sobre esses padrões, requer-se uma estreita união com o ambiente no qual está inserido, transformando e sendo transformado na relação que aí se estabelece. A transformação acontece através da interação com seu contexto sócio-cultural transmitido para os filhos e mantido por eles ao longo do seu desenvolvimento. Além desses fatores, os macroculturais têm relevância no processo, uma vez que oferecem os meios pelos quais os seres humanos sobrevivem e se realizam, enquanto os fenômenos psicológicos buscam construí-los, mantê-los e refiná-los.

Na relação com o meio, Ratter (2006, p. 41) refere que para se manterem e se refinarem, as pessoas devem desenvolver formas particulares de pensar, perceber, aprender, sentir e de autoconceito, e não apenas esperar por mudanças, por milagres.

Nessa mesma linha de pensamento, Vygotsky refere ser o indivíduo cultural, mas também, histórico, ou seja, ele foi, ao longo do tempo, mudando e sendo mudado pelo ambiente; o primeiro deles, a família. Assim, um indivíduo cresce e se adapta através das trocas com o seu ecossistema imediato (a família) e ambientes mais distantes (escola, o trabalho e os demais). Nesse sentido, é importante conhecer a influência do contexto social na vida familiar e como se influenciam.

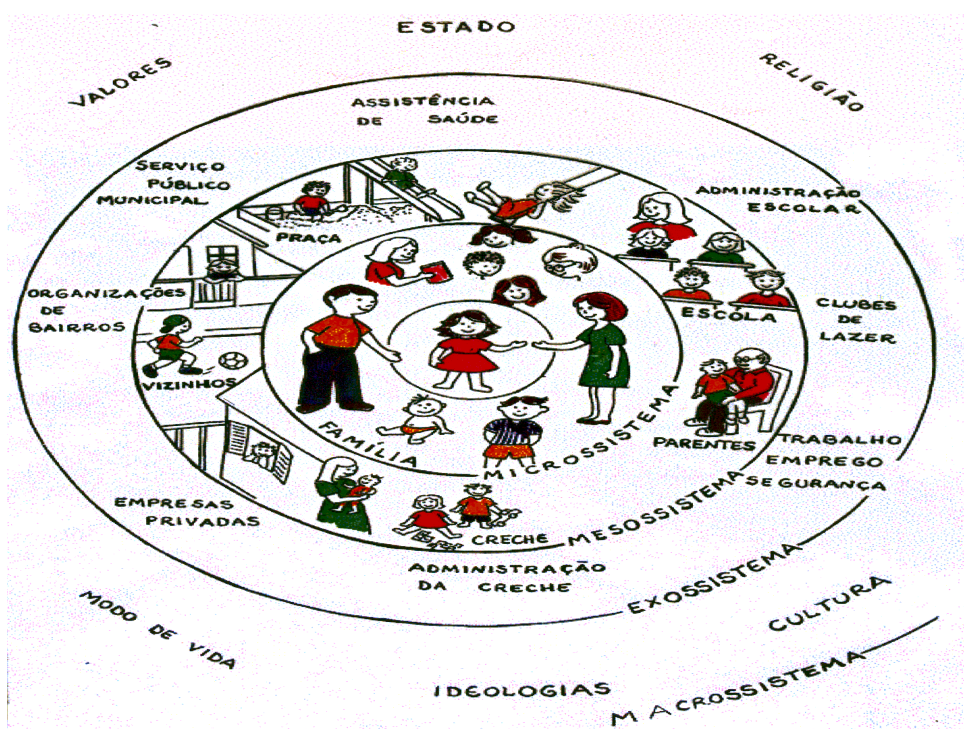
Se observarmos a família, a vida de todos os membros apresenta-se como interdependente. Cada membro da família reage de forma diferente a um evento histórico particular ou a transição de papel, afetando o curso de desenvolvimento dos outros membros dentro da família e através das gerações. No intercâmbio entre a pessoa e o mundo, ambos são moldados. O ambiente de um indivíduo não consiste apenas na parte do mundo objetivo em que ele acidentalmente vive. Vivendo, fazendo parte do contexto, ele molda a sua personalidade e se encaixa (HONG, 2011).

Os constantes déficits na vida familiar foram uma das preocupações de Bronfenbrenner. Para o autor, a instabilidade da vida familiar e as constantes mudanças na economia são a força destrutiva para o desenvolvimento de seus pares, principalmente para a criança. Não é diferente em Vygotsky.

Assim, a convergência do enfoque bioecológico e do enfoque sócio-histórico/cultural, ambos apontam para as interações e adaptação entre o meio ambiente e o sujeito. Tanto Bronfenbrenner quanto Vygotsky percebem o desenvolvimento humano como inseparáveis das atividades sociais e culturais. É tanto uma teoria da educação como de transmissão cultural. A educação implica não só o desenvolvimento potencial e individual, mas a expressão histórica e cultural do homem.

O quadro abaixo define as interações na família e as externas a ela nos diferentes sistemas.

FIGURA 9 - ESQUEMA 2 DA TEORIA ECOLÓGICA DE BRONFENBRENNER



FONTE: Disponível no www.google.com.br. Acesso em 22/06/2011 às 14:32.

Os sistemas familiares têm a particularidade de mudar ao longo do tempo, tanto referente ao tempo ontológico (história do indivíduo), como ao tempo histórico (história da comunidade). Tal ideia reforça que a família experimenta

importantes mudanças evolutivas produzidas pelos próprios processos de desenvolvimento dos seus membros, pelas mudanças nas suas relações e pelos acontecimentos que se produzem na vida familiar.

Concluindo, mas sem terminar, ambos, Vygotsky e Bronfenbrenner, nos chamam a atenção sobre estudar a família; deve-se estudar também o indivíduo, seu desenvolvimento e aprendizado. Defendem a ideia de que, mais que o indivíduo agir, é preciso interagir.

É com esse interesse que utilizaremos como metodologia de análise os núcleos de significação, as narrativas, priorizando a história de vida de cada uma das mulheres participantes. Ao utilizar as histórias de vida de cada participante, enfatizaremos a importância desta metodologia de análise, das observações e das reflexões acerca de cada história, feitas pelo pesquisador, que também tem a sua própria história de vida. A história de um não se confunde com a história do outro, mas apresenta situações similares e paradoxais.

CAPÍTULO V

ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

*“A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei.
Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.*

Eduardo Galeano

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Em consonância com o problema de pesquisa, o delineamento metodológico escolhido caracteriza-se como qualitativo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 2001; ANDRÉ, 2005) ressaltando-se o seu caráter exploratório, visto não serem encontrados outros estudos similares ao presente. Segundo André (2001)

Os estudos chamados de “qualitativos” englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises, compreendendo desde estudos etnográficos, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa-ação, até análises de discursos e narrativas, estudos de memória, história de vida e história oral. [...] seu foco de interesse é amplo. Enquanto a pesquisa quantitativa procura seguir com rigor um plano previamente estabelecido, a pesquisa qualitativa procura ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento. Os dados descritivos são coletados mediante contato direto e interativo do pesquisador com o seu objeto de estudo (ANDRÉ, 2001, 54).

A pesquisa também se caracteriza por ser exploratória; segundo Trivinos (1987), este tipo de estudo permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. No caso deste estudo, o problema a ser explorado envolve aspectos recorrentes entre as gerações presentes nas histórias das famílias. Para o autor, “o pesquisador parte de uma hipótese e se aprofunda podendo seguir para outro estudo ou elaborar um novo instrumento ou escala de opinião” (1987, p. 10).

Para a condução da pesquisa optou-se como base teórica a perspectiva da Psicologia Socio-histórica ou Histórico-cultural que considera fundamental o

método de trabalho estar intrinsecamente articulado à concepção da relação homem-mundo, ou seja, compreender como as pessoas interagem no cotidiano, tendo o contexto social como determinante de suas vidas. A ênfase no estudo deu-se na apreensão do processo constitutivo dos sentidos, bem como dos elementos que emergem desse processo.

Nesse sentido, Vygotsky (1927 apud AGUIAR e OZELLA, 2006, p. 2) destaca a importância da escolha de um método que desse conta da complexidade do Homem e suas funções psicológicas. Aguiar e Ozella (2006, p. 2) não só corroboram o autor, como consideram importante a escolha de um método que possa, “ir além das aparências, de não nos contentarmos com a descrição dos fatos, mas buscarmos a explicação do processo de construção do objeto estudado, ou seja, estudá-lo no seu processo histórico”.

Este estudo envolve, portanto, uma abordagem metodológica com uma proposta de apreensão de sentidos que visa atingir singularidades, ou seja, aquilo que cada sujeito pensa, e que o diferencia do outro. Trabalhar com a pesquisa qualitativa em numa abordagem sócio-histórica consiste, pois, numa preocupação em compreender os eventos investigados, descrevendo-os e procurando as suas possíveis relações e integração do individual com o social. Definido o delineamento metodológico, deu-se início aos procedimentos de coleta de dados.

5.2 ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS E COLETA DE DADOS

Lüdke e André (1986, p. 01) destacam na pesquisa qualitativa a "observação" como importante na pesquisa educacional porque permite ao pesquisador encontrar dados que não são conseguidos através de outros métodos. Para as autoras, existem várias formas de utilizar esse método; o pesquisador pode assumir um papel de participante da situação, revelando sua identidade e esclarecendo quais são seus objetivos, pode revelar parcialmente sua identidade, ou seja, dizer quais são alguns de seus objetivos e outros não e pode ainda manter-se totalmente oculto utilizando meios de interagir com o grupo como se fizesse parte dele.

Para o presente estudo optou-se, como instrumento de pesquisa, por entrevista individual e semiestruturada, além da observação. As entrevistas

semiestruturadas permitem, a partir de perguntas pré-determinadas, obter respostas relativamente livres. Caso haja necessidade, o pesquisador pode acrescentar uma questão não prevista, dependendo das respostas dos respondentes.

Aguiar e Ozella (2006, p. 7) ressaltam que a “entrevista é um dos instrumentos mais ricos e permite o acesso aos processos psíquicos que interessam particularmente aos sentidos e aos significados”. Para as autoras:

As entrevistas devem ser consistentes e suficientemente amplas, de modo a evitar inferências desnecessárias ou inadequadas. Devem ser recorrentes, isto é, a cada entrevista, após uma primeira leitura, o informante deverá ser consultado no sentido de eliminar dúvidas, aprofundar colocações e reflexões e permitir uma quase análise conjunta do processo utilizado pelo sujeito para a produção de sentidos e significados (AGUIAR; OZELLA, 2006, p. 7).

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 33), na entrevista se cria uma interação, uma atmosfera de influência recíproca, especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas. A entrevista é um método que exige do pesquisador muita atenção e prática, além do respeito ao entrevistado. Lüdke e André (1986) afirmam que esse é um ótimo recurso, pois permite a interação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Para Freitas (2002, p. 4) “na entrevista, é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade do seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social”. A esse respeito, Gonzalez Rey (2002, 2003, 2004) enfatiza que da entrevista não se deve considerar somente o que o sujeito fala, mas também o sentido que ele imprime à fala, o seu envolvimento no processo de pesquisa, permitindo, assim, uma produção complexa.

A entrevista semiestruturada teve como objetivo investigar, em cada narrativa, aspectos incidentes e recorrentes na vida da entrevistada e das gerações anteriores considerando-se: a família, a infância, a adolescência, o casamento, os filhos, a profissão, formação, dificuldades e sonhos. Também se investigou a causa do acolhimento dos filhos ou netos.

Como procedimento de coleta de dados deu-se início à entrevista com uma conversa objetivando estabelecer confiança e descontração, pois naquele momento a pesquisadora não era a pedagoga/educadora dos filhos no espaço da Instituição. Essa interação aconteceu durante toda a entrevista. Anotações a

respeito das reações e momentos de intensa emoção foram registradas no protocolo de transcrição da entrevista. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra, protocoladas e organizadas.

As entrevistas foram realizadas em diferentes espaços: na residência das mães pesquisadas localizadas em diferentes bairros de Curitiba e da região metropolitana de Curitiba; na Universidade Federal do Paraná - UFPR, Rua General Carneiro, 460 – Centro, na sala de estudos do Prédio D. Pedro I, 1º. piso e no salão paroquial da Igreja Bom Jesus do Bairro Cabral em Curitiba-PR, aproveitando o encontro de famílias organizado bimestralmente pela Instituição. Também foram realizadas entrevistas na própria Instituição, localizada na zona rural de Quatro Pinheiros em Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba, quando da visita dos familiares a seus filhos. Para a realização da pesquisa, optou-se por espaços diferentes das residências, pela dificuldade de encontrar as participantes em casa. Foi preciso respeitar cada momento, principalmente com as participantes que coletam papel. Nesses casos, mesmo com dia e hora marcada para o nosso encontro, não podiam perder as oportunidades, já que representam na família a única renda. Para essas mulheres, o papel não tem dono, assim que é deixado para a coleta, é coletado rapidamente por quem chegar primeiro.

A totalidade das entrevistas (10 entrevistas) resultou em cerca de doze horas de gravação, ou seja, duração média aproximada de uma hora a uma hora e dez minutos por entrevista.

Para fins deste estudo, elaborou-se um roteiro de entrevista (Apêndice B) com base na temática, e realizou-se um estudo piloto para verificar a pertinência, precisão e concisão das perguntas feitas às participantes. Definidos os procedimentos de coleta de dados, deu-se início a um estudo piloto.

5.2.1 O estudo piloto

Para o estudo piloto, fez-se o contato com uma das mulheres-mães por intermédio do Coordenador da Instituição onde se encontram acolhidos os filhos e netos.

O estudo piloto constituiu-se em um momento relevante para a educadora/pesquisadora quanto ao seu envolvimento com a Instituição de

Acolhimento, com as mães e com os meninos acolhidos. Permitiu rever e reformular alguns questionamentos presentes no roteiro da entrevista como a mudança do termo “companheiro” por “relação afetiva estável” na pergunta de número três e a inclusão da pergunta que se refere à possibilidade de semelhanças da infância da participante com o período vivido pelos filhos, constituindo o novo roteiro (Ver apêndice C). Castro (1938) ressalta a importância do estudo piloto e considera fundamental para que o pesquisador possa captar os dados completos e necessários à sua pesquisa sem ter que, após o adiantado da pesquisa, perceber que está com as variáveis de contexto e número de participantes equivocados.

Na revisão do estudo piloto observou-se ainda, a necessidade da presença de uma psicóloga no momento da entrevista e após encerramento dela. A presença desse profissional deu-se pela razão de que o roteiro de perguntas tratava de assuntos sobre a vida da participante e, por se tratar de história de vida, poderia trazer à tona sentimentos desagradáveis que a participante não gostaria de lembrar ou mesmo de fazer comentários.

O estudo piloto permitiu perceber que as informações obtidas por meio da entrevista piloto possibilitavam a discussão do problema de pesquisa e, nesse sentido, passou-se a considerar o número de dez entrevistas como suficiente para trazer à tona a complexidade de vida de mulheres-mães em situação de vulnerabilidade social.

Realizar um estudo piloto foi fundamental para delinear os passos seguintes a serem trilhados pela pesquisadora, bem como para nortear a descrição dos dados no estudo principal. Serviu também como momento de validação do estudo a ser feito, possibilitando perceber inúmeras dificuldades vivenciadas pela participante frente à realidade social em que se encontra, realidade que denuncia a violação de direitos e a falta de garantia de uma vida digna com seus pares.

5.2.2 O estudo principal

A coleta de dados no estudo principal foi facilitada pelo fato de a pesquisadora fazer parte da equipe multidisciplinar da instituição, na função de pedagoga voluntária e, também, por participar de atividades desenvolvidas com

as famílias ao longo dos últimos seis anos em que atuou como funcionária dessa instituição.

Com um novo roteiro pós-estudo piloto organizaram-se as entrevistas do estudo principal. A entrevista teve como objetivo identificar aspectos recorrentes entre as gerações presentes nas histórias de vida e, assim, abordou questões sobre a infância, a adolescência, a convivência com os pais, as relações afetivas, o trabalho, a profissão, as dificuldades e a relação com os filhos e netos.

O primeiro contato com as mulheres-mães definidas para o estudo deu-se em um encontro de famílias promovido pela instituição na igreja Bom Jesus no bairro Cabral em Curitiba-PR. Nesse encontro a pesquisadora apresentou a cada participante, de forma breve, as suas intenções de estudo e as questões éticas envolvidas como, por exemplo, o uso exclusivo para este estudo das informações reveladas na narrativa de sua história de vida. As participantes selecionadas foram indicadas pelo coordenador geral da instituição considerando-se as mães e ou avós com maior número de filhos e maior período de tempo de acolhimento nesse contexto. Todas as participantes foram informadas do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – (TCLE) (Apêndice A), da gravação das entrevistas, do uso de nomes fictícios para preservar a identidade dos envolvidos e de que não seriam obrigadas a concordar em participar do estudo pelo fato de terem seus filhos ou netos acolhidos. Em algumas pesquisas, segundo Gomide e Otta (2003), há a necessidade real de identificar os participantes individualmente, mas a autora chama a atenção quanto ao cuidado com o anonimato e sigilo da identidade e das informações sobre o pesquisado. A atenção e cuidado, para a autora, devem ser redobrados quando se trata de pesquisa com participantes humanos. Os itens sobre esse tipo de pesquisa encontram-se no artigo 6º. do Código de Ética (GOMIDE e OTTA, 2003, p. 65).

Ainda nesse encontro, além da primeira entrevista, a pesquisadora participou de momentos de interação e formação com os familiares das crianças e adolescentes acolhidos. Todas as observações foram registradas em um diário de campo.

Definidas as dez participantes do estudo principal deu-se início às entrevistas em diferentes contextos e momentos. Cinco entrevistas foram realizadas na residência das participantes, uma na Universidade Federal do Paraná, três entrevistas na instituição de acolhimento do filho ou neto e uma no

encontro das famílias, organizado pela instituição implicada no estudo no salão paroquial da Igreja Bom Jesus do Cabral no Bairro Cabral, Curitiba.

Ao iniciar a entrevista retomaram-se os procedimentos metodológicos, as intenções, a relevância científica e social já referidas acima, bem como as questões éticas implicadas. Cada uma das entrevistas foi especial. Durou o tempo necessário para que a pesquisadora pudesse conhecer momentos marcantes da vida dessas mulheres-mães e avós. Todas as dez entrevistadas em um momento ou outro se emocionaram ao reviverem situações que envolviam a família, filhos, a violência, as superações, as questões afetivas. A presença da psicóloga durante a entrevista foi importante, pois poderia atender a participante não somente durante a entrevista, mas após e, se necessário, durante um período prolongado determinado por ambas.

Fazer a gravação da entrevista em princípio preocupava. Saber que a sua história estava sendo gravada, que momentos só delas estavam prestes a serem revelados poderia causar inquietação, desconforto, irritação, crises de choro, medo de se expressar, de falar errado ou falar algo que fosse questionado ou, ainda, que comprometesse alguém. Entretanto, gravar não inibiu ou impediu que respondessem a todas as questões e muitas outras decorrentes do relato de situações envolvendo a sua vida. Para as dez entrevistadas, chorar foi inevitável. Cada relato foi único. Os momentos bons, os ruins e, em alguns casos, trágicos, eram lembrados num vai e vem durante todo o tempo da entrevista. Falar do filho (os) acolhido, do abandono afetivo e familiar carregados de emoção não as impossibilitou de finalizar a entrevista; pelo contrário, as motivou a falar muito; provavelmente sentiram-se tranquilas por conhecerem a pesquisadora que atuou como pedagoga na instituição de acolhimento dos filhos e ou netos e, ainda, por confiar nas intenções da pesquisa.

Os momentos em que a pesquisadora permaneceu com cada uma em especial foram significativos. Cada entrevista permitiu a ela o surgimento do sentimento de indignação e possibilitou a ressignificação de concepções de vida, de valores, de educação e o questionamento e a reflexão sobre o papel de mãe, da família, do processo educativo dos filhos e netos dessas mulheres, que a pesquisadora passou a admirar mais que culpabilizar.

A descrição do que era observado no estudo principal foi registrado em diário de campo, o que possibilitou um maior detalhamento da leitura das histórias

narradas pelas participantes entrevistadas naquele momento, além da apreensão de elementos implícitos naquele contexto de pesquisa. Os registros no diário de campo possibilitaram identificar como as famílias envolvidas interagiam com os organizadores e as demais famílias, bem como aspectos de comunicação verbal e não verbal, comportamentos e emoções decorrentes das atividades. As informações se constituíram em reflexões sobre os registros dos eventos observados durante as demais entrevistas nos diferentes contextos.

A relevância de se fazerem registros, afirmam Gonzalez Rey (2002) e Brunner (1986), permite resgatar a riqueza de dados que não seria possível apenas observando. Segundo estes, o pesquisador como sujeito produz ideias ao longo da pesquisa que serão fundamentais na construção dos sentidos que sustentarão as análises posteriores.

Na sequência apresentamos com maior profundidade o contexto que envolve o estudo.

5.3 CONTEXTO DO ESTUDO

O contexto do estudo envolve mulheres em situação de vulnerabilidade social. As participantes do estudo vivem em diferentes bairros de Curitiba e região metropolitana. Os contextos de moradia envolvem espaços que denunciam extrema pobreza, violências de diferentes ordens, conflitos com o uso de álcool, uso e tráfico de drogas. Cenário este apontado pelas famílias como frequente de desigualdade social, indignação e desesperança. São contextos que contracenam com realidades completamente diferentes, como em alguns casos, em que se observa a pobreza de um lado e a riqueza de outro. Nesses espaços, falta tudo ou quase tudo que é minimamente básico à sobrevivência; mesmo assim muitos permanecem para criar os filhos. As casas ou barracos contracenam com valetões e esgoto a céu aberto, ruas sem calçadas, iluminação precária, sem segurança. As famílias vivenciam diariamente diversos eventos que caracterizam situações de vulnerabilidade social, afetando seu modo de ser e de viver, além de conferir algumas peculiaridades na organização dos núcleos familiares. Apesar da condição de precariedade em vivem essas famílias, de enfrentamento dos mais diferentes desafios da vida, permanecem nos contextos que não escolheram para viver, mas (sobre)viver.

5.4 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

A seleção das participantes envolveu um processo gradual e evolutivo que contou com a ajuda do coordenador da instituição, que via nas mães dos adolescentes e crianças acolhidos verdadeiras heroínas sem nome para dar conta da educação de seus filhos e netos. Por esta razão optou-se pelas mães e não pelo pai ou avô. O critério para a seleção da amostra deste estudo foi o de serem mulheres-mães com dois ou mais filhos ou netos acolhidos na Instituição e que já contam com longa história de acolhimento de seus filhos na ONG. São mulheres que denunciam trajetórias de vida com poucas oportunidades. As famílias, em sua maioria, são monoparentais, onde um só progenitor convive com os seus filhos, assumindo a chefia do lar. São famílias fragilizadas, vivendo impregnadas de múltiplas formas de violência que se expressam nas relações familiares e sociais com um número elevado de filhos e a agregação de outros parentes. A vulnerabilidade social presente mostra-se decorrente de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, que estão intimamente ligadas às profundas mudanças na economia e aos avanços de novas tecnologias. Esta situação leva muitas mulheres a perderem os seus empregos e a enfrentarem eventos como: violência e múltiplos tipos de abandono, determinantes na necessidade de acolhimento dos filhos e netos.

Não foram levados em consideração gênero, idade e etnia, ocupação e local de moradia. Trata-se de mulheres com filhos e ou netos acolhidos em uma mesma instituição.

Realizou-se o convite às mulheres-mães, e a partir do aceite delas, buscou-se o espaço para a pesquisa que atendesse às necessidades e acessibilidade das participantes. A ideia de pesquisar mulheres-mães das crianças e adolescentes acolhidos foi instigada pela observação de que comportamentos em adolescentes acolhidos, ao constituírem a sua própria família, mostram-se semelhantes aos já vividos na e pela família biológica. Observou-se a repetição de alguns aspectos familiares, o que levou a pesquisadora a se questionar. Por que os adolescentes, ainda tão jovens, com diversas oportunidades oferecidas pela instituição, preferem seguir uma vida semelhante à dos pais o que resultou em seu acolhimento?

O total de participantes foi de dez mulheres-mães ou avós com idades entre 26 e 75 anos, por entender que, em se tratando de um estudo qualitativo, a história de vida de dez mulheres traria elementos suficientes para a discussão de aspectos recorrentes nas suas histórias de vida e em relação às gerações anteriores.

5.4.1 Apresentando as mulheres da pesquisa: *Lorena, Cida, Sílvia, Marta, Vera, Rose, Amélia, Beatriz, Dora e Lara.*

As dez participantes são mães ou avós de crianças e adolescentes institucionalizados. Com isso, assume-se, no texto, o termo mulheres-mães e ou avós. Com a intenção de conhecer cada participante nas suas singularidades, passa-se às apresentações de cada uma, com base nos dados por elas indicados nas entrevistas. A fim de se resguardar o anonimato das participantes, elegeu-se para cada uma um nome fictício. Os nomes escolhidos pela pesquisadora são nomes de pessoas comuns e não têm significados pessoais. Assim, passa-se a conhecer as singularidades de: *Lorena, Cida, Sílvia, Marta, Vera, Rose, Amélia, Beatriz, Dora e Lara*, seguindo nessa sequência.

LORENA *está separada, tem 42 anos, cinco filhos (três meninos e duas meninas). Destes, três meninos foram institucionalizados, mas apenas um deles permanece acolhido. Viveu com os pais até os 17 anos, quando casou. Sobre a vida com os pais, Lorena relata que era boa, mesmo com tantas dificuldades, os pais eram presentes e atenciosos. Quando criança trabalhou na roça, de doméstica e babá. Até o momento da entrevista, estava trabalhando de diarista. Passou por três casamentos. Frequentou a escola completando o 4º ano do ensino fundamental. Lorena reside em Curitiba, no Bairro Lindóia.*

CIDA. *Hoje com 50 anos, viúva, é mãe de cinco filhos (uma menina e quatro meninos). Dos cinco filhos, um é falecido e três filhos, na ocasião da entrevista, estavam institucionalizados. A vida com os pais era difícil, mas feliz. Quando criança trabalhava na lida da casa. Casada, trabalhava em casa organizando os produtos que eram vendidos pelos filhos e marido na rua. Após a morte do marido, foi trabalhar em uma empresa na função de serviços gerais*

onde ainda trabalha. Coursou até o 2º ano do ensino fundamental. Cida escolheu residir definitivamente em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba.

SÍLVIA. 33 anos, viúva e separada do segundo casamento, é mãe de três filhos, todos meninos. Abandonada no hospital ao nascer, teve uma infância muito difícil com o pai e a madrasta. Foi acolhida aos cinco anos de idade, passando por duas instituições, até se casar com 16 anos. Há um ano precisou ficar em uma instituição de acolhimento para mulheres por medida sócio-protetiva. No período da entrevista estava trabalhando na função de serviços gerais em uma empresa no bairro Boqueirão em Curitiba-PR. Estudou até o 3º ano do ensino fundamental sem poder completar o ano. Os três filhos encontram-se acolhidos em uma instituição de acolhimento. Reside sozinha em um quarto alugado no centro de Curitiba.

MARTA tem 37 anos e oito filhos (cinco meninos e três meninas). Dos oito filhos, quatro foram institucionalizados e um é falecido. Teve quatro casamentos e atualmente está separada. Na vida fez um pouco de tudo, trabalhou na roça, de empregada doméstica, faxineira, jardineira, passadeira, dentre outros. A infância com os pais foi difícil, por consequência das dificuldades e saúde do pai; quem a criou e cuidou foi a avó. Da casa da avó saiu para casar. Coursou o 4º ano do ensino fundamental. Na ocasião da entrevista, trabalhava como jardineira e em serviços gerais. Hoje, reside com 4 dos filhos na Vila São Pedro, no Bairro Xaxim, em Curitiba-PR.

VERA tem dois netos institucionalizados, mas já teve outros três netos na mesma instituição. Estes últimos estão vivendo com parentes. Tem 62 anos, seis filhos (três meninos e três meninas). Está casada e aposentada, após 20 anos de trabalhos prestados à empresa Bosch. A infância com os pais era boa, com muitas dificuldades, mas recebia os cuidados e atenção dos pais. Estudou até o 4º ano do ensino fundamental, precisou interromper porque o pai não a deixava continuar, precisava trabalhar na roça. Vera reside no Bairro Umbará, em Curitiba-PR.

ROSE. Fez 41 anos dias antes da entrevista. Veio do interior do Estado para Curitiba com a família em busca de trabalho e pela doença do pai. Está no quarto casamento, tem cinco filhos (três meninos e duas meninas). Dos cinco filhos, dois foram institucionalizados e um menino é falecido. Na ocasião da entrevista trabalhava coletando papel, e de zeladora. Ainda na infância precisou trabalhar na roça; com nove anos já trabalhava de doméstica e depois em atividades do mercado informal. Para Rose, a infância e a adolescência foram ruins e tristes. Casou-se três vezes. Estudou até o 4º ano sem chegar a concluí-lo para ajudar os pais. A sua residência atual fica na Vila das Torres em Curitiba.

AMÉLIA. Mãe de dois filhos meninos e institucionalizados, 38 anos, está separada. Trabalhou em várias empresas, fez muitas coisas. Hoje trabalha como auxiliar na linha de produção em um frigorífico da região metropolitana de Curitiba. Estudou até o 8º ano do ensino fundamental, mas não pôde concluir para ajudar a mãe. Morou sempre com a mãe e irmãos. Nesses momentos, a vida era boa. Não se lembra de ter tido pai. O casamento aconteceu aos 15 anos. Amélia reside perto da mãe no Bairro Osternak em Curitiba.

BEATRIZ. Tem seis irmãos (todos são meninos) e apenas por parte de pai. Dos seis irmãos, quatro estão institucionalizados, um é falecido e um vive nas ruas de Curitiba. É casada, tem 26 anos, uma filha com quatro anos. Quando criança, a mãe a entregou para adoção, mas a avó assumiu e foi com ela que viveu até casar aos 17 anos. A convivência com o pai não foi boa. Coursou sem concluir o 1º ano do ensino médio. Sempre trabalhou fazendo um pouco de tudo, de doméstica, fazendo limpeza, bolos, chinelos, de manicure, pintando cabelos, dentre outros. Morando com a família na casa da avó no Bairro Parolin, Beatriz sonha ter um dia a sua própria casa.

DORA é viúva, mãe de 16 filhos biológicos e um enteado, filho do segundo casamento. Tem 75 anos. Dos 16 filhos (cinco partos foram de gêmeos). É avó de 26 netos, quatro deles estão institucionalizados. Perdeu os pais ainda criança e com sete anos já trabalhava de doméstica, de babá de duas gêmeas meninas. Sem poder contar com a família, aos sete anos de idade foi institucionalizada em um colégio de freiras, estudava e, ainda neste orfanato, aos 28 anos, realizou o

seu primeiro casamento. Trabalhou em uma fábrica de fósforos e atualmente trabalha como zeladora e catadora de papel. Frequentou a escola concluindo o 4º ano do ensino fundamental. Sem poder estudar nem mesmo à noite e precisando trabalhar, abandonou os estudos. Dora, a cada dia pensa no momento em que a sua casa definitiva fique pronta na Vila das Torres, onde já vive há muitos anos.

LARA. *Com 51 anos, é mãe de três filhos (dois meninos e uma menina). A filha foi adotada aos quatro anos de idade e até hoje, Lara não tem notícias dela. Dos filhos meninos, um está institucionalizado; o outro filho vive com o pai que está doente. Está separada, vive e trabalha de cozinheira na instituição de acolhimento do filho. Com uma infância difícil e pobre, precisou trabalhar antes de completar sete anos de idade. O trabalho foi na roça, no cuidado de pequenos animais, com a plantação e para ajudar os pais. Brincava quando sobrava tempo. Não chegou a completar o 3º ano do ensino fundamental. Lara até o momento da entrevista residia na instituição de acolhimento, localizada na zona rural de Quatro Pinheiros, Município de Mandirituba, região metropolitana de Curitiba-PR.*

As entrevistadas têm em comum a maternidade com filhos e ou netos acolhidos na mesma instituição de acolhimento. Entre as mulheres, a idade varia de 26 a 75 anos. Todas as dez participantes são mães com cinco filhos em média, indo de dois a 16 filhos. Quanto à escolaridade das participantes, verifica-se que a grande maioria concentra-se no ensino fundamental incompleto: três concluíram o 4º ano do ensino fundamental. Uma não concluiu o 4º ano, uma cursou o ensino fundamental de 5ª a 8ª na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA²⁶. Nesta mesma modalidade de ensino, uma cursou o 1º ano do ensino médio. Uma cursou o 2º ano, duas o 3º ano do ensino fundamental e uma não concluiu o 3º ano.

Destacamos que quatro das participantes pesquisadas estão separadas, quatro estão casadas e duas estão viúvas. Sobre a profissão, duas trabalham como diarista e complementa a renda coletando papel; duas somente como

²⁶ O EJA é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da Educação Básica do país. Essa modalidade é destinada a jovens e adultos que não deram continuidade a seus estudos e para aqueles que não tiveram o acesso ao [Ensino Fundamental](#) e/ou [Médio](#) na idade apropriada, definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96).

diarista, uma como zeladora, complementando a renda com o papel colhido no local de trabalho; uma como cozinheira; uma como doceira/dona de casa, outra como auxiliar de produção; uma trabalha com serviços gerais e uma delas é aposentada.

No que se refere à situação de acolhimento, sete têm filhos institucionalizados, duas têm os netos e uma tem os irmãos, todos na mesma instituição de acolhimento. As participantes residem em diferentes bairros de Curitiba e da região metropolitana de Curitiba.

5.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná - UFPR sob a avaliação do processo nº. CEP/SD 04641112.2.0000.0102 (Apêndice D). Após parecer favorável desse comitê deu-se início à coleta de dados.

5.6 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os procedimentos de análise descritos visam a chegar aos aspectos recorrentes presentes nas histórias de vida das mulheres-mães utilizando o método baseado em Vygotsky (1927), proposto por Aguiar e Ozella (2006) e que permite a identificação de núcleos de significação. Dentre os estudos que já utilizaram este método, citam-se o de GIL, 2007; MORO, 2009; BERGONSI, 2011; MARTINS, 2011; RIBEIRO, 2012; KAMINSKI, 2012; PISKE, 2013; PEREIRA, 2013).

A análise foi desencadeada a partir de quatro etapas. Nesse processo, o tratamento das informações deu-se de uma forma bastante elaborada, seguindo o trabalho de sistematização de Aguiar e Ozella (2006) sobre pesquisa qualitativa sócio-histórica, com a finalidade central de apreensão de sentidos.

Corroborando o que dizem Aguiar e Ozella (2006), André (2005, p. 30) pontua que "Os estudos que nas décadas de 60 – 70 se centravam na análise das variáveis de contexto e no seu impacto sobre o produto, nos anos 80 vão sendo substituídos pelos que investigam, sobretudo, o processo." Considerar memórias, lembranças, relatos de vida, biografias, histórias de vida, narrativas

memorialísticas em pesquisa acadêmica, de caráter científico, é algo que foi acontecendo muito lentamente, ganhando maior visibilidade a partir da década de 1990.

Sobre a narrativa, Bruner (1986) intruz a noção de narrativa como uma estrutura de significado que fala sobre as pessoas que nós estudamos. Para Bruner os principais elementos de uma narrativa são: a estória, o discurso e o relato (telling). A estória, entendida como modelo, tem um duplo aspecto: é ao mesmo tempo linear e instantânea. Por um lado, a estória é experienciada como uma seqüência e, por outro lado, é percebida como um todo de uma só vez—antes, durante e depois do relato. As estórias dão sentido ao presente e nos tornam capazes de vê-lo como parte de um conjunto de relações envolvendo um passado constituído e um futuro. As narrativas mudam, todas as estórias são parciais, todos os sentidos incompletos. Não há significado fixo no passado, a cada novo relato varia o contexto, a audiência difere e a estória é modificada. Assim, “recontar se torna profetizar” (BRUNER, 1986 apud CARVALHO, 2003, p. 297).

O depoente, ao narrar, descreve e, ao mesmo tempo, compõe o seu cenário, estabelecendo uma comunicação com o ouvinte; e significados tendem a ser atribuídos para ambos nessa escuta recíproca. Portanto, ouvir é a melhor maneira de entender o outro, romper preconceitos sociais e promover a pluralidade (NOVOA, 1992).

As narrativas, às quais nos referimos neste estudo, perpassam as histórias dos contos de fadas e nos revelam caminhos de vulnerabilidades que desconhecemos. São narrativas de vidas e gerações de diferentes famílias que se configuram em distintas problemáticas vivenciais e, dentre elas, a institucionalização dos filhos e ou netos.

Analisando por essa ótica requer-se, portanto, um método que dê conta da inseparabilidade do lógico, da base material e do histórico. Nesse sentido, Franco (2005) considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo Para a autora, tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente, os sujeitos da

pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos.

Gonzalez Rey (2002) propõe observar essências construídas dos “objetivos subjetivos” por expressarem a diversidade de aspectos objetivos da vida social. Para o autor, mais que significados dicionarizados, busca-se o sentido pessoal que é dado, a palavra e, por conseguinte, o sentido do discurso singular, a fala do sujeito, portanto, significada. Para se chegar às determinações constitutivas e explicar a produção do sentido, há de se considerar, dialeticamente, a base material sócio-histórica presente no processo de transformação do social em psicológico chegando à constituição do sentido atribuído pelo sujeito.

Com base em Vygotsky, Aguiar e Ozella (2006) pontuam que, na apreensão dos sentidos, o pensamento é entendido como sempre emocionado, e a palavra expressada com significado. Sendo assim, o pensamento é compreendido numa mediação com a linguagem, e juntos estabelecem uma relação que implica em uma necessária compreensão das categorias “significado” e “sentido”. Segundo Vygotsky (1998), o “significado” no campo semântico corresponde às relações que a palavra pode encerrar: já no campo psicológico, é uma generalização, um conceito. Assim, podemos dizer que os significados são produções históricas e sociais responsáveis pela nossa comunicação, a socialização de nossas experiências. Já o sentido aparece em um plano que se aproxima mais da subjetividade, que diz respeito às necessidades que ainda não se realizaram, mas que mobilizam o sujeito; constituem o ser, geram formas de colocá-lo na atividade. “Sentido deve ser entendido, pois, como um ato do homem mediado socialmente” (AGUIAR, OZELLA, 2006, p. 7).

Na análise, levar-se-á em conta que, “para compreender a fala de alguém, não basta entender suas palavras; é preciso compreender seu pensamento, é preciso apreender o significado da fala” (Aguiar, 2001, p. 130). Considera-se, portanto, que, para compreender os sentidos e significados produzidos pelas mulheres acerca de sua história de vida, faz-se necessário compreender as particularidades que a constituem como sujeito histórico no mundo.

5.6.1 Leitura flutuante e organização do material

A leitura flutuante foi o primeiro passo. Aguiar e Ozella (2006, p. 7) consideram esse método de leitura importante e fundamental para que não ocorram mera leitura e análise das construções narrativas, mas a intenção de “fazer” uma análise do sujeito. Para as autoras, a leitura flutuante possibilita a familiarização com o material coletado visando a uma apropriação dele.

A partir de diversas leituras de cada entrevista, buscou-se reunir o que mais se destacava das falas das participantes. Da leitura flutuante emergem pré-indicadores para a construção dos núcleos futuros, temas mais diversos, caracterizados por maior frequência, importância enfatizada nas falas, carga emocional presente, pelas ambivalências e contradições, e pelas insinuações não concretizadas. Os elementos pré-indicadores irão compor os indicadores finais ou núcleos de significação.

Um segundo momento de leitura permitiu um processo de aglutinação dos pré-indicadores que nos levou aos indicadores. Eles possibilitaram caminhar na direção dos possíveis núcleos de significação observados a partir dos aspectos recorrentes das histórias de vida das entrevistadas. Para Aguiar e Ozella (2006, p.13), “os indicadores, só adquirem algum significado se inseridos e articulados na totalidade dos conteúdos temáticos apresentados, ou seja, na totalidade das expressões do sujeito”. Esse momento caracteriza uma fase do processo de análise iluminando um início de nuclearização. Assim sendo, os indicadores resultaram de um processo de condensação dos pré-indicadores, como mostraremos a seguir.

5.6.2 Construção dos núcleos de significação

A partir da releitura do material, dos conjuntos de indicadores e seus conteúdos, iniciou-se um processo de articulação, resultando na nomeação dos núcleos de significação. Para Aguiar e Ozella (2006), a partir do processo de organização dos núcleos de significação é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção de sentidos e significados, possibilitando uma análise mais consistente que nos permite ir além do aparente e considerar o que é subjetivo, contextual e histórico.

Assim, do processo de articulação dos indicadores, se constituíram os Núcleos de Significação que abrangem: emoções, desejos, sentimentos, crenças, violências e riscos, abandono, fatores biológicos, culturais e sociais, interpretados como emergentes e incidentes. Essa ampla atividade resultou na definição de quatro núcleos. E, seguindo Aguiar e Ozella (2006), a nomeação de cada um deles foi elaborada com uma frase curta, de modo a refletir o processo e o movimento do sujeito.

CAPÍTULO VI

RESULTADOS, ANÁLISE E DISCUSSÃO

*As palavras não nascem amarradas, elas saltam, se beijam,
se dissolvem no céu livre por vezes um desenho,
são puras, largas, autênticas, indevassáveis.*

Carlos Drummond de Andrade

Da fala da participante (Apêndice E) articulada com o contexto social, cultural, econômico e histórico, foi desenvolvida a análise, considerando a compreensão do pesquisado na sua totalidade. O processo de análise se iniciou intra-núcleo, destacando as singularidades e a essência de cada núcleo. Para uma apreensão mais completa do participante, seguiu-se para uma articulação de todos os núcleos levantados. Esse movimento possibilitou a apreensão de sentidos de forma mais elaborada. A esse respeito Aguiar e Ozella (2006, p. 24), pontuam que:

Num primeiro momento a análise pode ficar mais circunscrita a aspectos da história do sujeito, entretanto, a serem articulados com informações advindas da realidade social, cultural, e com outros núcleos, se evidenciam outras determinações fundamentais, fazendo, inclusive, que as informações adquiram outra qualidade.

O quadro abaixo apresenta o conjunto de pré-indicadores, indicadores e, na sequência, a discussão dos resultados a partir da nomeação de cada núcleo de significação. Como disposto no Quadro 4 foram constituídos quatro núcleos de significação com aproximadamente 4 indicadores finais. A análise dos dados imbricados nos indicadores contempla o objetivo do estudo; em alguns casos, mais de um objetivo. O recorte das falas apresentadas respeita as peculiaridades e os vícios de linguagem das participantes.

QUADRO 4 - SÍNTESE DOS RESULTADOS DO ESTUDO

Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação
Pouca escolaridade; não deixavam estudar; tinha que trabalhar; falta de carinho; pai mandava ir		Núcleo I

<p>trabalhar na rua sozinhos; casou para sair de casa; trabalho infantil; mãe solteira; rejeição da mãe; pai drogado; mãe deu ou vendeu a filha; mandava ir para a rua trazer dinheiro se não apanhava; sem dinheiro; mudança para a cidade em busca de melhores condições; trabalho na roça; suas crianças foram adotadas; trabalha juntando papel; morar com irmãos; trabalho infantil não na rua; afeto; sonho; desejo; pai levava para trabalhar longe de casa; trabalhava para comer; infância roubada; abandono pelos pais: passava fome e frio; pai e madrasta não cuidavam;</p>	<p>Dificuldades na família</p> <p>Trabalho infantil</p> <p>Afastamento da família</p>	<p>A Infância roubada</p>
<p>Maus conselhos aos filhos; avó cuida de muitos netos; marido desrespeita; deixa filhos com pai e amante; filhos mortos; pai tirou os filhos porque não cuidavam deles; filhos precisaram separar a mãe; marido não fazia nada; não sei o que é pior, se é ter uma mãe que não serve como mãe ou ter ela morta; até tinha um pai, mas nunca amei ele;</p> <p>muitos filhos; avó cria os netos; eu sempre fui carinhosa com os filhos; obedecer os pais; a instituição cuida bem; outros casamentos; morara com outros parentes ou conhecidos; o pai cuidava</p>	<p>Dificuldades para cuidar dos filhos e netos.</p> <p>Morada na rua.</p> <p>Uso de álcool e uso e tráfico de drogas.</p> <p>Acolhimento institucional dos filhos e netos</p>	<p>Núcleo II</p> <p>O despreparo para ser mãe</p>

<p>bem deles; pedia ajuda para o Conselho Tutelar; vizinhos ajudavam quando precisava de ajuda; cuidado por outros; dilema da mãe cuidando sozinha dos filhos; mulher só com os filhos; mulher e filhos; era só a mãe que cuidava, o pai nunca estava; avó cuida dos netos;</p> <p>morou no depósito de papel; conviver com a morte; avó criou; pai usa e trafica drogas; vida marcada pela bebida; filhos foram morar na instituição porque ficavam na rua; morar na rua; trabalho prático; morou na rua; problemas das más companhias; drogas; violências; fumo; armas; pai alcoólatra; filho usou drogas com o pai; desde os 5 anos adultos bebiam; alcoolismo; violência; roubo; prisão; mais tempo com os filhos; não ter com quem deixar os filhos; não tive infância; tinha que trabalhar; sonho em viver com os filhos; ter os filhos perto; ficar com os filhos; a vida na rua; pai ensinou coisas erradas para os filhos; bêbada não conseguia cuidar dos filhos; filhos encontravam amãe caída, bêbada; morou em abrigo, foi abandonada no hospital.</p>		
<p>Moraram em vários lugares; disse que deveria ter tirado mais tempo para os filhos; más companhias</p>	<p>Pobreza</p> <p>Problemas de saúde</p>	<p>Núcleo III</p>

<p>e tráfico de drogas; sonhos longe das drogas; drogas; recado para os filhos; bairro envolvido com tráfico de drogas e não sabe onde ir; violência contra a mulher; violência contra os filhos; pobreza afetiva; falta compreensão; falta de oportunidades; problemas de saúde; Aids; violência contra a mulher; violência por causa do dinheiro; não aguenta o marido que ameaça; morte do marido; pobreza e violência começa em casa; a luta de tirar o marido de casa; vive sozinha na cidade; todos os corpos na mesma sepultura; número enorme de filhos; doença; morte; problemas; olhar da família sobre a escola; não vai para a escola; erros médicos; muitos filhos; assassinatos; trabalho com carrinho de papel; relação ruim com a escola; falta organização sobre bullying; filhos e netos têm relação com drogas; dificuldade de se livrar da violência; quando começavam a falar já colocou os filhos na rua; bebida e drogas; violência em relação à mulher; pai levou filho para trabalhar na rua; ameaça e muita surra se não trouxesse algum dinheiro; filha envolvida com magia negra; filhos de hoje não obedecem como os de antigamente; já me chamaram na delegacia; os pais eram ruins com os</p>	<p>Vulnerabilidade social</p> <p>Violências</p> <p>Carência afetiva</p>	<p>A repetição do ciclo</p>
--	---	-----------------------------

<p>filhos; meu pai me batia; batia na própria mulher dele; cresci no meio das coisas erradas; o meu exemplo foi o exemplo dos outros; eu gostaria de ter uma família; mãe não me quis; madrasta tentou matar com uma faca e água quente; deficiência física por violência praticada pela madrasta; falta de higiene e cuidados com a alimentação.</p>		
<p>Gosto de fazer amizades; faço amizades com facilidade; quando a gente é adolescente, não pensa muito; quando a gente é adolescente é boba; nunca vi meu pai, nunca tive um pai; sempre fui mais velha que a minha idade; vivo aqui de favor; filho cuida do pai doente; agora sou feliz: agora tenho tudo o que pedi a Deus, não me falta nada: tenho tudo, só falta uma casinha: professora ajudou no acolhimento; educadora conseguiu cirurgia; sobreviveu às violências praticadas pelo pai e madrasta;</p>	<p>Amizades</p> <p>Consciência do caminho percorrido</p>	<p>Núcleo IV</p> <p>A possibilidade de novo percurso</p>

FONTE: a autora.

6.1 A Infância roubada

Falar da vida com a família na primeira fase, a infância, resultou no núcleo de significação a *infância roubada*. A leitura minuciosa das falas possibilitou identificar na narrativa das participantes inúmeros eventos ocorridos nesse período da vida. Buscavam-se nos relatos revelações de um período tranquilo, de crianças felizes, mas o que foi revelado mostra uma infância sem muitas

brincadeiras, mas de trabalho, de busca por oportunidades, sobrevivência. Sobreviver às inúmeras dificuldades, às diferentes formas de violência, sustentar a família, mudar de casa e cidade, a distância da família, maus tratos praticados pelos pais ou responsáveis (madrasta), a ausência dos pais ou a negligência deles marcou a trajetória percorrida pelas participantes e se expressa pelos indicadores: *dificuldades na família; trabalho infantil; afastamento da família*.

O indicador *dificuldades na família* emerge dos relatos das mães ou avós investigadas para definir a situação sócio-econômica na família, falta de oportunidade e de trabalho para os pais, abandono, a falta de afeto, amor, carinho e atenção dos pais na infância. De uma forma ou outra, esses sentimentos são expressos pelas dez participantes, porém, com maior ênfase nos relatos de Cida, Marta, Amélia, Lorena, Lara e Dora, quando falam sobre a infância, o brincar, a escola, a convivência com a família, a relação de afeto e cuidado dos pais.

Era boa. Puxa...minha mãe tinha 12 filhos, dentro de casa, era dedicada, naquele tempo era outro tipo de vida, tinha os pais, a gente ia para a escola, eh... sempre foram respeitador. Meu pai não era de bater, nada, a gente sempre foi criado dentro de casa. De noite quando eles iam para a cama nós íamos todos para o quarto deles, sentávamos no chão, não bebiam e no fim de semana na hora do almoço ele (o pai) tomava um golinho e só, mas nunca vi meu pai bêbado. Eu no meu tempo aprendi a ler e a escrever, naquele tempo no sítio, ninguém ficava aprendendo ler e escrever, ler já estava bom, não tinha tudo o que eles pedem hoje em dia, era só o básico mesmo. (Cida).

A infância demonstra para Cida a predominância de um período de vida marcado por dificuldades, exigências de um amadurecimento precoce e perda da inocência. Por outro lado, em sua fala traz memórias de um tempo em que, quando criança tinham poucas preocupações, não porque não existissem problemas, mas sim porque as crianças não percebem tanto os problemas e só têm idéia do que passaram depois que se tornam adultas, e se reportam como nesse momento, ao seu passado.

Assim como para Cida, outras mães participantes falam da infância como uma fase com muitas dificuldades superada pela presença da figura materna no papel da mãe e sobre esta, remetem lembranças de mulheres trabalhadoras que criaram os filhos em condições mínimas, mas estavam presentes. Mesmo aquelas que não tiveram um contato maior com as mães associam sentimentos positivos

às suas lembranças e as coisas boas da presença da avó. As lembranças do pai são geralmente negativas. A figura paterna está frequentemente relacionada a situações de violência e descaso com a família. Além disso, várias situações de violência presenciadas ao longo da infância, da adolescência e, em alguns casos, na fase adulta, foram protagonizadas por seus pais em relação a suas mães, irmãos ou a elas próprias.

Graças a Deus meu pai sempre tratou bem. A minha mãe na verdade, ela, sempre como meu pai, nós estávamos errados, ela corrigia, meu pai não, meu pai tinha mais dó. Minha avó era bem carinhosa, os netos, os netos precisavam de alguma coisa, ela dava para nós, ela era aposentada, ajudava a cuidar de nós, fomos criados mais com minha avó. (Marta)

A minha infância foi boa, boa... Morei sempre com a minha mãe, A minha mãe era boa, a minha mãe...nossa...tenho ela como uma heroína, nunca tive pai, morava eu, minha mãe e meus irmãos. Não lembro e nunca quis saber (do pai), nem minha mãe fala dele porque não vale a pena lembrar (...). Nunca vi meu pai, nunca tive pai.. (Amélia)

Ahh, era bom, era difícil, tinha dificuldades, faltava as coisas porque faltava trabalho. Era assim, sacrificado, mas eles faziam de tudo para dar as coisas, a comida, as roupas, foi a doença da minha mãe que ficou pior na nossa casa. (Lorena)

Era boa. A gente estudava de manhã e trabalhava na roça à tarde, mas tinha que parar para ajudar, nós éramos muito pobres e todos precisavam trabalhar para viver. O trabalho era na roça, na casa das mulheres fazendo faxina, lavando roupa, estas coisas. Porque eu estava com meus pais, não estava largada por aí como muitos ficam, sem pai, passando dificuldades. Na roça era ruim, mas era junto, todos juntos, ficamos lá com o pai e a mãe. (Lara)

Era boa. Eu, quando o meu pai, primeiro minha mãe morreu, eu fiquei com 7 anos lá em Florai. Com 7 anos. Daí meu pai ficou com nós, em 6 na casa, os pequenos porque os outros tavam casado, daí depois de um ano morreu também, daí um dos nossos irmão pegou um guri, o outro pegou outro, eu fui mora com outro irmão meu, daí vim morar pra Curitiba com ele, nós morávamos na Vila Aurea, perto da Marechal Floriano, naquele tempo era estrada de chão, só passava carroça, cavalo, não tinha nada, nem carro passava. Minha mãe e meu pai nunca batiam, era bom morar em casa, eu morava na Vila Aurea, meu pai ficou doente e morreu, logo minha mãe ficou doente um tempo e morreu também, um ano depois, ficou doente, mas não lembro muito bem. (Dora)

E complementa:

No orfanato, elas (freiras) me tratavam muito bem. Me levavam para passear, para estudar, davam chá se tinha dor, eu gostava muito, muito, nossa.... Eu fui

para o orfanato das freiras, eu gostava de lá minha nossa como gostava, (...) eu falo que morei lá e que gostava de morar com elas. (Dora)

Observa-se a infância como um período de muito trabalho, dificuldades, e caracterizada por pouca ou inexistência do brincar. Assim como o brincar, desconheciam a própria existência como criança. Nesse sentido, a psicologia, segundo Martins (2004, p. 4), argumenta que “a imaturidade e a incompetência, características da infância, justificam a dependência das crianças face ao meio, legitimando o protagonismo dos adultos”. A criança é excluída dos seus direitos de “infância” e, ainda, penalizada por isso. Uma “não criança”, a infância pobre em que desfruta de uma autonomia que não é consequência da expansão dos seus direitos, mas da sua privação (RIZZINI, 1997). Em seguida a essa não infância, a juventude, um tempo curto, de muitas dificuldades e casamentos precoces. Ser e viver criança na infância representa para Martins (2004, p. 4), um tempo e um espaço definido no contexto das relações familiares e sociais, evoluindo nos seus termos históricos e culturais.

As participantes, ao relatarem a vida na família, a referem como “boa”, no sentido da presença dos pais e não “uma vida boa” no sentido de ter o suficiente e necessário para viver de forma saudável, uma vez que as histórias denunciam a pobreza econômica e afetiva de suas famílias.

Como afirma Vygotsky, “O Pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza” (2001, p. 409), podendo, muitas vezes, “o pensamento fracassar”, não se realizando como palavra. Dessa forma, para que se possa compreender o pensamento, entendido aqui como “boa”, tem-se que analisar seu processo, que se expressa na palavra com significado e, ao apreender o significado da palavra, entendemos o movimento do pensamento. O pensamento passa, portanto, por muitas transformações para ser expresso em palavras, de modo a concluir-se que a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado e o sentido. Dessa forma, podemos afirmar que a compreensão da relação pensamento/linguagem passa pela necessária compreensão das categorias significado e sentido.

Denunciar é na cultura da sobrevivência uma forma de verbalizar o que acontece, mas que ninguém vê, ou faz de conta que não vê; cultura que, segundo Souza (2003), compreende as fronteiras do cotidiano das famílias em situação de

vulnerabilidade, abrindo lugares entre o ir e vir das interações mesmo que elas sejam conflituosas, difíceis.

É por isso que a capacidade de uma díade funcionar como favorecedora de um contexto de desenvolvimento (BRONFENBRENNER, 1996) irá depender da existência e natureza de outras formações diádicas com terceiras pessoas. Pensando na importância dessas relações nos momentos de interação promovidos pelas brincadeiras dentro da família, pode-se antecipar que tais atividades contribuem para que as práticas educativas da família resultem em elementos que podem favorecer o desenvolvimento da criança.

Assim, as meninas mulheres deste estudo revelam o caminho percorrido na família biológica até a família constituída, recheado de momentos de tristeza misturados com de alegrias, inseguranças e culpa. À última, atribuem o percurso que a vida seguiu, pelo sofrimento que viveram e se confortam justificando como sendo uma fase ruim vivida com a família. As experiências negativas vividas com a família, diz Cyrulnik (2002; 2003), dificultam o desenvolvimento seguro e saudável da criança ao longo da vida, bem como de resiliência.

A criança apreende o seu meio, incorpora-o na memória dos primeiros meses e no seu evoluir. Quando a estufa sensorial criada pela família está bem estruturada por rotinas afetivas e comportamentais, a criança desenvolve-se no decurso dessas estruturas sensoriais. Quando essas rotinas não se organizam ao longo dos primeiros meses, a criança não pode organizar-se nem desenvolver-se. É preciso que, mais tarde, esta criança desorganizada pela desorganização do seu meio, disponha delas, para poder retomar o desenvolvimento. Cada criança responde à sua maneira, mas, quando a privação durou demasiado tempo, quando a extinção psíquica foi total ou quando o novo ambiente não avivou as brasas da resiliência, será difícil para a criança retomar a vida. (CYRULNIK, 2003, p. 189).

Ao crescer, afirma o autor, essas crianças adaptadas a um meio em que toda a informação é uma ameaça, falam pouco e não se esforçam na escola. Esse estilo afetivo, impregnado na sua memória pelos hábitos comportamentais de um meio em que a ligação confusa se mistura com a violência, é uma adaptação, não um fator de resiliência, porque as crianças aprendem a ver só as ameaças do mundo e a ter de lhes dar resposta. Por outro lado, refere Cyrulnik (2003), a criança pode ser resiliente mesmo tendo tido uma infância infeliz, pois

tal situação não determina a vida. Tal reflexão também se atribui aos pais e a família uma vez que estudos de (DE ANTONI, KOLLER, 2000) comprovam que pessoas com trajetórias semelhantes diferenciam-se pelo fato de algumas conseguirem superar as crises e outras não. Nesse sentido, as características pessoais precisam ser consideradas, como o sexo, o temperamento, os traços de personalidade, a genética, bem como os relacionamentos com familiares e amigos, aspectos sociais e econômicos, interação com o ambiente, e ainda o estilo das práticas parentais. Neste estudo, famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, suas crianças e adolescentes conseguem se desenvolver sendo os ambientes de miséria material, emocional e cognitiva (SIMON, MURPHY, SMITH, 2005. Nesse sentido, ao discutirmos vulnerabilidade e resiliência devemos levar em consideração os múltiplos contextos, as múltiplas realidades que envolvem riscos, família e a criança e não apenas a resiliência em si. (UNGAR, 2004).

Apenas uma das dez participantes (Beatriz) relaciona o seu sofrimento à interação com os pais. As demais atribuem o curso dado à sua vida à falta de oportunidades, de sorte, de saúde, à pobreza. A seguir o relato de Sílvia.

Ichhh, foi ruim, mais ruim que isso, não existe. Antes eu não tivesse nascido, nasci para sofrer. Eu era uma criança triste, vivia suja, largada, cheia de piolhos. Minha madrasta não me cuidava, não comprava roupa, eu passava frio e fome, ano após ano. (Sílvia)

Sílvia deixa claro que o período entre o abandono no hospital e um segundo abandono pelo pai e madrasta foi doloroso. Quando Sílvia fala do abandono pela mãe e, de certa forma, também pelo pai e madrasta, relata uma infância vivida de forma cruel e preferindo não ter nascido. Dessa forma, hoje só pensa em não ver os filhos sofrerem como aconteceu com ela.

Para as participantes, a transição de um contexto para o outro em um período da vida em que o contexto familiar deveria ser seguro, a base para a preparação para os demais contextos passa a ser mais frágil e inconstante. Como observa Bronfenbrenner (1996, p. 18), o ambiente ecológico de desenvolvimento humano não se limita apenas a um ambiente único e imediato, e deve ser “concebido topologicamente como uma organização de estruturas concêntricas, cada contida na seguinte”. Nesse sentido, Bronfenbrenner (1996) descreve a família como um sistema em constante interação. Nas interações cada elemento afeta o outro e, portanto, é afetado por eles numa espécie circular de equilíbrio

que, uma vez estabelecido, tende a persistir. (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, apud CECCONELLO; KOLLER, 2007). Dentre os sistemas, a precaridade do macrossistema, para Bronfenbrenner (1996), uma vez afetados, influencia os aspectos sócio-econômico-culturais nas relações familiares. Eventos históricos consequentes de episódios familiares, os baixos salários, desemprego e aumento da violência ocasionada pelo tráfico de drogas e a criminalidade afetam diretamente o curso de desenvolvimento das crianças.

Um aspecto marcante deste estudo é o contexto das histórias, o meio ambiente percebido e descrito pela participante pesquisada. Na maioria delas, o espaço primeiro de interações com a família é o campo, o espaço rural. Nesse sentido, alguns estudos apontam que os filhos de famílias rurais adquirem saberes e técnicas com características predominantes da área rural que seguramente levarão consigo e para a sua família. Entre as características, o trabalho pesado e extenso o dia todo, uma vida material dramaticamente precária e instável é agravada pelos casamentos precoces e pela alta taxa de fecundidade dos casais. É no espaço doméstico entre pais e irmãos, que se inicia, assim, a trajetória de trabalho. Ao migrarem para os centros urbanos encontram outras dificuldades, repetindo o ciclo de mais uma geração de trabalhadores pobres. Os aspectos do meio ambiente mais importante no curso do desenvolvimento e crescimento psicológico são, para Bronfenbrenner (1996), de forma esmagadora, aqueles que têm significado para a pessoa numa dada situação.

O que se observa sobre a família apresentada pelas participantes é a dicotomia entre a família pensada e a família vivida (SZYMANSKI, 2000). Família pensada é aquela em que o pai/companheiro é o provedor de renda desobrigando a mulher a buscar trabalho fora de casa. A família vivida é geralmente aquela em que a mulher é responsável pelo seu sustento e o dos seus filhos. No caso deste estudo, não era nenhum, nem outro modelo, as dificuldades eram tantas que a regra era sobreviver, independente dos meios.

Situações reveladas por Cida contextualizam a vida difícil dos pais, sobre a infância, os momentos junto à família, o ser criança, esses momentos eram bons, mesmo raros, e foram importantes. Diferentemente da infância vivida pelos filhos.

Ser criança é bom. Ter pai, mãe, irmãos, também. Em casa com os pais era bom demais, O tempo, este tempo lá era difícil, era outra coisa, serviço com a lida de

casa, mas as vezes eu brincava quando era criança, ficava brincando.....Os meus meninos não tiveram infância, quando eles começaram a aprender a falar ele já fazia eles trabalhar, eles nunca brincaram na vida. (...) Às vezes tinha domingo assim, que ele falava “eu não vou trabalhar hoje”, mas tirava eles da cama e fazia eles irem para o centro trabalhar, ich..eles nunca brincavam de verdade como as crianças normais. Nossa, não foi não parecida. Hoje para tu ver, eles tem de tudo, não precisam passar pelo o que eu passei e tu vê como é. (Cida).

Percebe-se que Cida, ao falar da infância dos filhos, entende-a como uma fase boa em que eles “tem tudo”, não precisam passar por dificuldades como as que passou. Entretanto, Cida relata que os filhos não tiveram infância, nunca brincaram na vida como crianças normais, que só trabalharam. Como mãe, vê a infância dos filhos diferente da criança que foi na sua geração, quando crianças passavam a maior parte do tempo junto à família, perto da mãe na lida da casa e nos trabalhos domésticos externos a esta, enquanto que o brincar, ser criança, não era entendido como uma prática necessária, era casual. A preocupação era manter a família unida no trabalho para garantir alimento e moradia nos dias seguintes. Aqui, novamente retomamos Vygotsky quando afirma que o pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza.

A visão a respeito da infância e os direitos a ela conferidos, bem como o papel atribuído à família têm sofrido profundas modificações durante a história. (ARIÈS, 1981; DEL PRIORE, 1991; SARMENTO, 2003; MARTINS, 2004).

Os anos se passaram e a infância deixou de ser uma fase sem significados, dando espaço para novas experiências, para ser o centro das atenções no mundo adulto (ARIÈS, 1981). Por outro lado, passou a ser, também, o centro das atenções da mídia e da família, não como prioridade na educação, cuidado, saúde, mas como mão de obra barata e fácil nas comunidades carentes, rentosa e acessível para as empresas de publicidade e produtos para esta faixa etária. Frente a esse novo olhar voltado à criança e ao adolescente, em 1989 criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lançado um ano depois, em 1990 como documento que asseguraria os direitos e os deveres da criança, da família, das esferas públicas, jurídicas e da sociedade. (MARCILIO, 1998).

De olho na criança e no mercado de trabalho voltado para este público, a passos largos a infância passa a ser descaracterizada ao permitir que a criança ocupe o seu tempo trabalhando, gerando renda para a família e empresas e o

brincar, uma das melhores atividades desta fase, ficará de lado, em segundo plano.

O ato de brincar descrito no ECA (1990), em seus artigos 4, 59, 71 e 124, inciso XII, tem para a criança um caráter sério porque é o seu trabalho, atividade através da qual ela desenvolve talentos naturais, descobre papéis sociais, limites, experimenta novas habilidades, forma um novo conceito de si mesma, aprende a viver e avança para novas etapas de domínio do mundo que a cerca. Além do prazer (ALNES, 2006), favorece o seu desenvolvimento integral; controla a agressividade; proporciona a realização de desejos; a adaptação ao grupo social de convívio, a afetividade entre os (as) companheiros (as); experimenta sentimentos diferentes (amor, confiança, solidariedade, união e também frustração, raiva e inveja); estimula a curiosidade e a competição; incentiva a busca de soluções e a descoberta de caminhos. Enfim, contribui decisivamente para o seu pleno desenvolvimento como ser social, inteligente e livre.

Assim como as brincadeiras, o trabalho na infância envolve, para Bronfenbrenner (1996), situações que propiciam desenvolvimento. Quando as crianças têm a oportunidade de jogar em grupos ou têm acesso a brinquedos ou objetos diferentes do que habitualmente possuem, ou quando se relacionam com outras crianças e adultos com diferentes papéis em ambientes diversos significam que estão tendo francas disposições para crescerem e se desenvolverem como pessoas (SZYMANSKI; MARTINS, 2004). Como exemplo, citamos jovens abastados que cresceram sem jamais terem sido cuidados por alguém, aprendido as sensibilidades, as motivações e habilidades sociais de ajuda para com outros seres humanos.

Nas famílias carentes, o trabalho realizado pelos filhos pequenos era para os pais, necessário, não havia uma preocupação com o tempo livre para a criança brincar. Se brincava não comia e desperdiçava tempo, já que trabalhar contribuía também na aprendizagem de valores. As brincadeiras para Lorena, Lara e Sílvia eram permitidas quando havia tempo, e ele raramente sobrava. Sem brincadeiras, tão pouco brinquedos, relatam:

Naquela época não tinha...assim...boneca para brincar, não dava, assim...para brincar muito, não tinha tempo. Brincava ali mesmo (na roça) de se esconder, correr atrás um do outro, mas era uns minutos só, aí voltava carpir. Quando nós estávamos com meu pai não íamos para a escola, faltava aula até terminar a

empreitada. Brincava quase nada, só na escola quando tinha educação física. (Lorena).

Só quando dava, brincava quando podia. (Lara)

Silvia conheceu a brincadeira e o brinquedo no abrigo.

Lá no abrigo brincava um pouco...lá ganhei a minha primeira boneca, era meu primeiro brinquedo, aquela boneca sem cabelo, o bonecão, mas eu conversava com ela, me agarrava nela, foram alguns momentos bons, os melhores da minha vida. (Silvia)

Assim como para Silvia, brincar faz parte do “ser criança”, brincando, ela conhece e se reconhece no brinquedo como criança, aprende a tocar instrumentos, cantar, dançar, ouvir histórias, para se desenvolver nessa fase de aprendizado acelerado. Os aspectos afetivos e sociais se dão na interação com outra criança, a partir de estímulos, da confiança transmitida a ela, da atenção dada a ela e ao meio ao qual ela pertence (VYGOTSKY, 1998). A falta de brincadeiras pode deixar sequelas como dificuldades em se relacionar, medos e outras ainda mais graves (FIGUEIREDO, 2004). Além das brincadeiras, é nessa fase, na infância, que ouvimos os primeiros contos de fadas, as histórias sobre personagens que encantaram nossos pais e avós. Os contos de fadas passam às crianças a mensagem de que na vida é inevitável termos de nos deparar com dificuldades, mas que, se lutarmos com firmeza, será possível vencer os obstáculos e alcançar a vitória.

Para Rose e Lorena, a infância não foi boa. Rose relata não saber exatamente como é ser criança nessa fase da vida e também na fase seguinte, a adolescência.

Ah...minha infância, minha adolescência foi ruim... foi ruim... (Rose)

A minha adolescência foi o casamento, uma parte dela, a outra foi trabalhando aqui, ali, ajudando minha família, em casa e fora de casa. (Lorena)

Primeiro a infância ruim e, na sequência, a adolescência. Assim como Rose, as adversidades dessa etapa da vida fazem com que os jovens experimentem uma sensação de incapacidade, de insegurança, sempre que colocados frente a um desafio. Adolescer, segundo Millani (2010), não é universal, não é um dado da natureza, e sim, um fenômeno sócio-cultural. A esse fenômeno social/cultural chamado adolescência, caracterizamos como um

período de rebeldia, de indefinição, de humor instável, de crise e do adolescente como “aborrecente”. Ora o admiramos ora não o poupamos de crítica, situação que pode perdurar por muitos anos, configurando-se em adultos inseguros. A criança quer ser adolescente, o adolescente quer ser jovem, o jovem quer ser adulto e o adulto quer ser jovem. Então, o adolescente é criticado, pressionado a amadurecer por que tem que se tornar adulto, tem que assumir responsabilidades, tem que trabalhar, gerar renda, sobreviver, custe o que custar.

Quando se trata das famílias de baixa renda como as referidas neste estudo, muitas das responsabilidades atribuídas ao adolescente dão-se pelo desamparo social e, como se não bastasse, enfrentam adversidades como a violência, o uso de álcool, uso e tráfico de drogas necessitando se utilizar de vários recursos para garantir a sobrevivência dos seus filhos. Sem saber o que fazer com o filho, os pais acabam tomando decisões sem perceber o quanto tal decisão irá acarretar danos na vida do adolescente. Enquanto para o adolescente algumas atitudes suas são atribuídas à falta de referência, de espelhos para se orientar, para a família significam sobreviver (SZYMANSKI; MARTINS, 2004; KOLLER, 2007; ARATANGY, 1998). Também por esses motivos, a família, já fragilizada por uma série de fatores, muitas vezes não se dá conta de que são os primeiros e únicos responsáveis pela saída do filho de casa para as drogas, más companhias, para as ruas.

Sabe-se que situações sócio-familiares e as desigualdades sociais constituem fatores de risco para o desenvolvimento da criança. Fatores como o desemprego dos pais geram vulnerabilidades que expõem todos os integrantes da família a situações-limite. A baixa escolaridade, a vida nas comunidades subjugadas pelo tráfico e o alto número de filhos dificulta ainda mais a inserção desses pais no mercado de trabalho. Outro fator relevante diz respeito ao arranjo familiar monoparental em que as mulheres são as chefas da família. A mãe passa a ser a guardiã da afetividade familiar, quem deve tomar conta dos filhos e, sem a presença de um companheiro, responde sozinha por tudo o que acontecer na família, na saúde, educação e bem estar dos seus pares. Neste caso, a mãe, já sobrecarregada pela manutenção das necessidades básicas, responde também por negligência familiar e, se a criança estiver trabalhando, pela exploração do trabalho infantil. Para essa mulher, fica difícil interromper o ciclo de transmissão intergeracional da pobreza, das vulnerabilidades, tendendo a reproduzi-la

(RIZZINI, 2006; SZIMANSKY, 2004). Para oito das dez participantes, criar e educar os filhos sozinhas significou, além de muito sacrifício, vencer os obstáculos sem abandonar o barco, conforme relato a seguir.

(...) Morreu baleado. (...) fiquei 22 anos sozinha, foi depois que eu arrumei este outro, já faz, nossa....20...anos, quer ver, o Rodinei tinha 16 anos quando nós se larguemos, eu sou trabalhadora, não devo nada para ninguém, ganho meu dinheiro, me viro em tudo. (Dora)

Sobre o indicador “trabalho infantil”²⁷ é possível observar, nos relatos textuais das participantes, que as famílias, diante das dificuldades consequentes da falta de saúde, trabalho e oportunidades, mandavam os filhos trabalhar e, muitas vezes, os ganhos com o trabalho dessa criança eram a única renda familiar.

O trabalho infantil, apesar dos avanços ocorridos ao longo dos últimos anos, ainda é muito visível. Depara-se, todos os dias, com o triste fato da realidade. São crianças que, ao invés de estarem na escola, aprendendo, brincando, estão trabalhando, muitas vezes para sustentar os próprios pais. O trabalho da criança e do adolescente resulta de fenômeno social multifacetado, que abrange características econômicas, familiares, culturais e educacionais, tais como a pobreza, a luta pela sobrevivência, o capitalismo globalizado. A realidade

²⁷ As piores formas de trabalho infantil estão dispostas no [Decreto Federal 6481/2008](#), que regulamenta os artigos 3º. e 4º. da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho/OIT. A Convenção nº. 182, da OIT define-as e recomenda ação urgente e imediata para sua eliminação. São elas:

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívida e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição - no Brasil, denominada exploração sexual comercial, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;

c) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes;

d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. (FAS, 2012). Disponível em: <http://www.fas.curitiba.pr.gov.br>. Os casos de trabalho infantil podem e devem ser denunciados, através de contato com: Central da Prefeitura Municipal de Curitiba - ligue 156 Superintendência Regional do Trabalho - (41)3901-7514, 3901-7517. Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, Conselhos Tutelares de Curitiba.

econômica do país não fornece condições para que as famílias empobrecidas mantenham seus filhos na escola, obrigando-os a contribuir com o orçamento doméstico, como forma de garantia da sobrevivência de toda a família. Muitas crianças abandonam os estudos para trabalhar, acelerando o seu desenvolvimento em termos de maturidade e responsabilidade (IPEA, 2010; OIT, 2008; FAS, 2012). Essas vivências precoces podem ser prejudiciais, pois antecipam o que cada fase de desenvolvimento prepara para cada um. Para a criança, é importante o brincar, o sociabilizar e o estudar, mas esses momentos, na sua maioria, são preenchidos por outras atividades, a de trabalho (NAIF, CALDEIRA, PENA, DINIZ, 2007; NAIF, 2010). Nesse sentido, para as participantes/crianças deste estudo, todos os direitos foram violados, desrespeitados e as consequências afetam as presentes gerações.

Vigotsky (1930, 1996) salienta que o fato de aprender é que vai nortear o rumo do desenvolvimento humano e o principal caminho de acesso é a escola. É nela que o saber elaborado, aquele que foi socialmente construído e historicamente acumulado é trabalhado para ser apropriado pelas gerações mais novas. É preciso possibilitar à criança ir além da reprodução das atividades cotidianas, analisá-las criticamente visando a sua superação. O meio social age na criança para criar nela as funções superiores de origem e natureza sociais.

Para algumas famílias, obter trabalho em um contexto rural com poucas ofertas e muitas demandas era como ganhar na loteria. Quando aparecia uma oportunidade, que geralmente era de limpeza das roças com plantações, ela não podia ser desperdiçada. O trabalho era realizado por empreitadas e, quando concluídas, necessitava-se buscar outras formas de trabalho e renda. Para as famílias, essa forma de trabalho não solucionava as dificuldades, mas minimizava os problemas emergentes, permitindo a elas seguir sobrevivendo, como mostram as falas de Marta, Vera, Rose, Lorena e Lara.

Tève uma época que na casa da minha mãe comecei a trabalhar a procurar um emprego. Quando tinha serviço ninguém passava apurado, quando não tinha, muita gente...que não tinha condições, passava dificuldades. O meu pai morreu, eu tinha mais ou menos uns 6, 7 anos de idade. Minha avó levava nós para a roça trabalhar e quando não tinha serviço na roça...minha avó não trabalhava na lavoura, ela ia junto, nós íamos com meus tios trabalhar e quando não tinha serviço na lavoura, nós ficávamos em casa ajudando cuidar das criação que a minha avó tinha, e quem criou nós foi minha avó. Quando eu morava com a minha mãe, nunca cheguei a estudar, ela matriculou nós na escola, mas não

deixava nós estudarmos, no caso, era mais na roça.. Mesmo criança, mandava nós todos para a roça. Ai, fui morar com minha avó, era a mesma coisa. (Marta)

Nem lembro porque o pai não deixava, tinha que trabalhar, carpir na roça, trabalhar na roça. Carpia aquele roção, o pouquinho que sei é escrever só, o nome só. (Vera)

Foi ruim porque eu não tive infância, tive que trabalhar, estudar, carpir roça desde pequena. Meu pai era cego das duas vistas e a minha mãe tinha 5 filhos Eu, ai tive que arrumar serviço em Curitiba de babá, depois trabalhei de doméstica no bairro alto, trabalhei em vários lugares, todos sem registro, eu era de menor, tinha 12 anos e vim para cá com uma família de crentes, daí trabalhava na casa dessa mulher e todo o dinheiro que eu recebia eu dava para minha mãe para ajudar meus irmãos. Éramos em 5 filhos, mais meu pai e minha mãe, tinha remédio para comprar para o meu pai e gastavamos muito....trabalhei em vários lugares, todos sem registro, eu era de menor. Eu tinha que ajudar minha mãe. Estudei até a 4ª série, mas tive que parar para ajudar na roça. A adolescência foi pior, sozinha, rodando por ai passando as necessidades, todas elas. (Rose)

Meu pai pegava empreitada nas roças longe de casa e levava nós juntos, daí a gente faltava aula, reprovava, voltava, parava. Às vezes ficava fora de casa 30 dias até terminar o serviço. Ficava longe da minha mãe, sentia saudades, chorava, mas não tinha jeito, tinha que ir porque serviço era escasso, tinha que correr atrás e pegar. Lá tinha uma casa simples, muito simples, era só para dormir, nós comíamos na marmitta na roça mesmo, parava e comia....descansava e voltava, ficava até acabar o serviço, que meu pai pegava. (Lorena)

Era pobre, trabalhava na roça, meu pai e minha mãe trabalhava na roça o tempo todo. Nós iam juntos carpir na roça, cuidava dos bichos, da plantação. (Lara)

Os relatos revelam uma vida de trabalho e dificuldades. Estudar, para elas, ficava em segundo plano, ou seja, se fosse possível ou permitido; a questão era sobreviver. Se trabalhar na infância não era uma escolha, mas uma triste necessidade, para as meninas a situação era ainda mais grave. Depois de contribuírem na lida da casa, complementavam com um trabalho doméstico nas casas de outras famílias, sem o mínimo cuidado e informação sobre esses espaços (RIZZINI, FONSECA, 2002). Em regiões onde convivem famílias pobres e ricas, é comum a divisão do trabalho na cidade ou na fazenda se estender à figura do “afilhado” ou “filho de criação”, geralmente o filho do empregado ou do parente mais pobre que vai à cidade para “ter mais oportunidades” e cuidar da casa e das crianças da família. Mesmo num Brasil moderno, o trabalho infantil

doméstico é visto mais como caridade do que como exploração. Isso não mudou (IPEA, 2010), é uma das formas de exploração mais difícil de ser combatida. Nesse sentido, Almeida e Vieira (2006, p. 104) citam que:

A pobreza infantil e sobreexploração do trabalho das crianças (dentro e fora de casa), o não acesso à pré-escolaridade, o abandono precoce do sistema de ensino e o insucesso escolar, as situações de abuso e de negligência de que muitas são vítimas (dentro ou fora da família) evocam traços de não modernidade que não só destoam da norma hegemônica, como contrasta com a realidade de outras infâncias modernas de crianças-rei – protegidas e resguardadas em bem-estar afetivo e material.

Essa realidade é relatada por Dora, Amélia e Lorena.

(...) Minha cunhada ia para o serviço e eu tinha que dar conta de lavar, passar e cozinhar e limpar casa. Com 7 anos eu já trabalhava, e ainda, cuidava de 2 gêmeas meninas. (...) Estudei até a 4ª série. As (freiras) não me impediram, mas eu não conseguia, tinha que trabalhar e não tinha aula de noite no colégio das freiras, depois eu casei e daí não voltei mais. Sim, eu leio um pouco, mas me viro e assino meu nome. (Dora)

(...) Trabalhava muito para ajudar a minha mãe... Nem lembro, mas acho que eu tinha uns 11 anos. De doméstica, de tudo, eu ajudava em tudo. Eu trabalhava para fora, tipo assim, saía vender frutas, fazia de tudo um pouco, trabalhei em fábricas pequenas, fazia de tudo um pouco para ajudar a família, serviço de casa, lavava roupa, era tudo muito difícil para todos. Tenho irmãos, mais 2. (Amélia)

(...) Eu trabalhava na roça, carpia roça, trabalhei em serraria lidando com madeira, trabalhei de babá, de doméstica na lida da casa, fazia de tudo.... Tinha uns 9 para 10 anos. Eles eram nenezinhos e eu que cuidava. Fazia tudo, minha mãe me ensinou como fazia. Não tinha outro jeito, aí minha mãe ensinava e eu fazia, cuidava. (Lorena)

Dora, Amélia e Lorena não escolheram trabalhar, onde trabalhar e o que fazer, não restaram escolhas, senão obedecer. O trabalho infantil doméstico, além das críticas usuais aplicáveis a todo tipo de trabalho infantil, gera também preocupações específicas como o fato de ser realizado no âmbito residencial, expondo o (a) jovem ao risco de uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, até as mais críticas, que envolvem abusos sexuais e atos de violência como o contido no relato de Vera.

(...) A mulher me disse: voce não quer me dar sua filha para trabalhar, para cuidar de crianças para mim, eu pago bem para ela, eu disse que era de menor ainda, ela disse: mas não faz mal. Daí ela saiu para ir trabalhar... Levou a

menina, mas no outro dia mandou embora e a menina não voltou mais para casa. Ficou 4 meses sumida. a mulher fazia um trabalho para ela antes dela engravidar da primeira filha, a mulher fez um trabalho para ela que ela nem sabia se tinha mãe nem pai. Macumba, ela disse que na casa tinha uma sala escura, uma mulher com uma roupona rodada, saía e um cachimbo na boca (...).Depois de tempos para cá que a menina desandou.(Vera)

As narrativas descrevem a presença do trabalho no campo, na lavoura, carpir na roça em todos os relatos. Tais relatos trazem à tona a falta de trabalho responsável pelo processo migratório principalmente do campo para a cidade grande em busca de melhores condições de vida, de trabalho e renda, além de atendimento à saúde. Ressalta também, um ir e vir incessante por sobrevivência.

Diante das inúmeras necessidades, sobreviver tem sido regra. Como regra, muitas famílias não veem os esforços das crianças como um trabalho, mas como uma ajuda na renda familiar, justificando que, enquanto estão trabalhando, estão salvas de vícios e da marginalidade. Cansadas e sem tempo para estudar, muitas crianças abandonam a escola nos primeiros anos e dificilmente encontram motivação para retomar os estudos. Essas crianças amargam sucessivas reprovações aumentando a defasagem entre a idade e a série. Voltar a estudar, para muitas mulheres e mães, é muito difícil, principalmente quando se tem certa idade e uma família para cuidar; mesmo assim, permanece o desejo de retomar, de aprender, de fazer algo diferente como o relato da Lorena e Beatriz.

Quando eu era menina eu estudava em um colégio de freira, umas vezes, era com bolsa de estudo que vinha da Alemanha, era uns padrinhos e eles perguntavam o que a gente queria ser quando crescesse e eu pensava que queria ser professora, gostava de dançar.Quando eu estava grávida da Kau eu tentei voltar a estudar, fiquei um tempo numa escola ali em cima, aí parei para ganhar ela e aí nunca mais voltei, não fiz mais nada de curso, estudar, só trabalhando de diarista. (Lorena).

(...) Eu gostava de dançar, dançar, de passear, coisa assim, queria fazer muita coisa, mas não tinha oportunidades, tinha vontade de fazer cursos, era para ter terminado meus estudos, mas não pude também, comecei agora que casei. Sempre fui mais velha do que a minha idade, tinha uma idade, mas era 30 anos mais velha do que esta idade (...). (Beatriz)

A idade adulta precoce referida por Beatriz a impossibilitou de viver a adolescência como gostaria de ter vivido, dando espaço para as responsabilidades da casa, da família e do cuidado dos parentes. Beatriz, como muitas crianças, passou por situações que poderiam ter comprometido o seu

desenvolvimento cognitivo, psicológico e social. Entretanto, mostra ser uma mulher resiliente e capaz de lidar com as dificuldades, sobrevivendo em condições diversas e adversas com a família no bairro onde reside.(FILGUEIRA, 2001; SIMON, MURPHY, SMITH, 2005). Com relação à educação dos irmãos institucionalizados, Beatriz reconhece que não conseguiu mudar muita coisa e evitar o regresso de um dos irmãos para a vida nas ruas, nas drogas e o seu envolvimento com o tráfico.

As situações descritas levantam questões relacionadas à resiliência. A resiliência é definida por Costa e Lima (2002) como “um conjunto de qualidades não excepcionais que, quando bem articuladas e suficientemente desenvolvidas, resultam na capacidade da pessoa crescer mediante a adversidade.” (p. 132). Ou seja, mesmo diante das condições difíceis, a pessoa não só não se desintegra, mas cresce. Para o mesmo autor, a resiliência pode ser aprendida, ou melhor, pode ser promovida desde que se permita ao sujeito certas condições, incentivos a atitudes básicas que podem elevar o nível de resiliência. Corroborando essa ideia, Costa e Lima referem estudos das pesquisadoras australianas Giallo e Gavídia-Payne (2008) sobre resiliência parental que apontam que, apesar de ser este um tema com pouca literatura é amplamente debatido e com fortes críticas. Resiliência parental é para as autoras o processo que permite a uma mãe e a um pai prover ótimos padrões de reprodução apesar das situações de estresse e dificuldades na vida. Os resultados dessa pesquisa revelam que os pais que promovem ótimos padrões de atendimento e segurança na criação dos filhos, muito diálogo no interior da família, têm mais facilidade para promover resiliência, da mesma forma, possibilitam aos filhos, mesmo frente a eventos estressores, serem resilientes.

Ainda nos estudos de Giallo e Gavídia-Payne, fatores psicológicos e de saúde, bem estar, emprego, condição social e comunidade de entorno, criação da família em grupo envolvendo os pais podem interferir na resiliência e proteção dos filhos. Cabe, portanto, entender o processo e os resultados de resiliência para os pais de família, independente do processo de resiliência dos filhos. Por outro lado, concluem as autoras, ajustes psicológicos e condição social são fundamentais para a resiliência parental. O mesmo tema em estudos de Cyrulnik (2003, p.2), indica que a criança adaptada a um meio em que toda a informação é uma ameaça, fala pouco, não se esforça na escola, tem memória impregnada por

hábitos comportamentais de um meio em que a ligação confusa se mistura com a violência; “é uma adaptação, não um fator de resiliência, porque as crianças aprendem a ver só as ameaças do mundo e a ter de lhes dar resposta”. Entretanto, desenvolver a resiliência não indica que a pessoa “superou” todas as vivências traumáticas, isto é, não se é resiliente para toda e qualquer situação nem a todo o momento.

Para Millani (2010), a impossibilidade de viver a infância em sua plenitude representa um pseudo-amadurecimento e agrava o quadro da saúde física, emocional e psicológica, além de gerar desgaste no convívio social e familiar.

Percebe-se, nos relatos das participantes, que o trabalho infantil não foi e não é uma solução. É um problema que tende a se agravar quando a criança se torna jovem, e após, adulta, quando sobreviver à deterioração física do trabalho precoce, as perdas da infância, ela se torna trabalhadora desqualificada, engrossando os índices dos subempregados e desempregados. O trabalho infantil é ilegal; está na Constituição Federal, no artigo 7º inciso 33²⁸, que veta o trabalho para menores de 18 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 e a Constituição Federal de 1988²⁹ preveem que a criança e o adolescente tenham seus direitos garantidos e que sejam protegidos de todas as situações que interfiram em seu bem estar. Os documentos permitem que jovens com idade entre 14 e 16 anos exerçam atividades profissionais como aprendizes e determinam a idade mínima de 16 anos para o trabalho. Mas, na realidade, não é isso que acontece. Entre crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, 8,1% estudam e trabalham, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2003) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

No Brasil, pensando na gravidade e nos problemas resultantes desses fatores, alguns programas foram criados para combater o trabalho infantil. Além

²⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que trouxe regras benéficas ao trabalho do menor, fixando, conforme preceitua o artigo 7º., que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição, e em seu Inciso XXXIII, a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

Parágrafo 3º.: o direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: Inciso I: idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no artigo 7º., inciso XXXIII. (BRASIL, 2010).

da Bolsa Escola, no qual os pais recebem uma quantia em dinheiro por criança mantida na escola, há também o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI que oferece a Bolsa Criança Cidadã com o objetivo de recriar condições mínimas para que a família possa prover suas necessidades básicas e complementar sua renda, além de outros incentivos (BRASIL, 2010; FALEIROS, 2005).

Para Cida, nos tempos vividos com a família, o trabalho era “*com a lida da casa*”. Trabalhar em outras funções, mesmo em casa, aconteceu após o casamento. Já Beatriz relata que a família não tinha estrutura, que os pais eram ausentes e, quando presentes, só aprendeu coisas erradas, viu coisas erradas, mas não relata ter trabalhado na infância.

(...) Eu cresci no meio das coisas erradas, eu não cresci no meio do que prestava, nada de bom. (Beatriz)

Perguntei à Beatriz a que estrutura familiar estava se referindo.

Oportunidade tanto estrutural de família, que também não era estruturada, e assim, que não tinha oportunidades de fazer cursos como tem agora, ter tinha, no mercado a maioria que não vai é por não querer mesmo, lá perto de casa tem muitos irmãos, estão tendo oportunidades que não tinham, na minha época não tinha, senão eu teria aproveitado. (Beatriz)

De acordo com o ECA (1990, Artigo 227 da Constituição de 1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, o art. 227 da CF não instituiu apenas a Doutrina da Proteção Integral, mas um verdadeiro Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), que deve ser operacionalizado por uma rede de atendimento/proteção visando a concretizar seus direitos.

Moll (2004) define “sentido” como as práticas sociais e as regras internas desenvolvidas historicamente por seus membros para responder às necessidades que os ambientes físicos e sociais impõem para a evolução da sua própria dinâmica. Essas regras ajudam a organizar a vida social e, ao mesmo tempo, são interiorizadas pelos seus membros de modo a governar o comportamento de cada

um nas diversas situações do cotidiano. Nelas o homem é objetivado de inúmeros modos e, formando o mundo, o seu ambiente imediato, o homem forma a si mesmo.

Essa também é a visão de Vygotsky, para o qual o ser humano se constitui como humano pelas relações intra e interpessoais que estabelece com outros sujeitos. Em outras palavras, é na troca com outros sujeitos e consigo próprio que vão se internalizando conhecimentos, papéis e funções sociais, o que permite a formação de conhecimento e da própria consciência. As funções culturais ou funções superiores surgem com a inserção nas práticas culturais e sociais e pela mediação do outro (família e o entorno da criança). A cultura na qual o sujeito está inserido e, quando caracterizada por formas de relações sociais, segundo Rey (2003), faz com que o homem produza sentidos e saia do âmbito da simples satisfação de necessidades para a esfera das construções.

Entre diferentes fatores, as situações de vulnerabilidade e de pobreza aparecem como características marcantes nas histórias de vida das participantes. Outra característica marcante entre as participantes é a capacidade de resiliência que lhes possibilitou chegar aonde chegaram. Esse fenômeno se caracteriza por resultados positivos na presença de sérias ameaças ao desenvolvimento da pessoa. No caso das participantes, diferentes ameaças eram constantemente enfrentadas na família e fora dela, mas não por isso, como mostram os relatos, perderam a vontade de lutar, de mudar de vida. Dentro da família, vários fatores contribuem para a resiliência, tais como: coesão familiar, a qualidade de relacionamento entre pais e filhos, a educação dos pais, práticas educativas envolvendo afeto, reciprocidade, equilíbrio que podem favorecer o desenvolvimento entre os pares (CECCONELLO, 1999, 2003; MARTINS, 2003; DE ANTONI; KOLLER, 2000; YUNES, 2001).

Em seus relatos, muitos fatores citados acima não eram percebidos nas relações intrafamiliares; mesmo assim, no entanto, acatavam não como regra, mas como alternativas e funções dos pais atribuídas a elas e aos irmãos como responsabilidades, como expressa Lorena.

(...) Daí minha mãe caiu, ela se machcou, ela trabalhava de diarista na prefeitura, lavava calçada, estas coisas....e nós íamos para a cidade porque lá era no interior, íamos todos para a cidade pedir servicinho, assim, para ajudar em casa com um dinheiro. Davam assim, um serviço de cuidar de criança, varrer a calçada, limpar um banheiro, o que tinha para fazer eles davam, nós contávamos

o que tinha acontecido e eles davam ajuda. Dinheiro só às vezes, davam roupa, comida para a gente levar para casa, às vezes, uns davam dez cruzeiros (10,00) que naquele tempo era cruzeiro e era assim, todos os dias a gente se virava para ajudar a mãe, naquele tempo era assim, era triste, mas fazer o quê.....(Lorena).

Sobre as responsabilidades a elas atribuídas e ao ser questionadas sobre o fato de os pais obrigarem os filhos a trabalhar, a maioria das participantes relatou que, de uma forma ou outra, eram obrigados, sim. Rose entende que os pais a obrigavam porque não havia outra forma, precisavam sobreviver e, além disso, a frágil saúde dos pais não lhes permitia trabalhar, atribuindo aos filhos esta responsabilidade.

Eu já tinha que trabalhar, me obrigavam a trabalhar, nem que eu fosse de menor, porque meu pai era doente. (Rose)

Para Marta, a atitude dos pais era diferente da forma como o marido fazia com os seus filhos.

Obrigavam, agora...explorar os filhos, obrigar os filhos igual ao meu ex-marido assim, fazer o que ele faz, que ele estava fazendo com as minhas crianças, meu pai e minha mãe nunca fizeram... nunca obrigaram. (Marta)

Indagadas sobre o fato de a infância e a adolescência serem iguais ou semelhantes à mesma fase vivida pelos filhos, a participante Sílvia relata que boa infância, só a dos filhos.

Nossa....nem se compara, era em nada igual, muito diferente. A vida deles (filhos) é boa, podem estudar, têm o que precisam, se ficarem doentes vão para o médico, ganham atenção, cuidado; eu não tinha nada disso. Imagina que eu ia deixar meus filhos sem tomar banho, com piolhos, sem comer? Podia ser pouca comida, mas eu ia me virar para não deixar faltar nada, por na escola, levar no hospital. Nunca deixei faltar comida, passar frio, nunca meus filhos tomaram as vacinas, levei no postinho, eu não tomei nada, só de grande, não sei como não morri, só por Deus mesmo. (Sílvia)

Rose, Amélia, Lorena, Dora, Lara e Sílvia, desde muito cedo, precisaram trabalhar arduamente, passando por inúmeras privacidades junto à família. Nesse sentido, a infância não foi boa, foi diferente da vivida pelos filhos.

Não, acho que não tem nada a ver. Foi diferente. Agora, eles não, eles tinham o pai saudável, que trabalhava, dava de tudo para eles, só acabou tudo porque ele caiu na bebedeira, virou um viciado, brigava muito e tudo mais..... eu não tive infância como eles, eles brincam, não precisam trabalhar fora, são novos ainda, minha infância foi tão boa, mas agitada. (Rose)

Eu acho que a minha foi mais complicada.....para mim.....a minha infância foi boa, só que assim, a minha vida foi sofrida, com a idade deles eu tinha que cuidar dos meus irmãos, (Amélia)

Foi diferente, igual na pobreza, nas dificuldades, mas eu tive que trabalhar, não podia estudar sempre e eles não, eles podiam, era só querer. Eu me desdobraava para dar as coisas para eles, roupa, calçado, comida, não era do melhor, mas era o que eu podia. O pai deles também dava. Hoje eles têm tudo, na instituição tiveram tudo, a ajuda do coordenador, um pai para eles, nossa, ficar lá ajudou muito, foi a melhor coisa que aconteceu, se estivessem por aí não tinham aprendido muitas coisas boas, mais coisas ruins, lá estudaram, aprenderam várias coisas, não ficam na rua sem fazer nada, usar drogas, fazer coisas erradas. eu falo para a minha filha também, você tem que estudar porque o que eu não tive, hoje vocês têm tudo, têm liberdade para estudar, varias chances na vida que eu não tive, ter mais coisas na vida e não passar pelo que eu passei, fazer outras escolhas. Digo para casar com amor, com o marido que escolheu e não que escolheram para eles, eu, o meu marido, escolheram e eu tive que casar. (Lorena)

A vida deles não se parece com a minha em quase nada, só os pais, também perderam os pais pequenos, o Rui tinha 10 anos, eu tinha 7. (Dora)

Foi diferente, ichhh, eles não precisaram ir para a roça carpir debaixo de sol quente, eles tinham tudo, iam para a escola, tinham o que comer, a gente tinha que trabalhar no pesado para poder comer. A deles é boa, a minha só tem coisa ruim. (Lara)

Ele me fazia trabalhar, na roça e depois em casa, limpar a casa e ela ficava mandando eu fazer rápido....ficava sentada olhando. Tinha uns 5 para 6 anos. Fazia, isso e muito mais. (Sílvia)

As participantes diferenciam o período da infância vivida por elas da dos filhos ao se referirem à necessidade de trabalho em diferentes contextos. Para elas, a infância foi de trabalho, pouco ou nenhum momento de brincadeiras e a escola, quando inseridos, logo precisavam abandonar, ao passo que os filhos podem brincar e estudar sem precisar trabalhar ou se preocupar em como sobreviver. Entretanto, em seus relatos, os filhos trabalhavam na rua vendendo objetos, mas parece não entender como chegaram a trabalhar nas ruas (CECCONELLO; KOLLER, 2002; NEIVA-SILVA, 2003; SZYMANSKI, 2004, dentre outros). Em relação à infância das participantes do estudo, são relatadas formas de trabalho que não deixavam a criança ser criança. Eram crianças sem infância. Mesmo relatando mudanças na vida e na família, apesar do tempo, algumas das

dificuldades vividas ainda estão presentes, se observarmos os relatos sobre como vivem hoje.

A fala das participantes sobre a dimensão do tempo, ao se referir à infância, é comparada à dos filhos como diferente. Porém, em outra época, não tão distante, em que a autoimagem do passado (como era) com a real (como eu sou) e a autoimagem ideal (como eu gostaria de ser) são vistas de formas diferentes. Higgins (1987) descreveu três tipos de "si mesmo" - o si mesmo real, o si mesmo ideal (como a pessoa gostaria de ser) e o si mesmo como deveria ser (que representa a identificação da pessoa com determinadas obrigações e tarefas apresentadas pelo ambiente social). O ambiente social tem, ele mesmo (ou melhor, a pessoas que dele fazem parte), uma imagem de como o indivíduo é e de como ele deveria ser (expectativas). O aumento da complexidade na compreensão de si mesmo expõe o adolescente assim a diferentes tipos de discrepâncias:

- Entre o si mesmo real e o ideal - ou seja, a imagem que o indivíduo faz de si não corresponde com a pessoa que ele gostaria de ser; a pessoa tende a se sentir decepcionada e insatisfeita;
- Entre o si mesmo real e a imagem que os outros têm do indivíduo - a imagem que a pessoa faz de si não corresponde àquela que outras pessoas - família, amigos - fazem; a pessoa tende a se sentir envergonhada e humilhada;
- Entre o si mesmo real e o como deveria ser - a imagem que a pessoa faz de si não corresponde à idéia que ela faz a respeito das obrigações e tarefas que ela deveria cumprir; a pessoa tende a ter sentimentos de culpa e a fazer acusações, condenando-se a si mesma;
- Entre o si mesmo real e as expectativas dos outros - a imagem que a pessoa faz de si não corresponde às expectativas e desejos da família, amigos ou outras pessoas ou grupos importantes para o indivíduo; a pessoa tende a se sentir ameaçada, com medo, exposta a perigos e dor. (HIGGINS, 1987; HIGGINS; KRUGLANSKI, 1996, p. 18).

Medo, perigo e dor são sentimentos percebidos no relato de Sílvia, ao falar da infância com o pai e a madrasta.

Imagina eu, uma criança pequena, de 7 anos numa cidade estranha, fazendo uma cirurgia de risco sem os pais.....eu queria morrer.....a assistente social ficou lá uns dias, voltou para o abrigo, veio de novo lá.....e aí os médicos tinham dito

para ela que decidiram não fazer a cirurgia, que eu ia ficar lá fazendo uns exames, uns exercícios e depois eles iam dizer o que fazer. (Sílvia)

Os mesmos sentimentos são percebidos na infância dos filhos e netos das participantes, entendidos como sentimentos vividos de forma diferente. Para Vera, o mundo mudou, mas para pior.

Antigamente era um bom motivo, mas hoje está difícil. Porque está muito virado, o mundo..não é o mundo...o povo virou...antigamente se criava um filho bem educado, mas hoje não, hoje eles já estão...por exemplo: a mãe e o pai falam para eles e eles gritam mais alto que o pai e a mãe, mais alto que o pai e mãe.... às vezes tem filho que manda até a mãe calar a boca, é tem que dar um bom conselho. Porque é o mundo mesmo, uma imundície, vão nestes sons (show musical) e aprendem o que não presta, esta droga que está no mundo rolando. (Vera)

De fato, estudos atuais sobre adolescentes mostram que estão se comportando diferentemente das gerações anteriores, da geração em que Vera foi criada. Essa geração refere Millani (2010), está sofrendo a influência do materialismo e do consumismo, foi educada dentro do modelo familiar da complacência, da liberalidade sem responsabilidades, da falta de limites. São pessoas que não têm noção da existência do outro, nem de seus próprios limites, não têm noção que o mundo não gira em torno do seu umbigo e não conseguem entender a necessidade de leis e normas de convívio. Pensam que todos ao seu redor estão ao seu dispor e a seu serviço. Estão se comportando assim, diz Millani, é porque em algum momento a família e a sociedade falharam com esses jovens.

Falhar com as suas crianças e adolescentes foi para muitas famílias, implicadas neste estudo, consequência da situação de pobreza e miséria. Além de carentes, eram também numerosas e não tinham como suprir as necessidades básicas de alimentação, saúde e educação dos filhos. Há, portanto, uma relação direta entre a problemática da pobreza e a miséria e a consequente situação de risco tanto para a família como para a criança (CECCONELLO, 1999). Nesse sentido, Bronfenbrenner (2005, p. 84) sustenta que:

A criança que cresce em tais ambientes corre um maior perigo de revelar diversos problemas comportamentais e educacionais, incluindo excesso de hiperatividade ou de apatia, falta de atenção na sala de aula, dificuldade em se submeter, insucesso escolar, mau comportamento, absentismo, abandono dos estudos, envolvimento com marginais e, especialmente, a

chamada “síndrome da adolescência”, ou seja, comportamentos que, regra geral, acontece em simultâneo: fumar, beber, ter experiências sexuais prematuras e frequentes, revelar uma atitude cínica em relação ao trabalho, gravidez na adolescência e, em casos mais extremos, droga, suicídio, vandalismo, violência e atos criminosos.

As inúmeras dificuldades as obrigavam a migrar constantemente de um lugar para outro, da zona rural para a urbana em busca de uma vida melhor, repetindo diferentes ciclos. Essa situação, para muitas das participantes quando jovens, durava o tempo necessário até aparecer um pretendente para casar. Casadas, o passo seguinte era sobreviver ao casamento que, por uma série de fatores, costumava não durar muito tempo, ficando a mulher sozinha na criação e educação dos filhos. Sem alternativas e sem poder contar com os pais dos filhos, permitiam a estes ou os obrigavam ao trabalho infantil ou a prática de outras ações como esmolar e ou furtar.

Acredita-se que as famílias não tinham a intenção de explorar os filhos, mas de sobreviver. No caso das participantes Marta e Rose, o companheiro e pai de seus filhos explorava principalmente um dos seus filhos.

(...) Ele (filho) sabia que se mandava ele ir para rua, ele vinha e voltava, trazia para ele (pai) dinheiro, e, com medo de apanhar, o Robson sempre procurava trazer uma coisinha para ele, era o que menos apanhava. (Marta)

Uma vez no sinalheiro pedindo, daí minha mãe perguntou, o que ele estava fazendo ali, perguntou para o Dan. “Tu não está lá com seu pai?, Cadê o seu pai?” O Dan respondeu que o pai mandou ele pedir uma moeda para levar para ele porque se eu chegar sem nada lá ele vai me bater. (Rose)

Sobre o indicador *afastamento da família*, para as participantes muitas foram as causas pelas quais se afastaram ou foram afastadas da família. Nesse sentido, Szymanski (2004) relata que se a família é entendida como um fenômeno histórico e social deve ser também entendido como fenômeno psicológico e educacional. Assim, é possível entender a complexa tarefa de educar os filhos e, ao mesmo tempo, manter um modelo de família que garanta o desenvolvimento pleno e saudável de seus membros.

No âmbito da infância, sabemos que a família se apresenta como uma das principais situações de perigo à criança. Por esse motivo, Almeida (2007) explica que “é dentro de casa, no cenário familiar, que os maus tratos são mais frequentes e perigosos” (p. 93). Segundo a autora, a família deveria ser o contexto de proteção, mas é lugar eivado de violências, realidade que vem se

perpetuando com o passar dos tempos. É junto à família que a criança constrói a sua identidade e inicia o processo de socialização. Uma vez afastada, a bagagem enriquecida de valores passa a ser de inseguranças, de carências que podem acompanhá-la pelo resto de sua vida.

A falta ou ineficácia de políticas de atendimento à família (SILVA, 2009) levou sete das dez participantes (Cida, Vera, Marta, Rose, Amélia, Beatriz e Lorena) a saírem da casa dos pais ou avós não somente para trabalhar, mas para casar. Se para elas a infância passou despercebida, com a adolescência não foi diferente. Para as famílias, agregar à infância e à adolescência dos filhos espaços de expressão de suas experiências de vida, quando elas estão marcadas pela violação dos direitos fundamentais de cidadania e convivência familiar e comunitária previstos pelo ECA³⁰ têm sido mais comuns do que se conhece. Comum como adolecer, para nove das dez participantes, significava ter que trabalhar, sustentar a família, cuidar da saúde dos pais, dos irmãos mais novos e quando esta tarefa ficava insustentável, o casamento aparecia como solução.

Eu tinha 16 anos. Me amiguei (viver junto) com o marido, tentamos ficar junto, ficamos por 2 anos, mais ou menos e aí não deu mais. Fui parar em uma invasão, sozinha..... Porque eu briguei com meu irmão e meu irmão tocou eu de casa. Ele (irmão) falava para mim, colocava coisas na minha cabeça e eu ia fazer o que na casa da minha mãe, se meu irmão não gosta de mim, se ninguém gosta de mim eu vou embora, fazer o quê, ficava revoltada e já me mandava, embora para outro lugar. (Rose)

(...) Mas daí logo engravidei deles... Casei. Eu tinha 15 anos. Eu casei cedo porque na época, quando a gente é adolescente a gente não pensa muito no que vai dar, acha que é só aquele momento ali que importa e pronto..... Com 15 anos não dá para perceber muitas coisas, mas depois é que a gente vê aí se arrepende. Nem pensamos, precisamos trabalhar....casar cedo é o que a maioria faz. Eu queria casar, achava que era bom e que seria uma vida boa, diferente da família porque é diferente, mas boa, só que a gente só percebe quando já fez a bobeira. (Amélia)

(...) Eu cresci, estava maiorzinha, fui para outro abrigo, fiquei um pouco e casei. Eu tinha 16 anos. Conheci um rapaz, o meu marido, pai dos meus 3 filhos e casei.

³⁰ A criança e o adolescente também estão amparados na Constituição Federal em seu artigo 227, parágrafo 3º., inciso I, que trata dos deveres da família, sociedade e do Estado: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1990).

A minha adolescência foi o casamento, a lida da casa, os filhos. Deixou, ele era um rapaz trabalhador, era mais velho que eu, elas tinham muitas meninas para cuidar, daí deixaram eu casar com ele. (Sílvia)

O tempo entre se conhecer e casar era curto; no namoro já existia um compromisso de casamento. Aprendiam convivendo com o casamento dos pais que, mesmo insatisfatório, precisavam superar, aguentar, pois não havia muitas opções para uma mulher sozinha. Quando não casavam grávidas, o primeiro filho vinha ainda no primeiro ano de casamento, em seguida o segundo e assim por diante.

Para casar. Ah..naquele tempo a gente era meio boba, casava cedo, era assim.... (Cida).

O meu pai veio para procurar um emprego melhor na cidade. Minha mãe teve 15 filhos. Foi que eu fiquei para cá, tinha 18 anos, fiquei trabalhando e aí casei..Saí de casa porque eu precisava de ajuda e se tivesse juízo tinha separado a muitos anos atrás, eu tinha 19 anos. (Vera)

Só sei que saí da casa da minha avó para casar. Era vizinho nosso. Foi o primeiro casamento meu. Primeiro eu namorei com ele, namorei um ano, não chegou nem um ano namorar com ele, foi que eu fui morar com ele. Dai. tive a primeira filha com ele, morei com ele mais ou menos uns 3 anos e não deu certo. Eu já conhecia ele (o segundo marido) era conhecido, colega do meu marido, meu marido falecido, mas nunca tive a intenção assim de namorar....., logo que ele viu que meu marido faleceu, ele veio me procurar. Sabe, de está contando as histórias que todos os homens contam..... Aceitei. (Marta)

Até os 17, daí eu saí de casa com 17. Não fugi. Saí casada, casei e fui embora para o Mato Grosso. Porque minha mãe falava assim para mim que tinha um homem, o pai do Milton que estava de olho em mim, ele dizia que se a minha mãe não deixava eu casar, ele iria me roubar. Então, assim....naquela época não aceitavam este negócio de fugir de casa, se fugia não voltava, tinha que casar para sair de casa. (Lorena)

Com 17 anos. Saí de casa quando casei, quando eu tinha 17 anos. Porque conheci este homem, ele queria casar, meus pais deixaram e daí eu casei e fui morar com ele. A gente era boba e só se dava conta depois da coisa feita. Ah, porque naquele tempo a gente casava mais cedo, era boba, não sabia o que estava fazendo. Queria sair de casa e só pensava em sair, era só casando, não tinha outro jeito. (os pais) deixaram, nós eramos pobres, precisava trabalhar. (Lara)

Se culturalmente o casamento funcionava como um ritual de passagem para a independência afetiva e financeira, ingresso na vida adulta, para a autonomia e constituição da própria família, para algumas participantes, casar

representava fuga da situação de pobreza, das dificuldades dos pais, de situações de violência, uma espécie de liberdade condicionada a uma série de fatores com que nem mesmo elas sabiam como lidar. Muitos casamentos eram arranjados pelos pais e aceitos pelos filhos como o caso de Lorena com um dos seus casamentos.

Eu conhecia, ele trabalhava numa firma onde eu fui fazer um serviço, nós trabalhávamos lá nesta firma. Não, gostar, gostar assim eu não gostava, mas para fazer o gosto dos pais.....aceitei o homem. Era a vontade deles.....casei para fazer a vontade dos meus pais. (Lorena).

É notório observar que a participante Lorena casou respeitando o desejo dos pais, que casamentos arranjados não traziam benefícios. Em busca de oportunidades, de liberdade, iniciavam uma vida sem perspectivas e além das dificuldades próprias da adolescência, a maternidade precoce aumentava as dificuldades e a sobrevivência. Esses jovens, segundo dados do Unicef (2010), muitas vezes, estão reproduzindo as dificuldades vividas pelos pais, pelos avós o que tem, como consequência, a reprodução do ciclo da pobreza, um dos fatores desencadeadores de violências como situações vividas por Dora e Sílvia. Com a morte precoce dos pais, Dora, aos sete anos de idade viveu momentos difíceis na família do irmão. Os maus tratos praticados pela cunhada resultaram no seu acolhimento institucional.

(...) Foi a mulher do meu irmão que me bateu. Ela (cunhada) ficava boazinha perto dele (marido e irmão), eu não falava porque achava que era só aquela vez e passava. (...) daí o juiz disse: então, deixa ela aqui que a gente vai arrumar um colégio de freira para ela, daí arrumou um ali em frente ao hospital Cajurú, aquele colégio que tem janelinha marrom, ali tinha 400 meninas órfãs de pai e mãe, abandonadas, achadas na rua, de tudo o que era jeito, aí fui para lá Né, estava muito feliz. Ah...eu morei até 28 anos ali. (Dora)

Num momento mais adiante da entrevista, Dora passa a se referir ao acolhimento institucional como causa que possibilitou, mesmo com a pouca idade e o sofrimento pela perda dos pais, realizar um sonho de criança, estudar em um colégio de freiras (irmãs religiosas). A conquista do sonho resultou no casamento, em uma nova família.

(...) Disse que eu não queria (ser adotada), queria ir morar num colégio de freira. Toda a vida eu tinha adoração para estudar num colégio de freira. Nossa...ali eu passeava com as irmãs, ia no mercado municipal com elas, ia para todo lado passear com elas, aí tinha missa lá dentro, ia todo dia para a capela. Demais, tava muito feliz. Fiquei abrigada ali. (Dora)

Dora se casou quando ainda estava no orfanato.

Tinha um guarda lá, era vigilante que cuidava do colégio à noite, daí nós passamos a se gostar, daí eu casei com ele, é o pai das minhas crianças, todas elas.
(Dora)

Para Sílvia, primeiro a violência praticada pela mãe, depois pelo pai e pela madrasta, também resultaram, além de problemas de saúde física e emocional, no seu acolhimento institucional.

Daí naquela época, eu fui para um abrigo e foi lá que eu, as mulheres de lá me ajudaram, o conselho, a assistente tutelar do abrigo me ajudou também. Esta professora me levou para um abrigo de meninas lá em SJP, me deixou lá, meus pais, meu pai, nunca foram me buscar, me pedir de volta. Fiquei no abrigo toda capenga, mal conseguia andar, com as pernas com defeito, finas, eu não crescia, fiquei pequena, tinha 7 anos e parecia que eu tinha 4 anos. (Sílvia)

Neste caso, a madrasta não correspondeu às expectativas da Sílvia e, segundo ela, a madrasta também foi a responsável não só pela sua deficiência física, mas pela ausência de uma família e pelo acolhimento institucional seguidos de muitos sofrimentos. A família que deveria representar os fatores de proteção passou a ser fator de risco emocional, material e social. Genericamente, os fatores de risco englobam influências intra e extrafamiliares que empobrecem e enviesam o repertório experimental dos indivíduos, debilitando o desenvolvimento das suas competências (CECCONELLO, 1999).

Como Sílvia, o relacionamento entre madrastas e enteados/as, está claramente envolto em uma dinâmica complexa que reúne diversos fatores referentes tanto à criança, como à madrasta ou à própria relação e contexto familiar. A experiência e a realidade têm demonstrado que, na maioria das vezes, ser padrasto ou madrasta não é o mesmo que ser pai ou mãe. Os filhos nas famílias reconstituídas não têm os mesmos sentimentos por essas figuras substitutas, assim como o padrasto e a madrasta não possuem, pelos enteados, os mesmos sentimentos que possuem em relação aos seus próprios filhos. (WAGNER; SARRIERA; FALCKE; SILVA, 1997).

Das diferentes personagens presentes nas histórias de vida das participantes (os pais, irmãos, cunhados (as), madrasta), uma delas foi mais presente: a avó. Ao responder a questão sobre a qualidade e intensidade da convivência com os pais, Marta e Beatriz responderam não ter vivido com os pais por muito tempo, quem cuidou delas e as criou, foi a avó.

Eu, quando era menina morei com a minha mãe, morava com a minha mãe. Depois eu morei um bom tempo com a minha avó. Do meu pai eu lembro dele, pouca coisa, quando ele morreu eu era bem pequena. Minha mãe com 7 filhos. Teve até uma época que a minha mãe não tinha condições de cuidar de nós...que ela ficou viúva também, e ela não tinha saúde também, aí quem cuidava mais de nós, era minha avó. Ficamos um tempo com a minha avó. Da época que eu fui morar com minha avó, eu tinha mais ou menos uns 10 anos de idade, morei com a minha avó até grande. Até uns 15, 16 anos, morei com minha avó. (...) eu, minhas irmãs, meus irmãos...todos nós moramos com minha avó. Depois que meu pai faleceu, nós chegamos a morar com minha avó um bom tempo, quem acabou de criar nós foi minha avó. Com a minha avó, porque este companheiro que a minha mãe arrumou, ele, era uma boa pessoa sabe...só que não aceitava a gente morando com eles. (Marta)

Morava com a minha avó mesmo, a gente morava juntas. Eu, graças a Deus não, sempre fiquei com minha avó (...)eu fui criada pela minha avó, mas o tanto que eu levei na cara que a minha mãe não me criou, o que eles escutam eu já escutei muito, um monte de vezes, minha mãe me deu eu com 12 anos. Ela me deu para outra família, mas aí minha avó me pegou. Não, eu não cheguei a ficar, ela me abandonou e minha avó ficou sabendo e aí me pegou de novo. (Beatriz)

Os avós aparecem nos relatos de Marta e Beatriz como os principais pontos de apoio familiar. Neste estudo, é principalmente a avó quem assume o papel dos pais na criação dos netos. Em alguns casos, isso ocorre pela necessidade de trabalho dos pais, em outros, por abandono familiar, quando as responsabilidades sociais e afetivas para com os filhos são estendidas aos netos, como relata Beatriz.

A minha avó é sistemática, tem hora que ela está te amando, tem hora que ela está odiando (...).vive brigando com meu irmão mais velho, agora ele arrumou confusão lá na vila com um menino, ela subiu o morro atrás do menino, por causa dele só que ele não entende que ela gosta dele, quando ela briga, ele não compreende, não gosta, fica revoltado, só que qualquer coisinha ela briga, qualquer coisinha está lá dando de peito nela, ela é assim, eles não entendem, só que não dá, esta questão, eles não entendem daí aumenta mais a briga ainda porque é falta de compreensão, não tem a compreensão que ela acha que é fundamental a compreensão e harmonia dentro de uma casa e a paz. (Beatriz)

Para a criança, nem sempre a presença e a educação dada pelos avós trazem benefícios, principalmente quando há contradições na educação, como mostra o relato de Lorena.

Ela não quis me entregar os filhos. Era porque aí eu fui morar com este outro homem e ela não queria que eu levasse os filhos, ela deixava só para dormir um dia ou dois, aí ela deixava, mas ficar com eles não, e aí foi indo, indo e as crianças se apegaram mais com ela do que comigo... Ela levou, não quis me entregar de jeito nenhum, disse que os filhos gostavam dela e ia cuidar deles melhor que eu. Pedi para minha mãe, “mãe, deixa as crianças comigo, tu está doente, tudo o que eu dei para um, dou para os outros, vou trabalhar e não vou deixar faltar nada, mas não teve jeito... ela faleceu, aí pedi os filhos, meu pai disse, só entrego as crianças depois que eu morrer, pensei, de novo esta ladainha, os meus filhos, é como se não são meus, não querem me dar, eu chorava, pedia, quando cheguei lá já tinham doado os dois. (Lorena)

Outros preferem a educação dos avós à dos pais. Questionada sobre “Por que não procurou a mãe ao saber que ela estava viva e residia próximo à sua residência”, Beatriz revela que simplesmente não quis procurar, lembrando que a mãe também não teve interesse em procurar por ela.

Porque é muito triste demais ficar onde não querem você. Ela (mãe) mora na mesma rua que eu, só que assim, mãe entre “”, ela nunca me criou, não me quis, não lutou para me pegar de volta com a minha avó. Tanta gente é pobre, sofrida, mas cuida dos filhos, se precisar dar, dá porque não tem o que comer, mas não porque não quer cuidar. Minha mãe não queria. Quem me criou foi minha avó. (Beatriz)

Sílvia foi criada antes do seu acolhimento pelo pai e a madrasta

Com meu pai e minha madrasta, ela era aquela “má” drasta, eu odiava ela, sempre odiei ela. Ela não me queria, ninguém me queria, por isso ela me batia e tentou me matar várias vezes. Me batia de vassoura, cano, qualquer coisa que ela pegava me batia, sem motivo, me batia de raiva de mim. (Sílvia)

O que se percebe nos relatos não é a descrição sobre quem criou, cuidou, educou, mas como cuidou. O abandono, seja ele familiar, social, psicológico diz Weber (1999), deixa sequelas para a vida toda. Os estudos de Weber apontam várias causas, entre elas, as situações dramáticas em que pais biológicos não têm muitas oportunidades. Outro fator é a exclusão social, diz a autora. Neste sentido, quando a família é submetida à miséria e à violência, a genitora crê que o abandono é a melhor forma de proteger a sua prole. Acredita-se que a qualidade da interação familiar a que as mães, que abandonaram seus filhos, foram submetidas em suas infâncias é um dos principais determinantes para o abandono de suas crianças.

Vale lembrar ainda, entre as diferentes causas estão o enfraquecimento da família extensa pelas migrações, ausência do companheiro, gravidez precoce, casamentos ilegais e instabilidade conjugal, a alta de mulheres-chefes-de-família, determinantes comuns dos diferentes tipos de abandono dos filhos. (WEBER, 1999; WAGNER, 2002, 2003a, 2003b, 2005; SZYMANSKI; MARTINS, 2004).

Para Lipps e Watanabe (apud SANTOS; WEBER, 2005, p. 4), mães com história de abandono e negligência em suas vidas pregressas são constituintes do grupo que conduz tais características às suas experiências de mãe. Trata-se de um círculo vicioso em que o drama do abandono se reproduz de geração em geração. No caso da participante Sílvia, o abandono aconteceu mais de uma vez.

Minha mãe me largou quando eu nasci, largou eu lá no hospital, ela anda pelo mundo, por aí, sei lá onde anda.....ela não me queria, eu e minha irmã, nós nascemos gêmeas, com problemas, doente, acho que tipo...desnutridas, fraquinhas, magras.... eu fui para um lugar e ela no outro. Daí meu pai ficou com outra mulher, esta madrasta que também não me queria. (Sílvia)

Situação contrária é a de Lorena e Lara. Ambas relatam a adoção das suas filhas, mas sem o seu consentimento.

Eu recebi um papel para eu assinar para ir buscar a minha filha porque senão o juiz ia doar para uma família, fiquei e disse: Espera aí...não é assim, são meus filhos e eu vou buscar. Me virei, arrumei o dinheiro e fui buscar, menina.....quando cheguei lá já tinham doado os dois.A menina ficou com uma outra mulher que adotou ela, hoje ela chama a mulher que nem conhecia de mãe, chama ela e não eu de mãe, ela me chama de você, mas eu não fico assim...braba, mas corta o coração, pra ela a mãe é a outra, dia das mães ela manda as coisas para a outra, no dia de aniversário ela manda para a outra, fica mais com a outra que comigo. (Lorena)

Tenho dois meninos, tive uma menina, mas é como se eu tivesse só 2 porque a menina eu não vejo desde quando ela tinha 4 anos. Eu não dei ela, me tiraram ela.... Foi o que o Conselho disse, a tia também bebia daí o Conselho deu ela para outra família.Está com uma família, mas não sei onde está. Não sei, eles levaram ela quando ela tinha 4 anos, ela foi adotada, quero ver se arrumo um advogado pra encontrar ela. Porque eu não quis dar ela, me tiraram ela.Ouvi dizer que ela está numa família que nunca deixou ela me procurar, queria saber como ela está, não vou tirar ela de lá, porque a mulher que criou ela deve ser como uma mãe e ela deve chamar de mãe, mas só para ver, saber dela. (Lara)

Amor, cuidado de pai e mãe quando presentes, para Beatriz, podem superar as mais severas dificuldades.

Para tudo tem que ter paz na tua vida, para você seguir, se não tiver paz de espírito, paz e uma compreensão, você pode ter forças, pode ter forças, pode ter calçado, pode ter roupa, um teto, pode ter tudo, mas se não tiver a paz e a compreensão ali e a harmonia você não vai fazer nada na vida, você se vai, não tem cabeça para nada.....(Beatriz).

Tanto para Dora, como para Marta, Beatriz e Sílvia, o direito à convivência familiar descrito no ECA foi desrespeitado. Segundo esse documento,

Toda criança e adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas nocivas ao seu desenvolvimento físico e mental (1990, p. 11).

Quando os pais da criança não podem cuidar dela, ou seus cuidados são impróprios, deve ser considerada a possibilidade de que os cuidados sejam encarregados a outros familiares, a uma família substitutiva - adotiva ou de guarda – ou, caso seja necessário, uma instituição apropriada. Assim como os direitos foram desrespeitados, o dever dos pais não foi cumprido.

6.2 O despreparo para ser mãe

O núcleo de significação *despreparo para ser mãe* se define pelos indicadores *dificuldades para cuidar dos filhos e netos; morada na rua; uso de álcool e uso e tráfico de drogas; acolhimento institucional dos filhos e ou netos.*

Nos discursos das participantes, vez ou outra o conformismo sobre determinadas situações aparece para justificar fatos não resolvidos que se repetem entre as atuais gerações de pais e ou avós. É comum ouvir relatos como “no meu tempo era pior”. Era? Mas o que mudou de fato? Sem idealizar esta geração, mas se comparada à geração anterior, mudou de forma significativa. Pressionados pelos avanços de novas tecnologias, a inserção da mulher no mercado de trabalho, acesso à formação, aumentou a pressão externa e, com isso, o poder da mídia cresceu assustadoramente fazendo com que o adolescente se tornasse mais crítico, mais informado, mais dependente; as mudanças e a velocidade com que tudo aconteceu, porém, não aconteceram da mesma forma

com a família. Algumas pessoas preferem se acomodar nas incertezas, na esperança de que um dia vai mudar (CECI, WILLIANS, BERNETT, 2009). Ter esperança, sonhar, são sentimentos presentes na vida dos jovens, das participantes, é também combustível que impulsiona vivenciar e superar desafios impostos pela situação de vulnerabilidade, pobreza e abandono familiar, situações presentes nos relatos das participantes.

Para Delgado e Aguayo (2012), mudar de conduta sem ter ferramentas necessárias não é tarefa fácil. Para mudar de conduta e encarar os fatos, as pessoas precisam de determinação. Para estar determinada a fazer algo é preciso interação e disposição para o fazer. Mesmo frente às tentativas de mudança de conduta, a qualidade e eficácia das interações ambientais vai depender da capacidade de cada um para realizar condutas e do resultado dessas condutas, probabilidades de manter um padrão de condutas satisfatório. O que se observa em algumas famílias é a vontade de mudar, a necessidade de ter uma vida diferente, mas não motivação para mudar. Apontado por Rey (2003), esse processo de ação e interação do sujeito no mundo a partir das suas necessidades, só vai completar-se quando o sujeito significar algo do mundo social como possível de satisfazer suas necessidades. Aí sim, terá algo que o impulsiona, motiva para a ação no sentido da satisfação das suas necessidades. A possibilidade de realizar uma atividade que vá à direção da satisfação das necessidades, com certeza modifica o sujeito, criando novas necessidades e novas formas de atividade. (p.242).

A visão da “jovem” relatada nas histórias de vida das participantes é diferente da jovem entendida por elas hoje. Tal afirmação está presente na fala de Beatriz.

Eu gostava de dançar, dançar, de passear, coisa assim, queria fazer muita coisa, mas não tinha oportunidades, tinha vontade de fazer cursos, era para ter terminado meus estudos, mas não pude também, comecei agora que casei. Oportunidade tanto estrutural de família, que também não era estruturada, e assim, que não tinha oportunidades de fazer cursos como tem agora, (...) Tem muitos irmãos, estão tendo oportunidades que não tinham, na minha época não tinha, senão eu teria aproveitado. Agora tive esta cabeça, tinha confiança em mim, eu olhava, não é bom isso, não quero isso para mim, eu quero mudar e fiz de tudo para não ser daquele jeito, só que eu tinha isso, não tinha nenhuma estrutura assim... (Beatriz)

A jovem/adulta Beatriz assumiu responsabilidades antes da sua maturidade, diferente do jovem de hoje referido por Millani (2010), Aratangy (2010). Para esses autores, os jovens hoje assumem com menor frequência postura protagonista, integram uma geração cada vez mais manipulada, atribuindo aos pais toda a responsabilidade de manutenção da vida. Para os mesmos jovens, ter estrutura é ter os pais presentes, responsáveis por seus atos e acesso aos bens materiais.

Por outro lado, a concepção de que tudo só acontece se houver a presença dos pais não é só dos jovens, mas da sociedade em geral. A figura da mãe não existe a não ser na relação com seu filho. Vários saberes socialmente existentes construíram uma imagem a partir dessa categoria, o que demonstra a centralidade que a mãe possui em nosso imaginário. Uma imagem negativa, outra positiva a respeito da figura da mãe e do pai é comum entre os jovens. A mãe que alimenta, que dá abrigo é a mesma que critica, que faz coisas às vezes incoerentes, da mãe extremamente ligada aos ideais de solidariedade e de busca de justiça. Outras mães se entregam ao fatalismo. Acreditam que, se as coisas foram assim com os pais, conseqüentemente, sempre serão assim; por isso, deixam de se mobilizar em prol de qualquer coisa que represente uma mudança. Outras vezes, é mais fácil se apegar na história, fazer com que as pessoas acreditem que fatos vividos são os responsáveis pelas atitudes atuais, considerando tal atitude uma excelente estratégia de fuga das responsabilidades a elas atribuídas. No caso da participante Vera, ela educou primeiro os filhos e depois os netos da forma entendida como correta, mas o mesmo não acontecia com o pai/avô.

Eu corrigia, mas o pai é que soltava. Ele, nesse respeito sim, com as mulheres....eles viam o que o pai fazia, se o pai fez porque não podem fazer, não é verdade? (Vera)

Como nesse caso, o jovem busca apoio na pessoa que possibilita favores, flexibilidade, facilidade para negociar ou burlar, não liga se a atitude é correta ou não, mas a liberdade de ser e ter deve prevalecer.

Antigamente os jovens entravam na idade adulta mais rapidamente, retirando-se da casa dos pais e se tornando independentes; isso por volta dos 18 anos, quando não antes. Nos dias atuais é comum encontrar jovens com 20 a 25

anos que nunca trabalharam e ainda dependentes dos pais aos 30. Esse fenômeno relaciona-se a fatores culturais e econômicos.

Autores como Costa (2001) consideram o fenômeno positivo, pois estariam os jovens mais protegidos das mudanças bruscas que atravessa o mundo moderno, podendo preparar-se melhor para o futuro. Outros refutam, dizendo que os jovens se tornam dependentes demais e despreparados para lidar com o mundo na falta dos pais. Se uma jovem de 15 anos engravidar, essa gravidez é considerada “precoce”. Para os menos abastados, sabe-se que muitas das jovens que engravidam abandonam seus estudos e projetos pessoais para trabalhar e cuidar dos filhos. Formam-se redes sociais informais de suporte ao novo filho, caracterizando arranjos domésticos precários. Há pouca assistência a essas famílias, uma forte ausência de políticas públicas com tendência à reprodução entre as gerações futuras.

A busca por justiça, vida digna, solução para os frequentes problemas na família e entre os familiares foram relatadas pelas participantes Cida, Rose e Marta.

Eu trabalhava dia e noite, fazia as coisas para ele vender, foi muito tempo perdido. Depois que eu comecei, quando ele faleceu que eu fui trabalhar, melhorou muito, comecei a viver, consegui fazer a minha casa, antes eu nem tinha onde dormir, diminuiu uns problemas. O Francisco foi para lá, na instituição, porque eu trabalhava e eu tinha medo de deixar ele por aqui assim, ele nunca foi para a rua, ele foi o único que ficou dentro de casa, não foi para rua.. (Cida)

Aí, tudo isso que eu passei com ele e vi que não adiantava ficar com ele e fazer uma bobagem, se eu matar meu marido eu seria presa, então, vou pegar meus filhos e vou embora, fui para a casa da mãe. Até hoje eu falo para o Dan, ele entende, mas o Hermes não, ele acha que é eu que estou errada, eu falo para ele que não tenho nada a ver, que foi o pai deles, eu não ia morar com o homem que me traiu, pegou a própria mulher do amigo, mas ele não entende, ele acha que a mãe dele é quem está errada. (Rose)

Sei que o homem abandonou a casa aqui e foi atrás de mim lá no norte, chegou lá no norte, arrependido, pedindo para voltar, naquela situação que eu estava, ele chegou com dinheiro e eu sem dinheiro e com as crianças, desempregada, falei, tá, eu volto com você, voltei com ele para Curitiba, todos de volta. (Marta)

Para Vera, Dora e Amélia, o casamento, a maternidade precoce, a chegada (programada ou não) do primeiro filho e os problemas consequentes da

maternidade foram alguns dos fatores que instauraram uma nova etapa em suas vidas.

Porque ela...ela quando nasceu assim, nasceu muito chorona, não parava de incomodar, eu mesmo, olha....não queria, pensei em dar, mas pensei, minha filha não é cachorro, assim como fiz tenho que criar. (...) eu disse, ela não é gato e nem cachorro para ta dando para os outros. Fiz, trouxe no mundo e tenho que criar. Ela (Filha) fazia o que ela queria, saía a hora que queria, voltava quando queria..... que ela quisesse. Uma vez ela foi para o centro, quando era de maior, e aí não adiantava mais prender porque ela já estava de maior, eu dava conselhos e ela dizia, sou dona do meu nariz, faço o que eu quero. Ela dizia que eu não mandava nela, que eu estava com ciúmes das meninas, mas não é ciúmes, é que eu quero o bem delas. Eu puxo para o caminho certo, meu marido para o caminho errado, se puxar para o caminho errado, aí não dá. Eu segurava. O pai dela é que não segurava. Daí eu dizia para ele, depois não vem reclamar se ela se perder. (Vera)

Mas ela não me escutava, ria e ficava feliz quando engravidava. Não era violento, não bebia, não fumava, só trabalhava, só trabalhava..... A mesma coisa, não deixava faltar nada. Esse outro também, esse outro trabalhava, às vezes ele bebia, assim, mas era só um poquinho, só nos fins de semana. Nem ligava, (a filha) dormia até tarde. Eu ia lá, fazia café e acordava eles, eu dizia oh..Sol, acorda os meninos, o café está pronto, eles tem que ir para escola, estão faltando muita aula, você tem que chamar, só eu que acordo cedo e venho aqui, arrumar eles para levar para a aula. Ela dizia: ah mãe, deixa eles, voltaram tarde, era madrugada, estão cansados, deixa dormirem...(Dora)

Claro que (filhos) poderiam voltar para casa, só que não tem com quem ficar, porque a avó não pode mais cuidar deles, ela não pode com a vida deles, eles estão numa fase que é ruim, e ela tem problema de saúde e tudo. É, mas eu teria que arrumar uma pessoa para cuidar deles ou que fosse responsável de levar na escola, uma coisa assim parecida, porque para viver do jeito que estava antes, eu tenho muito medo sabe, medo de perder eles, então, é complicado. (Amélia)

As dificuldades advindas do despreparo para a maternidade trouxeram dor, o que aparece em suas falas. Dor presente em suas vidas, manifestada de várias formas. De um lado, a violência com a qual convivem e que circunda a perda de valores. De outro, a descrença nas instituições familiares na busca de alternativas. Sobre essas alternativas, situações envolvendo os netos de Dora e Vera.

Ah..ficavam na rua, não iam para escola, fugiam da escola e andavam em má companhia, mentiam que estavam na escola, ficavam na rua, se escondiam, eu ia lá e dizia: vão para escola, ganhar um futuro diferente, mas não adiantava. Daí não iam para escola, quando era o outro dia, a mesma coisa, todos os dias. Eu

dizia. Oh..Sol estão batendo no John lá na rua, vá lá ver, ela levantava ia lá e trazia ele todo ensanguentado, machucado, daí no outro dia ele dormia, estava com dor e não ia para aula também, e quando ia dava encrenca, não batia aqui, mas batia lá. (Dora)

A mãe dos netos, minha filha, antigamente, bem antigamente, há muitos anos, ela mexia com drogas. Aí foi presa e o juiz tirou os filhos dela porque ela não podia criar. Não tinha nenhuma, eu assumi..... Todos os 10. Na verdade 9 deles porque a Flávia o tio ficou criando, ela esta com 12 aninhos já. A Violeta cuidei desde que nasceu. O Leandro desde que nasceu. A Pri desde que nasceu. Ela ia deixando na minha casa. Eu ia ficando com dó, vendo, criar para o bem por mim, precisava criar, mas eles não me obedecem. A Silvia, Mario, Noel, estava o Carlos também na instituição, daí fugiu e está morando junto com um catador de papel lá na Vila. (Vera)

Dor para lidar com o “diferente”, com a orientação sexual de um de seus filhos levou a participante Lorena a inventar, entre outras coisas, uma doença grave para este filho. Sem saber o que fazer e como fazer para justificar o comportamento do filho nas visitas de fins de semana e durante as férias com os familiares e a comunidade, além da doença terminal pediu ajuda ao pastor da igreja vizinha. A passagem deste momento está descrita textualmente a seguir.

(...) No começo eu quase enlouqueci, chorei muito, não entendia, não me conformava, eu lembrava disso e me dava uma coisa ruim, chorava, me trancava, era dentro de mim aquela coisa estranha, ruim. Quando eu soube, na época, eu morava com minha sogra ou aqui, já nem lembro, mas eu cheguei lá na casa da minha sogra e disse para ela que o Jonas vinha morar comigo, iria voltar para casa, inventei que ele estava com uma doença braba, que não tinha cura, isso....aquilo....guardava para mim aquela coisa ruim me sufocando. Eu falei da doença, essa história, só para não ter que falar que meu filho era daquele jeito, eu achava que eles não iam entender, aceitar (...). Eu no começo chorava muito porque eu dizia, meu Deus, ele saiu da minha barriga, os outros são normais..diferentes... (Lorena)

Além da preocupação com a reação dos vizinhos na comunidade e da avó do filho, a mais preocupante era a reação do pai, embora este pai já não visse o filho há muitos anos.

Eu penso, ai meu Deus, se um dia o pai deles descobrir, vai querer me matar, dizer que a culpa é minha, eu até disse para eles que um dia desses, se eu tiver dinheiro, vou levar eles para ver a avó, mas se o pai ver eles, vai me matar, não vai aceitar o filho deste jeito, quero que vocês vejam a reação dele junto comigo. Os filhos me disseram: mãe, agora nós somos grandes, se ele encostar a mão na senhora, ou em mim vai ser diferente... (Lorena)

Outro meio para minimizar as dificuldades vivenciadas na família com os filhos e netos pelas participantes Lorena e Vera, foi a religião.

Um dia, eu não aguentava mais segurar, me abri para a minha cunhada, ela foi quem me ajudou, eu disse que ele era diferente, daquele jeito....ela me disse que era melhor ele ser assim do que um drogado ou um bandido.....outra coisa ruim, aos poucos fui entendendo, porque a gente vê tanta coisa ruim sobre isso.....ela disse: leva para o pastor, ele vai te ajudar. Levei ele na igreja, sou evangélica, pedi para o pastor dar um jeito, mas meu filho entrava na igreja e fugia, quando eu via, ele tinha desaparecido. (Lorena)

(...) Eu segui o exemplo do meu pai e da minha mãe que sempre foram evangélicos, então eu queria que as pessoas seguissem o exemplo dos pai e da mãe evangélicos, nem que não seja, mas se a mãe der um bom conselho, vou dizer, sigam o bom conselho do pai e da mãe. Meus filhos vão para a igreja, é para fazer a coisa certa, a palavra de Deus, mas nenhum deles é evangélico, só eu virei evangélica. Só que ele (marido) era evangélico, ele gostava das coisas dele. Eu sou evangélica, eu dizia, vamos para igreja comigo ficar lá, Deus te arruma um bom rapaz e aí você se casa, mas ela dizia, não, não quero, eu cuido da minha vida e sei o que faço. Então eu disse, tenho fé em Deus, fica entre você e Deus porque a minha parte eu fiz. (Vera)

Para Beatriz, com a maternidade não teve maiores problemas. Mesmo frente às inúmeras dificuldades, consegue dar atenção, afeto e suprir as necessidades básicas da filha de quatro anos de idade. Com os irmãos que estão institucionalizados, Beatriz vem tentando atender às mesmas necessidades, mas relata não ser nada fácil.

É bem complicado, eu tenho, nossa, eu tenho coisas que Deus me livre, mas a gente não pode, não tem o poder de mudar, voce tem o que você fala, explica, mostra, olha, aconteceu assim, assado, oh escuta, mas não te entendem, como é que você faz, não tem como e o que fazer. Não tem receita, voce faz o que pode, o que está no meu limite... Eu dou atenção para eles (irmãos) igual a minha filha, se eu pudesse, pegar eles e trazer aqui para casa (...).Tudo o que nós dois (ela e marido) queremos é ir embora daqui e dar uma vida melhor para eles, mas com o salário dele não dá e nós não temos casa, esta é da minha avó. (Beatriz)

Percebe-se no relato de Beatriz que, apesar das inúmeras dificuldades e da pouca idade, tenta manter vínculos afetivos com seus pares quando muitos se distanciam de suas famílias de origem, centrando a atenção em si próprios e em busca de melhorias no trabalho, na luta pela sobrevivência de forma mais isolada. Aqui, o papel feminino da mãe como “esteio do lar” está presente nos relatos de Beatriz, quando ela assume sozinha a responsabilidade pela manutenção da sua

família de origem, atendendo aos quatro irmãos, ao pai usuário de drogas e à família constituída com o marido e a filha.

O indicador *morada na rua* surge nos relatos em que a rua aparece para as participantes Marta e Rose como o espaço imediato de resolução dos inúmeros problemas, como alternativa encontrada de sobrevivência. Já para os filhos, a rua era o espaço de liberdade, de possibilidades, de segurança, de fuga das constantes violências sofridas pelo pai.

A rua, para Marta e Rose, tornou-se um dos pontos chave de sua vida. Nela se concentram suas memórias, na sua maioria, as piores, as mais tristes, mas decisivas na busca definitiva por outros espaços para viver com dignidade, com o mínimo necessário permitido ao ser humano viver. O que acontece antes e depois quase não é lembrado ou, quando é lembrado, é sempre referenciado a esses eventos como a busca de um recomeço. Foi após a *morada na rua*, que essas duas participantes perceberam quão dolorosa era tal experiência que deu forças para mudar de vida.

Já chegamos a morar na rua. Só com o marido e as crianças já cheguei a morar na rua. Andando e procurando, cheguei a passar fome com as crianças, chegamos a dormir na rua, no frio, no relento. Lá, onde que nós andávamos. Aqui em Curitiba também, quando viemos para cá, chegamos a ficar 4 dias dentro da rodoviária, debaixo da escada eu dormia com as crianças, no albergue nós chegamos a posar com as crianças. Minha mãe, uns tempos, quando ela, tinha uma época que ela ficou só em casa, ela já chegou também a precisar ficar na rua, ficar no albergue, já chegou a precisar disso, mas não assim, que nem eu sofri assim, não...(Marta)

Eu rodei bastante, morei bem dizer na rua né...porque lá era precário. Faltava tudo.....cheguei lá, fiquei um ano morando debaixo de umas árvores numa barraquinha. (Rose)

Para Dora, Amélia, Beatriz, Lorena e Sílvia as dificuldades eram muitas, mas não precisaram morar na rua.

Não, não fui para a rua. Eu apanhei uns par de vezes por semana, mas de eu sair de casa assim, brigar na rua, fugir da escola, não fiz, nunca. Nunca, nunca me envolvi em nada, nunca fumei, nunca bebi, nunca fui mulher de rua assim se prostituindo, nunca, nunca, nunca, graças a Deus, só trabalhei, desde os 14, trabalhando em casa e fora de casa, cuidando dos filhos, da casa. (Dora)

Não, graças a Deus não, nunca morei na rua. (...) jamais, uma vez eu até pensei em fugir de casa, quando eu brigava com a mãe, mas ichh....eu não tinha

coragem, não saía de perto dela, só para trabalhar, mas só isso, não cheguei a fugir... (Amélia)

Não, nunca precisei morar na rua, graças a Deus a minha avó nem deixou eu ficar com outras pessoas, fiquei com ela..(Beatriz)

Não, nunca precisei, graças a Deus. (Lorena)

De que jeito, ir para onde com a idade que eu tinha, fraca, com as minhas pernas daquele jeito.....eu nem pensei nisso, chorava o dia todo.....Morar na rua não, nunca precisei. (Sílvia).

Da vida nas ruas, Cida, Amélia e Dora foram privadas, mas o mesmo não aconteceu com os filhos e ou netos.

Estavam quase morando na rua, até as coisas de casa eles estavam levando para dormir na rua, assim sabe, levam cobertor, eu tinha muito medo, medo.....eram 2 horas da madrugada e eu andando atrás deles, procurando e tinha que levantar as 6 horas da manhã para ir trabalhar, eles nem iam para a escola e nem vinham para casa. (Amélia)

O primeiro tempo eles (os filhos) iam (estudar), depois abandonaram tudo e ficavam no centro, dormiam na rua. (Cida)

Ela (filha) tinha problema nos rins, por causa das drogas, do crack, mas ela não se tratava. Outras netas namoram na rua, mas não ficavam na rua assim, pegando homem. (Dora)

A maior incidência de crianças e jovens frequentando ou vivendo nas ruas tem como causa principal segundo o 1º relatório de dados gerados pela Plataforma Digital Rua Brasil S/Nº (2013/2014) divulgado pela Campanha Criança Não é de Rua no Observatório Nacional, os problemas familiares (www.observatorionacional.net.br). Alguns pais sabem que o filho (os) vai (ão) para a rua e não o veem como envolvido situação de risco e necessidade. Outros afirmam desconhecer tal situação. Estudos de Stoltz e Lopes (2002, 2004) Neiva-Silva e Koller (2002); Neiva-Silva (2003); Alves (2002) apontam um número significativo de crianças encaminhadas pelos pais para trabalhar vendendo pequenos objetos (balas, flores, adesivos), para esmolar ou furtar pessoas e objetos, enquanto outras crianças procuram a rua para fugir das dificuldades vividas na família, violência praticada pelos pais, parentes ou vizinhos, escolhendo a rua como meio de sobrevivência.

Inicia-se com o trabalho de vendedor ambulante e de passagem de contrabando (“laranja”) para depois passar à venda do próprio corpo para obter algum dinheiro. É freqüente também o abuso sexual em casa pelo padrasto ou pelo pai, muitas vezes com a conivência da mãe. É também freqüente o perambular pelas ruas com amigos “atacando” os carros de brincadeira, erguendo a saia, no caso das meninas. O que no início mais parece uma brincadeira, acaba sendo um modo de sobreviver (STOLTZ; LOPES, 2002, p. 68).

O ir e vir da rua é um processo que ocorre de forma lenta e gradual. A criança sai de casa esporadicamente para trabalhar, esmolar, ou perambular em um local perto de casa. Gradativamente, o tempo de permanência na rua vai aumentando, assim como a distância da sua residência; passa um período do dia ou o dia todo na rua, mas no final do dia retorna para a sua família. No início a família se preocupa, mas com o tempo acaba por se acostumar. A criança que antes ficava sozinha na rua, com o passar do tempo desenvolve uma rede de apoio social fazendo do espaço da rua um lugar para brincar, fazer amigos, sentir-se livre e longe da violência e ou abandono afetivo. A criança que antes estava na rua passa a ser de rua (NEIVA-SILVA; KOLLER, 2002).

Mesmo sabendo das situações envolvendo o filho, os pais não se dão conta do risco que correm os filhos que trabalham nas ruas, sobretudo expostos a inúmeros eventos, dentre eles, o tráfico e a exploração sexual. Ainda nos estudos de Stoltz e Lopes (2002, 2004) sobre o trabalho realizado por crianças nas ruas, observa-se: “Fica claro que as famílias conhecem os perigos a que as suas crianças estão sujeitas nas ruas. É a rua que é apontada pela maioria como lugar inadequado para o trabalho” (p. 64).

As dificuldades cotidianas afastam essas famílias de uma prática de proteção à infância. Como o Estado não consegue empreender medidas que promovam essas famílias, a única forma de promoção que elas encontram é a de inserir seus filhos no mercado de trabalho informal, sujeito a todos os riscos apontados anteriormente (STOLTZ; LOPES, 2002, p. 64).

As famílias deste estudo (STOLTZ; LOPES, 2002, 2004) justificam que o trabalho nas ruas é melhor do que ter um filho se drogando. Enquanto trabalham, os filhos não pensam em bobagens, justificam os pais. Para esses pais, obrigar os filhos a trabalhar é visto como uma alternativa normal. Observa-se que trabalhar na rua pode ser o primeiro passo para a permanência nela. Pode ser ainda o percurso mais frequente para a exploração sexual. As amizades na rua,

segundo as autoras, podem levar as crianças a se prostituir. É a lei da sobrevivência imposta também às famílias.

Quanto ao indicador *uso de álcool e uso e tráfico de drogas*, principalmente o uso de álcool é apontado por nove das dez participantes do estudo como justificativa para as diferentes situações envolvendo a vulnerabilidade social, as questões sociais e econômicas, as diferentes situações de violência envolvendo também os filhos e ou netos. Ao relatarem sobre o uso de álcool e drogas na família atual e nas gerações antecedentes, os pais aparecem como usuários nos relatos de Marta, Dora, Beatriz e Lara.

A minha mãe não chegou a beber, ela bebe um pouco na verdade, ela bebe. Ela tinha assim, o defeito de beber, meu pai também tinha este defeito..... Eles bebiam. (Marta)

Não, nunca usaram drogas, só bebiam, a bebida matou este meu filho. (Dora)

(...) Desde que eu nasci meu pai usa drogas. (...) meu plano é ir embora sabe, porque assimeu não aguento ver meu pai assim nessa situação. (Beatriz)

Tinha tudo lá (sítio), só às vezes ele (pai) vinha para a cidade comprar alguma coisa para o homem, daí ele levava uns garafões de pinga, daquela simples, fraca, e escondia embaixo da cama ou no porão. Às vezes eles bebiam e davam para mim uns golinhos. Eles me davam e quando não me davam eu pegava. (Lara)

As referências negativas vivenciadas com os pais serviram para que Amélia, Beatriz e Lorena nunca fizessem uso de álcool ou outras drogas.

Não, nunca fumei e não bebo, não usei drogas. (Amélia)

Eu, o que eu vi de errado serviu para eu não fazer, para eu não querer, entendeu, eu não bebo, eu não fumo, eu procuro fazer o bem, me mato de trabalhar, eu faço o que tiver que fazer (...).eu não aguento ver meus irmãos indo para o caminho errado, não quero ver, é um negócio assim, eu sei o que vai acontecer com os que estão lá, se eles continuarem no caminho errado eles vão morrer, como eu já perdi um, eu não quero ter que enterrar mais um. (Beatriz)

Não, nunca bebi nada. (Lorena)

O mesmo não aconteceu com Lara. Convivendo com os pais, iniciou-se no uso de álcool, depois o abuso com o marido e filhos.

Às vezes eles (pais) bebiam e davam para mim uns golinhos. Eles me davam e quando não me davam eu pegava. Mas eu já bebia. Uns (irmãos) bebiam junto e os outros achavam ruim e não bebiam. Bebi muitos....., comecei a beber porque meu marido, o homem que eu me casei bebia, aí eu bebia com ele. Bebi quase a vida toda. (Lara)

Perguntei se os filhos fizeram uso de álcool e ou drogas.

Eles bebiam comigo e com o pai deles, a gente dava e nem percebia o que estava fazendo com os filhos. (Lara)

Percebe-se que o discurso das participantes é marcado pelas sucessivas repetições de uso de álcool e drogas na família. As situações relatadas neste estudo envolvem casos específicos, mas não únicos. A condição de uma pessoa usuária de drogas na família deixa marcas, muitas vezes irreversíveis, e dificilmente a família consegue se livrar desse estigma. Tais situações envolvendo familiares estão presentes em muitos lares, independente da situação financeira, educacional, etnia e gênero. Estudos recentes reconhecem o uso de álcool e drogas como uma questão de saúde pública. Para se ter uma ideia, até 2003 não havia serviços para tratamentos específicos ambulatoriais para dependência química. As políticas públicas passaram a se estruturar em 2003 e, desde então, estão aumentando a partir da criação dos Centros de Atenção Psicossocial-Álcool e Drogas (CAPS-AD). Apesar dos avanços, o grande desafio ainda são os ambientes e a capacitação, além da oportunidade de influir nos momentos em que se definem as políticas públicas.

Em Curitiba-Paraná, o Programa foi lançado em setembro de 2010. Nessa data passou a integrar a Rede de Comunidades Terapêuticas em uma ação conjunta entre as secretarias municipais Antidrogas e da Saúde e a Fundação de Ação Social (FAS). Hoje, a Secretaria Municipal da Saúde conta com seis Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), especializados em tratamento de dependentes químicos, totalizando aproximadamente 1.200 vagas mensais, 143 leitos em hospitais psiquiátricos conveniados, 150 leitos em hospitais-dia e tratamento ambulatorial. Os atendimentos de urgência/emergência são feitos pelo SAMU e pelos oito Centros Municipais de Urgências Médicas. A Prefeitura também oferece, através da FAS, atendimento a dependentes químicos por meio da Rede de Atenção Social com 43 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 10 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e do Ambulatório Cara Limpa.(CURITIBA. FAS, 2012).

Para Cida, Marta, Rose, Vera e Lorena foi o uso de álcool pelo marido a principal causa responsável pela falta de estrutura familiar, por situações de violência e mortes no interior da família. Nos relatos de cinco participantes deste

estudo (Cida, Marta, Rose, Vera e Lorena), o marido bebia e, bêbado, agredia a mulher, filhos e familiares.

É que ele bebia e... gastava todo o dinheiro, a gente passava até fome, eu trabalhava tanto...mas só em casa para ele, que vendia doces.. (Cida)

Meu primeiro marido morreu de cirrose. Faleceu. Nem chegou a conhecer o filho e nem o filho conheceu ele. Era trabalhador, não deixava faltar nada, mas só que bebia também. (Marta)

Morreu com pedrada na cabeça, ripada nas costas lá no Parolín. Os caras mataram ele por causa de pinga (bebida). (Rose)

Sempre fumou (marido), agora está dando para fumar 3 carteiras de cigarro por dia. (Vera)

Ele batia porque bebia, quando bebia vinha me bater e porque eu não aceitava as coisas erradas que ele fazia. Se metia com as mulheres. Ai eu falava e ele bebia e vinha me bater. Era mais quando bebia, ficava bêbado, nas outras vezes ele falava grosso (humilhava), mas não batia. Com este (segundo companheiro) aconteceu a mesma coisa, bebida, bebida. Era quando bebia, meu Deus, eu disse, o que eu fiz para Deus para merecer isso, outro marido que bebe, o que eu fiz.....eu era nova ainda, não precisava passar por isso. (Lorena)

Quando os pais e os maridos estavam sóbrios, observa-se no relato de Lorena, Lara e Cida, um pai e companheiro diferente.

Quando ele estava sóbrio ele era super legal, não deixava faltar nada, não xingava, não dizia nada, dava roupa, calçado, nunca deixou a gente passar fome, nada, mas beber, sempre bebeu e aí se transformava num capeta. O problema dele foi a bebida, eu não aguentei mais, não aguentava mais aquele sofrimento. (Lorena)

Às vezes quando ele bebia muito ele ficava violento, dava uns tapas e deixava de castigo, mas nunca machucou eles. Ele bebia e sumia de casa, voltava e sumia, por causa da bebida. (Lara)

Os filhos de Amélia, Lorena e Lara e os netos de Vera fizeram uso de bebida alcoólica e cigarros.

Bom, o Renê chegou...descobri que ele andou fumando cigarro sabe...mas nunca mais eu soube de mais nada sabe.....mas me disseram que os amigos dele usavam drogas, cheiravam cola, ele não ia mais para a escola, ficava com eles, fugiam para as casas e roubavam para comprar cola de sapateiro para cheirar. Os meninos eu soube que sim, mas eles, os meus eu nunca soube que usaram, só o cigarro. (Amélia)

O Milton bebia com os amigos, falsos amigos, foi um problema. (Lorena)

Não pinga. o Leco (filho) gosta um pouco de vinho, mas ele não bebe de ficar bêbado, ele reclamava, xingava, me encontrou muitas vezes caída no chão ou lá fora bêbada. O outro filho não vi ele beber, não na minha frente, mas já bebeu com o pai dele. Eles bebiam comigo e com o pai deles, a gente dava e nem percebia o que estava fazendo com os filhos. (Lara)

Só às vezes quando eles estavam cheirando tinner, às vezes eu ia lá onde eles estavam e trazia eles, tinha medo de deixar eles lá, às vezes dava uns tapas neles. Ele era um rapazião e dizia “oh mãe, tu não pode surrar eu” e ficava sentado, hoje está preso, não pode trabalhar e precisando da mãe. (Vera)

E os filhos fumam, a primeira neta passou a fumar que nem ele (pai) eu graças a Deus nunca fumei, nunca botei uma bebida na boca, eu segui o exemplo do meu pai e da minha mãe que sempre foram evangélicos. Graças a Deus os meus não usam drogas, este que está preso usava droga e hoje esta na cadeia, eu disse para ele “viu filho, se vc fosse.....seguisse o conselho que a mãe te dava, tu não estava aqui”. “Pois é mãe, mas a gente não escutou teu conselho” hoje está lá chorando, querendo sair para trabalhar. (Vera)

Para Luz, Wosniak e Savi (1999), as causas do uso de álcool e drogas são muitas: o desemprego, a falta de formação, as más companhias, as decepções, os desentendimentos com os pais e outros desconfortos de uma sociedade injusta e excludente. Nesta situação, as drogas podem se apresentar como a solução dos problemas. É uma triste ilusão. A recuperação é uma tarefa difícil e o tratamento médico é apenas uma parte dessa recuperação. A participação dos pais e a união da família são os maiores fatores de combate, assim como a degradação da família é uma das causas do aumento do número de usuários.

A participante Lara teve a sua iniciação na bebida alcoólica na infância, aos cinco anos de idade. Lara bebia com os pais, irmãos e após o casamento continuou bebendo com o companheiro, com os filhos e, mesmo doente, a sua maior dificuldade era largar o vício. Em seu relato disse ter tentado largar o vício, passou um tempo em uma clínica de recuperação, mas mesmo com ajuda não conseguiu superar. O vício da bebida levou à adoção da filha de 4 anos de idade e à institucionalização dos outros dois filhos, conforme relato a seguir.

Bebia desde os 5 anos. Tinha mais 4 irmãos. Uns bebiam junto e os outros achavam ruim e não bebiam. Bebi muitos anos, parei um tempo e depois voltei, comecei a beber porque meu marido, o homem que eu me casei, bebia, aí eu bebia com ele. Bebi quase a vida toda. Parei graças a Deus, mas estou buscando tratamento, que eu estou buscando mudar de vida né, por que tem que mudar, mudar de vida. Tenho recaídas com frequência, se vêm os problemas, com eles vêm a bebida e aí eu volto beber, fico doente, passo mal porque a pressão sobe e aí

tenho que parar.... o coordenador da instituição me arrumou uma vaga na clínica do Frei Chico. Daqui uns dias vou me tratar na colônia Betânia, vou tentar ficar lá. Eu fiquei lá por 7 meses e ganhei alta, mas vou ter que voltar. (Lara)

Eu tinha problema com álcool, eu cuidava deles, mas às vezes bebia e aí não sabia o que tava acontecendo. O Conselho Tutelar disse que eu não cuidava direito, eu bebia e às vezes ficava horas apagada, meus filhos ficavam em casa, mas sozinhos. (Lara)

Assim como a família de Lara, outras tantas perderam tudo como a casa, os filhos, amigos, bens, emprego e profissão ou se perderam no vício, nas ruas, com a saúde precária, assassinados.

Além do uso de bebida alcoólica como maior responsável por situações de violência intrafamiliar contra a mulher e os filhos, a vida em espaços pobres e precários, a vulnerabilidade social e o risco pessoal, aos quais foram expostas as famílias das participantes, este também é fator relacionado às causas de *acolhimento institucional dos filhos e netos*, indicador resultante do núcleo de significação *o despreparo para ser mãe*.

Ao lado do avanço do conhecimento elaborado e das tecnologias, avançam também a desigualdade e a injustiça social. Com eles, a família como instituição, se fragilizou. Com a fragilidade estrutural da família, atualmente o abrigo ou acolhimento institucional vem sendo uma alternativa dentro da política de atendimento a crianças e adolescentes em situações de risco, seja nos casos de instituições que prestam atendimento em regime de abrigo ou nos casos de família provisória (RIZZINI, 2004, PRADA, 2007).

Acolher é estar aberto para proteger e educar, auxiliando na passagem rumo à família original, substituta ou provisória/temporária. É também, a missão da instituição implicada neste estudo.

Para o ECA, a consciência da possibilidade do risco gerou a necessidade de sua prevenção e, entre as medidas de prevenção, o acolhimento institucional. O acolhimento institucional está previsto no artigo 92 do ECA (1990), Lei Nº. 12.010, de 3 de Agosto de 2009. § 1º, como “medida de proteção excepcional e provisória específicas de violação de direitos, quando esgotadas as possibilidades de resolução no ambiente familiar e comunitário tanto da criança, adolescente e das famílias em questão”. O acolhimento institucional também se torna uma necessidade quando a criança, o adolescente e ou a família se encontram em

situação de abandono, fuga do lar e vivência de rua, situações que denunciam vulnerabilidade social e pessoal. A mesma lei, inciso § 2º prevê um tempo de acolhimento de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

O acolhimento dos filhos, segundo Gomide (2004), é consequência de situações oriundas de famílias pauperizadas pela condição econômica do país e tal condição impede ou dificulta que homens e mulheres cumpram com sua função biológica de alimentar, proteger e acariciar sua prole. Em função da ausência de condições mínimas de sobrevivência, por falta de profissionalização, educação e saúde, essas pessoas perderam a capacidade de educar e cuidar de seus filhos, permitindo que essa função seja realizada pelo Estado ou pelas ruas das cidades.

No caso das famílias implicadas neste estudo, o acolhimento dos filhos e ou netos deu-se por diferentes causas como uso de álcool e drogas pelos pais, a falta de condições das famílias de manutenção das necessidades básicas, de moradia, saúde e educação, pela ausência de cuidado dos pais e atribuição do cuidado aos avós, pelas diferentes situações de violência envolvendo os filhos ou netos dentro de casa, bem como na vizinhança no bairro onde residem (D'ARÓZ, 2008; D'ARÓZ; STOLTZ, 2010; D'ARÓZ; STOLTZ, 2012). Outro fator significativo é o modelo familiar assumido pela maioria das participantes, o monoparental, constituído por famílias chefiadas por mulheres separadas ou divorciadas (WOORTMANN; WOORTMANN, 2004).

É um ciclo que se repete; primeiro os pais, depois os filhos de diferentes gerações. Entre as causas de risco e necessidade, o acolhimento institucional para a participante Amélia, ocorreu porque os filhos usavam drogas, ficavam na rua fazendo “coisas” erradas.

Eles aprontavam muito, lidavam com roubo, estavam roubando na vizinhança. Mas isso já é muito, era todo dia reclamação... Estavam quase morando na rua, até as coisas de casa eles estavam levando para dormir na rua, Eles ficavam andando por aí, sabe.....pegando uma coisa aqui, ali, pedindo comida, aprontando. Ah...eles aprontaram muito, chegaram a ser ameaçados de morte. (Amélia).

Marta, Cida e Rose atribuem a causa do acolhimento dos seus filhos, à violência praticada pelo companheiro e o uso de álcool.

O José foi o primeiro, o José com 6, 7 anos já estava na instituição. Depois do José foi o Tales e depois dele foi o Robson. o Robson, ele é um piá assim, calmo, obediente e ele viu os irmãos lá na instituição, eu fui fazer uma visita lá, viu os irmãos e disse que era para lá que queria ir, que os irmãos estavam bem cuidados, bem educados. Daí, ele começou a chorar que queria morar lá também. O coordenador deu uma oportunidade para ele morar na instituição também. Para ficar com os irmãos. Ari está com 11 anos, está morando na instituição também. O Robson estava também querendo ir para rua só que eu não deixei ir para rua e aí conversei logo com o coordenador, pedi socorro, aí foi que ele deu a oportunidade pro Robson também ir para lá. O Ari também estava indo para o mesmo caminho né, o pai também estava agredindo, estava judiando do Ari e várias vezes o Ari dormia fora de casa, eu ia conversar, também não me obedecia...iii. Bar é o lugar que ele perdeu a Deus, ele vivia num bar. (Marta)

Ai...eu acho que foi por causa do pai deles, sei lá, eles iam sempre desde pequeninhos trabalhar com ele (pai) na rua e ele judiava bastante deles. Chegava em casa com eles e batia, daí outro dia eles ficam (na rua), ele procurava e achava e aí trazia e assim foi levando.....por muito tempo. (Cida)

Porque quando eu larguei do pai deles eu levei eles embora comigo, para a casa da minha mãe. Ele chegava mais tarde porque ia para o bar e vinha 1h, 2h da manhã, ninguém segurava ele, aí eu falei, não, isso não é vida para mim, vou catar meus filhos e vou embora daqui. Ela (amante marido) mandava eu dar a volta, pegava o machado, a faca, queria me matar, fazia isso comigo, a mulher que estava lá dentro e vivia com ele, não queria que meus meninos viessem no portão para me ver, mas ela não fazia ameaças, era ele que fazia. (Rose)

Lorena responsabiliza o próprio filho pelo seu acolhimento institucional. Talvez porque Lorena não tenha percebido que o filho estava buscando outros meios que possibilitassem o desenvolver, realizar sonhos, viver em um contexto menos ocioso e mais instigante. Sem saber exatamente o que estava fazendo, o adolescente Milton conseguiu atingir seu objetivo.

A senhora deixa eu ir para lá (instituição)? Eu disse: não Milton, você tem mãe, voce não vai lá e você não imagina o que ele aprontou para mim para poder ir para lá. Ele foi no campo jogar bola, minha tia viu ele cair em cima do braço com os piás ali jogando. Chega lá no colégio e fala para a professora que foi uma surra que eu dei nele, que quebrei o braço dele... A mulher do Conselho chegou e disse que recebeu uma denúncia do colégio dizendo que a senhora bateu nele, quebrou o braço dele, bateu no Milton e a gente vai levar ele no hospital para fazer exame. Não, não estava quebrado, ele caiu em cima do braço, minha tia viu tudo e eu quando bati nele, bati no bumbum, dei umas chineladas, não bati no braço dele, mas a mulher repetia que recebeu uma denúncia que eu batia nele, espancava ele e foi onde ele foi para a instituição, ele fez tudo isso para ir para lá, ele queria ir. Eu disse para a mulher, se a senhora acha que fui eu que quebrei, vou provar... A

mulher disse, primeiro a gente vai levar ele no médico, depois a gente vê se trás ele de volta. Foram no médico e não voltaram, não me trouxeram ele de volta. Liguei e eles me disseram que estavam levando ele para a instituição, para ficar acolhido. (Lorena)

Sílvia culpa os pais e a madrasta e a violência no bairro onde residia, pelo acolhimento dos três filhos.

Conselho Tutelar? Menina...não tinha isso naquela época, Conselho é coisa de hoje, mas ela não fez denúncia porque tinha medo deles, tinha medo de eles me baterem mais, mais do que já faziam.....daí ela (professora) me cuidava, me dava remédio, me cuidava, se não fosse ela, eu tinha morrido, não tinha a vida que tenho hoje, acho que seria melhor.....Nunca foram me ver, a assistente social avisou, mas eles nunca apareceram lá para me ver. (Sílvia)

Porque eles apaharam muito, ficaram machucados dentro da minha casa. O Conselho Tutelar acreditou nos vizinhos, disseram que eles ficavam sozinhos em casa, daí vieram os homens e bateram neles, quase mataram. Levaram eles para a juíza e ela mandou abrigar aqui. Eu tive que sair da casa também, fui para um abrigo de mulheres, deixei tudo para trás, saí só com a roupa e algumas coisas, o resto ficou e não sei o que fizeram, os da rua já pegaram tudo, invadiram a casa que era alugada. (Sílvia)

Sílvia foi institucionalizada duas vezes; a primeira, quando criança e, recentemente, por medida socioprotetiva.

Neste momento, estou morando em uma casa alugada no bairro Boqueirão porque a juíza está me ajudando com a casa da Cohab que eu tenho inscrição, como minha situação é especial, ela vai me ajudar. É porque eu não posso voltar morar em SJP onde eu morava, ela me disse que se eu voltasse a morar lá, ela iria chamar a polícia e me mandar prender e nunca mais eu iria ver meus filhos. É a história que envolve meus filhos, eles foram agredidos lá nesta casa, quase morreram, estão ameaçados de morte por isso não posso nunca mais morar lá. A juíza queria me mandar para São Paulo pelo programa PEPECAN, mandou eu escolher ir para lá e não voltar mais ou arrumar um lugar aqui em Curitiba para morar com os meus filhos. (Sílvia)

Dora e Vera, as avós, atribuem à ausência, à negligência e à morte dos pais de seus netos e à falta de respeito destes para com as avós, a causa do acolhimento.

Na verdade eles nem ficavam tanto na rua, era a escola, eles iam para aula, os outros batiam lá, dava briga, fugiam e ficavam na rua até tarde da noite, eu chamava eles não vinham eu acordava, arrumava o Rui, o Luis, a Drica, a Fran, chamava para tomar café, elas vinham e os que ficam até tarde na rua não levantavam, estavam cansados, não iam e a mãe deles deixava ficarem em casa, faltavam aula todos os dias. Eu dizia, chama eles, tu tem que chamar, só eu que

vou lá e chamo todos os dia. Eu cansei, falei um dia para Angeline (conselheira tutelar), eu nem conhecia, ela, o John ia preso e aí eu fiquei conhecendo a Angeline, pedi para ela arrumar um abrigo para eles e ela disse que ia arrumar lá na instituição, ela foi e pôs o John primeiro, ele brigava, roubava, apanhava para roubar para os outros, foi preso, depois o Gilson, o Luís, foi o Romeu que foi preso por 2 vezes. (Dora)

Eu ia ficando com dó, vendo, criar para o bem por mim, precisava criar, mas eles não me obedecem. Ela...ela saía e já voltava grávida. Saía se divertir sabe... Daí...não sabia qual era o pai. Engravidava, fazer o quê. Até por fim, agora, este último que ela arrumou, mas aí morreu., Hoje a Flavia esta com o tio. O Carlos e o Bira estavam na instituição, saíram de lá e hoje estão morando com outras pessoas. Estou com a Violeta, o Leo, a Pri, a Sílvia..O Noel e o Mário que estavam comigo estão institucionalizados. (Vera)

Pelas mesmas causas, Beatriz tem 4 irmãos institucionalizados.

(...) A mãe deles faleceu e a avó paterna deles colocou eles aqui (instituição) depois que ela morreu ela colocou eles aqui, aí um ficou comigo e o outro ficou na rua perdido, mas depois acabou fugindo de mim e acabou morrendo e agora tem mais um que saiu da instituição e está lá comigo. Eles se dão bem, só o que está lá em casa, ele vai para a rua e não obedece. (Beatriz)

O trecho do discurso acima indica que a família responsabiliza o pai/mãe/companheiro pela situação de rua envolvendo filhos e netos, pelo uso de álcool e drogas, dentre outros fatores e, conseqüentemente, pela institucionalização. Mas o que se observa, além das justificativas dadas, é a situação de vulnerabilidade em que se encontravam as famílias. Algumas delas já se encontravam em situação de risco como o caso da família de Sílvia.

Porque os homens eram traficantes e eles viram os homens matar um homem, eles eram testemunhas, por isso vieram, entraram na minha casa e bateram neles. Eu estava trabalhando e eles sabiam que os meus meninos ficavam sozinhos naquele dia. (Sílvia)

Diferente das demais participantes, Lara atribui a desestruturação da sua família e a perda dos filhos para a adoção, seguida da ida dos filhos para a rua, causa da institucionalização de um dos filhos, a prisão de outro filho e demais fatores envolvendo a família, como sua culpa.

Por causa que eu não podia cuidar deles, estava doente de tanto beber, tinha problemas com a pressão, de saúde..... Eles me achavam caída e não conseguiam me erguer, então, me deixavam onde eu estava até eu me recuperar e acordar da bebedeira.O Conselho pegou ele na rua quando o irmão dele foi preso, um foi preso e o outro abrigado. (Lara)

Constata-se, nos relatos, que uma das consequências do uso de álcool e ou drogas é a incidência de detenção dos pais, depois dos companheiros e também de filhos e irmãos de algumas participantes. Beatriz viu o pai e um dos irmãos presos. Lara, um dos filhos. Vera, primeiro a filha e depois o filho caçula. Marta viu um dos companheiros. Dora viu os netos.

Desde que eu nasci meu pai usa drogas, já foi preso, agora ele está preso, o padrasto dos meus irmãos também está preso por uso de drogas Eu já perdi um irmão para as drogas na rua, eu não quero ter que enterrar mais um. (...) o que esta lá em casa, ele vai para a rua e não obedece. Já foi preso, se envolveu com traficantes, mas não está nem aí, vai e faz tudo outra vez. Tô cansada de ver meus irmãos e meu pai nesta vida. (Beatriz)

O Paulo ficou uns 4 anos, foi preso, saiu da delegacia do adolescente, voltou para a rua e graças a Deus não voltou mais. Era quando ele foi preso, foi por ali que ele viu que amizade ele não tinha nenhuma, o que ele teve foi a mãe e o irmão para ajudar... O Paulo ficou uns 4 anos, foi preso, saiu da delegacia do adolescente, voltou para a rua e graças a Deus não voltou mais. (Lara)

Minha filha mexia com drogas. Aí, foi presa e o juiz tirou os filhos dela porque ela não tinha, não podia criar. Ficou um ano na cadeia, tirei ela de lá não podia cuidar dos filhos e quando saiu de lá mesmo assim, ficou arrumando um filho de cada rapaz. (...) Daí tem o caçula que está preso, está fazendo 30 anos hoje, porque ele namorou uma mulher casada que separou do marido e amigou com ele. E por fim hoje ele esta preso.... (Vera)

Mandaram a intimação para prender, pegaram ele e deixaram preso, deixaram mais ou menos 6 meses preso até a juíza chamar ele, a audiência. (Marta)

Dora viu os netos serem presos e depois assassinados por traficantes.

O John, ele brigava, roubava, apanhava para roubar para os outros, foi preso, depois o Gilson, o Luis, foi o Romeu que foi preso por 2 vezes... vai acontecer igual ao Romeu, o John, o Gilson, vão matar eles. o Romeu foi assassinado, o menino que ficava ali com ele também morreu. (Dora)

Se olharmos para a geração anterior, observamos dificuldades semelhantes vividas em diferentes épocas e contextos se repetindo, ou seja, é a repetição do ciclo de mais uma geração pobre e vulnerável.

6.3 A repetição do ciclo

O núcleo de significação a *repetição do ciclo* envolve, entre outros fatores, a situação de *pobreza, problemas de saúde, vulnerabilidade social, violências e carência afetiva*.

Como indicador, a *pobreza*, tem formas variadas de ser mensurada. Muitas famílias culpam a falta de trabalho, a migração da zona rural para a urbana, a precarização de oportunidades em ambos os contextos e a falta de saúde como causas da pobreza que resultaram na fragmentação da família e em diferentes arrajos familiares. Os pobres, segundo Guareschi (2007), tendem a ser vulneráveis por causa do acesso limitado a recursos e habilidades para reagir ao risco. É uma condição extrafamiliar, que tem influência direta nas relações intrafamiliares.

Chamei a assistente social, o Conselho Tutelar pegou eu com as crianças, elas me deram passagem e eu voltei para o norte. Voltei com as crianças para trás. Daí, saí de lá e fui morar com a minha irmã, mas também não deu certo, peguei e falei, pensei comigo assim, quer saber de uma coisa, vou voltar para Curitiba, só lá em Curitiba que eu posso arrumar a vida né... catei as crianças, chamei o Conselho, o Conselho veio, foi lá, tirou eu com as crianças, tirou as minhas coisas, me deu passagem, fui com a minha mãe. (Marta)

Não deixava faltar as coisinhas para ela, toda a vida fui uma pessoa que gosta de ter as coisas, não gosto de sair nos vizinhos emprestar coisas, nunca fui, gosto de ter, dou a minha vida para cuidar das crianças, prefiro eu morrer, mas não quero meus filhos faltando... passando fome. (Vera)

O combate à pobreza é o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) acordado há dez anos pelos estados integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU). Mais de 27,3 milhões de brasileiros ultrapassaram a linha de extrema pobreza. O índice de moradores do País nessa situação baixou de 25,6% para 4,8% de 1990 a 2008 - redução de 81%. Com isso, o país supera o primeiro e principal Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estipulou como meta para o mundo erradicar a fome e reduzir pela metade, até 2015, a extrema pobreza registrada em 1990. (CURITIBA. PNAD, 2010).

A falta ou ineficiência de políticas públicas de atendimento às famílias carentes presentes nos relatos de Amélia, Vera, Rose e Sílvia implicam na repetição do ciclo de violências vivenciados nos bairros onde residem, uma vez que essas famílias não possuem meios econômicos para solucionar ou minimizar os problemas e os riscos enfrentados. Essas famílias, sem ter para onde ir e como solucionar tais dificuldades, acabam se envolvendo e reproduzindo o ciclo de violências com violências praticadas pelos pais, reproduzidas nos filhos e netos.

Quando convivem com situações contínuas de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social tendem a ter mais probabilidade de falta de perspectivas futuras pessoais e profissionais. A falta de perspectivas de uma vida melhor dificulta romper o ciclo de pobreza e exclusão que herdaram dos pais e avós. É a perpetuação da herança geracional. Vejam os relatos

Eles foram ameaçados, todos eles, eu morro de medo até de matarem eles.....eles gostam de ficar na frente, de jogar bola de andar de bicicleta... Eu sempre tive medo, mas depois das ameaças agora tenho medo até de morte. Porque sei lá, andaram mexendo no que é dos outros por aí, e os outros piás não são bons, são da pesada, então eu morro de medo, de eles estarem brincando e alguém atirar neles e acontecer uma tragédia.. A minha vontade, meu sonho mesmo é voltar a viver com eles, meus filhos, casar não faço questão, quero mesmo é ficar com eles, atender eles, só que longe daqui, aqui não dá mais para eles. (Amélia)

(...) tem o filho caçula que está preso por causa dela (namorada) porque ela saía roubar e ele ficava. Um dia ela saiu roubar com os primos dela, mentiu que ele estava junto e a polícia prendeu ele. Mas ele estava mesmo junto? Ele tava junto. Já fazem 5 anos, eu não posso pagar advogado..... A gente não pode pagar um advogado e do Estado é difícil. (Vera)

Se tiver alguma coisa para esses meninos fazerem, eles não estavam assim por aí, oh, usando drogas, armas, fazendo ameaças para as pessoas né, todos revoltados. (Rose).

Foi que eles estavam sozinhos e aí os homens aproveitaram para se vingarem deles. Os vizinhos disseram que a culpa era minha, mas a juíza acreditou e abrigou eles, mas agora ela sabe que eu não tenho culpa, que eles não estão aqui por falta de cuidado, eles estão aqui porque queriam se vingar deles, matar eles. (Sílvia)

Muitas vezes as famílias estão tão envolvidas com as dificuldades que as circundam que não percebem o risco que correm. Há duas faces de uma mesma moeda. Numa das faces, está impresso o sentimento de pertença e de união que só no bairro podem obter. Na outra face, encontram o rótulo, estigma que os identifica como mais um entre muitos, vivenciando a violência, pobreza, inacessibilidade aos meios básicos de saúde, alimentação e educação.

Por outro lado, nascer e ou crescer nesse tipo de contexto, não significa, obrigatoriamente, que o futuro será igual ao presente experimentado. Em 2004, o UNICEF chamou a atenção da sociedade sobre a criança que cresce em contextos problemáticos quando observou o nível de competências sociais dessas crianças. Elas apresentaram menor interesse pela escola e dificuldades quanto ao controle do comportamento.

A ineficácia das poucas políticas públicas existentes e as dificuldades de acesso a elas restringem as alternativas de sobrevivência levando as famílias a reproduzirem o ciclo de pobreza herdado das gerações anteriores. A herança pobre herdada dos pais dificulta a geração atual de prover mudanças no interior da família para e com os seus pares.

(...) Era difícil para eu dar jeito, era 5 e eu sem marido, sem casa para morar, dependia da mãe né, morar dentro da casa da mãe com um monte de filhos, não dá, quando vc tem 1 ou 2 ainda vai lá porque mãe é mãe, mas quando tem mais de 4 filhos, um fala uma coisa e a outra fala outra coisa, aí sempre estão jogando uma coisa em cima da gente e a gente é filha, sempre tem que escutar a mãe.
(Rose)

Junto à pobreza, as famílias fragilizadas tornam visível outro fator: a falta de saúde. O indicador *problemas de saúde* está presente primeiro na família de origem e depois na família constituída, como mostram os relatos das dez participantes, principalmente Sílvia, Vera, Rose, Lorena e Lara.

Queimou...olha as minhas pernas, usei cadeira de rodas por anos e muletas até eu andar outra vez. Daí fiz os exames e os médicos me chamaram e disseram: da para fazer a cirurgia, mas não vai adiantar muito, não vai fazer a diferença e ainda, é um risco, você pode morrer, tem 10% de chance de sobreviver e 10% de chance de sair andando e o resto, se sobreviver, vai andar de cadeira de rodas o resto da vida. (Sílvia)

Ela (filha) pegou a doença com o pai do Mário. Ela arrumou o pai do Mário e pegou AIDS, eu fiquei com a guarda deles (netos) pra mim. Aqui não tenho condições mais de cuidar, já estou.... já tive duas ameaças de enfarto, dois de derrame, foi por isso que estou ruim da cabeça. (Vera)

Para tu ver, daí eu tinha as meninas e uma era doente, a Ana com bronquite e pneumonia direto, sempre doente. A Fran nasceu com problema no intestino. Eu gastava dinheiro com remédio, muito remédio e não tinha dinheiro, ficou 3 meses internada, nasceu, era prematura ela fraquinha..... Aí foi indo, foi indo, para ela melhorar foi até os 2 anos para ela ficar melhor, eu não podia trabalhar não podia fazer nada, nada.....(ficou emocionada e calada por um tempo). (Rose)

(...) Minha mãe caiu e se machucou no trabalho dela na prefeitura, se machucou de tanto escorregar, quebrou a bacia escorregando e aí tivemos que parar de estudar para ajudar. Eu disse para a minha mãe que era melhor ela se encostar que a gente ia trabalhar. Ela se aposentou por invalidez. (Lorena)

Tenho pressão alta. Acho que os problemas de saúde que tenho hoje são porque bebi muito e comecei muito nova. (Lara)

Descritas nos textos acima, a saúde frágil dos pais e também dos filhos, a falta de condições dignas de tratamento da saúde, colocam a família em situação de vulnerabilidade social. Por consequência da saúde, as falas denunciam a inserção precoce no mercado de trabalho formal e informal como meio de sustento e de sobrevivência da família. Na maioria dos relatos, os pais não podiam trabalhar e, sem alternativas, atribuíam aos filhos, independente da idade, a responsabilidade pelos meios de geração de renda.

Situações definidas como de *vulnerabilidade social*, indicador consequente do núcleo de significação *repetição do ciclo, emergem* de uma cadeia de “riscos”, consequência de eventos aleatórios, das respostas a esses eventos e dos resultados oriundos deles, colocando as famílias em situações extremas, muitas vezes difíceis de serem revertidas. Todos os indivíduos, famílias ou nações estão sujeitos a riscos de diferentes origens (desemprego, doenças, acidentes) que não podem ser previstos e, quando ocorrem, causam impactos negativos imprevisíveis. A magnitude, a frequência e a duração desses eventos afetam a vulnerabilidade. Em Curitiba, em 2009, segundo dados divulgados pelo IBGE (2010), 39,8% da população se encontrava em situação de vulnerabilidade social e pessoal. Dentre os grupos, 28,15% são crianças de 0 a 14 anos, 25,84% são jovens entre 15 e 29 anos e 9,84% têm mais de 60 anos.(PNAD/IBGE, 2010).

Vulnerabilidade social e família tem sido cada vez mais, foco de estudo de muitos pesquisadores (ALMEIDA, 1996; KOLLER; CECCONELLO, 2003; GOMES, 2005; POLLETO, 2007; D'ARÓZ, 2008; MORAIS, 2009; D'ARÓZ; STOLTZ, 2010; D'ARÓZ; STOLTZ, 2012, dentre outros). Tais estudos apontam, também, fatores estruturais históricos da humanidade como os responsáveis pela vulnerabilidade e não somente a fragilização dos vínculos familiares e comunitários das dinâmicas intrafamiliares. Sempre que uma situação de vulnerabilidade envolve a família, esta é apontada como responsável, seguida do estado e das políticas públicas ineficazes ou inexistentes. Mas por que a família? Podemos fazer tal afirmação?

Vale lembrar que toda a ação ou omissão que coloque a família e, por consequência, os filhos em situação vulnerável e propícia à violação de sua integridade física, psíquica e moral e à sua dignidade como pessoa, é considerada uma ameaça. Contudo, nem tudo o que é considerado ameaçador

para uns, é para outros. Apenas conhecendo profundamente a realidade vivida dessas pessoas, podemos afirmar o quanto aquela ameaça é real ou não.

Com base nos dados do PNAD de 2003 a 2009 sobre vulnerabilidade social, o país registrou melhoria de 14,3%, em média. O índice de vulnerabilidade das famílias brasileiras é avaliado em seis dimensões – vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, escassez de recursos, desenvolvimento infanto-juvenil e condições habitacionais no espaço urbano e rural, metropolitano e não metropolitano. Os critérios avaliados como vulnerabilidade social estão relacionados à capacidade da família de prover sua sustentabilidade, tanto financeira quanto de forma mais ampla. (PNAD, 2010).

A partir de extratos das histórias de vida relatadas a seguir por Marta, Vera, Rose e Beatriz é possível observar que as famílias se encontravam alijadas dos direitos previstos na Constituição Brasileira (1988), apresentados por diferentes arranjos familiares em que a mulher aparece como figura de referência. Este fato as coloca entre as famílias que um dia foram pobres e hoje, apesar do acesso a diferentes programas como o Bolsa Família, incentivo a projetos e atividades geradoras de renda, continuam tão pobres quanto.

Nós viemos para cá, para Curitiba, porque lá (interior) não tinha serviço quase para trabalhar, íamos passar fome lá com as crianças... Já chegamos a morar na rua. Só com o marido e as crianças já cheguei a morar na rua. Na verdade, chegamos sem dinheiro, não tinha dinheiro nem para comer, o quanto nós fizemos até hoje não tem como explicar.... ninguém queria arrumar uma casa nem emprestado e nem para tomar conta, porque sabia que com este tanto de crianças todas pequenas é ruim, uma casa com criança, mas a gente cuida para não fazer uma coisa errada, não conseguia arrumar, moramos um pouco no albergue, um pouco na rua. Aí, encontramos uma casa abandonada. (Marta)

Mandei para minha sogra que morava num sítio, vai lá, descarrega a cabeça no sítio e volta, e lá ela engravidou do primeiro filho dela. Ela veio para casa grávida, eu criei a menina e daí ficou, todo o ano um filho, até que ficou doente. Ele falava para os filhos que cada um que se virasse, cada um se virou e com mulheres também. (Vera)

(...) passou um tempo, mas lá só com minhas filhas pequenas, as duas que eu tenho agora e aí voltei para a casa da minha mãe, pedi auxílio da minha mãe e aí eu vi que não dava, saí de novo de casa e vim para a casa de uma amiga minha, não tinha nem onde eu morar. (Rose)

Aha...se melhorou?... acho que a minha vida não mudou e não vai mudar mais. Ah...depois que eu perdi meu filho...ich.....acabou tudo pra mim. Depois que ele morreu acabou tudo, nossa, minha vida acabou...(Rose)

Meu pai morreu, de... ele tinha trombose nas pernas e aí deu câncer, ele perdeu a metade da perna e daí...e ele sofria de acesso também né, aquela doença de ataque que dava, e ele bebia também. (Marta)

(...) com os filhos na rua...de lá para cá foi mais sofrimento ainda porque as crianças estavam na rua, já tinham aprendido o que não prestava com o pai, era o pai que ensinava. Ele que ensinou. (Marta)

Eu engravidei 4 meses depois de casada e aí eu pensei, nossa, Deus me livre eu ter um monte igual meu pai, tudo largado, jogado, sofrendo...ninguém pede, oh, eu quero nascer, quem tem que cuidar é a gente... (Beatriz)

Essas famílias, empobrecidas de esperança, de projetos de vida, submetidas a condições de vida precárias sem garantias dos serviços mínimos e dignos, sofrem também influência dos processos culturais e sociais de exclusão que enfraquecem a sua capacidade de fazer valer os seus direitos e proteger seus membros (BERNARDI, 2010). Uma vez frágeis, os filhos dessas mulheres e também os netos, como relatam Lorena, Dora e Rose, buscaram suporte afetivo no casamento precoce reforçando o ciclo de vulnerabilidade, repetindo o caminho percorrido pelos pais.

Aprontou, arrumou uma mulher e veio morar com ela aqui, arrumou a mulher lá na praia e veio morar aqui. Ela estava grávida dele. Logo depois veio o Julão que estava lá na instituição, pediu para morar aqui, voltar para casa. Logo arrumou uma mulher, também aí ficou apertado, mais do que já era, o Milton arrumou uma casa para ele morar com a mulher. (Lorena)

O Luis (neto), o que ele ganha, ele vai morar com a mulher dele, vai morar lá no terreninho que o irmão deu para ele, tem uma casinha lá, mas está ruim, tem que arrumar... O Luis está bem, a mãe da mulher dele, Deus me livre, leva ela todo o mês para tomar injeção, cuida dela. (Dora)

(...) Uma já tem um nenenzinho, ela tem 14 anos e ele (bebe) tem um mês e um pouco. Então, ela não é casada, tem um namorado lá, eu sempre dou conselhos pra ela, que se for para ela sofrer, que não saia daqui de dentro, que ela está aqui comigo, eu to dando uma força para ela e para o nenen né, e lá fora não quero que ela sofra com o neném como eu sofri, passar o que eu passei, como uma qualquer por aí... (Rose).

Criar e educar os filhos, garantir desenvolvimento saudável, tem sido, para as famílias, tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida. Vários companheiros

acompanham a trajetória de vida dessas mulheres e deixam suas marcas em suas vidas, concretizadas em novas crianças que não contam com estrutura mínima para a sobrevivência digna. Como se não bastasse, a dinâmica familiar é marcada pela luta em busca de novas oportunidades, pelas idas e vindas por diferentes contextos, entre eles, a rua. “Este cenário, conseqüente das profundas desigualdades sociais, colabora para que a violência ultrapasse as relações de gênero, etnias e de gerações” (PNCFC, 2006, p. 51 apud BERNARDI, 2010, p. 38).

Violências, segundo indicador conseqüente da *repetição do ciclo*, têm expressado, ao longo da história, diferentes significados e variadas formas. Entendida por Mynayo (2005) como um fenômeno complexo, multifacetado e resultante de múltiplas determinações, é também um fenômeno sócio-histórico que permanece presente na sociedade, alimentado pelas desigualdades sociais e fortalecido nas relações interpessoais enfraquecidas por diferentes fatores; tem na família, na figura da mulher, a sua maior incidência. Violência é todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, ou por um cônjuge contra o outro, pela madrasta e padrasto sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima.

Dos tipos de violência, a que ocorre com maior frequência, é a violência intrafamiliar contra a mulher praticada por seu parceiro. Tanto a mulher quanto o homem sofrem violências, podendo ser praticadas um contra o outro e pela sociedade nas diversas esferas. Segundo Weber (2006), Oshitaka (2011), quando adultos, o homem tem sido o maior agressor e a mulher, a vítima de uma ou mais formas de violência interna à família por entre as gerações. Depois da mulher, os filhos são os que mais sofrem maus tratos (NEVES, 2004). No caso deste estudo, não foram investigados homens/maridos/pais. Sobre a violência intrafamiliar, seis das dez participantes (Cida, Marta, Rose, Dora, Amélia e Lorena) relatam diferentes expressões de violências praticadas pelo (os) companheiros.

Se eu falava alguma coisa ele batia também, do mesmo jeito, nem eu nem a mãe dele podíamos falar que ele batia igual, aí a gente não falava nada, calou... Aí aconteceu do irmão matar ele. Disse que tinha parado de beber, mas não parou nada. (Cida).

Briga, briga entre casal sempre tem né, mas não era briga de um agredir o outro (1º. marido), ser violento, assim grave, mas só que tem aquele ditado, quem é bom vai cedo e sempre fica os ruins para incomodar. Tem assim um bom tempo que ele começou a ficar violento, comecei a ganhar o primeiro filho dele que é o José, ele já começou a judiar das crianças. Judiar de todos, até de mim ele começou a maltratar, fui aguentando. Voltei para a delegacia da mulher e registrei mais uma queixa, a juíza falou que ele estava brincando demais com a lei. Mandaram a intimação para prender, pegaram ele e deixaram preso, deixaram mais ou menos 6 meses preso até a juíza chamar ele, a audiência. (Marta).

Meu marido, que morava comigo, tinha 2 filhos e me trocou por uma mulher do amigo. Aí o amigo foi... se revoltou, pegou a corda e foi no mato, pegou uma corda e se matou enforcado. Ele tinha tomado a mulher do próprio amigo. (Rose)

Eu tive outro casamento que é o pai do Rodinei. Este morreu faz 3 anos, com 2 tiros nas costa, ele foi escapar de um tiroteio e pegou nas costas dele, morreu com 2 tidos nas costas. (Dora).

Meu marido não era violento não, bebia um pouco, ele não prestava.. (Amélia).

(...) Dizia piadinhas, ficava abobalhado e eu ficava na minha, não falava nada, não me metia. Ele via que eu não dizia nada e me provocava, jogava água em mim para me irritar, povocar, não gostava que eu tomasse banho para esperar ele, ficava bravo, eu não podia me arrumar para esperar ele ou tomar banho, ele achava que era para provocar ele, me empurrava, pulava em mim para me bater. Não aguentava mais ele, bebendo, me maltratando, xingando de tudo o que era coisa, eu pensava em coisas, ou eu matava ele ou me matava... Por causa da bebedeira dele, ele me agredia todos os dias, já não aguentava mais...teve uma época que eu não dormia dentro de casa quando ele bebia, eu dormia em cima de uma árvore, tinha medo de entrar; era os meus filhos pequenos, o Julio que abria a porta de manhã cedo para eu entrar quando passava a bebedeira. (Lorena)

Assim como a pobreza, a violência também é um dos fatores de risco que interfere no desenvolvimento e adaptação das pessoas. Aqui as representações de violência são reveladas pela agressão física, atitudes humilhantes como “xingamento”, “piadas”, “agressão verbal” e “falta de conduta” que nos remetem à manifestação da violência simbólica (BOURDIEU, 2007) e, dependendo da intensidade das formas de violência, podem causar traumas permanentes e até mesmo tragédias familiares.

Mais o meu pai, a mãe era menos. A mãe ficava agressiva também, mas não como meu pai, era diferente. Ele jogava as coisas na gente, ameaçava com o facão, dizia palavrões, xingava muito de tudo o que era ruim, fazia a gente trabalhar no pesado. Ela tinha medo dele como nós também, ela ficava braba

porque nós aprontava e botava de castigo. Ficava olhando para a parede trancado no quarto e tinha que ir dormir. (Lara)

Para Bronfenbrenner e Evans (2000), quando a família vivencia eventos de vida estressantes como saúde, divórcio, desemprego, violência de todos os tipos, desrespeito, humilhação pode apresentar disfunção nos processos proximais entre pais e filhos, baixa responsividade parental, angústias psicológicas, alterando o ciclo vital da família e gerando comportamentos negativos, principalmente para com os filhos.

As formas de violência vividas pelas participantes acima se mostram como um ciclo vicioso que durou meses, anos, uma vida. Houve fases de tensão, agressão, separação, recaídas e a reconciliação. Viveram todas as formas de violências como física, institucional, moral patrimonial, psicológica, negligência, abandono e sexual. Segue abaixo o relato de Marta.

Neste tempo todo que eu vivi com ele (marido) foi só sofrimento, que teve uma época que eu fiquei bem doente, e ele me judiava, me maltratava bastante, chegou até me agredir, para me defender, defender meus filhos, me batia demais também.(...) procurei até tirar a menina mais velha de casa e mandar para minha mãe porque a menina estava sendo muito judiada. Podia chamar a polícia, ele sempre corria de casa, ele sempre fugia e só voltava depois que a polícia fosse embora, ele retornava, era sempre assim, aí não aguentei mais. Fui no Conselho Tutelar e na polícia, eu me separei dele, ele saiu de casa, ele saía e voltava, saía e voltava (...), foi que eu peguei e fui na delegacia da mulher, registrar queixa na delegacia da mulher e depois de uns dois, três anos, registrei outra vez queixa na delegacia da mulher, pedindo socorro, pelo amor de Deus, que ele estava demais, foi uma época que eu estava cansada de apanhar, ele chegou bêbado, chutou o fogão com tudo, quebrou, pegou a mesa, pegou uma cadeira para virar e atirar em mim, eu estava com a faca que eu estava fazendo a salada... aí eu peguei uma faca e dei uma facada nele, dei uma facada para me defender, esta faca eu dei para acertar nele em cima do coração e ele levou muita sorte, ficou 3 dias internado, fizeram até cirurgia, fizeram ponto nele e ele não morreu, voltou para casa de novo. (Marta).

Marta é uma das mulheres entre milhares que sofreu diferentes formas de violência até ter coragem de denunciar. A denúncia só aconteceu quando situações envolvendo violência física se tornaram mais frequentes. Mesmo com a criação da delegacia da mulher e acessibilidade a esses espaços, as violências ocorridas no interior das famílias ainda são ocultadas, seja pela própria família ou pela sociedade. Sobre isso, os estudos de Oshitaka (2011), chamam a atenção

de diversos fatores: o agressor, a impunidade, o medo de denunciar e a baixa procura pelos serviços de atendimento. O mesmo autor chama a atenção para os números registrados, lembrando que podem ser maiores aos apresentados nas pesquisas, pois sabe-se que, mesmo crescendo as denúncias, infelizmente 80% das mulheres ainda não a formalizam e nem pedem ajuda.

A família é referida por Szymanski (2000) e Wagner (2002, 2003), como palco de múltiplas armadilhas. Em seu interior, as pessoas são ainda mais vulneráveis, em vez de terem proteção, afeto e aconchego. As interações que deveriam ser de apoio, compartilhamento e crescimento, muitas vezes, tornam-se *locus* de perigo e opressão, sendo, nesses casos, prioritariamente, um ambiente de estresse, ameaças, perigo e intolerância às diferenças e aos conflitos. A coisificação dos sujeitos sociais e o aniquilamento da possibilidade de expressão das crianças e adolescentes que vivenciam essas situações passam a ser a marca da dinâmica familiar, que se manifesta em violência física, social, sexual, emocional e simbólica.

Sofrendo diferentes formas de violência, também no segundo casamento, e orientada a denunciar, Lorena nunca denunciou seus companheiros.

O primeiro casamento. Brigamos, depois voltamos, ele arrumava as malas e saía de casa, voltava, saía de novo, voltava. Ele bebia e começou a se envolver com mulheres. Um dia, nessa ida e volta dele, eu esqueci de tomar remédio e engravidei do meu outro filho. (Lorena)

Com o segundo casamento não foi diferente.

(...) Eu tinha medo e achava que ia passar, que era uma fase ruim, falta de serviço e logo ia passar. A própria mãe dizia, se ele não te bater, você pode ir embora com ele, mas se ele te bater vai dar parte dele, não espera mais, lá ia eu, morrendo de medo, quando eu chegava em casa vinha a vizinha conversar comigo e eu, dava graças a Deus que tinha alguém conversando comigo, eu ficava conversando e quando eu ia olhar, ele já estava dormindo, era quando eu ficava feliz e podia respirar. Nunca fui, eu sentia aquele medo sabe....quando eu me amiguei com o pai da Kau, eu ainda sentia aquele medo de sofrer, de ser espancada, humilhada....(Lorena)

Como apontado anteriormente, a violência é marcante na vida das mulheres participantes. Para duas delas (Marta e Vera), a violência também fora praticada pelos pais e por diferentes formas.

O pai batia, várias vezes o pai pegava o José, podia estar frio. Do jeito que fosse o tempo, ele pegava o José, batia, tirava toda a roupa dele colocava ele para dormir até debaixo da cama. (Marta)

Meu pai era muito ruim para mim, meu pai e minha mãe... eu não podia sair de casa e eles surravam a gente, eu e minha irmã queríamos arrumar um casamento seja lá com quem fosse, eu fugi da casa dos meus pais. Ele (marido) queria, queria de todo jeito, por fim virou minha cabeça e eu fugi (risos). (Vera)

Para Sílvia, a violência praticada pela madrasta tinha o consento do pai.

Minha madrasta tentou muitas vezes, ainda tenho o corte na cabeça, ela um dia me deu uma facada, levei 7 pontos (mostrou na cabeça uma cicatriz). Outro dia ela me queimou, me pegou, levantou assim...e me jogou dentro da bacia com água fervendo, me queimou de eu não andar mais. Foi muito triste, eu só não morri porque Deus não deixou, mas sofri como um "bicho" sarnento. Ela aproveitava para me machucar, me matar, mas não conseguia, meu pai vinha, via tudo e não fazia nada, acreditava nela sempre. (Sílvia)

Sílvia se refere à violência praticada pela madrasta e de certa forma, também pelo pai, mas em nenhum momento se refere aos sentimentos sobre a deficiência e sobre ser uma pessoa com deficiência. Nesse sentido, Darling, (1993); Cecconello, De Antoni e Koller (2003); Weber (2006), pesquisaram sobre estilos parentais e, em seus estudos, observaram que alguns pais tendem a repetir o modelo parental aprendido, enquanto, outros tendem a quebrar tais padrões, educando seus filhos segundo padrões completamente diferentes dos aprendidos.

Para os pesquisadores Ehrensaft e Cohen (2003), padrões disfuncionais como negligência, indulgência, agressividade e abuso relacionam-se a transmissões intergeracionais, ou seja, as mulheres, bem como as crianças, obedecem ao homem, tido como autoridade máxima no núcleo familiar. Essa autoridade, uma vez violada, pode desencadear conflitos e, como forma de resolução dos conflitos, apela-se para o uso da violência como forma apropriada de solução dos conflitos (GOMES, *et al*, 2007). Essa prática não se refere única e exclusivamente aos homens, mas também, com menos frequência, às mulheres.

Conflitos também estão presentes quando há educação e cuidado pela madrasta. Para as crianças e os adolescentes, bem como para os adultos que foram cuidados antes pelos pais biológicos, a perda é sempre um processo complicado. Mesmo que a madrasta ou o padrasto cuide, seja afetuoso e

responsável, a primeira referência que fica é a dos pais; é com eles que gostariam de estar, independente do que se faça para mudar os fatos.

Diferente da violência contra a mulher é a violência contra crianças e adolescentes. Caracterizada pelo abuso do poder disciplinar e coercitivo de pais ou responsáveis, pode se prolongar por meses e anos e é considerada uma violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente em sua condição de humanidade (RIZZINI, 2006). Marta, Rose, Dora, Beatriz, Vera e Lorena relatam no texto a seguir as diferentes formas de violência contra os filhos e irmãos, praticadas pelos pais e avós.

Ele tinha lá uns amigos que ele se envolveu, andava com eles lá, já fazia tempo que queriam matar este rapaz que matou ele e aí quando foram matar este rapaz o meu estava junto, este rapaz devia muito dinheiro, os homens disseram “eu não quero matar vc (Andi)”, sai fora, os cara falaram para ele, mas ele era ruim, ele disse “não...pode me matar, seu filha da puta”, ainda xingou e ainda cuspiu na cara do homem. Daí o rapaz matou ele. (Rose)

(...) daí um dia, então, como eu também brincava, eles pegavam a caixa de brinquedos, brincava com as meninas, daí ela chegava em casa, pegava aquela bagunça, eu não tinha noção de chegar tal hora e arrumar a bagunça, levar os brinquedos para os quartos, eu deixava tudo, mas ela não gostava, me pregava lenha....(batia). Ich... mas eu levava cada coro (surra) dela que nossa... Tinha 7 anos e um pouquinho, daí foi indo, foi indo e um dia ela me deu de cabo de vasoura, saiu sangue da cabeça, pelo nariz.(Dora)

A minha avó, não é que ela não goste, é o jeito dela, mais fácil ela te dar um tapa do que estar te passando a mão. Com meu pai, desde que eu nasci meu pai usa drogas, na verdade até tinha um pai um certo tempo assim, mas assim, pai de vez em quando me levava para jogar bola, me ajudava, nunca amei ele. Quando eu era pequena ele me batia, só que depois ele começou a me provocar, ele ficou mais violento, tanto que ele batia na falecida mulher dele, nos filhos também, então assim, teve vários dias que várias vezes eu entrei na frente dele brigando com ela. (Beatriz)

Então, minha vida foi assim, daí a minha mãe também, o ex marido da minha avó batia nela, tudo, sabe, então eu cresci no meio das coisas erradas, eu não cresci no meio do que prestava, nada de bom, eu não tive exemplos, o meu exemplo foi o exemplo dos outros, só que a minha cabeça foi diferente, os meus irmãos já não tem esta cabeça. A minha avó é sistemática, tem hora que ela está te amando, tem hora que ela está odiando, eu já, entre aspas, eu já acostumei, entre aspas, 24 anos com ela, eu já acostumei, só que a mulecada rebelde não entende. (Beatriz)

Nos filhos? Às vezes sim, quando eles faziam arte, só assim. Nesta (filha falecida) acho que surrou uma vez só. Ela tinha uns 16 anos. Por causa que ela saía muito fora de casa, aí ele deu umas cintadas. Ela fugiu. (Vera)

Não como era comigo, eles, ele colocava de castigo, dizia coisas, xingava, mas eu ele batia, pulava em mim. Ele colocava (filho) de castigo em cima de tampinha de garrafa, grão de milho... colocava contra a parede... ele bebia e ficava louco, vinha de cadeira para cima de mim, queria me jogar e me jogou, eu estava com o Jonas no colo, ele era bebezinho, eu bem depressa levantei o braço para defender e ele me acertou, levei pontos, inchou o meu braço e a cadeira caiu em cima da cabeça do Jonas, fez um corte bem grande. (Lorena)

A fala da Marta aponta conflitos entre filho/pai/mãe, ao relatar que o filho sofre violências dentro de casa e, por isso, vai para a rua em busca de segurança. Cenas de crianças agredidas pelos pais são, para Neves (2004), prática comum que perpetua por anos sem limites de fronteiras. Para Marta, o filho na rua representa proteção e menos violência que dentro de casa.

(...) Ele apanhava do padrasto, várias vezes o padrasto reivindicava até o que come dentro de casa, sendo que era eu que estava pondo e vivia ajudando, dando comida, não deixava ele comer. Várias vezes ele (o pai) colocava o José (filho) para pedir na rua e trazer dinheiro pra ele dentro de casa e o José sempre ia fazer a vontade do pai né, se não fosse, apanhava e eu sempre fui contra, mas sempre ele agredia até eu porque eu não queria deixar ele levar os meninos para rua. Aíii o José ia, de medo de apanhar, mas se ele chegasse em casa sem dinheiro e sem latinhas, apanhava. Várias vezes eu vi aquele sofrimento do meu filho, o Tales também, aquelas cenas, apanhava também dele, até o Tales procurou a rua porque era melhor para ele, sofreu bastante também na rua. (Marta)

As representações de violência acima descritas apontam como causa, diferentes fatores, dentre eles, o uso de álcool e drogas, exclusão social, falta de emprego e oportunidades, violência na comunidade e falta de segurança pública (D'ARÓZ, 2008; PRECOMA, 2011). Ao relatarem diferentes formas de violência com os filhos e praticadas pelo pai, indaguei Marta e Lorena sobre a reação dos filhos frente a essa situação.

Se queixavam, só que eu falava para eles assim, oh..vocês estão sofrendo, só que um dia nós vamos vencer na vida, nós vamos sair do sofrimento, foi que...foi que eu criei a coragem e fui registrar queixa. Criei coragem e fui. Estou sem ele graças a Deus. (Marta)

(Pai) Trancava eles no quarto e mandava ficar lá, não sair. Os filhos não diziam nada, nunca falavam nada. Obedeciam. (Lorena)

No caso de Sílvia, a violência contra os filhos foi praticada por pessoas externas à família.

(...) Maconheiros, traficantes, drogas a gente sabe que têm por todo o lugar, mas quando eu cheguei em casa, eles estavam machucados, já estavam com o Conselho, a polícia, a juíza no hospital. Pancadaria, soco, chute no corpo, eles ficaram roxos, principalmente o mais velho, o Nando foi o mais machucado. (Sílvia)

Alguns familiares acreditam que na falta de outras alternativas, na hora de estabelecer limites, castigar com o uso de “violência” é a melhor forma de educar e disciplinar os filhos. Em alguns casos, os pais utilizam violência física contra as crianças no intuito de protegê-las. Segundo Rizzini e Barcker (2003), essa prática é muito comum nas famílias, principalmente nas de baixa renda.

Sobre o indicador *carência afetiva*, ele emerge de várias formas dos relatos das histórias de vida das participantes. Os relatos denunciam falta de atenção e de cuidado com elas e com a própria vida por parte da família e da sociedade. Denunciam, também, a ausência de afeto por parte de alguns pais, companheiros, irmãos, filhos e netos.

Por outro lado, a reeleitura das histórias permitiu à pesquisadora observar que o afeto se apresentou nas atitudes, sem que para isso o pai, marido/companheiro, irmão, filho ou neto precisasse verbalizar a existência desse sentimento.

Era bom com as crianças, nem era os filhos legítimos dele, não deixava faltar nada. (Dora)

Ele me ajuda, não ganha muito, mas me ajuda, se não fosse ele, eu nem sei..... a gente tem problemas que todo o casal tem, (...), mas a gente se dá bem, mesmo com os problemas da minha família (Beatriz)

Sobre o carinho e o cuidado recebido pelos pais, Vera, Sílvia, Beatriz e Lorena relatam:

Não davam carinho para ninguém, uma vez me bateram, quase me mataram, a minha irmã estava namorando e eu que era a mais velha tinha que cuidar das irmãs, se eu não deixava elas namorar, senão me batiam. (Vera)

Meu pai? Aquilo não era um pai, ele não fazia nada, pelo contrário, ajudava a mulher dele a me judiar, acreditava nela e me batia também, de cinta e tudo. Ele me fazia trabalhar, na roça e depois em casa, limpar a casa e ela ficava mandando eu fazer rápido....ficava sentada olhando. Ela tinha um outro filho

que ela tratava bem, dava comida na hora certa, dava doces, pirutitos, yougurte e, para mim, nada, eu passava fome e vontade. (Sílvia)

Na minha história de vida, eu gostaria de ter tido uma família, não ter perdido meu irmão, poder dar uma vida melhor para os que eu tenho agora, fazer eles se sentirem bem, não tipo assim eu disse antes, poder ter mudado isso, a família que eu digo assim, agora eu montei uma família só que a minha família, desde que eu nasci, que eu cresci, faz muita diferença, meu maior desejo é que sejam felizes, que tenham uma vida porque eu não tive e eu sei a dor que é. (Beatriz)

Eram (afetuosos) do jeito deles. Ela se aposentou por invalidez e tudo o que a gente conseguia comprar, o terreno da casa, era com o dinheiro da pensão dela, que ela ganhava do serviço, deste dinheiro a gente comprava a comida. Minha mãe dizia, no mês que vem vou comprar uma roupa para vocês, ela comprava para cada um de nós. (Lorena)

No discurso, Vera, Sílvia, Beatriz e Lorena não assumem para si a responsabilidade da mãe ou do pai. Ao longo da vida, de várias formas, faltou-lhes afeto, atenção e cuidados. Sobre o carinho recebido pelo companheiro, Cida, Vera, Marta e Lorena relatam que, com as diferenças e a normalidade dos desentendimentos conjugais, havia mais problemas que afeto.

Daí fui morar na casa do marido, foi lá que começou a bateção de cabeça, morava num lugar, morava num outro lugar, aí não parou mais. Triste, eu não tinha nenhum minuto de alegria. Ele nunca me deu nada, nem em vida não deixou nada, nem um palito, nada. Ele nem tinha nada, os documentos deles, ele bebia, perdeu tudo, não tinha nada. (Cida)

Casar, daí tem o compromisso de cuidar da casa e eu graças a Deus tive o primeiro marido e é o mesmo até hoje. Como se diz o ditado “levando chifre” mas estou aguentando. Tantos chifres como Deus quiser. Ele sabe que eu sou uma mulher de respeito, ele sabe que eu não largo dele, então... faço a prova para ver se ele me larga, mas eu não largo. (risos). Quando eu casei com meu esposo, a mãe dele não queria que ele casasse comigo porque eu era evangélica e eles eram de uma religião espírita, aí ela não queria que ele casasse comigo, rogou praga nele, se ele não largasse de mim, ele ia chorar lágrima de sangue que não tem quem controla, então, ele se põe nisso, que a praga da mãe caiu na filha dele para nós ficar nessa situação. Nos separaremos no dia em que Deus quiser, que o amor separa. Desde quando eu tive o primeiro filho. Faz 40 anos hoje, sempre me traindo. Quando ele era solteiro, era gente boa. Era um rapaz que não saía de casa, minha irmã deu conselhos, minha tia deu conselhos, deram conselhos para o homem errado, ah...fulana, casa com este rapaz, ele é direito, eu não gostava dele na época. (...) Eu nunca tive um carinho de ninguém. Não, nunca. Hoje eu choro porque nunca tive um carinho de ninguém (choro), nem dos filhos... Nem do

marido. Um carinho, sem um carinho nada é feito. Se derem carinho para as pessoas é bom. (Vera).

A falta de carinho e cuidado é uma constante na vida das participantes. É diferente de receber consolo. Sentem-se congeladas de angústias, às vezes, de raiva e assim, seguem tentando, esperando dias melhores. O cuidado e o carinho refere Estes (2009), “levam a mulher de um lugar para o outro” (p. 240). Vera relata a dor que sente pela falta de carinho, a frieza do marido, filhos e netos, congelou seus sentimentos, seus pensamentos ficando apenas viva a cada dia sem poder despertar para uma vida com um futuro diferente porque a sua desgraça é como um gancho na qual ela se pendura todos os dias.

Ele era trabalhador, não deixava faltar nada, mas só que era um homem que não saía da bagunça, daí, desisti e voltei a morar com minha mãe. Meu marido (segundo) aceitou eu porque eu tinha o filho, prometeu ajudar a cuidar, os 6 anos que eu convivi com ele, o que ele me deu foi 4 filhos. Deu mais 4 filhos, eu não me arrependo dos 4 filhos que eu tive com ele, são filhos abençoados por Deus, só que me arrependo do sofrimento que vivi com ele. (Marta)

A gente foi se conhecendo, fui contando minha história, ele foi contando a dele, no começo de tudo, ficamos 6 anos juntos, era tudo às mil maravilhas, aí veio a Kau, parece que ele se transformou quando ela veio. (Lorena)

Percebe-se uma contradição na vida dessas mulheres. A vida era ruim, mas permaneciam nela mesmo assim. Misturam-se discretamente qualidades de trabalho e qualidades pessoais (cuidados). Às aptidões juntam-se as necessidades materiais como suporte aceito e entendido como suficiente na manutenção do casamento. A separação, casamentos insatisfatórios e novos casamentos são fatores comuns presentes nas histórias de vida das participantes.

Observa-se que a maioria dos parceiros são vizinhos ou conterrâneos conhecidos ou parceiros de trabalho delas ou de um familiar. Essas características são mais comuns nas famílias que vivem no campo. Conhecem-se desde sempre, têm histórias comuns, vivem no mesmo meio social, é gente da terra, vila ou bairro, cedo ou tarde acabam casando. Nos centros urbanos a situação não é radicalmente diferente, mas os encontros que acabam em casamento são mais frequentes com pessoas até então desconhecidas, apresentadas por amigos em encontros ocasionais do que com conhecidos ou vizinhos. Não se preocupam com festas, detalhes, igreja, apenas com o casamento (viver junto). Na cidade, os casamentos acontecem com mais

frequência na fase adulta enquanto no campo, casam mais cedo ainda na adolescência ou início da juventude (entre os 14 e 22 anos). Cida, Vera, Marta e Lorena relatam viver uma vida conjugal de conflitos emocionais, mas permanecem casadas por anos com o mesmo companheiro e repetem o mesmo com o companheiro seguinte.

No caso das mulheres, quando havia a presença dos sentimentos de intimidade e de envolvimento afetivo, havia com maior intensidade outras dificuldades, como a pobreza, falta de trabalho, saúde, dentre outras. Para superar tais dificuldades, os casamentos, muitas vezes insatisfatórios, instáveis, com violências, se mantinham por muito tempo. Esquivar-se das dificuldades permitiu a muitas pessoas seguir em frente; e é assim que as mulheres participantes deste estudo justificam a convivência de anos junto ao seu companheiro, sem se separar, sem denunciar as violências praticadas por eles. Entre outras causas, a situação financeira tem sido tanto o sucesso ou o fracasso de muitos relacionamentos. Se com o companheiro era difícil, sem ele, era pior.

Argumenta Smolka (2004, p. 12), nem tudo é preciso ser verbalizado ao compor os sentidos tanto para o pesquisador quanto para o sujeito pesquisado.

Os sentidos podem ser sempre vários, mas dadas certas condições de produção, não podem ser quaisquer uns. Eles vão se produzindo nos entremeios, nas articulações das múltiplas sensibilidades, sensações, emoções e sentimentos dos sujeitos que se constituem como tais nas interações; vão se produzindo no jogo das condições, das experiências, das posições, das posturas e decisões desses sujeitos; vão se produzindo numa certa lógica de produção, coletivamente orientada, a partir de múltiplos sentidos já estabilizados, mas de outros que também vão se tornando possíveis.

Sílvia fala do companheiro como uma pessoa boa e, mesmo ficando sozinha com a criação dos três filhos, não fala do casamento como uma fase ruim.

Era bom, trabalhador, não deixava faltar nada para mim e para os filhos, mas era doente, daí morreu, os filhos eram pequenos, o Fabi tinha 4 anos, o Bricio tinha 6 e o Nando era o mais velho, tinha 8, fiquei eu com 3 crianças pequenas para criar. (Sílvia)

Ainda sobre o afeto entre pais e filhos, quando questionadas sobre o afeto dos filhos para com o pai e vice versa, Amélia, Vera, Lorena e Sílvia trazem indícios de os filhos não terem uma relação intensa com o pai.

Eles conheceram o pai, mas não tem aquela convivência de pai e filho, ele nunca procurou saber se os filhos estão bem, vivos....para os meninos é como se ele fosse um estranho. Ele nunca procurou, nunca ajudou, eu nunca fiz questão de procurar por ele sabe....ele está lá não sei onde, eu aqui, o importante é eu estar com meus filhos. Ele não se interessa pelos filhos e é um cara que não vale a pena procurar, correr atrás. Se a minha vida está difícil, a dele está pior ainda, está feia, prefiro ficar longe. (Amélia)

Não, nem foi um pai amoroso. (Vera)

Não era muito de estar com os filhos, ele trabalhava o dia todo, mas não batia, botava eles de castigo, mas não batia. (Lorena)

Ele era bom, não era agressivo, nunca usou violência nem comigo, nem com os filhos, naquele tempo a vida era boa, tinha dificuldades, brigas de casal, mas sem bater um no outro, mas era boa. Era igual, ele botava de castigo, não era um pai grudento, de dar beijo e abraço, assim... mas não deixava faltar nada, não batia neles. Ele está morto, faz tempo, eles eram pequenos, ele tinha uma doença e morreu. O (segundo companheiro) Nunca vi nem bater nem usar drogas e meus filhos nunca reclamaram dele. (Sílvia)

No caso de Marta, nem o pai gostava dos filhos nem os filhos do pai.

Até hoje ele (filho) fala que não gosta do pai dele, ele fala que o pai dele para ele não é ninguém, o pai dele, ele fala, ele tem pai, mas é Deus e abaixo da terra qui, que ele fala é o coordenador que recolheu ele, cuidou e está dando amor, carinho e educação. (Marta)

Nem sempre o pai biológico é aquele que assume a função paterna. Ou a mãe biológica é aquela que desempenha a função materna. As combinações, os estilos parentais, hoje, são os mais variados. A presença da madrasta e do padrasto configura um deles, como no caso da participante Sílvia.

Não sei onde está (madrasta), nunca mais soube dela, se está viva, casada, se tem filhos, não sei dela. Não, ela também nunca procurou por mim. Meu pai morreu, minha madrasta acho que morreu também, me disseram que ela morreu.....e o filho dela, eu não sei e não quero saber, nem prestam, não quero eles perto de mim. (Sílvia)

O que nos chama atenção no relato da Sílvia é a diversidade de sentidos e significados presentes na questão do “abandono afetivo” por parte dos pais e dos filhos para com os pais. Afetividade, a convivência e a demonstração de interesse da parte dos pais são essenciais e de suma importância a autoestima

para o desenvolvimento saudável dos filhos. A falta de afeto dos pais pode gerar nos filhos, quando maiores, comportamentos de rebeldia e de agressividade. Se os filhos não se sentem amados na infância, quando adultos podem se tornar pessoas amargas e com dificuldades em demonstrar afeto. Tornam-se pessoas fechadas, inseguras, com baixa autoestima e, em alguns casos, podem usar drogas, violência e rebeldia como refúgio. Tornar-se adulto, porém, é descobrir que o baralho nunca estará completo, que nem mesmo existe um baralho completo (WEBER, 2004).

6.4 A possibilidade de novo percurso

Recomeçar a vida não tem sido tarefa fácil para as dez participantes do estudo. Porém, cada uma do seu jeito, recomeçou a sua vida a partir das possibilidades encontradas após tantos sofrimentos, histórias de começos e recomeços, de sucessos e insucessos, mas com a esperança de um outro dia, diferente e melhor.

Frente a tantas dificuldades vivenciadas de várias formas, as *amizades*, indicador do núcleo *a possibilidade de um novo percurso* serviram como base para recomeçar a vida. Para Marta e Lorena, poder contar com pessoas solidárias, com amigos, foi fundamental para recomeçar uma nova etapa da vida.

Fui na rádio procurar serviço, fomos na rádio procurar quem podia ajudar nós, uma casa para tomar conta ou emprestada por um tempo né, só que com um monte de crianças, ninguém queria ajudar. Achamos uma casa abandonada. Procuramos de quem era o dono, ninguém sabia informar, entramos. O vizinho emprestou água, limpamos tudo, vaso entupido, desentupimos, o quintal todo sujo, roçamos, limpamos tudinho, não tinha cerca, era toda aberta, os vizinhos ficaram com dó de nós, compraram tela, compraram prego, madeira e deram para nós fazer uma cerca, fizemos uma cerca boa. (Marta)

E complementa:

Chegamos aqui, foi o que aconteceu, não tinha a casa para morar mais, fomos procurar parentes, os parentes receberam nós, ele conseguiu dinheiro emprestado com os amigos dele no Capão da Imbuia, ele tinha bastante amizade por lá, os amigos dele emprestaram dinheiro, nós alugamos uma casa, mas só que, as crianças ficaram revoltadas, todas nervosas, foram procurar a rua, o pai estava

fazendo aquilo com eles. Conheço um casal de idosos, então, um casal abençoado por Deus, foi uns anjos da guarda que Deus me enviou... (Marta)

A tia dela estava sentada ao meu lado na beira da cama e disse, não se você não quer, ela não vai tirar (bebê), não vai fazer isso e se você não tiver coragem de ajudar criar eu ajudo ela, meus filhos já estão grande. Foi onde ela me deu apoio, ela me ajudou, eu comecei a ganhar roupinha de bebe e ela nasceu. (Lorena).

Para Sílvia, um novo percurso só será possível se estiver sozinha, sem companheiro, apenas com os três filhos. Para ela, estar viva, poder andar, só foi possível porque pôde contar com a ajuda de amigos. Observam-se no relato de Sílvia expressões reveladoras dos sentidos que se foram constituindo através das experiências vividas por ela, ou seja, os sentidos foram sendo construídos ao longo das suas experiências e, desses sentidos, a vida ganhou novos significados.

Sílvia pôde contar com amigos, em especial com um “anjo amigo” que diante do descaso público, da ineficiência das políticas públicas, lhe possibilitou meios de impedir ser mais um deficiente nas estatísticas governamentais.

(...) Daí ela (professora) me cuidava, me dava remédio, me cuidava, se não fosse ela, eu tinha morrido, não tinha a vida que tenho hoje, acho que seria melhor... daí uma mulher lá do abrigo junto com a assistente social do abrigo escreveram para aquele programa do Silvío Santos, aquele “Porta da Esperança”, pedindo ajuda para eu fazer uma cirurgia, elas escreveram, e eu ganhei... Ganhei, foi uma festa. As professoras gostavam de mim, me ajudavam, se não fosse a professora Carmen, eu não sei o que seria de mim hoje, ela foi um anjo na minha vida, foi tudo. (Sílvia).

Na narrativa de si, Sílvia organiza as palavras do seu discurso de forma reconfortante e, elas se constituem como redes de significações tomadas para se auto-interpretar sobre como era e como se sente agora. A interpelação acontece quando o sujeito se reconhece a partir dos discursos. Ele os toma como algo que lhe diz respeito, identifica-se e produz-se como um sujeito a seu modo, compreende e explica a si e ao mundo a partir de verdades.

Para Rose, até mesmo contar com a ajuda da família, da mãe, era difícil.

(...) Eu já rodei este mundão sozinha, mas para casa da mãe não voltei mais, meu irmão me expulsou, não voltei mais. (Rose)

Encontrar-se sozinha após tantas dificuldades vivenciadas ao longo da vida, não é simples. As participantes não relatam especificamente sobre a

questão financeira que envolve cuidar sozinha da casa e dos filhos, mas no que diz respeito ao amparo afetivo de alguns familiares e de pessoas desconhecidas, este último, foi fundamental.

Percebe-se, com isso, certa continuidade no processo de resiliência e vulnerabilidades ao longo do tempo e através das transições (COWAN; 1991; PETERSON; CAPALDI, 1991 apud CECCONELLO, 2003). Nesse sentido refere Ceconello, “algumas famílias, seriam, geralmente, vulneráveis e outras, frequentemente, resilientes através das gerações, como resultado de um processo intergeracional” (2003, p. 10).

Do indicador *consciência do caminho percorrido*, observa-se que ele aponta para a certeza de que, mesmo tendo passado por inúmeras adversidades, hoje podem dizer que conseguiram alcançar alguns dos objetivos propostos na vida. Os sonhos se confundem com as necessidades primeiras do cotidiano de cada uma das participantes. Os desejos são compartilhados entre ter uma casa própria, um trabalho remunerado mesmo que de serviços domésticos (TORRES, 2004), terminar os estudos, dar uma vida melhor para os filhos, sem violências e drogas, a conquista da liberdade e independência financeira, como os descritos nos textos a seguir.

Agora eu estou vivendo, agora eu tenho vida, não tenho ninguém para mandar em mim, bater, tenho emprego. Agora tenho paz, deitar na cama e dizer, agora vou dormir, não ficar esperando e aí chega uma pessoa bêbada, caindo, gritando em casa, batendo nas crianças. Trabalho, chego em casa, sempre no final do mês tenho dinheiro, antes eu não tinha nada, nunca nada, nada. Não deixem seus filhos entrarem na bebida e nas drogas, só isso, a bebida foi a desgraça da minha vida. (Cida)

Fica evidente o prazer e a felicidade que Cida sente em tomar a responsabilidade de sua própria vida para si e o prazer de dedicá-la à família. Cida nos faz lembrar da liminaridade dos ritos de passagem ilustrados por Da Matta (2000), que permite ao sujeito sair do universo marcado pelas dificuldades e brutalidades para experimentar a individualização por meio de escolhas pessoais, bem como, pela necessidade de se ver, de ter e ser diferente. De transformar o que antes era uma vida aprisionada em individualidade, determinando a sua autonomia, estabelecendo modelos de plenitude para a vida familiar e social.

O sentimento de Cida é também o de Marta, Vera, Rose e Lorena.

Depois que eu tomei coragem, fui dar queixa e comecei a lutar para vencer na vida e tirar ele de casa, graças a Deus tenho mais saúde, estou mais gorda, coisa que eu não tinha agora eu tenho que é um serviço registrado. Graças a Deus eu trabalhei, tenho um serviço registrado, estou ganhando até mais ou menos, conseguindo trazer o que comer para dentro de casa e até hoje esse casal que começou a pagar o aluguel para mim, me dá até hoje este dinheiro. (Marta)

(...) eu não podia pegar serviço registrado por causa da bagunça dele dentro de casa e ele sempre falava que eu não ia trabalhar, que eu ia caçar homem na rua, falava que meu lugar era rodando bolsinha na rua. Falei para ele que eu nunca fiz isso e graças a Deus nem vou precisar fazer isso. Falei para ele, graças a Deus, vou arrumar um serviço honestamente, vou ganhar meu dinheiro, você vai ver que eu não sou estas mulheres que você anda falando. Graças a Deus nunca precisei vender meu corpo na rua para trazer comida para dentro de casa. Olhando para trás agora foi a maior escolha que eu fiz né, meu companheiro...(resolver a situação de violência vivida com ele). Parecia bom, mas era sempre no começo, esses um que são muito santinho no começo, é porque vão aprontar né? (Marta)

Tive que trabalhar para construir esta casa, trabalhei 20 anos, trabalhei na Bosch, trabalhei 20 anos, daí o acerto deu para construir a casa. Hoje eu sustento eles, me aposentei e sustento eles, não dá para comer bem, mas dá para sobreviver, né. Agora hoje, eles respeitam mais eu. Porque eu coloco limites, dou ordens na casa. Antes sempre dei ordem, mas dou ordem e meu esposo puxa para o lado errado. Dou conselhos bons, ele vai e dá maus conselhos.(Vera)

Hoje melhorou, foi bem sofrida, mas melhorou. Nossa....o que eu passei dá um livro de histórias, mas melhorou bastante. Mudaria a minha vida em tudo.... (ficou calada). Pago aluguel, tudo direitinho..... Ah.....meu sonho, o que eu penso em fazer é trabalhar num serviço que me pagassem bem, e eu arrumasse um terreno e comprasse uma casa. Eu falo para a Fran, esta que está aqui, ela estuda, vai para a escola direto, na 6ª. série, um colégio integral, eu falo para ela não parar de estudar porque se parar, vai ser igual eu, eu parei, mas não parei porque eu quis, eu tinha que trabalhar para ajudar sua avó, agora vocês, eu não mando trabalhar, eu falo para vocês, não precisam ajudar em nada, eu é que vou trabalhar, vocês têm comida, tem cama para dormir, tem tudo né, vão para a escola e o que a gente puder ajudar a gente ajuda né. (Rose)

Estou bem, tocando a vida, trabalhando, a saúde às vezes atrapalha, mas no outro dia, levanto e vou trabalhar. Não quero mais saber de casamento, de bebedeira na minha vida, bebida é uma desgraça. Depois do pai dela eu não quis mais, vai fazer 5 anos que nós separamos. (Lorena)

Todas as participantes revelaram uma vida difícil antes do casamento e ao passar por ele, pela maternidade, assumir a família sem um companheiro, mas nem por isso perderam a esperança. Mesmo com tantas dificuldades, encontraram forças para se reerguerem, melhorar de vida e deixar para os filhos e

para outras mulheres a mensagem apresentada a seguir. Segundo Rey (2003, p. 241-254), as emoções estão estreitamente ligadas às ações, por meio das quais caracterizam o sujeito no espaço de suas relações sociais. Para ele, a vivência da pessoa que é constituída historicamente, gera um conjunto de emoções que, por sua vez, geram necessidades. As necessidades são entendidas aqui, como o sentido de gerar motivos para a pessoa se sentir parte do mundo.

Para cuidarem dos filhos, onde estão, com quem andam porque tá tudo muito perigoso, a criança é sempre a mais visada, mais fácil de enganar. Para darem amor, cuidado, educação. Para cuidar quando têm febre. Eu fiquei estes dias internada mais de um mês, de novo eu sobrevivi, acho que sou ruim de morrer. Tive gripe suína, faz uma semana que saí do hospital, fiquei muito mal, rezei porque achei que eu ia deixar meus filhos sem mãe, não têm pai e aí iam ficar sem mãe, mas aguentei firme, as enfermeiras me cuidaram e disseram seja forte, você vai passar desta e eu estou aqui. (Sílvia)

Voltando a um segmento de historicidade narrado, Sílvia complementa.

Cresci um pouco (ela tem 1,45), não sei te dizer, mas tenho as pernas finas até o joelho, não posso correr, sinto às vezes dor, mas vivi, sobrevivi, não morri e estou graças a Deus, andando, não preciso de muletas e de ninguém para me segurar de pé. Eu estou sozinha, não quero mais nenhum homem, quero trabalhar e levar meus filhos para morar comigo, é só isso que eu quero. (Sílvia)

Cada uma das participantes buscou reestruturar a vida com os recursos sociais e emocionais que tinham disponíveis. Quando perguntei às participantes “Se mudariam algo na vida hoje, o que fariam novamente, o que não fariam e qual conselho dariam para as outras mulheres e famílias”, Marta, Vera, Rose e Lorena, Lara e Dora responderam.

Estas mulheres que tão sofrendo, que têm esposo, que têm filho, que o mesmo sofrimento que eu passei, está passando, eu digo, dou conselho para elas procurar a justiça, primeiramente ter fé em Deus, sabê que um dia elas vão vencer e sair deste sofrimento, e procurar quem possa socorrer, a delegacia da mulher, uma assistente social, alguma coisa, um Conselho Tutelar, procurar para dar um conselho, para dar o primeiro passo que pode tomar, e procurar reagir né, porque se deixar, deixando, deixando como eu deixei muito tempo, eu não tinha coragem né, mas de tanto...sofrimento demais e.....as minha colegas me dando coragem, me dando conselho foi que tomei providências e hoje estou me sinto mais feliz. (Marta)

O conselho que eu dou, é para ir para o caminho certo, obedecer a mãe e se ela der um conselho bom, obedeça. Nunca uma mãe e um pai que presta dá um conselho mau para os filhos, se mãe e pai prestar sigam o exemplo do pai e da mãe. E para as mulheres? Ahã.....deveriam se separar porque se está indo para o caminho

errado, dá uma chance e se não conseguir... se separar. Diga para as mães abraçar os filhos, dar bastante carinho, dar bastante conselhos, que nem eu fiz com os meus filhos, não me obedeceram porque não tinha o que obedecer, mas por falta de carinho não foi.. (Vera)

Ficar longe de pessoas ruins, das drogas, da rua, arrumar um trabalho, cuidar um do outro, dar o que vier, na pobreza, do jeito que der, todos juntos.....(calou, chorou...). Eu digo isso para todos os adolescentes, estudem, obedçam o pai e a mãe, o respeito, não se envolver em coisas erradas, as drogas, as armas, aproveitar as oportunidades, trabalhar e ser alguém bom, todos vão querer ajudar alguém que é correto, que é bom. Para eles serem o exemplo, não beber, não usar drogas, ter um trabalho e cuidar da família porque pai e mãe só é um né, tem pessoas boas que cuidam, mas pai e mãe só tem uma vez na vida, é isso que eu quero deixar. (Rose)

Digo para estas mulheres que têm filhos, que tiveram uma vida difícil com o marido, que já saíram desta vida, não tente casar de novo. Porque casar é sofrer. (Lorena)

Não entrar nesta da bebida, ela destrói a família, tira a tua alegria, teus filhos, tira a tua vida. Eu fiz um curso de costureira lá no centro, mas tive que parar, quero trabalhar, ter a minha casa, não quero mais casar, com nenhum outro, chega de sofrimento, quero encontrar a minha filha, ter um pouco de graça (alegria) na vida. (Lara)

(...) mas eu queria ter assim, uma casa boa, a Cohab está,....falou que vai fazer no projeto Minha Casa, Minha Vida. (Dora)

Percebe-se, nos relatos das participantes, insatisfação em diferentes momentos da vida, dentre eles, o casamento. Para essas mulheres, casar não só trouxe sofrimento para elas, mas também para os filhos e, portanto, casar somente se for com uma pessoa boa, afetuosa, que cuida dos filhos, não faz uso de álcool e outras drogas, um casamento sem sofrimento, diferente do vivido por elas.

Nos diferentes relatos, em nenhum momento as participantes mencionam o “ser mulher”, ser feminina, ficar linda e bem vestida. A ideia primeira é “ter”, mas ter no sentido de família, paz e um espaço para viver e criar os filhos. Para elas, o feminino, embora nunca mencionado, está presente na mulher forte que persistiu, sobreviveu e nem percebeu que o tempo passou acelerando as etapas da vida como descreve Abramowicz.

Como feminino, o tempo se mistura, as histórias vão e vêm, produzem presentes, passados e futuros, simultaneamente, indiscernivelmente,

produzindo impulsos de vida; fica impossível falar de que a lembrança é apenas passado, o feminino fala de outros tempos-espacos. No feminino subsiste a linha-menina, a criança, e algumas mulheres extraem das suas experiências partículas de vida (carregadas de velocidade, intensidade, de fluxos) e fazem determinadas realidades “fugirem” produzindo novas linhas de vida. (ABRAMOWICZ, 1997, p. 57).

A vida deu uma reviravolta em busca de sentido. O desejo para o futuro da família, filhos e outras mulheres/mães, envolve felicidade, menos violência, respeito para com os pais. Avaliando todas as trajetórias, os ganhos e as perdas enfrentadas de formas diferentes, observa-se que a retomada de uma vida social para as participantes foi um ponto importante, seja porque elas tenham conquistado um espaço pessoal, seja porque conquistaram a liberdade. Outro fator interessante é a resiliência, capacidade com que superaram as inúmeras ameaças ao longo da vida.

A interação entre os núcleos de significação: *a infância roubada; o despreparo para ser mãe; a repetição do ciclo e a possibilidade de novo percurso* permitem respostas ao objetivo identificar diferenças e semelhanças, quais os aspectos incidentes e reincidentes nas histórias de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, cujos filhos encontram-se acolhidos.

Ao retomar os núcleos de significação foi possível observar indícios de historicidade constitutiva nos relatos das dez participantes sobre a família e as interferências no desenvolvimento de cada uma. Nesse momento, não quis dizer que afirmam tal interferência, mas que se a vida com os pais fosse diferente, a sua também provavelmente poderia ser melhor.

Do primeiro núcleo de significação *a infância roubada* percebe-se um período de memórias dividido entre as perdas, o sofrimento, as alegrias, as dificuldades, o trabalho e a violência. A infância, para Bosi (2003), costuma ser, para a maioria das pessoas, um marco de vida, isto é, uma fase cuidadosamente guardada na memória, com seus limites bem definidos e associada a lembranças fortes, boas ou más. No caso das participantes foi um período de busca incessante por sentido e significado da sua própria existência e a falta de sentido pode ser resumido pela falta de condições sociais e econômicas, mas também, de diálogo e reflexão entre os pares de diferentes gerações. As famílias pouco dialogam entre si, definem tarefas e esperam que sejam executadas,

independentemente de quem e como isso irá acontecer. Enquanto o valor supremo sobreviver, vale qualquer coisa para se alcançar esse objetivo.

Observa-se que a maioria das mães pesquisadas tem lembranças da infância, entretanto, são lembranças contaminadas pelos eventos de um cotidiano desfavorável, ou seja, contraria as representações sociais relacionadas a essa fase como momentos de alegria, ingenuidade e pureza, dando lugar ao sentimento de negação desse período. Os principais motivos relatados nas entrevistas que levam a esse sentimento de "não infância", de "infância roubada" são: a violência doméstica, o trabalho infantil, as responsabilidades adquiridas precocemente e as carências afetivas e materiais. As mães também lembram situações que envolveram a violência na infância, principalmente aquelas relacionadas diretamente a elas. Muitas, no entanto, usam argumentos para justificar o comportamento dos pais atribuindo a prática como consequência das dificuldades econômicas e da saúde frágil.

No segundo núcleo, o *despreparo para ser mãe* destaca o enfrentamento de adversidades resultantes das constantes mudanças em suas vidas. As consequências dessas mudanças afetaram os filhos e as novas gerações, os netos, reforçando o ciclo da pobreza e de vulnerabilidades. As separações, o recasamento e a maternidade precoce e solteira aumentam a probabilidade de resultados negativos nas famílias, uma vez que não restam recursos disponíveis para lidar com as adversidades da vida conjugal familiar.

Sobre o terceiro núcleo a *repetição do ciclo*, as dificuldades persistem em seguir por gerações. Situações vividas pelas mulheres-mães deste estudo são decorrentes de situações que envolviam os avós e resultaram na falta de estrutura das famílias ao longo das gerações. As histórias de vida nos alertam para a falência das políticas públicas no atendimento a essas mulheres e suas famílias. Observa-se, entre as diferentes gerações, significativo aumento da desigualdade social, da ausência de serviços ligados às necessidades mais básicas como: saúde, educação, segurança pública, iniciação ao mundo do trabalho com salários dignos, alimentação saudável, moradia digna e acesso à cultura. As famílias encaram a pobreza como uma realidade com que elas tentam conviver conformando-se ou buscando recursos para lidar com ela. A dificuldade para conseguir trabalho potencializa os efeitos da pobreza na família monoparental, dificultando novos percursos.

Essas mulheres travaram uma luta solitária contra a violência praticada pelo companheiro para com elas, filhos/netos, contra violação de seus direitos, nos quais, muitas vezes sentem-se réis, quando, na verdade, são elas que têm seus direitos violados. Outras conseguem romper a situação de violência por meio da tomada de atitude individual de enfrentamento. A violência na comunidade é encarada pelas dez mães, como um fator de risco que elas tentam manejar, seja proibindo seus filhos de circularem pela vila ou monitorando de perto seu comportamento. O uso e tráfico de drogas, o alcoolismo e a violência doméstica afetam a capacidade de as famílias lidarem efetivamente com as adversidades, tanto externas (violência na comunidade) como internas (alcoolismo, drogas, abusos), tendendo a gerar vulnerabilidade.

Tal situação é igualmente percebida no quarto e último núcleo, a *possibilidade de novo percurso*. Entretanto, pode-se dizer a partir dos relatos que, por detrás de toda a história de seu desenvolvimento pessoal e de vulnerabilidades, restam ainda forças para seguir em frente, cuidar dos filhos e netos, mesmo em condições desfavoráveis e limitadoras.

As trajetórias de vida dessas mulheres falam sobre questões existenciais, angústias, sonhos, desejos, sofrimentos e alegrias. Desejam para os filhos pais mais afetivos, responsáveis. Como companheiros, um marido afetuoso, que fique longe das drogas e álcool. Uma vida de paz, um emprego, uma casa, os filhos longe dos perigos, uma vida com menos frustrações e violência. Não são exceção nessas famílias os relatos de abuso físico, iniciação a substâncias químicas, trabalho infantil com exposição a grandes perigos, pobreza e vulnerabilidades.

Cada uma das histórias expressa aspectos diferenciados e entre elas existem vínculos. Um dos vínculos é a instituição que acolhe os filhos e as faz buscar forças para seguir em frente.

Nas análises, buscamos, nos dizeres de cada participante, as causas que resultaram em diferentes consequências para a vida. Tais causas oscilam entre riscos e vulnerabilidades, ganhos e perdas, e mesmo frente as dificuldades, encontram forças para seguir buscando. Algumas se esforçam porque encontram fatores positivos que as impulsionam, enquanto outras se acomodam para ver onde vai dar, culpando outros pelo fracasso e perdas.

Como é possível observar, as narrativas das dez mulheres apresentam fatores que favorecem a resiliência, apesar de terem, em maior número, fatores

que indicam vulnerabilidade. Tais fatores, estão relacionados com sua trajetória de vida, com as mudanças e continuidades que ocorreram ao longo das gerações. Assim, se analisarmos os fatores de risco e proteção existentes nesse microsistema, observa-se também, a presença de resiliência em cada família, mesmo tendo passado por diferentes momentos de crise (como por exemplo, a violência conjugal e a separação, o abandono, a morte dos filhos e netos, a saúde, dentre outros).

Podemos observar que a pobreza e a violência do ambiente interferem nos processos de vulnerabilidade e risco familiar, pela falta de apoio e de serviços disponíveis no mesossistema como projetos, profissionalização para os jovens, segurança, políticas públicas voltadas ao atendimento das famílias. Contudo, sua influência pode ser mediada por fatores de proteção, como, por exemplo, a instituição de acolhimento dos filhos. Da mesma forma, as práticas educativas utilizadas pelos pais na educação dos filhos dentro da família podem desempenhar tanto um papel de risco como de proteção. Vulnerabilidade e risco familiar podem ser explicados, em parte, pela influência do ambiente, e, em parte, pela influência de fatores de risco e proteção existentes em nível familiar considerando as gerações anteriores, bem como o avanço das tecnologias e a falência da economia e geração de renda e emprego.

A existência ou não das vulnerabilidades vai depender da forma como analisamos a manifestação dos comportamentos e a intensidade desses comportamentos. O sentido da vida aqui entendido por elas é algo concreto. Os destinos, embora diferentes, seguiram caminhos semelhantes de busca por sobrevivência. Aspectos como a pobreza, as relações afetivas, a exclusão social, violência física e emocional intrafamiliar presentes nas gerações anteriores são reincidentes nas diferentes gerações. O sentido da existência é semelhante entre as participantes, mas a forma como suportaram o sofrimento é único e singular. Essas mulheres não se importam com o que a vida espera delas, mas o que elas ainda podem esperar da vida. Para elas, havia muito sofrimento em tudo na vida, nada foi fácil, feliz, mas, acima disso, havia os filhos e a esperança, um sentido para persistir na busca. Essa busca de sentidos eram também mecanismos de defesa, comportamentos reativos frente às situações em que se encontravam de pobreza e vulnerabilidade social. Fica claro nessas mulheres a referência ao desejo de conquistas na vida, uma casa onde possam cuidar e criar os filhos e,

não seriam necessárias outras coisas, e ainda, que o sentido da vida se modificou, mas jamais deixou de existir.

Devemos olhar a família como ela se apresenta, qual dinâmica está presente, à luz dos novos arranjos familiares, consequentes dos desajustes do sistema familiar ao longo dos anos. Da mesma forma, rever as políticas de atendimento às famílias ao reforçar o assistencialismo como forma de resolver as dificuldades enfrentadas. Torna-se relevante repensar a educação e o discurso que culpa a família pela situação em que se encontra e, pelos eventos enfrentados por ela ao refletir o porquê da reincidência dos aspectos da violência, abandono afetivo e social, pobreza e vulnerabilidades nas diferentes gerações. Estar atentos, acima de tudo, aos aspectos recorrentes entre as diferentes gerações, o que nos leva a rever o olhar da educação e das políticas públicas de atendimento e prevenção às famílias multiproblemáticas e em situação de vulnerabilidade social.

CAPÍTULO VII

TECENDO CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O saber a gente aprende com os mestres e os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes.*

Cecília Meirelles

Compreender os aspectos incidentes e reincidentes nas histórias de vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social, cujos filhos se encontram acolhidos foi o objetivo perseguido por este estudo. Assim, a partir da problemática que norteou a pesquisa, investigaram-se quais aspectos incidem e reincidem nas histórias de vida de mulheres-mães. A situação de vulnerabilidade dessas mulheres é constituída historicamente por um ciclo que se repete entre gerações. Pôde-se conhecer o perfil sócio-econômico-familiar de cada participante da pesquisa, as implicações afetivas, sociais e de vulnerabilidades envolvendo as mulheres, filhos e netos.

A teoria histórico-cultural de Vygotsky, assim como a de Bronfenbrenner serviram de aporte teórico, além de pesquisas voltadas ao tema. O encaminhamento teórico-metodológico foi inspirado em Vygotsky e baseado em Aguiar e Ozella (2006). A partir desse método concebe-se que os significados são construídos e não simplesmente dados. Durante a análise, os significados presentes nas falas dos pesquisados foram, aos poucos, se transformando e integrando pesquisador e pesquisado, possibilitando a organização dos núcleos de significação e resultando em concepções do pesquisador sobre o tema.

Entende-se que a natureza tem uma dimensão histórica, e que a história do homem é a história das transformações da natureza. Partiu-se da hipótese de que os aspectos presentes nas histórias de vida de mulheres-mães neste estudo apresentam-se como repetição de histórias de vida de gerações anteriores.

Sobre a família em situação de vulnerabilidade social representada pela mulher com filhos e ou netos acolhidos, verificou-se que os sentidos atribuídos às histórias de vida remetem à multiproblemas como pobreza, carência afetiva, uso de álcool e drogas e violências. Sobre a temática apresentada neste estudo há pouca literatura; no entanto, há um longo caminho percorrido quanto às

pesquisas sobre vulnerabilidade social no que se refere às políticas públicas e sociais que atendam a essa demanda.

Da análise das histórias de vida das mulheres a partir das narrativas emergiram quatro núcleos de significação: *a infância roubada; o despreparo para ser mãe; a repetição do ciclo e a possibilidade de novo percurso*. Da leitura flutuante, levantamento dos pré-indicadores, indicadores, até chegar aos núcleos de significação, o ir e vir entre os núcelos possibilitou entender cada uma das participantes de forma especial.

O acompanhamento das famílias implicadas neste estudo não aconteceu somente durante o tempo da pesquisa para esta tese. O vínculo afetivo foi aos poucos se fortalecendo pelo nosso contato na instituição de acolhimento dos filhos e netos durante o período de seis anos do meu trabalho como pedagoga. Convivendo com as famílias pude acompanhar, ao longo dos anos, as suas dificuldades, sofri com seus problemas, me indignei com suas atitudes, vibrei com suas conquistas, sonhei com seus filhos e netos, juntos, construímos alguns projetos de vida.

Ao realizar a entrevista, em vários momentos me coloquei no lugar das entrevistadas e senti um pouco aquilo que estavam sentindo. Senti o medo e a angústia da *Sílvia* quando a madrasta a queimou. *“Outro dia ela me queimou, me pegou, levantou assim....e me jogou dentro da bacia com água fervendo, me queimou de eu não andar mais. Foi muito triste eu só não morri porque Deus não deixou, mas sofri como um “bicho” sarnento”*. Agradei a pessoa que *Sílvia* chama de “anjo” por ter-lhe possibilitado andar e seguir buscando uma vida diferente. *“Se não fosse a professora Carmem eu não sei o que seria de mim hoje, ela foi um anjo na minha vida, foi tudo”*.

Ao ler as histórias é difícil não se emocionar, se sensibilizar com o sofrimento das mulheres mães e avós. É difícil não se colocar no lugar delas, pensar nos filhos, na nossa família, na vida que temos e que, muitas vezes, questionamos. Lembro-me com frequência dos relatos de cada uma e frequentemente me pergunto. *“Será que a Lara bebeu hoje, esta semana, quantos dias ela aguentou sem beber?”* Lembro-me também do relato de coisas boas e bonitas sobre a família, os filhos, momentos raros que a vida permitiu a cada uma de forma singular. Lembro-me da Dora, uma avó de 75 anos

determinada a vencer. Dora foi abrigada aos 7 anos, motivo de felicidade como poucas vezes sentiu. *“No orfanato, elas (freiras) me tratavam muito bem. Me levavam para passear, para estudar, davam chá se tinha dor, eu gostava muito, muito nossa, demais, estava muito feliz”*. Participar do cotidiano dessas mulheres e seus familiares possibilitou rever a vida que vivo, sentir o quanto sou feliz com a família que tenho, por ter vivido as alegrias da infância e da adolescência sem riscos, sem violências.

Das narrativas, as dificuldades referem-se ao contato presente nas histórias com as várias dimensões que o abandono traz. Abandono desde a infância e que perdura até os dias atuais e por entre as gerações. É difícil não se indignar com as diferentes formas de violência a que essas mulheres foram expostas e, como consequência, expõem seus filhos e netos. *“Ressignificar a vida”, “ter esperança” “enfrentar o medo e a violência”* foram as palavras que nortearam cada história.

Pode-se, a partir das narrativas, apontar que além do abandono social e afetivo, a inserção precoce no mundo do trabalho infantil perpetuou e segue perpetuando na atual geração também o ciclo de pobreza e violência em vez de minimizá-lo ou superá-lo. Conseqüentemente, são visíveis as defasagens no processo de formação e profissionalização. Os dados presentes nos relatos sugerem visíveis índices de familiares desempregados, sub-empregados e despreparados para exercer determinadas atividades, até mesmo no mercado informal. Tem-se, por esse motivo, de acordo com Millani (2010), jovens cada vez mais desmotivados, envolvidos em situações de violência, tráfico e uso de drogas e álcool, repetindo ciclos de vulnerabilidades da vida dos pais, vizinhos e amigos. Tem-se, também, um aumento significativo de crianças e adolescentes institucionalizados e ou nas ruas, vivendo diferentes situações de abandono e risco.

Embora as famílias não percebam o trabalho infantil como “trabalho”, mas como meio de sobrevivência e, em alguns casos, de aprendizado, ambos, família e filhos aceitam o sofrimento como falta de oportunidade devido à situação econômica na qual se encontra a sociedade e não como exclusão social, ausência ou ineficiência de políticas públicas para essa população.

Não devemos rotular ou culpar as famílias pela situação em que se

encontram, mas trabalhar com a família que se apresenta. A rede de proteção deve olhar as fragilidades, as falhas sem voltar-se para o que fazem, como fazem e suas limitações, mas o que podem fazer para mudar.

A violência está presente nas famílias e fortemente representada pela mulher. Em Curitiba observam-se significativos avanços voltados ao atendimento da mulher vítima de violência, de redes de proteção a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Ao longo dos anos criaram-se inúmeros programas voltados às famílias e às mulheres, principalmente no que diz respeito à denúncia contra a violência intrafamiliar. Uma das conquistas é a delegacia da mulher. Mesmo assim, a demanda é maior que a capacidade de atendimento em cada espaço. Pelo programa apresentado à sociedade, os diferentes setores públicos deveriam atender cada caso e, se necessário, fazer a denúncia, além de oferecer espaço para discutir, refletir, buscar outras formas de atuação. E ainda, chamar a atenção para os sinais de alerta, sobre a violência estrutural e outras formas. Os programas, na medida do possível, tem atendido as famílias de forma multidisciplinar e representativa. A mulher agredida não denuncia porque não quer que o agressor vá embora, ela quer que ele pare de usar de violência, de tocar nela, de abusar, embora, para muitas mulheres, esse momento de toque é único e permite suportar todos os outros.

Quando se fala na complexidade da violência, principalmente conta a mulher e os filhos não é só a delegacia da mulher que vai atender e resolver, cada caso deve ser notificado e atendido em todas as dimensões. O foco de cuidados não pode ser só a criança de risco, mas a família. Estudos de Payne (2009) apontam para uma resiliência maior nas mães do que em pais. As famílias que recebem atendimento melhoram a autoestima e isto interfere na criança.

A partir das histórias das participantes, o que a família pode contribuir, o que podemos contribuir para aquelas famílias melhorarem os vínculos com os filhos a ponto de eles não repetirem as mesmas histórias? Para mudar essa realidade, é preciso quebrar o ciclo oportunizando atendimento antes de os filhos irem para as ruas, se envolverem com o tráfico e crimes. A questão é estrutural e tem a ver com acesso à cultura, educação, trabalho e renda. Falta,

sobretudo, vontade política.

As políticas públicas no Brasil foram pautadas pelos direitos da criança e do adolescente e, de forma mais tímida nos últimos anos, dos idosos. Quanto à família, embora tenha um lugar no discurso das políticas públicas, está voltada ao direito à convivência familiar e comunitária e não à intervenção e geração de renda que venha a promover mudanças no interior dela. Os poucos programas existentes são ineficientes e precários e muitas famílias desconhecem ou não sabem acessá-los.

Progressivamente fui conhecendo cada família e destacando elementos comuns a elas. Destaca-se primeiro a carência no atendimento dos direitos básicos. As moradias, quando existentes, são precárias e a saúde, em alguns casos, debilitada. A pobreza, o desemprego, a violência constante configuram um quadro multiproblemático que interpretamos como de vulnerabilidade seguido de risco. São famílias extensas, com muitos filhos pequenos vivendo a cultura da periferia entre os bairros, vilas e becos. Desde os avós, referenciam uma cultura de origem rural. Os arranjos familiares (monoparentais e extensos) não seguem o modelo da família pensada, a família urbana nuclear; organizam-se em torno da mulher e, neste estudo, em apenas três famílias pesquisadas há a presença paterna, embora relatada de forma insignificante, convivendo no mesmo espaço onde os avós têm especial papel no suporte afetivo e de cuidados. As mulheres foram e ou se afastaram da família precocemente em busca de manutenção econômica; essa situação, somada ao abandono e à evasão escolar, casamentos e maternidades precoces reduziram o período da infância e da adolescência acelerando a idade adulta. O trabalho infantil aparece em todas as histórias como forma utilizada cotidianamente em sua sobrevivência.

As histórias afetivas se munem de força e se concentram na sobrevivência *“por mais um dia” em suas vidas*. Os vínculos sociais se resumem ao espaço do trabalho quando existente, à vizinhança, quando possível, e ao contato com a equipe técnica de conselheiros (as) tutelares e de educadores (as) sociais da instituição de acolhimento dos filhos e ou netos. Muito raramente referem ter tido amigos e poucos consideram os parentes. As mulheres contam histórias de abandono e dor. A história e dor dos homens não são considerados.

Os filhos não percebem os pais como pessoas afetuosas, presentes e necessárias. A madrasta aparece como pessoa perversa. As avós são referenciadas como pessoas importantes. As narrativas concentram-se nos fragmentos de memórias daquilo que não querem lembrar, reviver.

O uso e abuso de álcool entre as gerações aparece como causa e consequência de diferentes formas de violência, perdas e da falta de estrutura de muitas famílias. Elas atribuem a sua degradação ao álcool e às práticas de violência intrafamiliar. Assim como o álcool, o ciclo de pobreza. Situações precárias vividas pelos pais e com os pais se repetem com os filhos e netos das participantes.

Como consequência também da pobreza, a presença de diferentes formas de violência vem acompanhando as famílias ao longo das gerações. As mulheres-mães também são portadoras de muitos sofrimentos e, para que possam cuidar de seus filhos, precisam ser cuidadas.

A família é resultado de um processo histórico-social e cultural e, cada vez mais torna-se difícil acompanhar, mensurar a degradação e apontar soluções, principalmente, para as mais carentes. Dificilmente esses grupos participam dos processos políticos e a sua voz raramente é escutada.

No que se refere à elaboração de políticas públicas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, é necessário estabelecer uma concepção de multiproblemática e vulnerabilidade. As famílias esperam mais que uma casa em condições dignas de viver, desejam ações além disso: criar e educar os filhos em um ambiente seguro, com menos ou sem violência, sem a presença de álcool e drogas; querem ter acesso aos meios de saúde, de trabalho, de oportunidades que possam estender aos filhos e netos.

Apesar da existência de políticas públicas, o Brasil é um país de contrastes com uma dicotomia entre o discurso e a prática efetiva da leis tanto para as mulheres quanto para as crianças e os adolescentes observados nas histórias dessas mulheres-mães, e ainda, as histórias apontam para um agravante, a existência além de crianças, de famílias inteiras vivendo nas ruas na contemporaneidade, o que se verificava em menor número nas gerações anteriores. Segundo dados da FAS, em Curitiba atualmente há mais de 4 mil indivíduos, principalmente adultos vivendo nas ruas.

As problemáticas vivenciadas pelas mulheres-mães potencializam os efeitos da pobreza na família monoparental dificultando novos percursos. Entretanto, pode-se dizer a partir dos relatos que, por detrás de toda a história de desenvolvimento pessoal ligada a vulnerabilidades, essas mulheres não se percebem como tendo abandonado os filhos.

As políticas públicas existem, contudo, a maioria das mulheres participantes tem dificuldades em acessá-las ou integrar-se nas suas propostas. Burocracia e dificuldades de acesso levam a pensar: Para quem são elaboradas essas políticas públicas? As políticas públicas existem, servem de propaganda para o Estado e, no entanto, não atingem o fim para o qual foram criadas

Mesmo frente às severas dificuldades e eventos ocorridos ao longo da vida, enfraquecidas pelo acúmulo de multiproblemas, muitas famílias não desistem de lutar por uma vida melhor e não querem ver mais filhos mortos ou usando álcool e drogas com os companheiros, pais, vizinhos, amigos. Há também presente nas narrativas, o conformismo de que a vida não foi boa, não está sendo boa, que talvez nunca mude, mas vão seguindo como podem ou “como Deus quer”.

O trabalho, para a maioria das famílias pobres, é informal e resulta em pequenos ganhos ou nenhum; raros são os vínculos empregatícios, uma das causas da mudança na estrutura das famílias. Vivem uma vida empobrecida e marcada pela falta de perspectiva presente e futura somada ao desgaste pelo trabalho da coleta de papel e lixo, uma rotina cotidiana sem novidades. O mercado informal, o trabalho doméstico e, principalmente, a coleta de lixo e papel nas ruas de Curitiba denunciam a falta de oportunidade conseqüente da falta de qualificação. Ao lado do trabalho informal escasso, acrescenta-se a condição precária de saúde das mulheres e de suas famílias.

É importante conhecer as dinâmicas familiares, atentando para sua diversidade e não somente para o modelo do que seria a família tradicional burguesa. Ao olhar para as mulheres protagonistas dessas histórias, ao se considerar o contexto social-cultural em que se inserem, deve haver um olhar que busque compreendê-las a partir de sua própria lógica cultural. Nessa lógica estão a casa e a família impregnadas de memórias de fatos ocorridos entre as diferentes gerações. É uma vida narrada de muitas histórias e é a partir dessa

dimensão que contam suas vidas. Os filhos, os casamentos, a casa, a vila/bairro, as preocupações com a família e, principalmente, os diferentes companheiros e os casos de violência praticados por eles, somados ao sentimento de raiva, abandono, dor e estresse fazem parte do discurso das participantes.

Cada vez mais, porém, o trabalho, a sociedade, a política vêm também fazendo parte desse repertório, principalmente no que se refere a essas mulheres e aos arranjos familiares monoparentais (MESQUITA, 2010). Ser cidadã, esposa, mãe e provedora de renda em um contexto multivulnerável, de risco pessoal e social tem sido, principalmente para as mulheres deste estudo, tarefa nada fácil; É, porém, uma das poucas escolhas que lhes restaram. Observa-se, no entanto, que as mulheres vão, pouco a pouco, “se fazendo”. Foi a partir de suas experiências, suas trajetórias de vida que elas mulheres foram se construindo.

A institucionalização dos filhos, para muitas das famílias implicadas neste estudo, significou uma nova oportunidade, uma chance de permanecerem vivos, de ver os filhos crescerem e se tornarem diferentes dos pais e avós e mais, de proteção, também, para essas famílias. Para cuidar dos filhos, as famílias precisam se apoderar de outros meios de sobrevivência e fazer valer seus direitos, reforçar os seus deveres e fazer de seu espaço precário um espaço possível.

A lógica da institucionalização das desigualdades sociais precisa ser rompida. Ir além e adotar uma concepção mais ampla de família e vulnerabilidade social e avançar no sentido de contribuir para novos olhares frente à problemática, chamando a atenção, tanto das esferas sociais e governamentais, quanto das educacionais. Adentrar no cotidiano dessas famílias, no entanto, mostrou-nos que os estudos acerca dessa temática estão longe de se esgotar, tamanha a complexidade que envolve as mães de crianças em acolhimento institucional.

Em relação às multiproblemáticas evidenciadas por essas mulheres, acredita-se ser de extrema relevância a presença de profissionais das áreas de Psicologia Social e Comunitária, Terapia Familiar, Serviço Social e Saúde, devidamente formados e preparados para atender preventivamente e, sempre

que necessário, intervir junto a tais contextos com um trabalho contínuo que contemple a família, a instituição de acolhimento dos filhos e netos no âmbito multiprofissional e multidimensional. Na mesma linha, famílias e crianças também precisam ser compreendidas no contexto da sociedade econômica em que se inserem para que não se reproduzam as "Famílias e Filhos do Estado", "Famílias e Filhos do Governo", "Famílias e Filhos da Solidão", ou seja, famílias e filhos de ninguém.

Os significados e sentidos extraídos das falas das participantes do estudo enfatizam aspectos recorrentes e incidentes nas diferentes fases da sua vida. Atribuem à pobreza as desvantagens econômicas, a moradia precária, a comunidade de risco e à presença de álcool e drogas as constantes brigas e desajustes entre os membros da família.

A gama de situações observadas no cotidiano das famílias pesquisadas enfatiza a existência da afetividade, às vezes enfraquecida e, em alguns casos, inexistente.

Sintetizando o que foi apreendido do material empírico e das análises, neste estudo pretendeu-se provocar diferentes olhares sobre famílias problemáticas e em situação de vulnerabilidade social com filhos institucionalizados, objetivando conhecer os aspectos incidentes e recorrentes nas histórias de vida, a partir do cotidiano, do contexto, das interações sociais e interrelações familiares na voz das mulheres e não a partir de uma ótica de problematização deles.

Como limitações do estudo, a primeira dificuldade encontrada no desenvolvimento da presente investigação, destaca-se a distância das residências e em alguns casos, a falta dela e as dificuldades para encontrar as famílias que frequentemente migram de um lugar para o outro dificultando o acesso a elas. Para preencher essa dificuldade foi necessário aproveitar os encontros bimestrais de famílias organizados pela instituição. Uma vez convidados a participar dos encontros de famílias, esse momento nos permitiu fazer o primeiro contato, o convite e realizar a entrevista ou agendar outro momento e contexto.

Uma outra limitação, foi concretizar o agendamento dos encontros, uma vez que as famílias, na sua maioria, trabalham na coleta de papel e lixo,

trabalho realizado todos os dias e, quando interrompido, representa uma perda significativa de renda. Nesse sentido, mesmo com os encontros acontecendo aos domingos e feriados, as famílias, muitas vezes, não compareciam justificando a sua ausência pela necessidade de trabalhar.

Este estudo, portanto, possibilitou apreender os sentidos e os significados que as mulheres com filhos e ou netos acolhidos atribuem à relação que se estabelece entre a sua história de vida, as multiproblemas e a situação de vulnerabilidade social na qual se encontram, analisando os aspectos implícitos nessa vulnerabilidade, possibilitando, sobretudo, conhecer os aspectos incidentes e recorrentes que consequenciaram em vulnerabilidades seguidas da institucionalização dos filhos e ou netos de diferentes gerações.

Entretanto, se a institucionalização dos filhos e ou netos, na sua maioria, é pautada por situações de conflito e violência no interior da família e se essa violência intrafamiliar é constituída e constituinte da pobreza, das multiproblemas e da vulnerabilidade social, fazem-se necessárias pesquisas contínuas que possam originar novos olhares das diferentes esferas públicas e sociais frente às políticas públicas e educacionais promotoras de bem estar, saúde física, mental/emocional, resiliência, oportunidades de trabalho e qualificação profissional. Faz-se necessário ainda, ouvir mais, estar atento ao identificar as reais necessidades das famílias, quais as suas aspirações, os apoios, recursos, os estilos de funcionamento familiar antes de apontar as nossas impressões e determinar ações.

No contato com as famílias, enfatizar as forças, as fortalezas, não somente os déficits, as fragilidades. Instrumentalizar as famílias para que se sintam pertencentes ao contexto social e nele possam atuar, se desenvolver e promover as suas escolhas e o controle da família sobre os recursos desejados (SERRANO, 2004). A partir da narrativa ensinar à família separar o que são prioridades e o que são necessidades prioritárias. Entendem-se esses como caminhos de intervenção, prevenção e superação, assegurando, acima de tudo, a dignidade da mulher frente à liberdade de exercer sua própria voz, geralmente abafada pela massificação do contexto.

Concluindo a tese, mas sem a intenção de esgotar a temática e finalizar a

pesquisa, considero relevante registrar que os sujeitos estudados aqui são concretos e únicos, bem como a relevância das relações implicadas nas diferentes gerações que resultaram em vulnerabilidades entre as causas e consequências do acolhimento dos filhos e ou netos.

Investigar as famílias menos favorecidas com filhos acolhidos foi importante enquanto pesquisa, enquanto formação acadêmica e pessoal e, principalmente, enquanto critério de análise de culpabilidade dos caminhos de multiproblemáticas que levam à vulnerabilidade a que chegaram as famílias e depois, os filhos e netos.

No início do meu trabalho como pedagoga social na instituição eu não tinha ideia dos fatores que envolviam o acolhimento das crianças e dos adolescentes, mas tinha ideia de quanto isso me indignava. Muitas vezes questionei o papel da mãe, que tipo de mãe e pai abandona afetiva e materialmente seus filhos?

Com a pesquisa pude buscar algumas respostas ao me inserir no ambiente familiar sem a função de pedagoga, mas de pesquisadora, e observar as famílias no seu contexto ecológico. Durante os mais de 60 minutos conversando, fiz mais que uma entrevista, ouvi mais que histórias de vida, fiz amigos, concretizando o trabalho com a certeza de que levei contribuições para a minha vida da mesma forma que deixei contribuições na vida de cada participante.

A pedagogia social tem chamado a atenção nos alertando sobre o tempo que passamos apontando o que fazer, como fazer e enquanto isso, deixamos de observar o que está de fato acontecendo. Nesse sentido, a pedagogia social constituiu-se fundamental no meu trabalho na instituição com as famílias uma vez que orienta e contribui para um olhar mais atento a essas famílias sem enfatizar o foco nas problemáticas, mas nas potencialidades, além de um estímulo à reflexão diante dos desafios que a vida coloca para as famílias que é desafio de todos nós educadores, técnicos, gestores, legisladores e cidadãos.

Por fim, o trabalho com famílias é tão interessante quanto desafiador. Este estudo reforçou o prazer de ser pesquisadora e o significado que o “ser” na pesquisa tem na minha função docente. A convivência com cada participante foi especial. As entrevistadas tocaram meu coração não com tristezas, mas com

esperanças. A cada uma desejo que encontre a sua família, que possa viver o presente sem repetições da vida passada. Assim, rendi-me ao desafio proposto de conhecer “famílias” porque sei que minha trajetória não se findou aqui. O que eu desejo para depois? ainda não tem nome.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *et al.* Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO.BID 2002. 184 p.
- ABRAMOWICZ, A. História e conto de mulheres. 144p. Tese de Doutorado. Setor de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Unicamp, SP, 1997.
- ABREU, J. S. R. Reflexões em torno do conceito de famílias multiproblemáticas: a visão do contexto escolar e dos professores sobre a crescente problematização das famílias e suas implicações. 57pg. Dissertação (Mestrado integrado em Psicologia da Justiça e Psicologia). Universidade do Minho, Braga-Portugal, 2011.
- AGUIAR, V. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicologia, Ciência e Profissão. V. 26. N. 2. Junho. Brasília, 2006.
- ALARCÃO, M. (Des)Equilíbrios Familiares. (2ª Ed.). Coimbra: Quarteto Editora, 2002.
- ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. Revista do Departamento de Psicologia - UFF, v. 19. n. 2, p. 411-422, Jul./Dez. 2007.
- ALMEIDA, A. N; VIEIRA, M. M. A escola em Portugal: novos olhares, outros cenários. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- ALVES, L. B. M. O reconhecimento legal do conceito moderno de família: o art. 5º., II e parágrafo único, da Lei nº. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Jus Navigandi, Teresina, ano 11. n. 1225, 8 nov. 2006.
- ALVES, P. B. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Estud. pesquis. psicol. v.2004 n.1 Rio de Janeiro jun, 2004.
- ALNES, R. A alegria de ensinar. São Paulo: Ed. Papyrus, 2006.
- AMARAL, C.C.G. Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: Ed. UFC, 2001.
- AMAZONAS, M. C. L. *et all.* Arranjos familiares de crianças de camadas populares. Psicologia em Estudo, 2003. 8(nº.esp.), 201-208.
- ANDRADE, J. de. Modos de conhecer e os sentidos de apre(e)nder: um estudo sobre as produções do conhecimento. 171p. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas. Campinas, 2008.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. Cadernos de Pesquisa. 2001. n. 113. Julho, p. 51- 64.

- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questão de teoria e de método. Educação e Tecnologia, Belo Horizonte, v.10, n. 1, p. 29 – 35, jan./jun. 2005.
- ARATANGY, L. R. Desafios da convivência. São Paulo: Editora Gente, 1998.
- ARATANGY, L. R. O Anel que Tu Me Deste: O Casamento no Divã”. São Paulo: Primavera editorial, 2007.
- ARATANGY, L. R.; POSTERNAK, L. “Livro dos avós: na casa dos avós é sempre domingo?”. São Paulo: Primavera editorial, 2010.
- ARAÚJO, M. F. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. Revista Perfil. n. 9, p. 7-17, 1996.
- ARAÚJO, C. Revista Presença da Mulher. n 37, Ed Anita Ltda, São Paulo , 2001.
- ARIÈS, F. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 1981.
- ARRIAGADA, I. Famílias vulnerables o vulnerabilidad de las familias? In CEPAL. Seminario vulnerabilidad, CEPAL, Santiago de Chile: 2001.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. Abuso Sexual: Mitos e Realidade. Rio de Janeiro: ABRAPIA, 2002.
- AVON – THE COMPANY FOR WOMEN. PESQUISA INSTITUTO AVON- IBOPE. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. Fale sem medo. Instituto Avon. Brasil, 2009.
- AZEVEDO, F. Arroz de Palma. São Paulo: Record, 2008.
- AZÔR, A.. M. G. C. C. V.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Psicologia. 2008.
- BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Título original L'AMOUR EN PLUS, 1980. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANBERG, M. Who am I? Narration and its contribution to self and identity. Clark University. Theory & Psychology. 21(1) 1–22. 2010.
- BANDURA, A. Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning. Educational Psychologist, 28 (2), 117-148. Stanford University, 1986.
- BARREIRA, T. H. M.; MAKHOUL, A. F.; COHN, A. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. Serv. Soc São Paulo, n. 105. p. 167-179, jan./mar. 2011.

BANYARD, V. L. The impact of childhood sexual abuse and family functioning on four dimensions of women's later parenting. Child Abuse & Neglect, 1997, 21 (11), 1095-1107.

BAZON, M. R. Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: histórias de vida. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto, jan/julho/2000.

BELSKY, J. *et all.* Intergenerational Relationships in Young Adulthood and Their Life Course, Mental Health, and Personality Correlates. Journal of Family Psychology, 2003. 17 (4), 460-471.

BENJAMIN, W. Obras Escolhidas II: Rua de Mão única. São Paulo, Brasiliense, 1987. 277 p.

BERENSTEIN, I. Problèmes Familiaux Contemporains ou Situations Familiales Actuelles. Invariance et Nouveauté. Psicologia USP, 2002. 13 (2), 15-25.

BERGONSI, S. S. S. Economia solidária (manuscrito): uma proposta de educação não formal. 273p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

BERK, L. E. Child Development. 5th ed. Boston: 2000. Allyn and Bacon. 23-3.

BERNARDI, D. C. F. Cada caso é um caso : estudos de caso, projetos de atendimento. 1^a. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; CALDANA, L. H. R. e DIAS DA SILVA, F. G. M. Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico científico. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano, 7(1), 49-62, 1997.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v.16, n. 3, p. 233-239, set./dec. 2000.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas da educação da criança. Temas em Psicologia, n. 3, p. 33-49, 1997.

BITENCOURT, C. R. Tratado de direito penal: Parte Geral 1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIZZO, W. Encontros e desencontros na relação familiar. Em Associação Brasileira de Terapia Familiar (Org.), Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. São Paulo: ABRATEF, 1994, (p. 152).

BLANCK, G. "Vygotsky: o homem e sua causa". In MOLL, L. C. Vygotsky e a educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Pgs: 31- 55.

BOURDIEU, P. (dir.). A Miséria do mundo. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

BOWLBY, J. Apego e perda. (2ª. ed., A. Cabral, Trad). (Originalmente publicado em 1969). São Paulo: Martins Fontes. 1990.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (1990). Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2000, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Mulher Brasileira: uma história cantada. Brasília: Imprensa Nacional, 1997.

_____. Código Civil. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Publicada no Diário Oficial da União, de 11 de janeiro de 2002.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Conanda, 2006.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da RESOLUÇÃO Nº. 109, de 11 de Novembro, de 2009. Publicado no Diário Oficial da União em 25/11/2009.

BRASIL. A Constituição e o Supremo. Supremo Tribunal Federal. 4ª. ed. Secretaria de Documentação. Brasília, 2011.

BRASIL. Pesquisas sobre o IPEA/2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 06/09/2012.

BRASIL. Pesquisas sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti, 2010). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>. Acesso em 06/09/2012.

BRASIL. Pesquisa sobre a Organização Internacional do Trabalho-OIT. Disponível em: <http://www.oit.org.br/>. Acesso em 06/09/2012.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PENAD/2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 22/11/2012.

BRIGGS. D. C. El niño feliz. Barcelona: Gedisa, 1986.

BRITO, F. S. Famílias Monoparentais Femininas: Vulnerabilidade ou Emancipação? *Estudo de Casos em Salinas/MG*. Projeto de Pesquisa. UNIMONTES: Montes Claros, 2007-2008.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In A. M. Carvalho (Org.), O mundo social da criança: natureza e cultura em ação (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BRONFENBRENNER, U. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979, 1996.

BRONFENBRENNER, U. Ecological system theory. *Annals of Child Development*, v. 6. 1989, p. 187-249.

BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. 1986. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.

BRONFENBRENNER, U. Discovering what families do. In *Rebuilding the Nest: A New Commitment to the American Family*. Family Service America, 1990.

BRONFENBRENNER, U.; CECI, S. Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model, *Psychological Review*. Washington, D.C., *American Psychological Association*, 1994, n.101. p. 568-586.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. *et al* DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). *Handbook of child psychology*, v. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, 1998, p. 993-1028.

BRONFENBRENNER, U.; EVANS, G. Developmental science in the 21st century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, n. 9. p. 115-125, 2000.

BRONFENBRENNER, U. *Making human beings human: bioecological perspectives on human development*. London: Sage, 2004-2005.

BRUNER, J. *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

BRUNER, J. *Acts of Meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press. Mario Carretero *Psicología Pedagógica de Vigotski*. Guillermo Blanck Prólogo a la edición rusa de 1926. L. S. *Vigotsky* Guillermo Blanck Buenos Aires, Febrero de 2000.1990.

_____ *Atos de significação*. Porto Alegre; Artmed. 1997a.

_____ *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In CEPAL. *Seminario de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CALDANA, R. H. L. *at al*. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, 6(2), p. 87-100, 1998.

CALHEIROS, M. M. *A Construção Social do Mau Trato e Negligência Parental: Do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2006.

CAMINHA, R. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: Amencar (Ed.). *Violência doméstica*. Brasília: 1999. UNICEF. pp. 43-60.

CARNEIRO, C. B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, v. 84. 2005, p. 66-90.

CARVALHO, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*, Ano 9, n.19, julho, Porto Alegre, 2003, p. 283-302.

CARVALHO, M. C. B de. *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, M. G. de. *As Vicissitudes da Família na Sociedade Moderna*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. USP, 1992.

CASAS, F. Desafios atuais da psicologia na intervenção social; Universitat de Girona, Espanha. *Psicologia & Sociedade*; 17 (2): 42-49; mai/ago. 2005.

CECI, J. S.; WILLIAMS, M. W.; BERNETT, S. Women's Underrepresentation in Science: Sociocultural and Biological Considerations. Cornell University. *Psychological Bulletin*. *American Psychological Association*. 2009, v. 135, n. 2. 218–261.

CECCONELLO, A. Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C; KOLLER S. H. M. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45-54, 2003.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER S. H. M. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v.16, n.3. 2003, 2004.

CECCONELLO, A. M. Competência social, empatia e representação mental da relação de apego em famílias em situação de risco. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CYRULNIK, B. La résilience: Un espoir inattendu. In: *Souffrir et se Construire* (M.-P. Poilpot, org.), pp. 13-24, Ramonville: Editions Érès, 2002.

CYRULNIK, B. Los patitos feos: la resiliência uma infancia infeliz no determina la vida. *Revista Interuniversitária de Formación de Profesorado*. Año/vol. 17, n. 003. Universidade de Zaragoza. Zaragoza, España. pp. 189-190. Editorial Gedisa, 2003.

COLE, M., SCRIBNER, S. (1996). Introdução. In: VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 2000. pp. 01-22.

COLL, S. C. (org). As práticas educativas familiares. Psicologia da Educação: Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

COLLEEN H. H; BUTLER, J.S. Why Do Women Enter and Exit From Material Hardship? *Journal of Family Issues* 2013 34: 631 originally published online 11 April 2012.

COLLINS, P. H. Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. (2nd ed.). NY: Routledge, 2000.

CORREIA, M. F. B. A constituição social da mente. (Re)Descobrimos Jerome Bruner e construção de significados. *Estudos de Psicologia*, septiembrediciembre/año/vol. 8, no 003, 505-513. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, 2003.

COSTA, A. C. G. da. Por uma pedagogia da presença. Brasília, 1991.

COSTA, A. C. G. Socioeducação. Estrutura e Funcionamento da Comunidade educativa. Brasília, 2006.

COSTA, A. C.; LIMA, I. M. S. Programa cuidar: as várias dimensões do autocuidado. *Modus Faciendi*. Belo Horizonte, 2002.

COURTNEY, R. Drama and intelligence: a cognitive theory. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1990.

COWAN, P. A., COWAN, C. P., & SCHULZ, M. S. Thinking about risk and resilience in families. Em E. M. Hetherington & E. A. Blechman (Org.), *Stress, coping and resiliency in childrens and families* New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1996, p. 1-38.

CRENSHAW, K.W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. University of Chicago, 1989.

CUNHA, A. G. Dicionário etnológico de língua portuguesa. Rio de Janeiro: lexikon, 2010.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Fundação de Ação Social. Protocolo de Gestão dos Centros de Referência Da Assistência social de Curitiba. Curitiba: FAS, 2009, 19 p.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Atenção à mulher em situação de violência: saúde levada a sério. Curitiba, 2008.

DA MATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. *Manaus* 6(1):7-29, 2000.

DANIELS, H. (Org.). Uma introdução a Vygotsky. São Paulo: Loyola, 1994.

DARLING, N. Thinking about kids. Parents, kids and the way we live together. Oberlin College, 2011.

DARLING, N; STEINBERG, L. Parenting style as a context: an integrative model. Psychological Bulletin, 113, 487-496. Oberlin College, 1993.

D'AROS, M. S. Concepções de cuidado familiar na visão de adolescentes abrigados, das suas famílias e de educadores de uma ong. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

D'AROS, M. S.; STOLTZ, T. El papel del educador social con adolescentes em situación de vulnerabilidad social albergados em uma ONG: conocimientos y prácticas. Revista de Investigación Educativa. Vol 14, N.º 25, 63-78, Enero-Junio. Lima, Peru, 2010.

D'AROS, M. S.; STOLTZ, T. O cuidado institucional na visão de adolescentes acolhidos. Revista Brasileira Adolescência e conflitualidade. Vol. 6, 198-220, São Paulo, 2012.

DE ANTONI, C. *et al.* Uma família em situação de risco: Resiliência e vulnerabilidade. Interfaces: Revista de Psicologia, v. 2(1), Porto alegre-RS, 1999, 81-85.

DE ANTONI, C. Coesão e hierarquia em famílias com história de abuso físico. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2002, 2005.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. Estudos de Psicologia, Natal, v.5, n.2, p.347-381, jul./dez, 2000.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. A pesquisa ecológica sobre violência no Microsistema familiar. In: Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

DEL PRIORE, M. "O Corpo Feminino e o Amor: um olhar (Século XVIII, São Paulo)". In D'INCAO, Maria Ângela (org.). Amor e família no Brasil. São Paulo: Contexto, 1989, 2011.

DEL PRIORE, M. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

DELGADO, J. R.P.; AGUAYO, J. M. B. La Teoría como Promotor para el Desarrollo de Intervenciones Psicoambientales. Psychosocial Intervention, Vol. 21, No. 3, 2012 - pp. 245-257. Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2012.

DELORS, J. A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESLANDES, S. F.; ASSIS, S. G.; SILVA, H. O. Famílias: parceiras ou usuárias eventuais? Brasília: Claves, UNICEF, 2004.

DIAS DA SILVA, M. H. G. A educação dos filhos pequenos nos últimos 50 anos: a busca do “melhor”? Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, 1997.

DESSEN, M. A. & BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Jr. (Orgs.), A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras (pp. 113-131). Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESSEN, M. A.; LEWIS, C. Como estudar a “família” e o “pai”? Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia, 8. São Paulo, 1998. 14/15, 105-121.

DIXON, L.; BROWNE, K.; HAMILTON-GIACHRITSIS, C. Risk factors of abused as children: a meditational analysis of the intergenerational continuity of child maltreatment (Part I). Journal of Child Psychology and Psychiatry, 2005, UK, 46, 47-57.

DÜRING, A. P. *et al.* Aprendendo com a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros. Cartilha. Curitiba, 2007.

ECO, U. Como se faz uma tese em ciências humanas. 21ª. Ed. Texto original de 1932. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

EDITORIAL. Revista de Antropologia. USP. v. 43. n. 2. São Paulo, 2000.

EHRENSAFT, M. K., COHEN, P., BROWN, J., SMAILES, E., CHEN, H., JOHNSON, J. G. Intergenerational Transmission of Partner Violence: A 20-Year Prospective Study. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71(4), New York, 2003, 741-753.

ELDER, G. H. Human lives in changing societies: Life course and development insights. Em R.B, New York, Cambridge University Press, 1995, 1996.

ESTES, C. P. Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Tradução de Waldéa Barcelos Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

FALCÃO, D. V. S.; SALOMÃO, N. M. R. O papel dos avós na maternidade adolescente. Estud. psicol. Campinas: v. 22. no. 2. Apr./June 2005.

FALCKE, D. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1998.

FALEIROS, V. de P. A violência contra a pessoa idosa no Brasil. In FALEIROS, V. de P. Projeto apresentado à Secis/MCT – Pesquisa. Brasília, 2005.

- FERÉS-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. São Paulo, 2001.
- FERREIRA, E. A. P.; METTEL, T. P. de L. Interação entre irmãos e situação de cuidados formais. Psicologia Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v.12, n.1, p.133-146, 1999.
- FILGUEIRA, C. H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile : CEPAL, 2001.
- FIGUEIREDO, M. M. A. Brincadeira é coisa séria. Revista On-Line UNILEST-MG, vol1Jan/Jun. Coronel Fabriciano, MG, 2004
- FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. Psicol. estud. [online]. 2003, vol.8, n.spe, Porto alegre, pp. 31-38.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Tendências e debates- Rose Marie Muraro - em 08/03/2001 . Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio>. Acesso em 16/09/2011.
- FREITAS, R. C. S. Families and Violence: Reflections on the Mothers of "Acary". Psicologia USP, 2002,13 (2), 69-103.
- FREITAS, M. T. de A. A abordagem socio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de pesquisa. no. 116, São Paulo, julho, 2002.
- GARCÍA, H. *et all*. La construcción de valores en la familia. In RODRIGO, M. J; PALÁCIOS, J. Familia y desarrollo humano. Madrid: Alianza, 1998.
- GAZETA DO POVO. Matéria "O mapa da violência – vida e cidadania". Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/>. Acessado em 22/08/2012.
- GIDDENS, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIL, L. P. O sentido de adolescência numa perspectiva sócio-histórica: um estudo com um profissional que utiliza a arte educação no trabalho com adolescentes. 123p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Setor de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo , São Paulo, 2007.
- GIRARDI, V. Famílias Contemporâneas, Filiação e Afeto: A Possibilidade Jurídica da Adoção por Homossexuais. 1ª.ed. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2005.
- GÓES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. Pro- Posições, São Paulo, 2006,17. 31-45.
- GOMES, I. C.; PAIVA, M. L. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? Psicologia em Estudo, São Paulo, v. 8. 2003, (especial), 3-9.

GOMES, N.P. (Org). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. Acta Paulista de Enfermagem, 20 (4), São Paulo, pp, 504-508, 2007.

GOMES, M. A; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciência e Saúde Coletiva, 10 (2), São Paulo, 357- 363, 2005.

GOMES, I. C. O sintoma da criança e a dinâmica do casal. São Paulo: Escuta, 1998. 155p.

GOMIDE, P. I. C.; OTTA, E. Métodos de pesquisa em ciências do comportamento. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMIDE, P. I. C. Pais presentes, pais ausentes: regras e limites. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES, A. Madrastras. Do conto de fadas para a vida real, São Paulo, Iglu Editora Lda, 1998.

GONZALEZ-REY, F. La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafios. São Paulo: Educ, 2002.

GONZALEZ-REY, F. Sujeito e subjetividade. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____ O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GAVIDIA-PAYNE, S.; DURIK, L. J.; NIELSEN, K. Early G.O.A.L.S: A model of support for families of young children at risk of or with problem behaviour. Education Program for Infants and Children (EPIC) RMIT University, 2006.

GREEFF, A. P. Characteristics of Families That Function Well. JOURNAL OF FAMILY ISSUES, Vol. 21 No. 8, November 2000 948-962
© 2000 Sage Publications, Inc.

GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social. 1ª. ed. -- São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, São Paulo, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

GUARESCHI, P. (Org). Psicologia Social do Cotidiano: Representações sociais em Ação. v. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. v. 1. 311 p.

GUNTHER, I.; KLASSEN, S.. Measuring Chronic Non-Income Poverty. University of Göttingen, 2007.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HEDEGGARD, M. A zona de desenvolvimento proximal como base para o ensino. In H. Daniels(Org.), Uma introdução a Vygotsky. pp. 199-228. São Paulo: Loyola, 2002.

HELLER, A. Sociología de la vida cotidiana. Barcelona: Ediciones Península, 1991.

HIGGINS, E. T. Self-discrepancy: A theory relating self and affect. Psychological Review, 94, 319-340, New York University, 1987.

HIGGINS, E.T; KRUGLANSKI, A.W. Social Psychology. Handbook of Basic Principles. NY: Guilford, 1996.

HONG, W. S. Co-constructing the personal space-time totality: listening to the dialogue of Vygotsky, Lewin, Bronfenbrenner, and Stern. Journal for the theory of social behavior 31:4, 0021, 8308. Oxford: Blackwell Publications 2001.

HORAN, G. Irena's children. "*Mãe dos meninos do holocausto*". Mishpacha Magazine, n. 167. Current Issues. Jewish Family Weekly. Israel, 2007, 18- july, on p. 48.

HULME, D; MCKAY, A. Identifying and Understanding Chronic Poverty: Beyond Income Measures. Manchester: Chronic Poverty Research Center, 2005.
IBGE; PNAD. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, São Paulo, 2004, 2005.

IBGE. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil – 2000. Série Estudos e Pesquisas Informações Demográficas e Socioeconômicas, no. 8. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE- PNAD. Estatística do casamento na atualidade. 2002. Disponível em - www.ibge.gov.br. Acesso em 24/07/2011.

JABLONSKI, B. Até que a vida nos separe – a crise do casamento contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991, 1998.

JANET, P. L'évolution psychologique de la personnalité. Paris: Ed. A. Chahine, 1929.

JESUS, R. F. de. Sobre alguns caminhos trilhados...ou mares navegados...Hoje, sou professora. *et al*/ VASCONCELOS, G. A. N. (Org.). Como me fiz professora. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JUSTO, S. J. O "ficar" na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade. Revista do Departamento de Psicologia – UFF, v. 17 – no 1, p. 61-77, Jan./Jun. UFF, 2005.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). Família brasileira: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2004.

KAMINSKI, C. O papel do tutor na educação a distância em instituição pública. 216p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KERR, S. T. Why Vygotsky? The Role of Theoretical Psychology in Russian Education Reform. Seattle, Washington, 1997.

KODJO, C. M.; KLEIN, J. D. Prevention and risk of adolescent substance abuse. The role of adolescents, families and communities. *The Pediatric Clinics of North America*, 2002. 49:257-268.

KOLLER, S. H. Conducting research with children and adolescents in street settings in Brazil. *Children Speak*, Montreal, Canadá, p. 34 - 35, 30 maio 2009.

KOLLER, S. H. Intervir, informar e investigar estudos com crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil. In Ana Almeida; N. Fernandes. (Org.). *A intervenção psicossocial com crianças, jovens e famílias*. 1ª. ed. Coimbra: Almedina, 2007, v. 1, p. 163-182.

KOLLER, S. H. (org). *Ecologia do desenvolvimento humano, pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência Intrafamiliar: Uma visão ecológica. In KOLLER, S. H. *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KOLLER, S. H. Aplicações da psicologia na melhoria da qualidade de vida. *Coletânea da ANPEPP*. Vol. 1 N. 12, Porto Alegre, 1996.

KOLLER, S. H. Violência doméstica: uma visão ecológica. In AMENCAR (Org.), *Violência doméstica* (pp. 32-42). Brasília: UNICEF, 1999.

KRYSAN, M.; MOORE, K. A.; ZILL, N. Identifying successful families: An Overview of Constructs and Selected Measures. U.S. Department of Health and Human Services, 1990.

KRETCHMAR, M. D.; JACOBVITZ, D. Mother-child observations across three generations: Attachment, boundary patterns, and the intergenerational transmission of caregiving. *Family Process*, Austin Texas, 2002. 41, 351-374.

LAMONT, M; SMALL, M. L. How culture matters for the understanding of poverty: enriching our understanding. Forthcoming, in *The Colors of Poverty: Why Racial and Ethnic Disparities Persist*. Lin, Ann and David Harris (Eds.). Russell Sage Foundation. University of Michigan, 2008.

LANE, S. T. M., CAMARGO, D. Contribuição de Vygotski para o estudo das emoções. In LANE, S. T. M., SAWAIA, B. (orgs.). *Novas veredas da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- LEIFER, M., KILBANE, T., & KALICK, S. Vulnerability or resilience to intergeneration sexual abuse: the role of maternal factors. *Child Maltreatment*, 9, 2004. (1), 78-91.
- LEONTIEV, A. *Atividade, conciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa, Horizonte, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis/São Paulo, Editora Vozes/Edusp, 1976.
- LEWIN, H. Soliedariedade em tempos sombrios: “Justos entre as Nações” e “Salvadores de Judeus”. Web Mosaica revista do instituto cultural judaico marc chagall v.3 n.1 (jan-jun) Rio de Janeiro, 2011.
- LOBO, C. *Processos de recomposição familiar: estratégias e trajectórias nas famílias recompostas, dissertação de mestrado*, Lisboa, ISCTE, 1994.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- LÚRIA, A. The problem of the cultural behavior of the child. *Journal of Genetic Psychology*. 1928. 35, 493-506. In VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. *Vygotsky: uma síntese*. São Paulo: Loyola, 2009.
- LUTHAR, S. A study of high-risk adolescents. *Child Development*, 62. Yale University, 1991, 600-616.
- LUZ, A. A.; WOSNIAK, F.I.; SAVI, C.A. Vulnerabilidade ao abuso de drogas e a outras situações de risco. Educar em Revista n. 15. Universidade Federal de Paraná: Curitiba-PR, 1999.
- MACHADO, C. da S. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). Revista Brasileira de História, v.17, n.34, p.75-100, 1997.
- MALLMANN, M. C. *Pelos becos e pela avenida da belle époque carioca*. Soletas, Ano x, Nº 20, Jul./dez, São Gonçalo, UERG, 2010.
- MARRA, T. A. M. *Sobre violência*. In MONINI, I. *Violência*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. (Série Seminário, v. VII).
- MARCÍLIO, M. L. *A história social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTINS, J. A. O. J. *A cultura cigana em questão: significados e sentidos da instituição escolar para a criança cigana*. 233p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARTINS, J. B. Pertaining to School Evaluation: A Perspective Vygotskyana. Native of London. Presented design of Research the Coordenadoria de Pesquisa and Pós-Graduação of the State University of Native of London, 1990,1996.

MARTINS, E. “Vamos brincar de casinha”: a construção do significado de família na interação de crianças institucionalizadas. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

MARTINS, E. Brincar educa?: A brincadeira como prática educativa na família. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. São Paulo, 2004.

MARTINS, P. C. M. Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco: representações sociais, modos e espaços. 691p. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança) - Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2004.

MATTA, I. As representações de experiências sociais enquanto mediadoras do processo de construção de significações partilhadas. *Análise Psicológica* (1999), Lisboa, PT, 1 (XVII): 39-48.

MEDEIROS, C.; SCAVONE, M. Fale sem medo: não à violência doméstica. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. Instituto Avon. Rio de Janeiro, 2009.

MELLO, S. I. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. B. de (Org). *A Família contemporânea em debate*. (pp. 51-60). São Paulo, EDUC, 1995.

MESQUITA, A. de A. Protecção social na alta vulnerabilidade: o caso das famílias monoparentais femininas em análise. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2010.

MILLANI, F. Adolescência. Um fenômeno sociocultural. Salvador, Bahia, 2010

MINAYO, M. C. S. Relaciones entre procesos sociales, violencia y calidad de vida. *Salud Coletiva*, 1(1). Buenos Aires, 2004, 2005, 69-78.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/ SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS/SAS, novembro de 2004.

MINUCHIM, S. Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas. 1982.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no

contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In Sales, Mione A., Matos, Maurílio C, Leal, Maria Cristina (orgs). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MOLL, L. (Ed). *Vygotsky and education: Instructional implications and applications of socio-historical psychology*. New York: Cambridge, 1990, 1996.

MORAIS, N. A. De; KOLLER, S. H. Abordagem Ecológica do desenvolvimento Humano. In KOLLER, S. H. *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MORAIS, N. A. Um estudo sobre a saúde de adolescentes em situação de rua: o ponto de vista dos adolescentes, profissionais de saúde e educadores. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

MORO, C. C. de S. Ensino fundamental de 9 anos: o que dizem os professores do 1º. ano. 315p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In W. Damon & R.M. Lerner (Eds), *Handbook of Child Psychology: v. 1. 1998. Theoretical Models of Human Development*. New York: Wiley. pp. 993-1028.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. de P Guareschi. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2003.

NAIF, L. A. M. De mãe para filha: o legado da exclusão social: um estudo das memórias autobiográficas. *Memorandum (Belo Horizonte)*, v. 13, p. 88-99, 2007.

NAIF, L. A. M.; CALDEIRA, P.; PENA, A. DINIZ. C. Criar, cuidar, proteger, manter, amar: a família atual e seus desafios no contexto de pobreza. Em *Debate 05 (2007) Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio de Janeiro*, 2007.

NAMURA, M. R. Por que Vygotski se centra no sentido: uma breve incursão pela história do sentido na psicologia. *Psicologia Educacional*, 19. 2004, p. 91-117.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In KOLLER, S. H. *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In KALOUSTIAN, S. M. (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 26-46.

NEIVA-SILVA, L. Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: Um estudo autofotográfico. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2003.

NEIVA-SILVA, L.; KOLLER, S. H. A rua como contexto de desenvolvimento. In: Em. E. R; LORDELO, A. M. C; KOLLER, S. H. (Orgs). *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento*. (pp.205-230). São Paulo. Casa do Psicólogo. Salvador, Ed. UFBA, 2002.

NEVES, A. S.; ROMANELLI, G. A violência física de pais e mães contra filhos: cenário, história e subjetividade. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 7., 2004, Ribeirão Preto. Resumos... Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP, 2004. p. 43.

NÓVOA, A. Os professores e suas histórias de vida. In: NÓVOA, A. (Org). *Vidas de professores. Coleção Ciências da Educação*, v. 4. Porto: Porto Editora, 1992.

OBSERVATÓRIO DAS FAMÍLIAS E DAS POLÍTICAS DE FAMÍLIAS. Relatório 2011. Instituto de Ciências Sociais de Lisboa: Portugal, 2011.

OKIN, S. *Is Multiculturalism Bad for Women?* Princeton: Princeton University, 1999.

OLIVEIRA, M. B.; OLIVEIRA, M. K. *Investigações Cognitivas: Conceitos, Linguagem e Cultura*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

OLIVEIRA, P. S. Culture and Coeducation between Generations. *Psicologia USP*, São Paulo, v.9. n. 2. 1998, p. 261-296.

OLIVEIRA, P. S. *Vidas compartilhadas: o universo cultural das relações avós e netos*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP – Instituto de Psicologia, 1993.

OLIVEIRA, M. K. de. "O pensamento de Vygotsky como fonte de reflexão sobre a educação". *Cadernos Cedes*, Campinas, n. 35, pp. 9-14, 1995.

OLIVEIRA, M. K. de. Resenha da obra "Natasha: Diálogos vygotkianos". *Pátio: Revista pedagógica*, Porto Alegre (Ed. Artes Médicas), v. 1, n. 1, p. 40, maio-jul. 1997.

OLIVEIRA, R. D. *Reengenharia do Tempo*. Ed Rocco, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, M. R. *Nascimento de filhos: rede social de apoio e envolvimento de pais e avós*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília, 2007.

OSHITAKA, C .T. *et all*. Características das mulheres violentadas sexualmente e da adesão ao seguimento ambulatorial: tendências observadas ao longo dos anos em um serviço de referência em Campinas. São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 27 (4). 2011, 701-13.

PACKMANN, M. Risk reduction and the micropolitics of social justice in mental health care. Politecnic University of Hong Kong, 2007, In ALDARONDO, E. (2007). *Advancing Social Justice Through Clinical Practice*. University of Miami.

PAIVA, L. D. Adoção: significado e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PALERMO, R. 100% madrastra: quebrando as barreiras do preconceito. Integrare, São Paulo, 2007.

PASINATO, W. (2007). Questões Atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil. In: Revista Praia Vermelha. RJ: ESS/UFRJ, n. 14&15, 1º./2º. sem, 2007, p. 130-154.

PESCE, R. P. *et al.* Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20 (2), São Paulo, 135-143.

PEREIRA, I. A F. Ética do cuidado x ética da justiça: o olhar feminino de estudantes privadas de liberdade. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

PEREIRA, P. A. P. A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1994.

PERES, V. L. A. Concepção de família em população de periferia urbana. In S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, adolescência e família* (pp.217-230). Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

PETRINI, J. C. Pós-modernidade e família., Bauru-SP: Ed. Edusc, 2003.

PETZOLD, M. The psychological definition of "the family". EM M. CUSINATO (Org.), *Research on family: Resources and needs across the world*, 1996. (pp. 25-44). Milão: LED-Edizioni Universitarie.

PINO, A. O biológico e o cultural nos processos cognitivos. In MORTIMER, E.F.; SMOLKA, A.L.B. (Org.). *Linguagem, cultura e cognição: reflexões para o ensino e a sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 21-50.

PINO, A. As marcas do humano: as origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005, p. 301.

PINO, A. O social e o cultural na obra de Vygotsky. Educação e sociedade. Vygotsky – O Manuscrito de 1929. Temas Sobre a Constituição Cultural do Homem. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade. N. 71. 2000.

PINO, A. "Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural". Temas em Psicologia, São Paulo, n. 2, pp. 31-40, 1995.

POLETO, M. ; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia I Campinas I 25(3) I 405-416 I julho - setembro 2008.*

PRADA, C. G. Avaliação de um programa de práticas educativas para monitores de um abrigo infantil. 193f. Tese (Doutoramento em psicologia). Universidade de São Carlos: UFSCAR, São Paulo, 2007.

PRATI, L. E; COUTO, M. P. P. de P; KOLLER, S. H. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psic.: Teor. e Pesq.* vol.25 no.3 Brasília July/Sept. 2009.

PRECOMA, E. C. A. representações de violência reveladas por crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco social: histórias e caminhos de resiliência. 269p. Tese (Doutorado em Educação) Setor de Educação e Psicologia Genética. Universidade estadual de Campinas. Campinas-SP, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Protocolo de Gestão Família Curitibana. Proteção Social. a solução vem da família. Curitiba, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Protocolo de Gestão do CREAS. Fundação de Ação Social. Curitiba, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Protocolo de Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba - CRAS. Fundação de Ação Social. Curitiba, 2009.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Portal Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acesso em 28/06/2011.

RATNER, C. A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RATNER, C. Vygotsky's Sociohistorical Psychology and its Contemporary Application. NY: Plenum Press, 1991.

REY, F. L. G. El aprendizaje en el enfoque histórico-cultural – sentido y aprendizaje. In: ARANTES, E. F. & CHAVES, S. M. (Org.). *Concepções e práticas em formação de professores*. Rio de Janeiro: Editora, 2003.

REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RIBEIRO, T. Mães-sociais: que profissão é essa?. 116p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro. Petrobrás MinC/ USU. Ed. Universitária – Anais, 1997.

RIZZINI, I. Crianças, adolescentes e suas bases familiares. In, Sousa, S. G.,; Rizzini, I. (Org). *Desenhos de família. Criando os filhos: a família Goianense e os elos parentais*. Goiânia, Cênone Editorial, 2001, PP, 23-44.

RIZZINI, I.; FONSECA, C. Trabalho infantil dom estético: As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil. Aspectos históricos, culturais e tendências atuais Rio. Estudos Tematicos ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC. Rio de Janeiro, Abril 2002.

RIZZINI, I.; BARCKER, G. Cuidar sem violência todo mundo pode. Projeto Fortalecendo as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes. Instituto PROMUNDO e CIESPI. Rio de Janeiro, 2003.

RIZZINI, I. *et all.* Crescer em família: revisitando concepções e práticas com vistas à garantia do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. In O Social em Questão, vol.11, no. 11, ano VIII. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Revista do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio, 2004, 2005, p.77- 98.

RIZZINI, I (ORG). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito a convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez: Brasília, DF UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

RIZZINI, I. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância. São Paulo: Cortez, 2008.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, abr. 2011.

RODRIGO, M. J; PALÁCIOS, J. Familia y desarrollo humano. Madrid: Alianza, 1998.

ROGOFF, B.; WERTSH, J. (Eds). Children's learning in the 'zone of proximal development'. San Francisco: Jossey-Bass, 1984.

ROQUE, E. M. S. T.; FERIANI, M. G. C. Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis – SP. Revista Latino-am Enfermagem, 2002. Maio-junho. São Paulo, 10 (3) 334-44.

ROSENTHAL, R; JACOBSON, L. Pygmalion in the classroom: teacher expectation and pupils' intellectual development. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968. 240 p.[Harvard Univ., Boston, MA and South San Francisco Unified Sch. District, San Francisco, CA].

RUTTER, M. Psychosocial resilience and protective mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry. 1987_57(3), 316-331.

SAAVEDRA, L. “Sucesso/insucesso escolar. A importância do nível socioeconómico e do género”, Psicologia, vol. XV (1), Braga, PT, 2001, pp. 67-92.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. Violência de gênero: poder e impunidade. Rio de Janeiro: Revinter, 1994.

- SANTANA, J. P.; KOLLER, S. H. Introdução à Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano nos Estudos com Crianças e Adolescentes. In KOLLER, S. H. *Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e Intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- SANTOS, C. D.; WEBER, L. N. D. O que leva uma mãe a abandonar um filho? Em H. Guilhardi & N.C. Aguirre (Orgs.), Psicologia, Comportamento e Cognição V. 15 (pp. 133-146). Santo André: ESEtec, 2005.
- SARACENO, C. *Sociologia da Família*. Lisboa –Portugal: Estampa, 2003.
- SARMENTO, M. J. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2003.
- SARTI, C. A família pobre [Resumo]. Em Associação Brasileira de Terapia Familiar (Org.), *Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar* (p. 35), 1994. São Paulo: ABRATEF.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SARTI, C. A. A família como ordem moral. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas: A Família em Destaque. São Paulo, 1994. 91. 46-53.
- SARTI, C. A. A Família e individualidade: um problema moderno. In: SCAVONE, L. *Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*. Interface: comunicação, saúde e educação, 5 (08) 47-59, São Paulo, 2001.
- SCHRAIBER, L.; D'OLIVEIRA, A. P. L. Violência contra as mulheres: interfaces com a saúde. Interface - Comunicação, saúde e educação. Botucatu, UNI/UNESP, 3(5):11-27,1999.
- SEMON, R. *The Mneme*. George Allen & Unwin. Londres, 1921.
- SERRANO, A. Identificação das redes de apoio social num grupo de famílias de risco. *Inclusão*(5), Braga, PT, 2004, 97-111.
- SHOÁ– *Enciclopedia del Holocausto* – Jerusalem: E.D.Z Nativ Ediciones, 2004.
- SHORE, R. Grandparents raising grandchildren: a model of psychological functioning. *Dissertation Abstracts International*, 51, 9A, 1991, 3183.
- SILVA, S. S. T. R. *Ser mulher: Estudar, trabalhar e ter uma vida familiar – será possível?*. 47 p. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia). Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2011.
- SILVA, C. S. *Famílias de risco, Crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança). 185 p. Instituto de Estudos da Criança. universidade do Minho, Campus de Gualtar. Braga. Portugal. 2009.

SIMON, J. B.; MURPHY, J. J, SMITH, S, M. Understanding and Fostering Family Resilience. University of Central Arkansas. The Family Journal 2005; 13; 427.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. São paulo, Paidéia, 1998. p.137-150, fev./ago.

SIQUEIRA, A.C. Crianças, Adolescentes e Transições Ecológicas: Instituições de Abrigo e Família como Contextos de Desenvolvimento. 262p. Tese (Doutoramento em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

SMOLKA, A. L.B.;GÓES, M. C. R. & PINO, A. A constituição do sujeito: uma questão recorrente? In Wertsch, J.; Del Rio, P. & Alvarez, A. Estudos socioculturais da mente. Porto Alegre: Artemed, 1998.

SMOLKA, A. L. B. O “(im)próprio e o (im) pertinente na apropriação das práticas sociais”. CADERNOS CEDES . Relações de ensino – Análises nas Perspectiva histórico-cultural. Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade. n. 50. 2000.

_____ Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta da Rede de significações. In ROSSETI-FERREIRA, C. (Orgs). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. (pp. 35-50). Porto Alegre, Artmed, 2004.

SOUSA, D. T. N. C. Vitimação múltipla em mulheres vítimas de violência conjugal:o cruzamento de experiências relatado em primeira pessoa. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Especialização em Psicologia da Justiça.Jun. 50 p. 2011. Universidade do Minho. Braga. Portugal.

SOUSA, L. Famílias Multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto, 2005.

SOUSA, L.; HESPANHA, P.;RODRIGUES, S.; GRILO, P. Famílias Pobres: Desafios à intervenção. Lisboa: Climepsi, 2007.

STOLTZ, T. Por que Vygotsky na Educação?. In: RAMOS, E. C. Fundamentos da educação: os diversos olhares do educar. Curitiba: Juruá, 2010.

STOLTZ, T.; LOPES, J. Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em Foz do Iguaçu e possibilidades de intervenção. Revista Eletrônica de Ciências da educação. V.1 série3, p. 01-19. Curitiba, 2002, 2004.

STRATTON, P. Contemporary families as contexts for development. Em J. Valsiner e K. Connolly (Orgs.), Handbook of developmental psychology. 2003. (pp. 333-357). Londres: Sage.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teoris” de famílias. In CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2001, p. 23-7.

_____ Práticas educativa familiares: a família como foco de atenção psicoeducacional. *Rev. Estudos de Psicologia. PUC-Campinas, v. 21. n. 2. maio/agosto 2004, p. 5-16.

SZYMANSKI, H. Um estudo sobre significado de família. Tese de (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.

SZYMANSKI, H. Trabalhando com famílias. Cadernos de Ação. CBIA, IEE-PUC,SP, 1992.

SZYMANSKI, H. Viver em família com experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. Serviço Social e Sociedade, 71 (23), 9-25. São Paulo, 2002.

TERRA DOS HOMENS. Série - Em defesa da Convivência Familiar e Comunitária. Disponível em: www.terradoshomens.org.br. Rio de Janeiro, 2002. acesso em 17/02/2013.

TESSARI, O. I. Dirija sua vida sem medo: caminhos para solucionar os seus problemas. São Paulo: Série Psicologia. Letras Jurídicas, 2008.

TINSLEY, B.J.; PARKE, R.D. The role of grandfathers in the context of the family. Em P. Bronstein & C.P. Cowan (Orgs.), *Fatherhood today: Men's changing role in the family* (pp. 236-250). New York: Wiley, 1988.

TORRES, A. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In PEIXOTO, F. (Orgs.). Família e individualização (pp.135-156). Rio de Janeiro: FGV, 2000.

TORRES, A. C. Sociologia do casamento: a família e a questão feminina. Oeira, Portugal: Celta Editora, 2001.

TRIVINÕS, A. N. da S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNGAR, M. A constructionist discourse on resilience: Multiple Contexts, Multiple Realities Among At-Risk Children and Youth. YOUTH & SOCIETY, Vol. 35 No. 3, March, Dalhousie University, 2004 341-365.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. Normas para apresentação de documentos científicos. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. Vygotsky: uma síntese. São Paulo: Loyola, 2001, 2009.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. Understanding Vygotsky: a quest for synthesis. Cambridge, England: Blackwell, 1991, 1999.

VASCONCELOS, Q. A.; YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. Paideia, maio-ago. São Paulo, 2009, Vol. 19, No. 43, 221-229.

VASCONCELOS, G. A. N. Puxando um fio. In VASCONCELOS, G. A. N. (Org). Como me fiz professora. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Santiago de Chile: (Serie Población y Desarrollo, n.17).CEPAL, 2001.

VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia. Trad. Claudia Berliner. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

_____ Formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984, 1991.

_____ A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____ Pensamento e Linguagem. 2ª ed. São Paulo: Fontes, 1998.

_____ Psicologia pedagógica. São Paulo: 3ª. ed. Martins Fontes, 2010. (Original publicado em 1926).

_____ “Manuscrito de 1929”. Educação e Sociedade, Revista Quadrimestral de Ciência da Educação/Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), nº 71, Campinas, CEDES, 1929/2000, pp. 21-44.

_____ Pensamento e palavra. In L. S. Vigotski. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, (2001b). (Original publicado em 1934).

_____ Mind in Society. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978. (Original work published in 1934).

_____ A psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1979, 1998.

_____ O desenvolvimento psicológico na infância. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LÚRIA, A. R. Estudos sobre a história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1930).

VYGOTSKY, L. S., & LÚRIA, A. El instrumento y el signo en el desarrollo del niño. San Sebastián de los Reyes Madrid: Fundación Infancia y Aprendizaje. 2007. (Original publicado em 1930).

VYGOTSKY, L. S., LÚRIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem,

desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 1988.

VYGOTSKY, L. S. The problem of the environment. In R.v.d. Veer & J. Valsiner (Eds.). *The Vygotsky reader, 1935/1994*. 338–354. Oxford: Blackwell.

_____. *The Vygotsky reader*. Oxford: Blackwell, 1994.

VIGODSKAIA, G. L.; LIFANOVA, T. M: Lev Semionovitch Vigotski. ch jizn, deiatelnost, chtrikhi k portretu. Moskva: Academia i Smisl, 1996. In LIFANOVA, T. M. *Liev Semiónovich Vigotsky. Yizn. Diéiatelnost. Shtrijí k portrietu [Liev Semiónovich Vigotski. Vida. Actividad. Detalles para un retrato]*, Moscú: *Smisl*, 1996, 420 pp. Y 57 fotografías.

VITALE, M. A. F. “Famílias monoparentais: indagações”. *Serviço Social e Sociedade*, n. 71, São Paulo: Cortez, 2002.

ZAGURY, T. A questão da relação pais-filhos hoje. In *Sem padecer no paraíso: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ZAKABI, R. A nova família e a justiça. *Veja*, São Paulo, 23 de maio de 2007, p. 116-120.

ZALUAR, A. *Integração perversa. Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ZANELLA, A. V. (Orgs). Questões de método em textos de Vygotsky: Contribuições à pesquisa em Psicologia. *Psicologia & Sociedade*; 19 (2): Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 25-33.

YUNES, M. A. M. A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda. Tese (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

WAGNER, A. *A família em cena: trama, dramas e transformação*. Vozes: Petrópolis-RJ, 2002.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003a.

_____. Estratégias educativas en la familia: una perspectiva Transgeneracional. *Anais do Congresso da Bienal de Psicologia em Santiago de Cuba*. Edição Especial, 2003b.

WAGNER, A. Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago 2005, v. 21 n. 2, pp. 181-186.

WAGNER, A. (*et al*). Configuração familiar e bem-estar psicológico de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 1999, 1(12), 147-156.

WAGNER, A.; HALPERN, S. C.; BORNHOLDT, E. A. Configuração e estrutura familiar: Um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas. *Psico*, 2(30), 1999, 63-74.

WAGNER, A.; FERREIRA, V. DOS S.; RODRIGUES, M. I. M. Estratégias educativas: Uma perspectiva entre pais e filhos. *Psicologia Argumento*, 1998, 23(16), 37-46.

WAGNER, A. (*et all*). Adolescentes y familias: un estudio comparativo entre familias de origem y reconstituídas. *Cuadernos de Terapia Familiar*, 2 1997, (35/36), 119-127.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência IV: os jovens do Brasil. UNESCO. Instituto Ayrton Senna. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, 2004.

WALBY, S.; ARMSTRONG, J.; STRID, S. Intersectionality: Multiple Inequalities in Social Theory. *Sociology* 2012 46: 224, Lancaster university. Originally published online 10 January 2012.

WALL, K; ABOIM, S; CUNHA, V. A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades. Lisboa, Portugal, 2010.

WALSH, F. The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 1996, 35, 261-281.

_____ Strengthening family resilience. New York: Guilford, 1998.

WEBER, L. (*et all*). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – Transmissão intergeracional de estilos parentais. São Paulo, *Paidéia*, 2006. 16(35), 407-414.

WEBER, L. N. D. Aspectos psicológicos da adoção. Curitiba: Juruá, 1999.

WERTSCH, J. Vygotsky y la formación social de la mente. Barcelona: Ediciones Paidós, 1988, p. 264.

_____ Vygotsky and the Social Formation of Mind. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.

WERTSCH, J. V.; TULVISTE, P. L. S. Vygotsky e a psicologia evolutiva contemporânea. In DANIELS, H. (Org.). Uma introdução a Vygotsky. São Paulo: Loyola, 2002.

WERTSCH, J. V. Mediation and the zone of proximal development. In Daniels, M. Cole,; Wertsch, J.V. (eds). *The Cambridge Companion to Vygotsky*. New York: Cambridge University Press, 2007.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. Monoparentalidade e chefia feminina. Conceitos, contextos e circunstâncias. Série Antropológica, no. 357, Brasília, 2004.

Outras Referências

DADOS SOBRE O UNICEF/2010. Disponível em: <http://www.unicef.org/>. Acesso em 12/09/2012.

DADOS SOBRE A FAMÍLIA EM CURITIBA – PARANÁ. Disponível em: www.fas.comitiba.pr.gov.br. Acesso em 08/02/2012.

LEGISLAÇÃO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 28/05/2011.

PESQUISA SOBRE VIOLÊNCIA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa>: Acesso em: 22/06/2011.

www.fas.curitiba.pr.gov.br

PESQUISA SOBRE OS AVÓS. Disponível em: www.primaveraeditorial.com.br. Acesso em 06/08/2011.

PESQUISA SOBRE ROSE MARIE MURARO. Disponível em: www.rosemariemuraro.com.br. CRMM – Instituto Cultural Rose Marie Muraro – Patrona do Feminismo Brasileiro. Lei n. 11.261 – decreto de 30/12/2005 Acessado em, 17/01/2012.

PESQUISA SOBRE BAIROS DE CURITIBA. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br> . Acessado em, 05/03/2012.

PESQUISA SOBRE IDH NO BRASIL E MUNICÍPIOS. Disponível em http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdad. Acessado em 16/02/2012.

CAMPANHA NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA. Disponível em: www.observatorionacional.net.br

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nós, Marlene Schüssler D'Aroz e Tania Stoltz, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando a Senhora, mãe e ou avó com filho (os) ou neto (os) acolhidos na Chácara Meninos de Quatro Pinheiros a participar de um estudo intitulado “A voz de quem não tem voz: a vida de mulheres-mães em situação de risco social.” Este estudo pode possibilitar avanços importantes nas pesquisas sobre Educação e sua participação é fundamental.

- a) O objetivo desta pesquisa é: Identificar quais os aspectos recorrentes, ou seja, os aspectos que se repetem entre as gerações passadas e presente deste familiar pesquisado relatados nas histórias de vida de mulheres-mães que vivem em situação de dificuldade social, cujos filhos encontram-se acolhidos. A situação de dificuldade social refere-se às condições de vida que envolve desigualdades de moradia, emprego, alimentação, saúde e todos os tipos de risco em que estão expostas e resultaram no acolhimento dos filhos ou netos.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder uma entrevista gravada contando a sua história de vida, como foi a sua infância, adolescência, como se relaciona com a família, os filhos, falar da formação e profissão, projetos de vida, com toda a liberdade possível.
- c) A entrevista será realizada no local, data e horário da sua preferência podendo ser na sua casa ou na instituição onde se encontram os filhos e ou netos, a Chácara Meninos de Quatro Pinheiros, localizada na BR 116, KM 149, área rural de Quatro Pinheiros, em Mandirituba, região metropolitana de Curitiba-PR. A entrevista terá duração aproximada de uma hora. O local para a entrevista será organizado para ser tranquilo, sem ruídos ou interferências, no espaço desejado que ofereça conforto e segurança.
- d) É possível que a Senhora, durante ou após a entrevista experimente algum desconforto como vontade de chorar, vergonha, tristeza ou ficar zangada. Se isso acontecer, poderá solicitar imediatamente à pesquisadora uma pausa ou o encerramento da entrevista. Poderá solicitar ainda, atendimento da psicóloga da instituição no decorrer da entrevista ou após o encerramento da mesma. Se necessário, o atendimento psicológico poderá ser prolongado por um tempo maior, garantido e facilitado para a mãe ou avó.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal_-

Pesquisador Responsável _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

- e) A psicóloga, funcionária da instituição, acompanhará as entrevistas a pedido da pesquisadora e autorizada pelo coordenador da instituição, seja na casa da participante ou na instituição de acolhimento dos filhos ou netos. A psicóloga não participará da pesquisa e somente participará da entrevista, se autorizada pela entrevistada.
- f) No momento da entrevista você poderá responder as perguntas da forma que achar melhor. A entrevista tem perguntas relacionadas com a sua infância, com a adolescência, a profissão, a relação afetiva estável, o motivo do acolhimento dos filhos ou netos, o que foi igual ou diferente da infância e adolescência vivida pelos filhos.
- g) Os benefícios da pesquisa são:
- 1) De forma indireta, atuar na prevenção, melhorando a qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição e educadores sociais com as famílias, com as crianças e adolescentes acolhidos, concentrando-se nos aspectos presentes nas histórias de vida.
 - 2) Conhecer as condições de vida dos envolvidos na pesquisa, a situação social e econômica da comunidade onde vivem, que leva as famílias a dificuldades sociais e ao risco social e pessoal. Com o conhecimento levantado na pesquisa que pode ser diferente de outros estudos, gerar dados que permitam desenvolver outras pesquisas.
- h) Eu, Marlene Schüssler D'Aroz, Pedagoga, Doutoranda em Educação serei a responsável pelas entrevistas e demais informações e poderei esclarecer eventuais dúvidas que a Senhora possa ter e fornecer-lhe, todas as sexta feiras, das 14 horas às 17 horas pelos telefones (41)- 88078426 (pesquisadora) e 3633-1159 (instituição) ou nos demais dias pelo e-mail: darozmarlene@gmail.com, as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. A pesquisadora pode ainda, ser encontrada na Universidade Federal do Paraná, na Rua General Carneiro, 460, Ed. D. Pedro I, 1º. Piso, na sala de estudos, em horários a combinar.
- i) A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento sem qualquer penalidade, também, para a criança e ou adolescente que esteja acolhida na ONG. Assim sendo, poderá solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido, assinado.

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal _____

Pesquisador Responsável _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

- j) As informações relacionadas ao estudo serão utilizadas exclusivamente na pesquisa. Poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, neste caso a orientadora do estudo. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade, a de seus filhos e de sua família sejam preservados e seja mantida a confidencialidade. A sua entrevista será gravada, respeitando-se completamente o seu anonimato. Tão logo digitalizada em forma de texto e, encerrada a pesquisa e as análises dos resultados, o conteúdo gravado será destruído.
- l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e pela sua participação no estudo você não receberá qualquer valor em dinheiro. Você terá a garantia de que se houver problemas de ordem sentimental decorrentes do estudo, como tristeza, vontade de chorar, mal estar, ficar zangada, será atendida no local (independente de a entrevista ocorrer na casa ou na instituição), pela psicóloga da instituição.
- m) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome e demais pessoas mencionadas, e sim, um código.

Eu, _____ li este termo de consentimento acima ou alguém leu para mim e compreendi a natureza e objetivo do estudo com o qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que essa decisão afete a minha pessoa, meus filhos / netos ou minha família. Eu entendi e fui informada que se sentir algum tipo de desconforto durante e ou após a entrevista e entender que for necessário, receberei atendimento da psicóloga da instituição durante, após a entrevista e ainda, se necessário, terei atendimento psicológico garantido e facilitado por um tempo maior. Fui informada e entendi que a minha participação na pesquisa não acarretará, em nenhum momento, qualquer custo para mim . Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, ____/____/____

Entrevistada

Entrevistada
Impressão Digital

Testemunha

Marlene Schüssler D'Aroz
Pesquisadora- Doutoranda em educação

Tania Stoltz
Orientadora da pesquisa

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR

Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

APÊNDICE B - MODELO DE ROTEIRO DA ENTREVISTA – PROJETO PILOTO

Entrevistador: Transcritor: Data da entrevista: Data da transcrição: Local:	<i>Nome do sujeito:</i> <i>Idade:</i> <i>Sexo:</i> <i>Data de nascimento:</i> <i>Escolaridade:</i> <i>Profissão:</i>
1)- Fale da sua vida, fale um pouco sobre você, sua infância, adolescência, casamento, filhos...	
2)- Você mora aqui em Curitiba, sempre morou aqui? Como foi seu processo de vinda para Curitiba?	
3)- Onde mora, rua, bairro?	
4)- Você tem filhos aqui chácara. Seu (s) filho (os), como foi parar na chácara	
5) - O que você faz agora ? Você trabalha, no que você trabalha?	
6)- Como a história do filho se relaciona com a sua?	
7)- Quais os seus desejos daqui para frente? 8)- Que mensagem vc deixa para as outras famílias, para as famílias dos outros meninos... 9)- Se você pudesse voltar atrás, o que vc mudaria na sua vida?	

**APÊNDICE C - MODELO DE ROTEIRO DA ENTREVISTA – ESTUDO
PRINCIPAL**

Entrevistador: Transcritor: Data da entrevista: Data da transcrição: Local:	<i>Nome do sujeito:</i> <i>Idade:</i> <i>Sexo:</i> <i>Escolaridade:</i> <i>Profissão:</i>
1)- Fale da sua vida, fale um pouco sobre você, sua infância, adolescência, relação afetiva, filhos...profissão....	
2)- Você mora aqui em Curitiba, sempre morou aqui? Como foi seu processo de vinda para Curitiba?	
3)- Onde mora?	
4)- Você tem filhos institucionalizados? Seu (s) filho (os), como foi parar na instituição?	
5) - O que você faz agora ? Você trabalha, no que você trabalha?	
6)- Você vê alguma relação entre a sua história e a de seu filho?	
7)- Como você vê a sua vida daqui para frente? Tem sonhos? 8)- Você gostaria de deixar alguma mensagem para as outras famílias, para as famílias dos outros meninos? 9)- Se você pudesse voltar atrás, o que você mudaria na sua vida?	

APÉNDICE D – PROCEDIMENTOS ÉTICOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ –
SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



Título da Pesquisa: A voz de quem não tem voz: a vida de mulheres-mães em situação de vulnerabilidade Social

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências da Saúde/ SCS
Versão: 05
CAAE: 04641112.2.0000.0102

Pesquisador: Marlene Schüssler D'Aroz

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA
Número do Parecer: 163.565

Data da Relatoria:
05/12/2012

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

Recomendações:

Foi anexada a declaração do co participante modelo CONEP, onde o mesmo concorda com o parecer deste CEP/SD.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Não Necessita Apreciação da CONEP:

Considerações Finais a critério do CEP:

CURITIBA, 05 de Dezembro de 2012

Assinador por:

Claudia Seely Rocco
(Coordenador)

80.060-240
(41)3360-7259 E-mail: cometica.saude@ufpr.br
Endereço:
Bairro:

APÊNDICE E - PROTOCOLO DAS ENTREVISTAS

<p>Entrevistador: Marlene D’Aroz Transcritor: REC 013 Data da entrevista: 21/03/2011 Data da transcrição: 27/03/2011 Local: Residência – Vila das Torres</p>	<p>Nome do sujeito: Dora Idade:75 Sexo: Feminino Escolaridade: 4ª série Profissão: Zeladora – Catadora de papel</p>
<p>Estou aqui com a Dora e ela vai me contar um pouco da sua história.....</p> <p>Dora, quantos anos a Sra. tem? Como foi chegar aos 75 anos, assim com este pique, a Sra. Tem filhos?</p> <p>Meu deus, 16 filhos? e irmãos? Quantos tem? Dos teus irmãos, outros tem tantos filhos como a sra?</p> <p>Onde eles estão, a sra tem contato com eles?</p> <p>E os seus filhos? Quantos anos tem o mais velho?</p> <p>Ela trabalha, o que ela faz?</p> <p>Ela já trabalhou em outros empregos?</p> <p>E os outros? Onde estão?</p> <p>A mãe do Romeu faleceu?</p> <p>Mas não foi no posto de saúde ver?</p>	<p><i>Tenho 75 anos.</i></p> <p><i>Tenho 16 filhos.</i></p> <p><i>Tenho 19 irmãos, mas uns já morreram. Fica entre 9 e 12 filhos, mas uns morreram antes de ter filhos.</i></p> <p><i>Muito pouco, eles moram longe, quase não vejo eles, faz tempo.....</i></p> <p><i>O mais velho é a Sol, a mãe do John já morreu, a Sara é mãe do Luis, ela tem 43 anos, mas parece uma velha, ela mora ali, naquela casa (mostra a casa apontando para uma casa na beira do riacho), está esperando o terreno da Cohab.</i></p> <p><i>Trabalha catando lixo e papel e trabalha 8 horas na cooperativa de reciclagem de lixo, foi a prefeitura quem deu a vaga para ela, ela ganha 120,00 por semana separando o lixo, uns 400,00 por mes.</i></p> <p><i>Não, só catou lixo até hoje, faz 2 anos que está nesta cooperativa, esta bom, ela vai direitinho.</i></p> <p><i>A Zana, a mãe do Romeu morreu fazem 2 semanas.</i></p> <p><i>Sim. Ela estava ai reclamando de dor na barriga, ruinzinha, veio aqui em casa, eu disse: “vou te levar no Cajuru fazer uma consulta”. Ela disse: “não vou lá não, não precisa, vai passar”. Assim foi uns dias ela ia para cá, para lá, ruinzinha....umas horas ela veio me chamar, to ruim, vamos para o Cajuru (hospital). Pegamos um ônibus e levei ela, lá os médico internaram, falei para eles que ela estava com dor, não estava comendo...eles internaram, fiquei a tarde toda esperando. Os médicos me disseram pode ir para casa D. Dora, ela vai ficar internada,</i></p>

<p>Ninguem sentiu falta dela? Como ela entrou na ambulância e não viram?</p> <p>Que coisa tirste né?</p> <p>Como uma filha diz isso para uma mãe?</p> <p>Faz tempo que a senhora trabalha de zeladora?</p>	<p><i>qualquer coisa a gente te chama. Ela ficou lá uns 20 dias. Eu cheguei do trabalho ela estava aqui em casa, perguntei se ganhou alta, porque veio, eu ia buscar, mas ela aproveitou a ambulância que estava saindo e fugiu.</i></p> <p><i>Ela estava bem, ficou a qui por uns 10 dias, mas reclamava que tinha alguma coisa se mechendo na barriga. Ela disse: “mãe, acho que estou grávida”. Eu disse: “está não, não pode ser, mas os médicos não viram nada, não disseram nada?”. Ela me contou que fizeram hemodiálise, tomou muito sangue, tinha melhorado. De madrugada, a filha dela, a Jeisa, veio me buscar, dizendo a mãe está mal, era quase de manhã, umas 5 horas. Peguei um taxi e levei ela de volta pro Cajuru, ela desmaiou, estava fraca, passando mal. As meninas foram junto e voltaram. Eu disse: vão para casa cuidar dos outros e avisar a Fran (outra neta) que vou ficar no hospital com a Zana. As enfermeira colocaram ela na UTI e me disseram para eu voltar para casa, não precisava ficar lá, que iam cuidar dela. Dois dias depois eu disse para Jeisa, “vai lá ver a tua mãe como ela está”.</i></p> <p><i>A Jeisa respondeu, “eu não vou, deixa ela lá, apodrecer lá”. “Mas ela é tua mãe menina, se ela morrer tu vai sentir remorsos”. “Não vou, não vou lá ver, deixa essa mulher ficar lá”. Fui lá ver, ela estava boazinha, me pediu para comprar um sonho com nata, levei dois para ela, ela comeu. No outro dia fui e levei umas frutas, ela pdiu bala, fui na banca na frente do hospital e comprei balas, ela comia tudo o que eu levava, estava com vontade. A enfermeira disse: “mas que danada, ela não come direito a comida, mas besteira ela come”. Quando vi o médico, perguntei dela, falei das dor dela na barriga e dizendo que tinha alguma coisa que se mechia dentro dela, perguntei se ela não estava grávida, se tinham olhado. O médico só disse dos rins, que estavam parando, por isso ela sentia dor. Ela tinha problema nos rins, por causa das drogas, do crack, mas ela não se tratava, por isso fez hemodiálise, tomou sangue. Dai eu fui para casa porque eu tinha que trabalhar, eu trabalho de zeladora ali naqueles predinhos (os prédios ficam à umas 6 quadras da casa da D. Dora).</i></p> <p><i>Já fazem 2 anos que trabalho lá.</i></p>
--	---

<p>E ai a sua filha faleceu, teve parada dos rins?</p> <p>Que triste.....</p>	<p><i>Não menina, ela dizia, mãe tem alguma coisa se mechendo, eu acho que estou grávida. Eu disse: larga de mão, tu ficou internada 20 dias e os médicos não disseram nada. Ela tinha problemas dos rins já fazia muitos anos. Era 3 horas da madrugada o Reinaldo veio me chamar, acorda vó o hospital esta chamando a senhora. Eu disse, “deve ser a tua mãe, de manhã cedo vou lá”. Bem cedo, antes das 6 horas, levantei, tomei café e fui com o ele de Taxi no hospital. Quando eu cheguei, o médico me disse, não deu para salvar, ela estava muito mal, a infecção foi para o coração. A zana morreu as 5 h da manhã, fazia pouco tempo. Os médicos me disseram que ela tinha 3 filhos.</i></p>
<p>Então ela estava certa, estava mesmo grávida?</p>	<p><i>Estava com 3 fetos, o menino já estava morto há 8 dias, estava tudo podre por dentro. As 2 meninas eles tiraram e elas morreram depois, elas estão lá dentro de um vidro, me levaram lá para eu ver, eu vi elas no vidro bem pequenas.</i></p>
<p>Por isso sentia dores.....</p>	<p><i>Voltei para casa pegar uma roupa para ela, para fazer o velório, fui na prefeitura, mas a assistente social já tinha pegado o caixão, elas já tinham até colocado uma roupa nela, estava toda de branco. Uma túnica branca com desenhos dourados, com manga comprida, gola, cheio de flores, compraram flores para ela, as meninas todo s ajudaram lá, fizeram uma vaquinha de 15,00, de 20,00 entre as enfermeiras, disseram que até os médicos lá ajudaram e compraram flores, compraram véu, tudo, só o caixão foi da prefeitura, eu levei a roupa, vestiram por baixo e a mortalha por cima, cheia de florzinha dourada.</i></p>
<p>Então ela ganhou um enterro descente.....</p>	<p><i>Fomos para a capela do cemitério, os guardas levaram. Dai mandei chamar as filhas, elas vieram de carro, olharam e saíram. Depois voltaram deram uma olhadinha assim e saíram, a Jeisa nem chegou perto, olhou assim como se fosse lá naquele canto, fez aquela cara dela e ficou quieta. Ai eu disse: “fecha o caixão”, o guarda fechou, ficou eu e a Luisa. A Jeisa e a Gabi nem se despediram viraram a cara e voltaram, eu fiquei lá até fecharem a gaveta, depois fui ver a gaveta do John (neto morto baleado) que ele também está lá pertinho, levei umas flores para ele também...</i></p>
<p>Eu lembro do John.....</p>	
<p>E o Romeu, tá neste cemitério também?</p>	<p><i>Não, o Romeu está lá no cemitério da colina em Colombo, mas eu comprei uma gaveta lá no Bom Fim para mim por o John primeiro que vai, vai</i></p>

<p>Uma gaveta para a família?</p>	<p><i>primeiro ele, 5 meses primeiro ele, depois o Romeu vai, eu tiro levo no Bom Fim, na gaveta nova, depois passa 2 anos e meio dai vai a Zana, ela que vai, dai eu vou tirar ela e por todos juntos lá.</i></p> <p><i>É, por todos juntos lá, a minha gaveta já está cheia, eu emprestei para uma mulher e um menininho de outra mulher que mataram, não cahegou matar, mas dai deram um tiro nele, ele ficou paraplégico e dai logo ele morreu.</i></p>
<p>Tem certeza que a senhora tem só um coração?</p>	<p><i>É. Coloquei lá o guri depois que ele morreu por isso está cheio, não dá para mecher agora porque o menino está por último, em cima, não está em baixo né, está bem em cima, não faz nenhum ano que está lá, então não posso por os meninos lá e agora a Zana lá, porque dai, quando os meninos saem do outro cemitério, eu não tenho onde por eles, dai vai ficar como um indigente jogado lá num canto. Já comprei então, paguei R\$ 1.700,00 a gaveta, paguei em 3 ou 4 vezes não me lembro, acho que foi 4 vezes.</i></p>
<p>É, não pode mecher, tem um tempo certo pra tirar os ossos.....</p>	
<p>Não, isso é muito cruel.....</p>	
<p>Teve que pagar sozinha?</p>	
<p>Então, a senhora já enterrou uns quantos.....</p>	<p><i>No mesmo dia enterrei ela, ela morreu as 5 horas da manhã, enterrei ela as 5 horas da tarde do mesmo dia, ela não queria vir aqui para a vila, ela não queria, ela falou para mim uns 8 ou 10 dias antes, ela não queria ser velada aqui, porque aqui ela disse, tem muita gente pobre que arrepara as coisas, a senhora não vai poder comprar um ciaxão bom e eu não quero que a senhora gasta o seu dinheiro, quero que a senhora cuida da Luisa.</i></p>
<p>Porque não aqui?.</p>	
<p>A Luisa é filha dela?</p>	<p><i>É, uma boa menina, tem 12 anos, até hoje eu pedi para a assistente soical ver, ela ligou dizendo que vinha buscar ela, ela não quer ficar aqui mais porque é perigoso, ela ficar lá com a Sara, minha filha, ela me pediu para ir lá atrás do shopping Miller no Tia Paula estudar de novo lá, ela tem caderno bastante que eu ganhei do Creas, calçado prela, dei muchila que eu comprei tudo né, então eu dei o que precisava.</i></p>
<p>Cam material fica mais fácil, se precisar a ONG pode ajudar é só pedir para o Coordenador.</p>	<p><i>Então é sim. Precisamos ver.</i></p>
<p>E a Gabi, ou a Fran, qual das duas já estavam abrigadas?</p>	<p><i>As duas já ficaram, mas elas pediram para voltar, mas a mãe não muda né.</i></p>
<p>Alguma delas se prostituiu?</p>	<p><i>Não, namoram na rua, mas não ficavam na rua</i></p>

<p>Quantos netos a senhora tem?</p> <p>Meu deus terá que fazer mágica, é pouco o que ele ganga.</p> <p>É quase um salário mínimo.</p> <p>A senhora tem 72 anos anos ou mais?</p> <p>Ah...75 anos. Sempre morou aqui em Curitiba?</p> <p>Faz 58 anos, já era casada? Onde morava antes?</p> <p>Sempre em Curitiba?</p> <p>Uau...já mudou muitas vezes, porque tantas vezes e de lugar?</p> <p>Que tipo de trabalho?</p> <p>Então a senhora não morou só em Curitiba, a senhora morou no norte, que cidade era?</p> <p>Isso era quando vc morava com os teus pais ou casada?</p> <p>Teus pais estão vivos?</p> <p>Quantos são mesmo os teus irmãos?</p>	<p><i>assim, pegando homem.</i></p> <p>Muitos, alguns eu nem sei, porque não vejo meus filhos. A Sara tem a Gabi. A Fran já é mãe, já é velha, tem 27 anos e tem um menino de 3 anos que está ai na creche, até hoje tinha audiência no juiz para o pai do menino dar pensão, ele concordou, deu sim, e vai começar a receber dia 10, vai receber R\$ 150,00, ele ganha R\$ 400,00, mas ele tem outra mulher e outro filho, uma menininha que nasceu faz pouco tempo, então a juiza disse: olha, cada dia 10, certinho, vc deposita no banco e ela vai pegar e quando aumentar o seu salário voce sabe, voce tem que aumentar também, falou para ele. A Fran trabalha também, ela trabalha na cooperativa, ganha R\$ 400,00 por mês, trabalha junto com a Sara.</p> <p>Não, tenho agora 75 anos.</p> <p>Sempre. Faz 58 anos que eu moro aqui. Já, eu tinha filhos...ih.....</p> <p>Ah..morei no Prado Velho, na Imaculada Conceição, na AV Iguazú.....paerto do Pequeno Príncipe, na salgado Filho, no Agua Verde..... Ahaa... morei lá na André de Barros, no Centro, na Murici eu morei,.....</p> <p>Era preciso né, era alugada, morei no centro já tinha muitos filhos, 5 filhos, morei na frente onde faz identidade, tinha uma garagem lá nos fundos, tinha uma meia água, morei lá e trabalhava nas mulheres no prédio.</p> <p>Todo o tipo, fazia o que elas precisavam, era bom, muito bom, mas toda a vida eu morei aqui em Curitiba desde que eu vim do Norte com a Sara, ela tinha 7 dias.</p> <p>Apucarana e Maringá.</p> <p>Não, era quando eu estava casada. Meus pais moravam em Florai, perto de Nova Esperança.</p> <p>Não. Estão todos falecidos, só tenho uns irmãos que moram lá.</p> <p>Tenho 2 que estão mortos, um veio me avisar</p>
---	--

<p>Não teve mais contato com eles?</p> <p>Como era a sua vida com seus pais, irmãos? A Dora menina, como ela era esta menina? A senhora perdeu a mãe com 7 anos?</p> <p>Era de terra batida? Nossa, a senhora viu o progresso chegar, asfalto, rede elétrica, biarticulado, shopping...</p> <p>Com 7 anos fazia tudo isso?</p> <p>Com 7 anos cuidava de 2 bebês? Só 7 anos, Como a senhora conseguia fazer isso?</p> <p>Quer dizer, te batia?</p> <p>Só porque vc não guardava os brinquedos? Meus deus, mas a senhora só tinha 7 anos?</p> <p>Mas teu irmão não te ajudava, não falava nada que a mulher dele te batia. Não contava para ele?</p> <p>Que malvada.....me desculpa falar assim.</p>	<p>que iam vender o sítio e eu ia receber uma parte, veio me avisar para eu assinar, mas fazem 8 anos que ele veio e não vieram mais...nem o dinheiro recebi.</p> <p>Não tive. Perdi o endereço deles, perdi tudo.</p> <p>Era boa. Eu, quando o meu pai, primeiro minha mãe morreu eu fiquei com 7 anos lá em Florai. Com 7 anos. Dai meu pai ficou com nós, em 6 na casa, os pequenos porque os outros tavam casado, daí depois de um ano morreu também, dai um dos nossos irmão pegou um guri, o outro pegou outro, eu fui mora com outro irmão meu, dai vim morá pra Curitiba com ele, nós morava na Vila Aurea, perto da Marechal floriano, naquele tempo era estrada de chão, só passava carroça, cavalo, não tinha nada, nem carro passava, ai minha cunhada ia para o serviço e eu tinha que dar conta de lavar, passar e cozinhar, e limpar a casa.</p> <p>Com 7 anos eu já trabalhava, e ainda, cuidava de 2 gêmeas meninas...</p> <p>Aha.....eu aprendi com a minha mãe, ela me ensinava, dai um dia, então, como eu também brincava, eles pegavam a caixa de brinquedos, brincava com as meninas, dai ela chegava em casa pegava aquela bagunça, eu não tinha noção de chegar tal hora e arrumar a bagunça, levar os brinquedos para os quartos, eu deixava tudo, mas ela não gostava, me pregava lenha...(batia), Ich.....mas eu levava cada coró (surra) dela que nossa.</p> <p>Não guardava, a casa ficava bagunçada. Tinha 7 anos e um pouquinho, dai foi indo, foi indo e um dia ela me deu de cabo de vasoura, saiu sangue da cabeça, pelo nariz...</p> <p>Ele não via, só chegava de noite.</p> <p>Ela ficava boazinha perto dele, eu não falava porque achava que era só aquela vez e passava. Só sei que eu sai assim...da Vila Àurea a pé, correndo, correndo e quando eu cheguei aqui no azilo Nossa Senhora da Luz a pé, já estava quase escurecendo, eu...., ai tinha ponto de ônibus ali que vinha para o centro, a PUC mesmo passava ali, dai eu tava ali, chorando no ponto de ônibus,</p>
--	---

<p>A senhora estava sozinha?</p> <p>Ele te ajudou, o que ele fez?</p> <p>Ele era casado?</p> <p>Mas porque logo um colégio de freira?</p> <p>Estudar ou morar também?</p> <p>Como foi quando chegou lá?</p> <p>Então estava feliz?</p> <p>Quantos anos a senhora morou lá, ficou interna, abrigada?</p> <p>Dos 7 anos e ½ até os 28?</p>	<p>o policial me viu e falou, o que aconteceu?</p> <p>Não, tinha mais gente no ponto, dai eu disse para ele, foi a mulher do meu irmão que me bateu, dai ele perguntou onde eu morava, falei que era lá no fim, final desta rua, longe, bem longe.</p> <p>Ele pegou o ônibus e eu peguei se podia ir junto, fui junto com ele lá para àgua verde na casa dele, cheguei lá, ele contou para a mulher dele que me achou na rua chorando. Dai eu fui para o banheiro, tomei banho, estava cheia de sangue, a mulher deu roupa das meninas deles, vesti, jantei, dormi, dai no outro dia eles me levaram no juiz, lembro até hoje do juizado, era na Rui Barbosa, lembro como se fosse agora, ai falaram com o juiz, ele queria adotar eu, falou com a mulher, eles só tinham uma menina e um piá e não podiam ter mais filhos, ai eles queriam que eu morasse com eles, queriam pegar eu lá no juiz, mas dai eu disse que não, disse que eu não queria, queria ir morar num colégio de freira. Toda a vida eu tinha adoração para estudar num colégio de freira.</p> <p>Morar lá, dai o juiz disse: então, deixa ela aqui que a gente vai arrumar um colégio de freira para ela, dai arrumou um ali em frente ao hospital Cajuru, aquele colégio que tem janelinha marron, ali tinha 400 meninas órfãs de pai e mãe, abandonadas, achadas na rua, de tudo o que era jeito, ai fui para lá né.</p> <p>Nossa...ali eu passeava com as irmãs, ia no mercado municipal com elas, ia para todo lado passear com elas, ai tinha missa lá dentro, ia todo dia para a capela.</p> <p>Demais, tava muito feliz.</p> <p>Ah...eu morei até 28 anos ali.</p> <p>Fiquei abrigada ali. Quando eu fiz 14 anos, elas me arrumaram serviço na fiat luz, fábrica de fósforos, ela levava 15, 20 meninas de manhã cedo, as 6:30 horas e saia as 3 horas (15:00h), ela já estava lá com a kombi para pegar a gente, pegar nós para trazer, todo o dia nós iam, de segunda a sexta. Depois as outras foram crescendo e também foram trabalhando e eu fiquei lá até os 28 anos.</p>
--	--

<p>E ai saiu de lá?</p> <p>Este foi seu único casamento?</p> <p>A senhora teve 16 filhos com este?</p> <p>Além de beber, algum usou drogas, outro tipo de drogas?</p> <p>Onde estão os outros, são casados, moram aqui em Curitiba? Gêmeos?</p> <p>5 partos de gêmeos? Por isso tua filha teve gêmeos.....é hereditário....</p> <p>Então explica o caso da tua filha.....</p> <p>Mas eu lembro que o Romeu me contou, ela já tinha um casal de gêmeos.... . Ficaram para adoção?</p> <p>É, agora com a morte da mãe, não tem volta, só resta a adoção mesmo..... Mas se ela usava crack, porque se deixava engravidar, ainda sabendo que poderia vir gêmeos.....</p> <p>E como foi morar no colégio de freiras, sua vida melhorou? Ganhou uma festa e tudo?</p>	<p>Ai tinha um guarda lá, era vigilante que cuidava do colégio a noite, dai nós passamos a se gostar dai eu casei com ele, é o pai das minhas crianças, todas elas.</p> <p>Não, eu tive outro casamento que é o pai do Rodinei. Este morreu faz 3 anos, com 2 tiros nas costas, ele foi escapar de um tiroteio e pegou nas costas dele, morreu com 2 tiros nas costas.</p> <p>Não, este não era meu. Eu tive a Sara, Sol, Zana, dai eu tive um filho que bebia muito, dai não parava mais, foi internado e depois morreu. Este que passou aqui agora, ele tem problema mental, o vizinho batia nele porque queria que ele fosse beber no bar, batia no doente, veja só.</p> <p>Não, nunca usou drogas, só bebiam a bebida matou este meu filho.</p> <p>Temos os outros 6 que moram lá em Brasília, gêmeos. Tive 5 partos de gêmeos.</p> <p>5 partos de gêmeos, só ali já veio 10 filhos, o médico, quando eu ia fazer pré natal nas clínicas, ele já dizia, o médico falava assim, oh... mãe, parece que vai vir mais de um filho, eu falava: vai mesmo, dai ele falou assim, puxa vida mãe, numa cacetada já tem 10 filhos, é gêmeos que a senhora vai ter.</p> <p>Foi.</p> <p>Tinha 2 gurus que estão lá no lar São João Batista. Estão esperando a avó vir de POA para adotar eles. É.</p> <p>Mas ela não me escutava, ria e ficava feliz quando engravidava.</p> <p>Nossa....dai eu casei, no meu casamento a festa foi lá dentro do colégio mesmo, dai mobiliaram aquela casa que tem lá nos fundos, as crianças moravam lá, a mulher que morava lá que era zeladora cuidava.</p>
---	--

<p>Teu marido ficou trabalhando lá então?</p>	<p>Ficou, eu também, ficamos morando ali e sempre trabalhando lá dentro do colégio.</p>
<p>Como era teu casamento com este senhor, ele era calmo, como ele era, te tratava, o seu esposo? E com os filhos?</p>	<p>Não era violento, não bebia, não fumava, só trabalhava, só trabalhava..... A mesma coisa, não deixava faltá nada.</p>
<p>Os dois maridos eram assim?</p>	<p>Esse outro também, esse outro trabalhava, as vezes ele bebia, assim, mas era só um poquinho, só nos fins de semana.</p>
<p>Quando bebia ficava violento ou algo assim?</p>	<p>Não, de judiar das crianças não. Quando eu fui morar com ele eu tinha a Sol pequena, a Zana pequena, esta que morreu agora, A solange tinha 12 anos, a Zana tinha 9, o Renato tinha 7 e o Ricardo tinha 4 anos.</p>
<p>Como ele era com os filhos, estes todos não eram filhos biológicos dele, eram?</p>	<p>Não, ele tinha um do outro casamento, mas não comigo. Era bom com as crianças, nem era os filhos legítimos dele, não deixava faltar nada. Eu sempre trabalhei também nunca precisei ficar só com o dinheiro dele, toda vida trabalhei empregada.</p>
<p>Este segundo marido, ficou com ele até quando ele faleceu?</p>	<p><i>Não, depois nós se separemos, dai eu fiquei com o Rodinei dele, filho dele, ele trabalha na cooperativa, não bebe, não fuma, não usa drogas, trabalhador, esta fazendo uma casa de lage lá nos fundos da minha casa para ele morar, não tem vício nenhum.</i></p>
<p>E este doente?</p>	<p><i>Ele tem problemas psiquiátricos, mas foi porque deu meningite nele, ele tinha 13 anos, o nome dele é Rui.....</i></p>
<p>A senhora é uma mulher guerreira hem.....</p>	<p><i>Pois é, eu sou trabalhadora, não devo nada para ninguém, ganho meu dinheiro, me viro em tudo.</i></p>
<p>Morou lá no colégio até quando, quanto tempo?</p>	<p><i>Até 28 anos fiquei ali trabalhando, depois casei, dai sai, nem sei, mas ele não deu certo, ficava de vigia ali e tu sabe, assim, os colégio não pagam um salário assim bom, ai depende de comida, tudo, pagar aluguel, descontava tudo, nem me lembro bem como era.</i></p>
<p>Como eram as freiras, como elas te tratavam?</p>	<p><i>No orfanato, elas (freiras) me tratavam muito bem. Me levavam para passear, para estudar, davam chá se tinha dor, eu gostava muito, muito nossa.....</i></p>
<p>Estudou até que série?</p>	<p><i>Até a 4ª série.</i></p>

<p>Mas porque parou, as freiras deixaram vc parar?</p>	<p><i>Me impediram, mas eu não conseguia, tinha que trabalhar e não tinha aula de noite no colégio das freiras, depois eu casei e dai não voltei mais.</i></p>
<p>Aprendeu a ler e a escrever?</p>	<p><i>Sim, eu leio um pouco, mas me viro e assino meu nome.</i></p>
<p>Se tinham casa para morar no colégio porque saíram de lá?</p>	<p><i>Dai ele foi se desacorçoando, dai conseguiu uma vaga na Brahma, da Brahma ele foi para a polícia militar, pegou ele lá no quartel, ficou parece que 16, 18 anos na polícia.</i></p>
<p>Eles não emprestaram a casa, cobravam por ela e vcs trabalhavam para elas, é isso?</p>	<p><i>Trabalhava lá, fazia tudo, não ia para rua como policial. Depois ele saiu com um grupo de policial e foi para Pato Branco, lá teve tiroteio e ai mataram ele.</i></p>
<p>Ele era militar, policial, ou zelador?</p>	<p><i>É. Dai mataram ele, mataram mais 6 policiais, o velório dele foi no quartel militar, o velório foi tudo ali em baixo no quartel, tem um salão, não sei como falam.</i></p>
<p>Este ainda é o primeiro marido?</p>	<p><i>Ai, fiquei 22 anos sozinha, foi depois que eu arrumei este outro, era um rapaz solteiro né, com um filho, bonzinho, ele morreu o ano retrazado, ele foi correr, mas só que eu já estava separada dele, eu falei para ele, arrumar uma moça, uma menina nova, casar, levar a tua vida para lá, deixa eu viver a minha, fiquei com o guri, ele me deu o guri, deu pensão para o guri até 3 anos atrás, ele estava grande, dava duzentão para o guri todo o mes.</i></p>
<p>Ai casou novamente?</p>	<p><i>Ai, fiquei 22 anos sozinha, foi depois que eu arrumei este outro, era um rapaz solteiro né, com um filho, bonzinho, ele morreu o ano retrazado, ele foi correr, mas só que eu já estava separada dele, eu falei para ele, arrumar uma moça, uma menina nova, casar, levar a tua vida para lá, deixa eu viver a minha, fiquei com o guri, ele me deu o guri, deu pensão para o guri até 3 anos atrás, ele estava grande, dava duzentão para o guri todo o mes.</i></p>
<p>Mas não era filho de vcs dois....</p>	<p><i>Era filho só dele, mas ele me deu para criar, o guri já tinha passado da idade de dar pensão, mas ele dava, ele queria dar, ele era muito bom para ele, nossa.... dai nós separemos, ele arrumou outra menina ali, arrumou um filho com ela.</i></p>
<p>Mas ele também morreu né?</p>	<p><i>Este foi o que morreu com os tiros nas costas, ele tinha um bar sabe..no bar que ele tinha, então, dois rapazes discutiram ali, ele viu que ia dar tiro e para as meninas dele não verem os tiros e não vim ali, ele correu lá nos fundos para avisar as meninas, não venham lá para frente que vai dar tiro na frente do bar, fiquem aqui, fechem a porta, ele só foi correndo para avisar elas, mas os caras viram correr e pensaram que era para avisar a polícia, pegar arma ou qualquer coisa e atiram nele, nas costa, pegou nas costa dele,</i></p>

<p>E ai não casou mais?</p>	<p><i>dois tiros, ficou na cadeira de rodas, ai a guria largou dele, não teve paciência de cuidar dele, ficou só a menina, ela sempre vem aqui em casa me ver, depois morreu.</i></p>
<p>Eu vi a senhora chegando com o carrinho de papel, a senhora trabalha com papel além de zeladora?</p>	<p><i>Não, ich..já faz, nossa....20...anos, quer ver, o Rodinei tinha 16 anos quando nós se larguemos, não quis mais ficar com ele, mandei arrumar outra guria assim, que ele quisesse né..</i></p>
<p>Então, não cata papel na rua, só nos predinhos e dos vizinhos?</p>	<p><i>Trabalho de zeladora nos predinhos, dai os dias que eu vou eu junto papel, deixo guardado lá num quarto grande que tem, é do síndico lá, mas o síndico não ocupa, falou que eu posso guardar lá, dai, uma vez por semana eu tiro de lá e como lá está cheio, o que eu juntei hoje eu deixei na garagem do seu Cristo, o chaveiro, dai ele disse, a senhora guarda aqui alguma coisa, as vezes eu ganho um armário, uma estante, alguma coisa, que nem eu ganhei agora uma escrivinha para a Fer fazer tarefas, está lá na garagem dele.</i></p>
<p>A senhora falou do seu pai, e a sua mãe, como ela era com a senhora, como mãe?</p>	<p><i>É, está lá, tem um filho dele que vem no sábado e almoça no domingo, dai ele encosta o carro lá dentro, mas eu tiro antes, tiro tudo de lá, deixo limpinho, hoje mesmo eu trouxe, limpei a garagem e deixei limpinho para ele por o carro lá.</i></p>
<p>A senhora chegou a morar na rua?</p>	<p><i>Minha mãe e meu pai nunca batiam, era bom morar em casa, eu morava na Vila Àurea, meu pai ficou doente e morreu, logo minha mãe ficou doente um tempo e morreu também, um ano depois, ficou doente, mas não lembro muito bem.</i></p>
<p>Já bebeu, usou drogas, se envolveu em furtos ou coisa parecida?</p>	<p><i>Não, nunca, graças a deus.</i></p>
<p>Além dos seus filhos, a senhora tem agora, hoje, 2 netos na chácara, já tiveram outros, mas agora só o Rui e o Luis, porque eles foram abrigados lá?</p>	<p><i>Nunca, nunca me envolvi em nada, nunca fumei, nunca bebi, nunca fui mulher de rua assim se prostituindo, nunca, nunca, nunca, graças a deus, só trabalhei, desde os 14, trabalhando em casa e fora de casa, cuidando dos filho, da casa.</i></p>
	<p><i>Pra mim, foi uma benção, até para o Jnathan, o tempo que ele ficou lá foi bom, o Jean ficou lá, veio para cá não quis voltar, levava e ele voltava, falava vamos lá, é melhor, está seguro, não fica aqui, depois o Romeu também, a mesma coisa, falando, pedindo para ficar lá não podem voltar aqui, nossa...as mulher ali segurava eles, dizia: deixa eles aqui...</i></p>

<p>Quem eram estas mulheres que a senhora fala?</p>	<p><i>Dali daquela casa azul (mostrou a casa que ficava a uma quadra) foi ali que o Romeu foi assassinado, o menino que ficava ali com ele também morreu.</i></p>
<p>É, eu me lembro deste momento.... Foi melhor terem ficado abrigadaos? Mas este foi o motivo do abrigamento?</p>	<p><i>Foi, melhorou muito, visch....nem dá para pensar. Ah..ficavam na rua, não iam para escola, fugiam da escola e andavam em má companhia, mentiam que estavam na escola, ficavam na rua, se escondiam, eu ia lá e dizia: vão para escola, ganhar um futuro diferente, mas não adiantava.</i></p>
<p>Se a senhora fosse olhar para tras na sua vida, o que a senhora mudaria?</p>	<p><i>O que eu mudaria? Nem sei né, eu queria mudar de casa, deixar o Rui lá até os 18 anos, ficar grande que nem o Luis, não vir para casa, continuar lá, assim, vir como ele vem, me visitar, mas voltar para lá de novo, arrumar um trabalho lá, ele me ouve, fica quieto, não fala nada, as vezes ele diz, mas o coordenador não deixa ficar lá até grande, daqui uns tempos, tem que ir para casa, pode ficar por 2 anos só.</i></p>
<p>Mas ele viu o Luis voltar....</p>	<p><i>É, eu digo para ele ficar como o Luis, estudar, ele estudou e voltou e agora está trabalhando lá, voce não quer ficar como ele? Ele me olha e fica quieto, digo para ele ficar lá até os 18 anos, cuidando dos outros menino que vão entrar, dai ele diz: ué...se o coordenador deixar eu ficáar eu fico né....</i></p>
<p>Além deste conselho pros netos, que conselho a senhora daria para as outras mães? Para estas e as outras mães também,.....</p>	<p><i>Para os que não tem filho lá?</i></p>
<p>Mas não pegamos assim... é via conselho.....</p>	<p><i>Ah..dou conselhos para eles abrigarem lá porque eu tenho uma mulher ali na rua das Palmeiras que não para em lugar nenhum, briga, bate , espanca, vai para escola, muda, não tem onde estudar, ela arrumou uma vaga lá no outro colégio, mas parece que já arrumou confusão lá, dou conselhos para ela, eu estava contando para ela sobre a instituição, que o Rui está lá, levanta cedo, vai para escola cedo, volta ao meio dia, faz os deveres dele, arruma o quarto, se arruma, toma café que eu sei já dormi lá, faz curso, passeios nos parques, vão longe, ganham as coisas, ajudam a cuidar da chácara, dos outros meninos, tem os porcos para tratar, galinhas, vão para o mato buscar lenha para fazer pão, dai o menino, este, o Gabriel disse: a mãe pos eu lá com o Rui, eu queria ficar junto com ele, eu gosto dele, ele ficou no projeto da irmã por 6 anos. Mas ai a mãe dele disse: lá só vai mar, abandonado, da rua ai eu disse: não senhora, não é assim não, não é isso dai não, é para meninos que ficam na</i></p>

<p>Não exatamente estes meninos.....</p>	<p><i>rua, menino que não param em colégio nenhum que nem o seu, que precisa de ajuda, que briga e se mata, eu disse, se ficar crescendo aqui, quando tiver uns 14 anos o que vai acontecer, vai acontecer igual ao Romeu, o John, o Gilson, vão matar eles. Mas ai o Gabriel disse; ah mãe porque a senhora não coloca eu lá, aqui eu só fico apanhando dos outros, vou soltar uma raia, me quebram a raia, me tomam e me batem, rasgam ela e ai quer que eu fico quieto? Dai me matam mesmo, da briga, os outro são de maior, batem nele, quebram de a pau, chamo o Cnselho Tutelar e eles não vem ou demoram, assim era a minha vida, eu fazia todo dia com os meus netos, acudia um, acudia o outro, dei graças quando eu abriguei lá.</i></p>
<p>As histórias que escuto são assim.....</p>	
<p>Quem abrigou eles na chácara, o conselho tutelar porque ficam na rua?</p>	<p><i>Na verdade eles nem ficavam tanto na rua, era a escola, eles iam para aula, os outros batiam lá, dava briga, fugiam e ficavam na rua até tarde da noite, eu chamava eles não vinham eu acordava arrumava o Rui, o Luis, a Drica, a Fran, chamava para tomar café, elas vinham e os que ficam até tarde na rua não levantavam, estavam cançados, não iam e a mãe deles deixava ficarem em casa, faltavam aula todos os dias. Eu dizia, chama eles, tu tem que chamar, só eu que vou lá e chamo todos os dia.</i></p>
<p>A senhora ia lá na casa deles tirar eles da cama pra ir pra escola, a mãe deles não fazia isso?</p>	<p><i>Não, nem ligava, dormia até tarde. Eu ia lá, fazia café e acordava eles, eu dizia oh..Sol, acorda os meninos, o café está pronto, eles tem que ir para escola, estão faltando muita aula, voce tem que chamar, só eu que acordo cedo e venho aqui, arrumar eles para levar para a aula. Ela dizia: ah mãe, deixa eles, voltaram tarde, era madrugada, estão cançados, deixa dormirem...</i></p>
<p>Dai faltavam a escola.....</p>	<p><i>Dai não iam para escola, quando era o outro dia, a mesma coisa, todos os dias. Eu dizia. Oh..Sol estão batendo no John lá na rua, vá lá ver, ela levantava ia lá e trazia ele todo ensanguentado, machucado, dai no outro dia ele dormia, estava com dor e não ia para aula também, e quando ia dava encrenca, não batia aqui, mas batia lá, ai eu cansei, falei um dia para Angeline (conselheira tutelar), eu nem conhecia, ela, o John ia prezo e ai eu fiquei conhecendo a Angeline, pedi para ela arrumar um abrigo para eles e ela disse que ia arrumar lá na instituição, ela foi e pos o John primeiro, ele brigava, roubava, apanhava para</i></p>
<p>Algum chegou a ser preso?</p>	

Comemorando o vestibular.....	<i>roubar para os outros, foi preso, depois o Gilson, o Luis, foi o Romeu que foi preso por 2 vezes, ele estava junto com o Mucio, um rapaz que pegou um estudante da Puc num dia que eles estavam comemorando o rosto cheio de barro, quando este menino saiu do pátio da PUC para pegar o ônibus portão cabral e ir para lá ele levou dois tiros e está na cadeira de rodas paraplégico do Mucio que agora está preso, faz dois meses que conseguiram prendê-lo, depois atirou em mais um menino de 12 anos lá no Parolin, atirou em outro menor, quebrou a perna do menino, ele fazia fisioterapia comigo, atirou em outro e a bala pegou na cabeça, está dentro da cabeça, ele que atirou no Romeu e nos outros que estavam com ele. Por último o Rui foi para a instituição e ficou lá, só o Luis agora voltou para trabalhar como educador.</i>
Meu deus, quantos ele já matou?	
Vc acha que a tua infância foi parecida com a dos teus filhos, netos?	<i>Não, não foi. Eu apanhei umas par de vez por semana, mas de eu sair de casa assim, brigar na rua, fugir da escola, não fiz, nunca.</i>
Até que série a senhora estudou?	<i>Até os 7 anos eu não estudei. Eu estudei no norte, andava 2km a pé, no mato, um mato.....ia e voltava naquele solão quente, eu e meu irmão, dai nós chegava e e ficava em casa, era quando a minha mãe tava doente, meu pai já tinha morrido, foi ai que vim morá com meu irmão.</i>
Ele não te colocou na escola?	<i>Não tinha colocado ainda. Eu fui para o orfanato das freiras, eu gostava de lá minha nossa como gostava, amanhã quero ver se vou para lá visitar, eu falo que morei lá e que gostava de morar com elas. Lá eu comecei e fui até a 4ª série.</i>
E esta menina que mora com a senhora é sua neta né? É a irmã do Rui? Ela não foi abrigada? E quando a senhora está no trabalho, com quem ela fica?	<i>Esta não, esta eu peguei para eu cuidar, ela mora comigo.</i> <i>Ela vai para escola e fica no projeto piá, quase não fica em casa, chega agora, sai cedo e chega agora.</i>
E o seu filho doente, quem cuida?	<i>Ele fica sozinho, vai para o projeto e trazem ele de volta, fica esperando, ele sabe se cuidar, ele tem um pouco de juízo, ele fala, sabe pedir ajuda...</i>
E os sonhos D. Dora, conseguiu realizar algum, até aqueles de menina que todos nós temos?	<i>Consegui, mas eu queria ter assim, uma casa boa, a cohab está,.....falou que vai fazer no projeto</i>

<p>Vai ganhar uma casa nova?</p>	<p><i>minha casa, minha vida, já teve reunião aqui, acima de 60 anos se a pessoa está sozinha e só ganha um salário da aposentadoria, eles vão fazer a casa deste projeto, vai fazer aqui, a caixa esta com todo o dinheiro já.</i></p>
<p>Acredite no sonho que um dia ele acontece.....</p>	<p><i>Mas é 350 pessoas que estão na lista, eles pintaram aqui, pode ver tá colorido a rua, dá para fazer umas como ali no carro branco, dai eles vão fazer para mim, queria uma casinha boa, bem boa assim, tentei ir na caixa fazer o cadastro para eu pegar uma né, eles falaram que vai mandar o engenheiro vir para ver a minha casa de 3 peças que eu estou dentro para ver se tem estrutura para aguentar, se está boa, para fazer a outra da lege em cima e se não tiver, eles vão me dar uma casa para eu morar uns 10 meses para eles virem, desmanchar a minha e construir uma ali, vou morar fora uns tempos até construírem, arrumar, fazer calçada em volta, plantar grama, jardim, tudo.</i></p>
<p>Vou torcer para dar tudo certo tá?</p>	<p><i>É, mas isso é meu. Esta calçada aqui eles fizeram e nós vamos pagar cada vizinho vai pagar, mas é poquinho, nem sei quanto, mas uns 10, 15, 20 por mes, dá para pagar isso. Dai eu já comprei cimento, o Ronaldo veio e levantou o muro e o resto eles vão arrumar.</i></p>
<p>Seria melhor se fosse em outro lugar né?</p>	<p><i>É, mas isso é meu. Esta calçada aqui eles fizeram e nós vamos pagar cada vizinho vai pagar, mas é poquinho, nem sei quanto, mas uns 10, 15, 20 por mes, dá para pagar isso. Dai eu já comprei cimento, o Ronaldo veio e levantou o muro e o resto eles vão arrumar.</i></p>
<p>A senhora tem outra renda? Bolsa família?</p>	<p><i>Não, é só do meu trabalho. O Luis o que ele ganha ele vai morar com a mulher dele, vai morar lá no terreninho que o irmão deu para ele, tem uma casinha lá, mas está ruim, tem que arrumar, mas a Drica escreveu para o Gugú arrumar a casa da Sara (mãe do Luis) fazer um sobradinho para ele morar, o Luis porque ela, vai pegar pela cooperativa lá em São José e ele fica ali na casa que o irmão deu. O Luis está bem, a mãe da mulher dele deus me livre, leva ela todo o mes para tomar injeção, cuida dela, ela tem uma lojinha dentro de casa, tem de tudo lá, ela trabalha com a mãe, ele vai para o Paraguai comprar com ela, vai e volta, ajuda...</i></p>
<p>O que a senhora ve em comum com a vida dos seus filhos e netos, o que a senhora acha que foi igual na sua infância e na deles?</p>	<p><i>Quase nada, só os pais, também perderam os pais pequenos, o Rui tinha 10 anos, eu tinha 7. Eu queria que eles viessem passar a páscoa comigo, fiz o cartão do big para comprar ovos de chocolate, o coelho para levar para eles. Vou esperar para eles virem.</i></p>
<p>Encerramento entrevista</p>	

